UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Psicologia

AS INTERVENÇÕES COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES ANTE SUAS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E PERSPECTIVAS POLÍTICAS:
As experiências no estado de Minas Gerais

João Paulo Bernardes Gonçalves

Belo Horizonte
2015

JOÃO PAULO BERNARDES GONÇALVES

AS INTERVENÇÕES COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES ANTE SUAS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS E PERSPECTIVAS POLÍTICAS:
As experiências no estado de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia

Área de Concentração: Psicologia Social

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Claudia Mayorga

Belo Horizonte

2015

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Gonçalves, João Paulo Bernardes

As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: As experiências no estado de Minas Gerais / João Paulo Bernardes Gonçalves. – Belo Horizonte, 2015.

200 f.

Orientadora: Claudia Mayorga

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Homens. 2. Violência. 3. Intervenção. 4. Feminismos. 5. Interseccionalidade. I. Mayorga, Claudia. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Nome: Gonçalves, João Paulo Bernardes
Título: As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: As experiências no estado de minas gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicologia

Aprovado em: _____/_____/_____.

Banca Examinadora:

_____
Prof.ª Dr.ª Claudia Mayorga – UFMG
(Orientadora)

_____
Prof. Dr. Adriano Roberto Afonso do Nacimento
Universidade Federal de Minas Gerais

_____
Prof. Dr. Adriano Beiras
Universidade Federal de Santa Catarina

Aos meus pais, Jandira Bernardes Gonçalves e José Ribamar Gonçalves (para sempre no meu coração)

AGRADECIMENTOS

À minha família, cujo auxílio imensurável eu não poderia deixar de registrar. Muitos deles eu sequer consigo expressar;

À Cláudia Natividade, que entre tantas experiências de parceria e trocas, me ajudou não só a pensar que esta pesquisa seria possível, mas a formar pessoal e profissionalmente;

À Claudia Mayorga, pela valiosa contribuição fornecida na orientação dessa pesquisa. Desde muito tempo suas contribuições têm transformado minha prática profissional crítica;

À Yumi Garcia, pelos espaços de debate acerca de ideias fundamentais desenvolvidas nessa pesquisa;

Ao Adriano Beiras, pelas inúmeras contribuições tanto pertinentes ao projeto de pesquisa, quanto para essa dissertação;

Às colegas do Núcleo Conexões de Saberes Thalita, Ana, Geíse, Tayane, Daniela, Luciana, Luana, Alice e Bárbara; aos colegas André, Lucas, Ricardo e Paulo pelos debates e críticas. Eles ajudaram a desenvolver importantes aspectos dessa pesquisa e boa parte das reflexões que levarei para outros espaços;

Às companheiras e ex-companheiras do Instituto Albam, Rebeca Rohlfs, Flávia Gotelip, Luciene Melo, Fátima Pessali, Luci Diniz, Ana Paula Ferreira, Tayane Lino, Fabiana Leite e Paula Jardim; e aos companheiros Felippe Lattanzio, Leonardo Leite, Luciano Pinheiro, Gustavo Fortunato, Otacílio Oliveira e Adilson Schultz. Sinto-me bastante agradecido pelas trocas e pelos momentos companheirismo sem os quais não seria possível elaborar esse trabalho. Essa interlocução converteu esta dissertação em um trabalho coletivo;

Aos companheiros e as companheiras da Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade, Talles e Andreza; à equipe do Núcleo de Resolução Pacífica de Conflitos, Flávia, Eric, Viviane, Liz e Breno e outras pessoas do Programa Mediação de Conflitos que direta e indiretamente contribuíram para a viabilização dessa pesquisa. À Ariane e Sandra pelo incentivo constante.

À equipe psicossocial do TJMG da cidade de Pouso Alegre – MG pelo carinhoso acolhimento e por terem figurado nessa pesquisa;

À equipe do Projeto Laços de Juiz de Fora – MG pela paciência, presteza e cuidado ao receber esta pesquisa;

À equipe do Projeto Dialogar pelo acolhimento deste pesquisador e por se disponibilizarem a participar nessa pesquisa;

Ao CNPq, pela concessão de bolsa de pesquisa sem a qual não teria sido possível concluir o Mestrado.

RESUMO

Gonçalves, J. P. B. (2015) *As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teóricas e políticas:* as experiências de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado, Departamento de Psicologia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

Este estudo resulta da pesquisa realizada com os serviços de intervenção com homens autores de violência doméstica contra as mulheres no estado de Minas Gerais. Ele teve como objetivo primário investigar a base teórico-metodológica e a perspectiva política destas intervenções. Através da entrevista com os gestores institucionais e profissionais facilitadores dos grupos, a análise documental e a revisão bibliográfica sobre a violência masculina e sobre os feminismos, procedeu-se à investigação dos pressupostos de intervenção, privilegiando uma perspectiva psicossociológica e interseccional feminista. A análise das concepções e sentidos dados pelos entrevistados, refletidos em suas linhas teórico-explicativas, as relações e contextos incorporados, revelou diferentes vieses teórico-argumentativos que operam desde distintos pressupostos da ciência para interpretação do fenômeno da violência contra as mulheres e nos enfoques empregados para superá-lo. As reflexões propostas atualizam importantes debates acerca desses pressupostos, contribuindo para a discussão sobre a melhoria destes trabalhos, para a capacidade de mudança dos homens, e para o desenvolvimento paradigmático alternativo à ciência tradicional

Palavras-chave: Homens, Violência, Intervenção, Feminismos, Interseccionalidade;

ABSTRACT

This study results of research conducted with the intervention service at men who have committed domestic violence against women in the state of Minas Gerais. It had the primary objective to investigate the theoretical and methodological basis and the political perspective of these interventions. Through interviews with institutional managers and professional groups facilitators, document analysis and review on male violence and about feminisms, proceeded to the investigation of the intervention assumptions, favoring a psycho-sociological and feminist intersectional perspective. The analysis of concepts and directions given by the interviewees reflected in its theoretical and explanatory lines, relations and corporate contexts, revealed different theoretical and argumentative biases that operate from different assumptions of science to interpret the phenomenon of violence against women and employees approaches to overcome it. The reflections proposed update important discussions on these assumptions, contributing to the discussion on the improvement of this work, to men's capacity for change, and for the alternative development paradigm to traditional science.

Key words: Men, Violence, Intervention, Feminism, Intersectionality;

LISTA DE ABREVIATURAS

ABAN	Associação dos amigos
CAPS-AD	Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas
CEAPA	Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas
CEDAW	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de discriminação Contra a Mulher
CIAMPAR	Centro Integrado de Apoio à Mulher de Pouso Alegre e região
CPC	Centro de Prevenção à Criminalidade
CPEC	Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado em Assistência Social
DEAM	Delegacia Especializada de Atendimento de Mulheres
FACAPA	Faculdade Católica de Pouso Alegre
GED	Gênero em desenvolvimento
GEIA	Grupo de Estudos de Integração e Ação
HAV	Homens autores de violência
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JECRIM	Juizado Criminal
MED	Mulheres em desenvolvimento
MH	Masculinidade Hegemônica
MM	Micromachismos
ONU	Organização das Nações Unidas
PCMG	Polícia Civil do Estado de Minas Gerais
PERH	Programa de Educação e Responsabilização para Homens autores de violência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
REDS	Registro de Evento de Defesa Social
SEDS	Secretaria de Estado de Defesa Social
TCC	Terapia Cognitivo-Comportamental
TJMG	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: ESQUEMA SINÓPTICO DE OPOSIÇÕES COMPLEMENTARES.....49

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO ESTADO DE MINAS GERAIS.....111

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....13

INTRODUÇÃO SOBRE A PESQUISA DISCUSSÃO METODOLÓGICA.....16

1 – OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA.....20

2 – JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA.....20

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....31

CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE E DA VIOLÊNCIA MASCULINA.....34

1.1 – O CONCEITO MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E AS HIERARQUIAS DAS MASCULINIDADES.....36

1.2 – A DOMINAÇÃO MASCULINA.....47

1.3 – OS MICROMACHISMOS.....51

1.4 – GUERREIROS E TRABALHADORES: O IDEAL MODERNO DA MASCULINIDADE OCIDENTAL.....54

1.5 – A SOCIALIZAÇÃO MASCULINA E A CASA DOS HOMENS.....59

CAPÍTULO 2 – OS FEMINISMOS E AS APROPRIAÇÕES POSSÍVEIS PARA AS POLÍTICAS DE GÊNERO.....69

2.1 – AS ONDAS FEMINISTAS E AS DISCUSSÕES SOBRE O SUJEITO DOS FEMINISMOS.....69

2.2 – O PATRIARCADO NO ÂMBITO DOS TENCIONAMENTOS TEÓRICOS FEMINISTAS.....83

2.3 – OS FEMINISMOS, OS HOMENS, OS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS DA TERCEIRA ONDA E AS POLÍTICAS DE GÊNERO.....92

CAPÍTULO 3 – AS CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DAS INTERVENÇÕES COM OS HAV NO ESTADO DE MINAS GERAIS.....100

3.1 – SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA EM MINAS GERAIS.....105

3.2 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER – TJMG (POUSO ALEGRE – MG).....112

3.1.1 – *CONCEPÇÕES SOBRE HOMENS E VIOLÊNCIA*.....116

3.1.2 – *OS ENFOQUES DE INTERVENÇÃO*.....122

3.2 – PROJETO DIALOGAR – DEAM/ PCMG (BELO HORIZONTE – MG).....129

3.2.1 – *CONCEPÇÕES SOBRE HOMENS E VIOLÊNCIA*.....133

3.2.2 – *OS ENFOQUES DE INTERVENÇÃO*.....140

3.3 – PROJETO LAÇOS – ONG ABAN (JUIZ DE FORA – MG).....143
3.3.1 – *CONCEPÇÕES SOBRE HOMENS E VIOLÊNCIA*.....146
3.3.2 – *OS ENFOQUES DE INTERVENÇÃO*.....155

3.4 – PROGRAMA ANDROS – ONG INSTITUTO ALBAM (BELO HORIZONTE – MG).....158
3.4.1 – *CONCEPÇÕES SOBRE HOMENS E VIOLÊNCIA*.....163
3.4.2 – *OS ENFOQUES DE INTERVENÇÃO*.....190

4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....178
REFERÊNCIAS.....184
ANEXOS.....197

APRESENTAÇÃO

Esta dissertação apresenta os resultados da pesquisa realizada com os serviços de intervenção com homens autores de violência doméstica contra as mulheres do estado de Minas Gerais. Ela se propôs a levantar essas intervenções e a investigar as suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas, refletindo sobre seus pressupostos subjacentes.

A investigação das bases teórico-metodológicas e políticas, a partir de uma perspectiva psicossociológica, pressupõe compreendermos as concepções e sentidos dados pelos entrevistados, identificando as linhas teórico-argumentativas, as relações e contextos incorporados, buscando desvelar os vieses de interpretação do fenômeno da violência contra as mulheres. Promoveremos reflexões sobre os conflitos e tensões existentes nesse campo teórico-metodológico, que refletem a interpretação do problema e que influencia o enfoque lançado para superá-lo. Esse debate sobre os enfoques empregados para intervenção buscará reflexões acerca dos horizontes da transformação das práticas violentas que os homens (re) produzem. Alguns questionamentos, realizados desde a perspectiva interseccional feminista, visam contribuir para a construção de saberes deslocados dos eixos sociais de desigualdade e exclusão. As reflexões propostas atualizam importantes debates acerca dos pressupostos subjacentes que estão na base das intervenções com os HAV em Minas Gerais, contribuindo para a discussão sobre a melhoria das intervenções e a capacidade de mudança dos homens.

Para tanto, o presente trabalho procura apresentar a implicação pessoal para com o objeto de pesquisa em questão e os objetivos e procedimentos metodológicos adotados na pesquisa; realizar uma breve discussão sobre diferentes perspectivas abordando a temática das masculinidades e violência; abordar os feminismos em suas “ondas”, evidenciando importantes discussões e refletindo sobre possíveis contribuições dos feminismos pós-coloniais para o trabalho de intervenção com os HAV; apresentar e caracterizar os serviços de intervenção no estado de Minas Gerais, bem como apresentar suas *posições teórico-metodológicas,* analisando e refletindo, a partir da experiência dos profissionais, os modelos de intervenção com os HAV, revelando importantes discussões acerca dos seus pressupostos tácitos.

No capítulo 1, faremos uma aproximação teórica buscando entender o fenômeno da violência desde diferentes perspectivas, através da compreensão

acerca da identidade masculina. Abordaremos a organização social da masculinidade, evidenciando a construção da “masculinidade hegemônica” e as relações e dinâmicas hierárquicas entre as masculinidades. Buscaremos uma via de entendimento das relações de gênero a partir da “dominação masculina”, produção teórica referente ao viés funcionalista da teoria social moderna, que pressupõe haver uma dimensão pré-reflexiva e naturalizada da assimetria de gênero. Em seguida, trataremos dos “micromachismos”, revelando as manobras interpessoais usadas pelos homens para manter as mulheres no espaço doméstico prestando-lhes serviços. Ao privilegiarmos um viés histórico na compreensão das masculinidades, consideraremos a conformação do ideal moderno da masculinidade como guerreiro e trabalhador. Enfim, daremos visibilidade à socialização masculina a partir da entrada na “casa dos homens”, atrelando reflexões sobre a violência masculina.

No capítulo 2, refletiremos sobre algumas possíveis contribuições dos feminismos pós-coloniais para o trabalho de intervenção com os HAV. Propomos abordar o feminismo em suas “ondas”, buscando contextualizar histórica e politicamente as suas perspectivas, dando relevo às discussões sobre o sujeito do feminismo e a ideia de intersecionalidade. Introduziremos a ideia de uma quarta "onda" feminista no Brasil e na América Latina. Adentraremos na produção teórica do conceito de patriarcado, enfatizando tencionamentos e discussões internas que o feminismo produziu no seu entorno. Destacaremos alguns pontos de aproximação entre produções teóricas feministas, especialmente a partir de debates na terceira onda, pretendendo adentrar brevemente em algumas problematizações com relação à inclusão dos homens no debate dos feminismos.

No capítulo 3, realizaremos a análise dos dados coletados nas entidades pesquisadas no Estado. Remontaremos brevemente nossa aproximação com objeto de pesquisa, buscando fazê-lo desde o percurso metodológico. Conseqüentemente, apresentaremos os serviços pesquisados, procedendo a uma caracterização quanto aos objetivos, o trabalho em rede, metodologia, fluxos de atendimento, outros atendimentos realizados na entidade, o sistema de avaliação do serviço e o uso feito a partir desses resultados. Logo após essa caracterização, apresentaremos suas *posições teórico-metodológicas*, isto é, as concepções sobre homens e violência, os modelos de intervenção e as compreensões sobre a mudança dos homens no contato com os dados do campo. Buscaremos construir, em paralelo, reflexões a partir da aproximação do cotidiano profissional das participantes.

Concluímos com algumas considerações que buscam contribuir para a prática dos serviços pesquisados e também ao campo de estudos sobre as intervenções com HAV. Colocaremos em evidência alguns caminhos de análise percorridos, explicitando algumas sínteses e conclusões decorrentes das análises.

Reconhecemos que esse exercício de estudo contém muitas imprecisões e limites, mas, ainda assim, esperamos que ele possa suscitar o interesse para novas reflexões e pesquisas. É importante também reconhecer que essa pesquisa representa um passo pequeno, porém necessário, à discussão sobre as bases do trabalho com homens autores de violência contra as mulheres.

INTRODUÇÃO SOBRE A PESQUISA E DISCUSSÃO METODOLÓGICA

A pluralidade com a qual é possível interpretar os fenômenos no campo das ciências humanas e sociais freqüentemente me causa perplexidade. Lidamos com concepções heterogêneas, inclusive acerca do que é a própria ciência. Nem tanto pelas dimensões que perpassam a complexidade dos objetos em estudo, mas – atrelado a isso – pelas diversas possibilidades teóricas disponíveis.

Algumas explicações comuns em relação à ação violenta dos homens remetem ao saber médico e psicopatológico, calcadas na crença de que os homens agem assim devido à “loucura” ou às “psicopatias”. Essas explicações ilustram o grande alcance desse saber diluído nos discursos acerca da violência. Para exemplificarmos, entre os muitos casos de violência masculina que chocaram a sociedade brasileira, um especialmente atraiu atenção no ano de 1998, que foi o caso do “maníaco do parque”, que agia no parque do Estado na cidade de São Paulo. Segundo o jornal folha de S. Paulo, ele estuprou e matou dizendo ter sido levado a cometer os crimes não por sua própria vontade, mas por “*uma coisa maligna, maldita*". Ele dizia ter sido "*possuído*" ao ceifar a vida de suas vítimas, falava que tinha um lado ruim dentro dele, “*uma coisa perversa, que não conseguia controlar*”. Segundo ele, haviam noites que preferia não sair de casa porque sabia que na rua ia querer fazer de novo e que não ia se controlar. De acordo com o depoimento de uma de suas vítimas que conseguiu sair viva dos ataques violentos, ele havia apertado o seu pescoço, intimidando e ameaçando, dizendo que ele era “*psicopata*”, e que já havia enterrado muitas no parque. Assim, a maior polêmica no caso foi referente à imputabilidade do réu. A defesa alegou que ele não tinha plena consciência do que fazia, o que foi refutado pelos jurados, argumentando que esta era uma manobra para se esquivar da pesada pena. Ele foi condenado a 130 anos de prisão, sendo invalidado o argumento da defesa de uma suposta inimputabilidade, ou alegação de “insanidade mental”.

Na formação acadêmica e também na atuação profissional, presenciei situações um tanto inquietantes que, mesmo depois de anos passados, são emblemáticas por refletirem essa mesma diversidade explicativa. Porém, elas também atraem atenção quanto à invisibilidade de experiências, de saberes, que algumas dessas concepções acarretam. Entre muitas situações, destaco uma que, mesmo não se tratando diretamente da atuação com os homens, representa bem as

situações que foram me aproximando ainda mais do objeto de estudo nessa dissertação.

Era momento de formação profissional com uma palestrante convidada em que os profissionais tiveram espaço para discutir com ela os casos da prática. Em certo momento, houve a apresentação de um caso em que supostamente uma profissional teria feito o acolhimento de uma mulher que, de algum modo, sustentava a situação de violência conjugal e mantinha inércia quanto a romper com o ciclo da violência. Havia muita dificuldade dessa mulher se posicionar crítica, autônoma e emancipadamente com relação à vivência nestas circunstâncias e, sobretudo para denunciar o agressor íntimo. A palestrante passou a questionar a situação e a localizar na postura da profissional de atendimento um saber que a demandante não possuiu e que em razão disso, talvez a mulher atribuiria a ela um poder de solução do caso por ela trazido. "– Para os psicólogos presentes", ela indaga o que seria aquele tipo de aproximação, atentando-se a uma demanda de relação terapêutica.

No caso do acolhimento dessa mulher, que supostamente no passado teve outros companheiros que a agrediram, e que não apresentou elaboração de sua co-responsabilidade pela “repetição”, a palestrante passou a advertir que é praxe haver a postura da pessoa que acolhe certa tendência à cumplicidade com a vítima. As profissionais se inclinariam a legitimar aquele sofrimento apresentado, mantendo não só uma posição hierárquica, em razão de saber mais sobre como solucionar o caso, mas especificamente um potencial de manutenção daquela condição da mulher-vítima. Essa postura tornaria a mulher mais suscetível a permanecer naquela condição por mais tempo, até que houvesse um manejo no sentido de implicar a mulher com aquela queixa, fazendo-a repensar as formas que tem se colocado (como vítima) na relação com o companheiro. A partir dessa reflexão, ressaltou a palestrante, ela poderia agir em direção a uma autonomia crítica com relação a si mesma diante de conflitos.

A convidada partiu de uma leitura baseada em um referencial individualizante que colocou a mulher em uma posição intrigantemente vitimista. Sua linha argumentativa ofereceu ampla margem de significação como uma culpabilização da mulher pelo surgimento da violência na relação com o companheiro. A leitura apresentada atribuiu responsabilidade à mulher ante a violência cometida por ele. Nenhuma referência foi conferida à assimetria de gênero, à violência como construto social da masculinidade, que dá aos homens a autorização para uso da força para a

resolução de conflitos. Nem teria sido esta a intenção da profissional, mas sua abordagem sorrateiramente convidou a inferir arbitrariamente que nos casos de violência, a mulher se coloca como refém de si mesma, porque nela estaria a responsabilidade da “repetição” acontecer. Isto porque ela mesma "não percebe" as relações se repetindo e as suas escolhas de homens violentos sendo continuadas. E, assim, ela "não se posicionando", afinal, quantos muitos homens violentos talvez ela se relacionaria sem que percebesse que estaria nela mesma a necessidade de se esquivar ou de se reposicionar ante a violência?

Essa intrigante realidade relativa às concepções heterogêneas da ciência para interpretação dos fenômenos me fez questionar a hegemonia desses saberes, a “invasão” para os saberes populares. Isto é, certa permeabilidade dos modelos teórico-explicativos, nos quais se baseiam as práticas profissionais. Cabe-nos interrogar, portanto: quais os pressupostos tácitos com os quais se está intervindo? De qual maneira eles influem na interpretação do fenômeno da violência contra as mulheres? Quais as conseqüências desse uso para a segurança das mulheres? Esses questionamentos e outras diversas situações da vida profissional, que sequer caberiam aqui, me fizeram reaproximar da diversidade teórico-explicativa presente nas ciências a partir de uma perspectiva crítica.

Na sua busca por “conhecimento legítimo”, a modernidade tem oferecido uma visão de mundo com caráter estável, por meio de métodos e “verdades confiáveis” para constituição da realidade. No caso da Psicologia enquanto campo em constante processo de consolidação de saberes, essa tendência da modernidade influenciou os seus sistemas de pensamento, resultando também em uma diversidade de sujeitos e pressuposições epistemológicas, nas quais tensões marcam a construção desses conhecimentos. Por isso é possível dizer que a Psicologia se encontra em um estágio *pré-paradigmático*, tal como nós observamos também na Psicologia Social (Schultz & Schultz, 1998; Sandoval, 2002). Por muito tempo, diversas marcas do positivismo nas elaborações teóricas conceberam o sujeito separado do mundo, separado da sociedade. Em muitos conceitos psicológicos que se centram no indivíduo, notamos essa herança, essa tendência que de fato afastou importantes dimensões de compreensão do sujeito, como é o caso da história e das relações de poder. A psicologia contribuiu, assim, para reiterar uma concepção individualista de sociedade, isto é, que parte de um reducionismo psicológico para explicação de realidades psicossociais. Essa tendência acerca do

reducionismo psicológico certamente tem conseqüências ético-políticas (Sawaia, 2001), pois implica nos valores e nas conseqüências das ordens desiguais sobre a vida das pessoas. Tais desigualdades e injustiças pressupõem justamente os efeitos da história e das relações de poder na constituição dessas ordens. Entretanto, podemos dizer que a visão moderna do mundo passou a ser questionada desde diferentes disciplinas, duvidando do conceito de verdade, de objetividade.

Essa inclinação crítica de pensamento mantém relação ao que Santos (1987) denomina como o *paradigma emergente* no âmbito das ciências humanas e sociais. Dentro desta visão, há ênfase à contextualização social do indivíduo, a busca por sua interação com o ambiente e com a sua historicidade, em detrimento dos vieses individualizantes, aqueles que tendem a manter relações assimétricas de poder. Uma leitura crítica considera a máxima de que todo processo de conhecimento depende do contexto sócio-histórico vigente. Essa postura crítica científica necessariamente implica em um olhar desconfiado para algumas essencializações e naturalizações – muitas das quais apresentadas como certezas pela ciência tradicional e hegemônica.

Essas reflexões e algumas inquietações da atuação profissional voltadas ao campo da intervenção com HAV – discutidas coletivamente – me conduziram até a presente pesquisa de mestrado. Algumas delas estão presentes nesse estudo. Essa pesquisa, portanto, parte da experiência profissional deste pesquisador no contexto de atuação do Programa Andros: "Homens gestando alternativas para o fim da violência", desenvolvido pelo Instituto Albam de Belo Horizonte. Esta entidade é executora do trabalho no âmbito da Lei 11.340/06 e da Lei 9.099/95, da Política Estadual de Prevenção Social à Criminalidade e à Violência de MG – conhecida como política de Segurança Cidadã, desenvolvida pelo Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), por meio da Secretaria de Estado de Defesa Social (SEDS) e do Tribunal de Justiça (TJMG).

1 – OBJETO E OBJETIVOS DA PESQUISA

O objetivo primário deste estudo é investigar a base teórica e metodológica e a perspectiva política das intervenções com homens que exercem violência doméstica contra a mulher no estado de Minas Gerais. Isso implica no levantamento desses serviços e no exercício de identificação das bases nas quais eles se assentam. A investigação dessas bases, por sua vez, pressupõe conhecer como os profissionais implicados nessas iniciativas concebem os homens e a violência por eles cometida. Compreendermos as concepções e sentidos dados pelos entrevistados, identificando quais as linhas argumentativas, as relações e contextos acionados, nos permite defrontar com diferentes vertentes teórico-explicativas existentes na interpretação do fenômeno da violência contra as mulheres que buscam enfrentá-lo. As formulações acerca dos sujeitos, dos objetos e dos objetivos finais das violências – "criam" os problemas a serem minimizados ou superados, e também expressam qual a intervenção para tratá-los (Álvarez, 2001). Ante a heterogeneidade teórica, existe uma tensão no campo teórico-metodológico que reflete a interpretação do problema da violência contra as mulheres e que influencia o enfoque lançado para superá-lo. Ao mesmo tempo, esses enfoques empregados interferem nos horizontes da transformação das práticas violentas que os homens (re) produzem. Portanto, revela-se pertinente a interrogação dos pressupostos subjacentes que estão na base das intervenções com os HAV em Minas Gerais, pois se trata de debruçarmos na melhoria delas, tendo em vista, sobretudo a capacidade de mudança dos homens.

2 – JUSTIFICATIVA E RELEVÂNCIA DA PESQUISA

O fenômeno da violência doméstica contra as mulheres[1] permanece sendo um tema de grande preocupação social[2] e também pauta permanente nas

[1] Ao se empregar aqui o termo *violência doméstica contra a mulher* alinhou-se em parte com a resolução da CEDAW (1992) e com a legislação nacional vigente, as quais também, por sua vez, têm oferecido fundamento para formulação de políticas públicas. O uso cotidiano de alguns destes termos designados para o problema aqui tratado reflete algumas imprecisões e confusões, uma *ambigüidade terminológica* (Dantas Berger & Giffin, 2005). Grupos de homens profeministas empregaram o termo *violência masculina contra as mulheres* para superar este problema e assinalar a forma que homem é vislumbrado como o responsável pela violência, ou seja, vítima e autor são apropriadamente identificados (Osborne, 2009). Mostra-se favorável trabalhar com "*violência* [*masculina*] *contra as mulheres"*, pois essa expressão reflete a inclusão de variadas formas de expressão da violência e inclui o âmbito público e privado. Também, porque ele apresenta alinhamento com estudos tratam a

complexas agendas feministas, uma vez que é a forma mais brutal de violação dos Direitos Humanos das mulheres.

Esta situação é reconhecida internacionalmente como um grave problema, pois tornam limitadas as oportunidades de milhões de mulheres e crianças no mundo à educação e ao emprego, e também opera desigualdades de acessos nos processos de tomada de decisões. Segundo a Unesco (2004, 2010), a violência contra a mulher no mundo tomou dimensões epidêmicas, acarretando conseqüências trágicas para a saúde e bem-estar das mulheres e para o desenvolvimento social e econômico. A violência dos homens contra as mulheres produz efeitos no sistema de saúde e custos sociais que afetam negativamente o desempenho econômico dos países:

> A violência doméstica no Canadá, por exemplo, está orçada em cerca de US $ 1,6 bilhão por ano, enquanto que para os Estados Unidos, as perdas são de até US $ 67 bilhões. Na Nova Zelândia, o custo da violência familiar em 1993 foi de pelo menos R$ 1,2 bilhões - mais do que a sua exportação de lã. Grande parte desta violência está enraizada nas relações de dominação e de opressão delineadas ao longo das linhas de gênero, que, por sua vez, reforçam as desigualdades globais da sociedade. (Unesco, 2004, p.2).

Segundo Salas (2011), estudos latino-americanos apontam que em alguns países a porcentagem de mulheres que afirmaram terem sido abusadas fisicamente pelo seu companheiro íntimo chega a 50%, sendo o percentual mais baixo o de 20%.

De acordo pesquisa realizada sobre o feminicídio (IPEA, 2013), a expressão mais aguda da violência contra a mulher, entre 2001 a 2011, 50.000 mulheres foram assassinadas no Brasil, uma média de 5.000 por ano. Além disso, ela revelou que 29% desses óbitos ocorreram na casa da vítima, informação que corrobora o perfil das mortes enquadradas como violência doméstica. A média registrada no Estado de Minas Gerais – 6,49 mortes a cada 100.000 habitantes, indicou ser mais alta que a nacional – 5,82 mortes e a segunda maior da região sudeste, ficando abaixo do Espírito Santo. Embora o autor não seja identificado por causa dos sistemas de

---

violência perpetrada por homens contra suas (ex) companheiras, (ex) namoradas, isto é, contra mulheres com as quais eles têm ou tiveram relação de intimidade e/ou conjugalidade. (Giffin, 1994; Salas, 2011; Toneli, 2008; Barsted, 2006; OMS, 2013; IPEA, 2013).

[2] A pesquisa de opinião pública realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo intitulada “Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado”, revela que uma em cada cinco mulheres atualmente considera já ter sofrido alguma vez “algum tipo de violência de parte de algum homem, conhecido ou desconhecido”. Também aponta que um em cada quatro homens diz saber de “parente próximo” que já bateu. Metade deles afirma ter “amigo ou conhecido que bateu ou costuma bater na mulher”. Disponível em http://www.fpabramo.org.br/galeria/violencia-domestica

informação sobre mortalidade não revelarem a relação entre vítima e perpetrador, de acordo com a OMS, os parceiros ou ex-parceiros íntimos representam 40% de todos os autores de assassinatos de mulheres no mundo (OMS, 2013) [3].

No Brasil, atualmente, existem incontáveis desafios quanto ao diagnóstico da extensão das violências cometidas contra as mulheres, que perpassam a banalização e naturalização das formas de violência, que influenciam a chamada *cifra oculta*, isto é, a subnotificação dos eventos desta natureza, principalmente as ocorridas no espaço doméstico (Barsted, 2010). De acordo com a Barsted (2010), há uma precariedade das estatísticas nacionais acerca desse tipo de violação, o que acarreta certa invisibilidade para o diagnóstico da magnitude das violências domésticas cometidas contra a mulher. O foco do projeto de trabalho apresentado aqui será o da violência perpetrada por homens contra suas (ex) companheiras, (ex) namoradas, ou seja, contra mulheres que vivem ou viveram em situação de intimidade e/ou conjugalidade com eles. Giffin (1994) nos apresenta uma pesquisa em nível mundial, que se estendeu a 24 países, por meio da análise de 35 estudos, em que foi possível constatar que houve elevada incidência da violência cometida pelos homens contra suas companheiras íntimas, sendo evidenciada a violência sexual e a física.

Nesse dramático cenário, o trabalho com homens autores de violência (HAV) doméstica contra a mulher emerge como uma das formas de enfrentamento a este fenômeno, sendo iniciado nos Estados Unidos no final da década de 70 e começo da década de 80, ampliando para o Canadá com metodologias de intervenção semelhantes, passando depois a serem implementados na Europa, nos países nórdicos e na América Latina (Toneli *et al*, 2010). De acordo com Toneli (2007), o panorama da América Latina expressa um número reduzido de programas, com metodologias e perfis diversificados, mapeados nos países como Argentina, Honduras, México, Nicarágua e Peru. Quanto ao contexto brasileiro, essa pesquisa

[3] O Ligue 180 – A Central de atendimento à Mulher, serviço criado em 2005 pela SPM, realizou um balanço dos atendimentos no ano de 2014. Sobre a relação entre a vítima e quem cometeu a violência, registrou-se que em mais de 80% dos casos, a violência foi cometida por homens que tiveram algum vínculo afetivo com a vítima: atuais ou ex-companheiros, cônjuges, namorados ou amantes das vítimas. Foram identificados naquele ano 52.957 relatos de violência contra a mulher, sendo 51,68% corresponderam a relatos de violência física, 31,81% de violência psicológica, 9,68% de violência moral, 1,94% de violência patrimonial, 2,86%de violência sexual,1,76% de cárcere privado e 0,26% de tráfico de pessoas.

aponta apenas dois grupos no Brasil, sendo que não há registros de intervenções realizadas em Minas Gerais.

Embora haja cada vez mais consenso sobre o envolvimento dos homens nas estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres, sendo diversas as iniciativas que evidenciam o papel dos homens enquanto coletivo no enfrentamento desse problema (Rothman, Butchart & Cerdá, 2003; Tolman & Edleson, 1995; Bonino, 2009), a intervenção com os HAV tem sido uma medida bastante controversa. De acordo com Ponce (2011), em primeiro lugar, existem muitas críticas acerca da utilização de recursos inicialmente pensados para as mulheres em situação de violência. Eles deveriam se destinar às políticas voltadas exclusivamente a elas, já que muitas existentes estão sucateadas. Em segundo lugar, as críticas questionam não haver necessariamente o encarceramento ou punição aos homens que cometem violência, que deveria acontecer tencionando evidenciar para as vítimas que há medidas para coibir o que lhes foi cometido. Em terceiro lugar, as intervenções são consideradas inválidas, pois concebem os HAV como enfermos psicopatológicos que precisam de tratamento, que por sua vez não os responsabiliza pela ação violenta. Por último, as críticas consideram os programas pouco efetivos, vez que se centram na interpretação dos resultados baixos que apresentam alguns estudos.

Entretanto, é possível apresentar razões para o alargamento dessas intervenções, muitas das quais pensadas desde as críticas acima. Ponce (2011) nos revela que 1) as próprias mulheres que estão em situação de violência demandam esse tipo de ação voltada para os homens visando *responsabilizá-los* pelas violências perpetradas e desconstruí-las. 2) E também, entre as mulheres que sofrem com a violência, é possível visualizar muitas que mantém convivência com os homens que lhes cometeram violências. 3) Outro fator é que muitos homens, mesmo com o rompimento da relação violenta, passam a reproduzir condutas violentas em outras relações íntimas e de afeto estabelecidas (Tolman & Edleson, 1995), motivo pelo qual torna-se necessário intervir com eles. Por fim, 4) intervir com os homens propõe a interrupção da transmissão inter-geracional da violência aos filhos ante aos modelos relacionais violentos (Ponce, 2011).

Retomando o panorama de intervenção na América latina das intervenções com HAV revelado por Toneli *et al,* (2010), o contexto brasileiro indicou a existência de dois programas, um deles com assentado na Teoria Sistêmica e outro na

Psicanálise, não havendo registros de intervenções realizadas no Estado de Minas Gerais. Por isso, é necessário nos indagarmos 1) Quais são e sobre quais bases teóricas, metodológicas e políticas assentam os programas desenvolvidos no estado de Minas Gerais? 2) Como os profissionais que atuam nestas intervenções concebem os homens que exercem violência contra as mulheres?

É recente a discussão sobre a intervenção com homens que exercem violência doméstica, porém, na Lei 11.340/06 já está previsto o trabalho com este público. Esta pesquisa busca contribuir para a discussão das diretrizes, a partir de uma perspectiva mais ampla, no que concerne o atendimento dos homens na política pública. A Lei Maria da Penha, em seu Art. 30, prevê o desenvolvimento de trabalhos de orientação, encaminhamento, prevenção e outras medidas, voltados para a ofendida, o agressor e os familiares, com especial atenção às crianças e aos adolescentes. Além disso, o Art. 35, inciso V, institui a criação e promoção dos Centros de Educação e de Reabilitação para os Agressores.

Para além deste avanço no campo jurídico, o contexto atual também se torna propício para o debate tendo em vista da instituição da *Política Nacional de Atenção à Saúde do Homem* e também do dia 6 de dezembro como o *Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência Contra as Mulheres*.

A discussão sobre a inclusão dos homens em nível internacional teve como marco inicial a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento, no Cairo, em 1994, e também a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, acontecida em Beijing no ano seguinte. Discutiu-se a inclusão e a ampliação do envolvimento dos homens, com foco nos direitos sexuais e reprodutivos, atentando para a visualização de alternativas na prevenção à violência contra mulheres e crianças e também na promoção da saúde. Na assembléia geral da ONU realizada no ano de 2000, foram identificados os maiores obstáculos para implicação masculina para equidade de gênero, dentre os quais se destacou a continuidade dos estereótipos de gênero que baseiam a construção de masculinidades desiguais. Em 2004, vários pesquisadores sobre masculinidade reunidos na Comissão da Condição Jurídica e Social da Mulher das Nações Unidas concluíram, em um debate inédito intergovernamental, que a inclusão dos homens nas políticas públicas de gênero, tendo como perspectiva central a equidade, é fundamental para o enfrentamento da violência contra as mulheres (Bonino, 2009).

Neste sentido, pesquisar o trabalho de intervenção com homens se torna relevante, pois é tema de discussão atual, articulado inclusive com a legislação nacional que trata a questão da violência doméstica contra as mulheres e, ao mesmo tempo, um campo aberto para a formulação de proposições e práticas a serem adotadas.

A maior parte dos profissionais que hoje estão envolvidos no enfrentamento à violência contra as mulheres, são aqueles da área das ciências humanas e sociais, dentre estas a psicologia. Esse estudo tem relevância, pois também visa ampliar as interfaces deste campo nas práticas de intervenção com os HAV, considerando as metas de desenvolvimento humano e de mudança social da Psicologia enquanto campo de intervenção. Segundo Sandoval (2002) a Psicologia Social Latino Americana tem um papel pioneiro ao buscar fundamentos epistemológicos, teóricos e inovações metodológicas próprias visando agregar insumos voltados ao seu desenvolvimento paradigmático alternativo à ciência colonial tradicional. Ao compreender o que há de novo no paradigma científico emergente neste campo, observa uma nova psicologia social que concebe no subdesenvolvimento do terceiro mundo um campo de trabalho científico característico. É preciso que a Psicologia Social crie abordagens próprias a partir da construção de quadros teóricos e práticos que promovam mudança social, focalizando e analisando criticamente as experiências de intervenção já existentes.

Assim, buscar delinear as interfaces do trabalho dos psicólogos relacionados com as intervenções com os homens que exercem violência contra as mulheres e as discussões do movimento feminista pode contribuir para a construção de uma identidade profissional congruente com as transformações sociais.

O avanço da legislação observado no Brasil nos últimos anos para coibir a violência e a criação de políticas específicas para as mulheres advém da emergência de um movimento internacional de Direitos Humanos no século XX, que obteve desdobramentos em lutas específicas de diversos segmentos sociais. Em vista do movimento de diversas organizações internacionais para reconstrução dos Direitos Humanos, em reação às barbáries da Segunda Guerra e do Nazismo, observou-se a criação da ONU (1945) e a declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Nesta última, havia um hiato em relação ao direito das mulheres, que, em razão das pressões do movimento feminista, somente foi superado com a criação da CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de

discriminação Contra a Mulher, em 1979, fruto da I Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada no ano de 1975 (Menezes, 2008).

Em decorrência das lutas históricas do movimento feminista, como a citada acima, e em especial a partir da década de 70, a forma diferenciada como a violência atinge as mulheres e os homens passou a ser visibilizada. Os estudos de gênero no Brasil, segundo Heilborn & Sorj (1999), ganharam destaque quando a violência doméstica contra as mulheres passou a ser enfocada, tornando-se um dos pilares da formação da identidade do feminismo brasileiro. A mobilização advinda, sobretudo dos assassinatos de mulheres na década de 80 que geraram grande clamor popular, trouxe questionamentos sobre a forma com a qual a violência contra a mulher era julgada em vista do instituto jurídico de “legítima defesa da honra”, passando a denunciar o tratamento enviesado a que era dado pela justiça. Com isso, o alcance do discurso do feminismo passou a ser ampliado, gerando efeitos na criação das delegacias especializadas para tratamento da violência e nas pesquisas sobre este serviço prestado pelo Estado (Heilborn & Sorj, 1999; Pasinato & Santos, 2008).

Considerada uma violação de direitos humanos, a violência contra as mulheres ganhou espaço em diversas conferências internacionais das Nações Unidas e passou a ser conceituada por esta entidade, como dispõe o artigo 1º da CEDAW (1992) como aquela violência baseada no sexo, isto é, a violência dirigida contra a mulher porque é mulher ou que a afeta de forma desproporcional. Esta Convenção também concebeu que esta violência é perpetrada por agentes públicos ou privados. Em 1993 a Assembléia Geral das Nações Unidas consentiu a Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres, e com base nessa Declaração, no ano seguinte, a Organização dos Estados Americanos (OEA), organizou a Convenção para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres – a Convenção de Belém do Pará, tendo o Brasil como signatário. Em resposta às recomendações da CEDAW e da Convenção de Belém do Pará, em 2006 o Brasil passou a contar com a lei Maria da Penha para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher.

As mobilizações feministas tiveram o mérito de fazer com que o enfoque de gênero fosse institucionalizado e incorporado socialmente. Ele tem sido usado em primazia e tem sido a desigualdade de gênero o fator explicativo para o crescente aumento da violência contra as mulheres. De acordo com esses empenhos do

movimento feminista, ao descortinar a forma desproporcional como a violência atinge as mulheres, evidencia-se que foi e tem sido preciso denunciar, de forma constante, uma realidade social de graves injustiças direcionadas a elas. Ao mesmo tempo, essa luta insere o debate sobre a perspectiva teórico e política em que se baseia o olhar crítico implicado nas práticas sociais e institucionais que buscam a transformação das relações de gênero e a superação da violência contra as mulheres. Pensando ser este campo de discussão política – sobre a violência contra as mulheres – uma das temáticas mais proeminentes do movimento feminista, caberia investigar em quais bases os trabalhos com homens estão assentados e como eles entram na agenda do próprio movimento feminista.

Pensando a Psicologia Social enquanto campo de saber próprio, a partir dos anos 60, instaura-se a denúncia do caráter ideológico e mantenedor da ordem social estabelecida pela Psicologia Social Norte Americana, que passa a ser objeto de reflexão para profissionais desta área, dentre alguns brasileiros.

Em contraposição ao reducionismo psicológico predominante na Psicologia Social norte-americana, havia certo clamor científico que indicava a necessidade de se buscar caminhos próprios para a Psicologia Social em nosso país, para tratar dos problemas sociais concretos e que atendessem a nossa realidade cultural, social e política. O questionamento de o quê / a quem se destinavam as produções teóricas vigentes se fazia contundente, isto é, esta crise engendrava uma crítica do atendimento da necessidade de intervenção social para a melhoria das condições de vida das sociedades, e ao mesmo tempo, uma tendência de contrariedade ao rigor da metodologia experimental. (Lane, 2002; Lima, 2007).

Segundo Sandoval (2002), as linhas de pensamento da psicologia tradicional refletiram empobrecidamente outros contextos do primeiro mundo, acarretando um mercado de consumo teórico acrítico, que não considerava a adequação daquelas práticas aos contextos específicos da América Latina. Em contrapartida, a partir do período da ditadura militar, especialmente a partir do contexto social de resistência a esta, a psicologia social brasileira observou uma crescente rejeição que tinha como elemento central o questionamento da orientação ontológica e epistemológica dos paradigmas predominantes no primeiro mundo, na medida da sua capacidade de produzir conhecimento teórico e prático congruente com as demandas do terceiro mundo. Isto aconteceu apoiado no embasamento dado por teorias tais como o marxismo.

Para a Psicologia Social contemporânea, os problemas sociais concretos passaram a ser o foco de trabalho, em paralelo a uma crítica ao sujeito individual preconizado pelas teorias norte-americanas. Seria, então, necessário aumentar as interfaces sociais e políticas para que a psicologia social atingisse com eficácia a realidade social concreta. (Lane & Bock, 2003).

Assim, ao investigar as perspectivas teóricas e bases políticas das intervenções com HAV a Psicologia Social enquanto campo de saber científico se põe desenvolvendo o alcance das suas intervenções e também a perspectiva social crítica para o campo, ao passo que mantém uma prática investigativa atenta aos reducionismos científicos que põem à margem as implicações políticas e sociais dos conflitos, sobretudo daqueles com interfaces com o campo da violência dos homens contra as mulheres.

Nesse sentido, partindo da premissa de que todo conhecimento é ideologicamente orientado (Machado, 2011) e ao tomar esse norte de reflexão na relação da Psicologia Social e a intervenção com HAV, a investigação também contribui para uma melhor diferenciação entre as perspectivas inseridas na psicologia, como as perspectivas individuais de sociedade, possivelmente implicadas nas intervenções profissionais pesquisadas. Com isso, o estudo também poderia dar um primeiro passo no sentido de contribuir para o estudo sobre a eficácia destas intervenções.

Segundo Machado (2011), a Psicologia Social é uma perspectiva de compreensão dos fenômenos e se caracteriza como um campo de saber que se propõe a clarificar os dilemas e lacunas teóricas e epistemológicas da relação entre indivíduo e sociedade. Portanto, ao se propor trazer à discussão as bases teórico-metodológicas e políticas das intervenções com homens – e as concepções de sujeitos nela implicadas, lança-se mão da reflexão sobre as premissas epistemológicas e metodológicas das práticas com o propósito de contribuir para o sentido do próprio campo de saber.

Freqüentemente surgem entremeados na fala dos os próprios HAV, ao justificarem o ato violento, argumentos tais como “bati porque bebi demais”, “não agüentei, deu um branco na hora”, “explodi porque ela estava muito insuportável”. Não obstante, não nos surpreenderia se esta também fosse, de forma semelhante, a fala de mulheres em situação de violência ao explicarem a motivação do que lhes ocorre/ ocorreu quando sofreram violência masculina de seus (ex) parceiros.

Observa-se que os homens manifestam um discurso vitimário, que, segundo Oliveira (1998), desde “uma perspectiva específica, certo discurso reelabora o gênero masculino aponto de, ao final de sua tarefa, apresentar-nos o homem vítima” (Oliveira, 1998, p.2). Há uma conseqüência inerente também quando se buscam justificativas e minimizam a violência baseada em eventos e causas externas, pois ao externalizar a culpa (Natividade *et al*, 2007) a eles próprios, contribuem significativamente para a perda do foco da responsabilização pelo ato que cometeram, com a desvirtualização da noção implícita de que estas ações originam deles mesmos.

Dito isso, a partir de um enfoque integral da violência (Dahlberg & Krug, 2006), fica também evidente a influência do uso de álcool e drogas na relação com a violência doméstica contra a mulher, apresentando-se como mais um fator de risco potencializador (Vieira, 2008; Furtado & Melo, 2010) e não como um fator de causalidade direta tal como eles com freqüência explicitam ao se vitimizarem.

Na Espanha muitos estudos centram-se na concepção de homens como aquelas pessoas que não possuem habilidades interpessoais ou como aquelas que não têm controle de impulsos, conforme Bonino (2009) citando Echeburúa & Corral (1998). Nesse sentido, os primeiros programas no mundo voltados para HAV possuíam um enfoque cognitivo-comportamental, que empregavam técnicas para o controle dos sentimentos de ira, porém os resultados negativos obtidos evidenciavam o aumento da violência e do controle sobre a mulher (Toneli *et al*, 2010). Na Europa, existe uma hegemonia de programas que executam metodologias cognitivo-comportamentais que mantém concepções patológicas e criminalizantes dos HAV (Beiras, 2012; Ponce, 2011).

A investigação desta pesquisa percebe outra relevância, pois nota a existência de uma tensão no campo teórico-metodológico acerca da influência que o enfoque lançado exerce na dimensão e nos limites da transformação das práticas violentas que os homens (re) produzem. Tal debate é relevante, pois se problematiza os procedimentos que tendem ao controle do comportamento violento e os que pressupõem revisão das ideias sexistas e dos estereótipos de gênero.

Caberia então, neste momento, analisar como o gênero se incorpora nos serviços prestados pelas instituições públicas que tiveram os serviços decorrentes do advento da legislação para coibir a violência contra a mulher. Referindo-se à ampliação das fronteiras decorrentes do discurso veiculado pelo feminismo

brasileiro, mencionados anteriormente, Menezes (2008), ao investigar a constituição do atendimento às mulheres na DEAM em Belo Horizonte, no contexto da Lei Maria da Penha, considera que as práticas envolvidas no atendimento reafirmam os estereótipos que sustentam a dominação e a própria violência. Segundo ela, na análise do atendimento da Delegacia, foi percebido que persiste “um preconceito muito forte em relação às “mulheres”. Esse preconceito atua no controle dessas “mulheres” em direção a uma identidade homogênea, binária e hierarquicamente inferior, o que as reforça como alvo de violência”. (Menezes, 2008, p.144).

A pesquisa também observa problemática e antagônica a incorporação da perspectiva de gênero nas mudanças das práticas de atendimento a mulheres em situação de violência. Se ao passo reconhece a luta do movimento feminista ao enfrentar a violência baseada no gênero, por outro, aponta este último como sendo a perspectiva ausente nas práticas do atendimento. Embora o estudo identifique pequena parcela de atores veiculando discursos baseados no gênero, aponta que, a grande maioria não e que o atendimento acarreta tanto a banalização da violência contra a mulher, quanto à culpabilização da mesma pelos atos dos quais foram alvo.

No estudo das representações sociais da violência sexual contra a mulher no contexto de assistência neo-natal em três maternidades públicas no Rio de Janeiro, uma pesquisa analisou as idéias dos profissionais de saúde associadas à violência sexual cometida contra a mulher (nos espaços públicos ou privados) e as explicações dadas pelos mesmos ao surgimento deste tipo de violência. Compreendendo as representações feitas por profissionais da Psicologia, Medicina, Enfermagem, Serviço Social, Odontologia e da Nutrição sobre o fenômeno, este estudo apontou que existe a reprodução da ordem sócio-cultural, em que os estereótipos de gênero e as crenças sexistas em torno das mulheres evidenciam a permanência de modelos hegemônicos nas relações sociais que legitimam e naturalizam a violência sexual. As idéias associadas à violência sexual por parte dos profissionais são embasadas ora em um saber biomédico, ora no senso comum. As explicações sobre as causas da violência apontam para a desigualdade de poder entre homens e mulheres e também aos estereótipos de gênero. Este estudo sinaliza que trabalhar com este tipo de fenômeno implica em superar representações advindas de um paradigma médico da sexualidade feminina, indo ao encontro da perspectiva de gênero, que significaria ampliar a perspectiva de análise crítica por parte daqueles profissionais. (Minayo, Gomes & Cavalcanti, 2006).

Na pesquisa que empreendeu o mapeamento das intervenções com homens na América Latina, (Toneli *et al*, 2010) grande parte dos profissionais entrevistados expôs que só seria possível o trabalho com esse tipo de público caso os profissionais implicados investissem na revisão da própria masculinidade e no modo como foram socializados como homem. Relatam que isso seria possível se avaliassem seus machismos e seus pressupostos associados ao exercício da masculinidade hegemônica ou tradicional.

De acordo com estas idéias, por fim, acredita-se que o estudo das concepções sobre a violência nas relações de intimidade conjugalidade estabelecida pelos HAV pelos profissionais implicados nas intervenções com os mesmos possa contribuir para o desenvolvimento de ações que previnam o surgimento ou continuidade violência cometida pelos homens contra as mulheres.

3 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi qualitativa, por meio dos instrumentos de entrevistas semi-estruturadas e análise documental. Os dados foram analisados a partir da análise qualitativa de conteúdo, buscando identificar a freqüência de temas no contexto, possibilitando a constituição de agrupamentos de elementos de significados mais próximos e viabilizando a formação de categorias mais gerais de conteúdo. Posteriormente, os resultados foram articulados com a discussão teórica (Nascimento & Menandro, 2006). Conforme descreveremos em maiores detalhes no capítulo 3, o foco dado na categorização foi a partir da seleção categorias obtidas por meio da leitura do material teórico sobre as intervenções com os homens, buscando compreender as bases teóricas e políticas que norteiam o trabalho com os homens (Flick, 2004).

A pesquisa qualitativa, de acordo com Minayo (1999),

> trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (Minayo, 1999, p.24).

Trabalhar qualitativamente significa compreender os sentidos que são dados aos fenômenos observados pela pessoa investigada, isto é, em direção à realidade para a qual se quer construir conhecimento. Isto se dá por meio de técnicas que se baseiam no contato presencial entre pesquisado e pesquisador, sobretudo colhendo elementos do *setting* natural dos sujeitos pesquisados (Turato, 2004).

Para a identificação dos participantes da pesquisa se realizou previamente um levantamento exploratório (Minayo, 1994), com o objetivo de também selecionar a melhor estratégia da entrada em campo. O levantamento de informações sobre os serviços contou com os procedimentos das entrevistas e consultas aos documentos disponibilizados através dos sites das entidades na internet, não se restringindo a ela. Para tanto, realizamos uma caracterização das entidades quanto aos aspectos fundamentais:

1) Objetivos;
2) Formas de financiamento;
3) O trabalho em rede;
4) Metodologia de trabalho;
5) Fluxos de encaminhamento;
6) Outros atendimentos realizados na entidade;
7) O sistema de avaliação;
8) O uso dos resultados.

Nesse sentido, buscamos um enquadramento geral das entidades que abrigam os serviços, considerando o contexto institucional do qual partem, as suas relações com as redes e a vinculação com políticas mais amplas. Nesse levantamento exploratório, adicionalmente a pesquisa se inseriu na denominada *Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais*, um espaço coordenado em que se reúnem mensalmente os órgãos de justiça e segurança pública, organizações políticas, serviços de atendimento à mulher em situação de violência tal como as casas abrigo e centros de atendimento à mulher, buscando contatos institucionais. O objetivo foi identificar os serviços/ gestores institucionais dos trabalhos de intervenção com homens autores de violência doméstica contra as mulheres. Essa inserção será mais bem detalhada quando partirmos à leitura dos serviços no capítulo 3.

A coleta de dados realizada diretamente no campo de pesquisa se deu por meio da combinação de dois procedimentos, as *entrevistas semi-estruturadas* e *análise documental*. As entrevistas realizadas foram semi-estruturadas centradas no problema. Segundo Flick (2004), este tipo de entrevista, ao utilizar um roteiro flexível e estratégias comunicativas, permite coletar dados biográficos do entrevistado em relação a um determinado problema. Ela permite a reconstrução pelo entrevistado de teorias subjetivas sobre o tema em questão, entendendo que estes profissionais

podem deter conhecimentos densos sobre a violência e sobre os homens os quais devem ser estruturados, a fim de articulá-los para entendimento. Este viés foi especialmente importante ao se buscar compreender as concepções dadas à violência exercida e às sobre os homens que a cometeram.

Para esta pesquisa foram realizadas oito entrevistas, conduzidas pelo próprio pesquisador, sendo quatro com profissionais da cidade de Belo Horizonte e quatro com profissionais estabelecidos em outros municípios mineiros. As entrevistas tiveram agendamento prévio ou por correio eletrônico ou telefone e, por ocasião do primeiro contato, eram informadas sobre o objetivo da pesquisa e os motivos da escolha de seu nome para participar. Também lhes era pedido que nos informassem os nomes de outros profissionais que consideravam importantes de serem entrevistadas, pelo seu histórico de participação em serviços de intervenção com os HAV. O roteiro (ANEXO) no qual se baseou a entrevista teve os seguintes eixos 1) *a trajetória profissional dos principais envolvidos no trabalho,* 2) *a concepção sobre os homens atendidos,* 3) *a concepção sobre a violência e a relação dos homens no contexto de intimidade e conjugalidade.*

A seguir apresentamos um quadro com o nome fictício das entrevistadas e suas respectivas vinculações institucionais:

Entidade	Nome	Vinculação institucional	Cidade
Programa de Educação e Responsabilização para Homens autores de Violência Doméstica Contra a Mulher - TJMG	1 – Alberto	Coordenador	Pouso Alegre – MG
	2 – Andréia	Assistente Social Judicial	Pouso Alegre – MG
Projeto Dialogar – DEAM – PCMG	3 – Bárbara	Delegada titular DEAM	Belo Horizonte – MG
	4 – Breno	Psicólogo	Belo Horizonte – MG
ONG ABAN – Associação dos Amigos Projeto Laços	5 – Márcio	Diretor	Juiz de Fora – MG
	6 – Daniela	Coordenadora	Juiz de Fora – MG
ONG Instituto ALBAM Programa ANDROS	7 – Cibele	Diretora	Belo Horizonte – MG
	8 – Cláudio	Supervisor metodológico	Belo Horizonte – MG

Segundo May (2004), um aspecto importante deste tipo de pesquisa qualitativa é a caracterização do *lócus* do pesquisador, que, em primeiro lugar, parte de uma atitude de reflexividade da conduta. Este processo, cuja contínua leitura da relação dos sujeitos investigados em seu ambiente e do próprio pesquisador no campo, é determinante para a construção dos resultados da pesquisa, pois parte do princípio de que específicos valores e interesses de condições sócio-históricas nortearão o pesquisador. Tal atitude implica na consideração de aspectos culturais do pesquisador e sua biografia, de modo a possibilitar o entendimento das ações em contexto observadas (May, 2004).

O trabalho de coleta de dados em cada entidade teve como referência a duração de realização em um dia, não tendo ultrapassado esta na coleta informações para o escopo da pesquisa.

Para construção da pesquisa obtivemos aprovação COEP - *Comitê de Ética de Pesquisa* com o plano de entrevista e o TCLE - *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido formulado* – em anexo.

CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE E DA VIOLÊNCIA MASCULINA

A honra é o pudor viril.– Alfred de Vigny (s/d.), poeta francês

Os mais nobres ideais da virtude viril são realizados na guerra – Maistre (1797)

Compreender a violência masculina a partir do enfoque de gênero significa deslocar o foco para a construção da desigualdade entre homens e mulheres. Esta, por sua vez, somente é entendida na significação da diferença entre sexos e na designação de valores diferenciados que se constroem socialmente a masculinidade e a feminilidade (Osborne, 2009; Scott, 1999). Essa pesquisa se insere no cenário das intervenções com HAV no estado e se propõe investigar as suas bases teórico-metodológicas e as perspectiva políticas. Para isso, ela buscou levantar os serviços de intervenção, indagando como os profissionais neles implicados concebem os HAV e o surgimento da violência nas suas relações com as mulheres. Para alcançamos esses objetivos, faremos uma aproximação de algumas perspectivas teóricas que contribuem para entender o fenômeno da violência, através da

compreensão acerca da identidade masculina.

Tal tarefa pressupõe buscar construir um caminho que nos permita compreender a organização social da masculinidade, evidenciando a construção da "masculinidade hegemônica" e as relações e dinâmicas hierárquicas entre as masculinidades (Bonino, 2003; Connell, 1997; Connell & Messerschmidt, 2013). Em seguida, abordaremos a construção da "dominação masculina" (Bourdieu, 2003), teorização na qual os sujeitos são compreendidos como aqueles que internalizam as estruturas, criando neles uma dimensão pré-reflexiva e naturalizada da assimetria de gênero. A partir da crítica direcionada a esse conceito quanto à sua suposta trans-historicidade e auto-reprodução, daremos visibilidade aos micromachismos (Bonino, 2008), desvelando estratégias usadas pelos homens para dominarem as mulheres, mantendo-as no espaço doméstico e a serviço deles. Privilegiaremos uma abordagem histórica na construção das masculinidades, passando a considerar, em seguida, a influência dos estudos sobre a conformação do ideal moderno da masculinidade (Oliveira, 2004). Finalmente, a partir da inserção dos homens na denominada "casa dos homens" (Welzer-Lang, 2001), buscaremos promover reflexões sobre os homens e a violência.

1.1 – O CONCEITO MASCULINIDADE HEGEMÔNICA E AS HIERARQUIAS DAS MASCULINIDADES

O conceito de masculinidade hegemônica (MH) teve sua formulação original associada às pesquisas sobre a desigualdade social em escolas australianas. Ele teve sua sistematização inicial no contexto de questionamentos sobre o "papel sexual masculino", em que a masculinidade passou a ser entendida como articulada a vários sistemas de poder. Os grupos de estudiosos australianos que tratavam desse conceito mantiveram interlocução com campos de discussão feministas acerca do patriarcado e sobre o papel dos homens na transformação deste mesmo sistema de relações. Tal elaboração conceitual tem sido usada em contextos culturais diferenciados e também em sentidos variados. Ela passou de um modelo conceitual de base empírica limitada a construções teóricas mais densas sobre homens e masculinidade (Connell & Messerschmidt, 2013). De fato, falamos aqui de uma referência teórica presente nos pressupostos metodológicos da maioria das intervenções com base feminista identificadas na pesquisa que mapeou programas de intervenção com HAV na América latina (Toneli *et al*, 2010).

Na proposta conceitual original de Connell (1997), o gênero emerge como uma estrutura da prática social e um processo dinâmico, histórico e organizador da vida em sociedade. Tal prática social referida à estrutura de gênero, por sua vez, se refere aos corpos, observando-se na fase reprodutiva um caráter central – incluindo nela a relação sexual, o nascimento e o cuidado infantil. A fase reprodutiva envolve o corpo não a partir de determinismos biológicos, mas caracterizando como a vida cotidiana se arranja em volta da reprodução. A prática social para Connel não é autônoma e responde a estruturas históricas definidas. Ela evita tentativas teóricas de se buscar explicar a sociedade a partir de uma noção auto-reprodutora, conforme veremos adiante. Estrutura e práticas se conformam, assim, de um modo circular, porém num processo aberto a transformações. Para oportunizar novas possibilidades, as práticas sociais se articulam com a estrutura das relações de gênero e a fase reprodutiva, sendo a estrutura de gênero umas das principais estruturas de todas as sociedades. Logo, os conceitos de masculinidade e feminilidade respondem a estas estruturas e são configurações de práticas associadas às relações de gênero. As práticas sempre se conectam a situações construídas historicamente, às configurações maiores dentro da estrutura do gênero. Do ponto de vista dinâmico, masculinidades e feminilidades são “projetos de gênero”, que são processos de configuração da prática através do tempo, que renovam os pontos de partida por meio das estruturas de gênero (Connell, 1997).

A masculinidade no pensamento deste autor pode ser encontrada em qualquer unidade de análise da vida social, pode passar por qualquer divisão dela, ou ainda da vida individual. Ao fazer alinhamentos com perspectivas psicológicas individualizantes, Connel também reconhece o plano do gênero nas instituições tais como o Estado, apresentando este como masculino, visto que suas práticas organizacionais são estruturadas com relação à fase reprodutiva. De fato, ele justifica que ali existe uma configuração que mobiliza as promoções e ocupação de cargos de chefia, a divisão de trabalhos e os sistemas de controle e na formulação de políticas.

A intersecionalidade do gênero – desde as categorias raça, classe, nacionalidade (ou a posição na desigual ordem mundial) – dão ampla implicação para a análise da masculinidade. Por exemplo, desde a perspectiva relacional do gênero, a masculinidade branca se constitui a partir da feminilidade branca, mas também da masculinidade negra. Por isso, Connell (1997) defende que se articule a

análise das masculinidades com o legado histórico das situações coloniais e pós-coloniais. Segundo ele, isso também fornece base para compreensão do controle da polícia pelos homens brancos, das cortes e prisões nas colônias e, logo, com a presença maciça de homens negros nas prisões.

Connell (1997) afirma que a masculinidade se define por meio dos processos e relações nas quais homens e mulheres vivem imbricados nas relações de gênero. Por esta razão, ele define masculinidade como "*ao mesmo tempo a posição nas relações de gênero, as práticas por meio das quais os homens e mulheres se comprometem com essa posição de gênero, e os efeitos destas práticas na experiência corporal, na personalidade e na conduta"*. (Connell, 1997:6).

Na medida em que Connel afirma esta íntima relação das masculinidades nos arranjos de gênero, ele a caracteriza como sendo um conceito relacional. Por isso, dentro de sua visão, não seria apropriado tratar a masculinidade com tendência a dicotomizar as diferenças entre os homens e as mulheres. Para ele, o gênero se caracteriza como constituições interdependentes e, assim, as masculinidades decorrentes das relações entre homens e mulheres. As mulheres são centrais para a construção de processos de construção da masculinidade, e isso é evidenciado pelo papel cumprido na regulação abarcada na relação com nossas genitoras, namoradas, colegas de trabalho, etc. Segundo Connell & Messerschmidt (2013), isso põe em relevo o papel de ambos na construção recíproca em relação à complacência ao patriarcado.

No que se refere à construção da *masculinidade hegemônica* (MH), nas sociedades em geral são destacadas algumas masculinidades em detrimento de outras, e há uma configuração em especial de práticas – a MH, que responde à questão da legitimidade do patriarcado e, conseqüentemente, às práticas que garantem a dominação masculina e a subordinação das mulheres. A MH se relaciona com a forma mais honrada de ser homem e essas definições sofrem variações constantes, relacionando-se a contextos sócio-históricos específicos. Apesar disso, ela não possui aspectos trans-históricos e por isso não confere atributos fixos. Isto é, a masculinidade não é entendida como um conjunto de traços, pois isso lhe remeteria ao campo rejeitado dos essencialismos.

Nesse sentido, é válido destacarmos que a MH não se enquadra dentro de uma noção heteronormativa de gênero, binária, que essencializa as categorias macho e fêmea e produz um apagamento das categorias do gênero (Butler, 2013;

Costa, 2002; Medrado & Lyra, 2008). Connell & Messerschmidt (2013) colocam que a masculinidade, diferentemente de muitos conceitos correntemente utilizados na psicologia e em certa confusão conceitual no campo das masculinidades, não é uma elaboração conceitual essencializante dos homens. A masculinidade tem foco nas ações – e na configuração delas – e nas práticas sociais.

> A masculinidade não é uma entidade fixa encarnada no corpo ou nos traços da personalidade dos indivíduos. As masculinidades são configurações de práticas que são realizadas na ação social e, dessa forma, podem se diferenciar de acordo com as relações de gênero em um cenário social particular (Connell & Messerschmidt, 2013).

As masculinidades responderão ao modelo hegemônico se enquadrarem nas configurações de masculinidades específicas que são correntemente legitimadas e se estiverem em conformidade ao ideal cultural vigente de época. Ao tratarmos a masculinidade como um ideal, relaciona-se com o que sustenta o poder de um homem, a regulação social em torno de uma expressão pública de poder de algum homem, isto é, aquilo que motiva muitos homens a apoiar essa expressão. Este ideal corresponde ao modelo que exerce autoridade sobre outros homens e subordina as mulheres, fazendo, assim, uso exitoso da autoridade, que é a marca da hegemonia.

As MH, por se tratarem de ideal, podem ser elaboradas sem correspondência a um homem real, só existindo desde modelos que expressam ideais, fantasias, desejos muito comuns entre as pessoas. De acordo com Connell & Messerschmidt (2013), eles

> ... oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero. Ademais, eles circulam livremente com a constituição prática das masculinidades como formas de viver as circunstâncias locais cotidianas. Na medida em que fazem isso, contribuem para a hegemonia na ordem de gênero societal (Connell & Messerschmidt, 2013).

Assim, podemos representar a MH concretamente pela reprodução daquilo que os pares masculinos definem como sendo próprio do ser homem – uma regulação social –, tal como exibir-se, dar cantadas, entrar em jogos de competição com os pares ou não dissuadir-se no confronto com a companheira ou com rivais para defender sua própria reputação. Isso está de acordo com Haenfler (2004), que coloca que a masculinidade hegemônica ocidental exalta especialmente a competição, a hierarquia, o individualismo, as proezas sexuais, a força corporal, a racionalidade, a distância emocional, a dominação e a coragem de se arriscar.

Nesse sentido, por exemplo, é muito comum observarmos a reprodução daquilo que é definido como próprio de ser homem quando, em alguns contextos

locais, é necessário aos homens defenderem sua honra ao verem suas companheiras assediadas por outros homens. Com uso do jogo de competição de forças violentas, ou com o *duelo* para defender sua honra, muitas vezes com o uso de armas de fogo, há uma regulação social, um consenso de que se deve tirar "satisfação", devendo ser "punido" quem "deu a cantada". No sub-tópico quatro adiante, veremos mais detidamente como o duelo emerge como uma elaboração cultural, cuja ideia básica é uma disputa entre dois homens, cujo objetivo não era matar, mas evidenciar competência e a dignidade masculina. Em outros contextos, esse duelo se especifica ainda mais, quando o "tirar a satisfação" pode significar tirar a vida tanto da companheira, que manchou sua reputação antes aos outros, quanto de quem a assediou, de quem mexeu com "aquilo que é seu" – sua honra (ou pudor viril).

A MH é normativa no sentido de exigir que todos os homens se posicionem a partir dela. Contudo, na medida em que pressupõe a forma mais valorizada e prestigiada de ser homem, provavelmente poucos são os que a assumem, mesmo que sejam muitos os que buscam dela ter posição. De acordo com Almeida (1995), trata-se de um quadro valorativo-normativo que exerce sobre todos os homens um efeito controlador. Assim, embora muitos homens detenham bastante poder social, certamente muitos não se enquadram no modelo hegemônico (Connell, 1997; Connell & Messerschmidt, 2013). A MH é um modelo por meio do qual a maioria projeta sua identidade de gênero e a referência para qualificação e ordenação / hierarquização social do comportamento de pessoas masculinas (Sacramento, 2004).

Mesmo que muitos não se enquadrem no modelo hegemônico, recebem dele benefícios. Segundo Connell (1997), esses homens são *cúmplices* da forma hegemônica da masculinidade. Nesse sentido, as mulheres também podem ser complacentes às praticas da masculinidade dominante. Conforme dissemos, Connel trata da MH como equivalente às práticas que garantem a dominação masculina e a subordinação das mulheres e assim, às práticas que sustentam e dão legitimidade ao patriarcado. O patriarcado socializa homens e mulheres e, para que ele permaneça, não só depende das relações de solidariedade entre os homens, mas também do papel ativo das mulheres na *ordem patriarcal de gênero* (Saffioti, 2004; Aguiar, 2000). Assim, as normativas sociais da MH que tornam a violência uma prática naturalizada tem respaldo na sua generalizada tolerância e aceitação.

A MH não necessita ser o padrão comum na vida diária de meninos e homens. Isto porque a hegemonia opera com a ideia de exemplos de masculinidades (como os astros profissionais do esporte, políticos, músicos, apresentadores, atores de novelas, séries, filmes, desenhos, etc.), apesar da maioria não viver segundo eles.

Os modelos de MH podem existir em ambientes sociais específicos, tais como em grupos de colegas de bairro, escolas e organizações de trabalho – como em masculinidades gerenciais. De acordo com Connell & Messerschmidt (2013) ao revelarem os estudos Hoschschild (1989), as MH podem ser encontradas em modelos familiares, pois refletem a definição de negociações em torno do trabalho doméstico e da “dupla jornada”.

As MH são passíveis de serem reconstruídas, em vista da transformação das relações de gênero. Já dissemos que a estrutura e práticas se conformam de modo a incluírem transformações. Assim, as práticas das MH são passíveis de contestação e criação de novas estratégias. Nesse sentido, é válido destacarmos que de acordo com Connell & Messerschmidt (2013), é possível encontrarmos um aspecto positivo na formulação desse conceito. As relações de poder podem demandar outras estratégias nas quais sejam incluídas, por exemplo, a possibilidade de uma masculinidade como a do parceiro doméstico ser socialmente admirada, ao invés da imagem do “patriarca da família tradicional mineira”.

É apropriado aqui ressaltarmos que devido à centralidade da linguagem propiciada pelo *giro lingüístico* (Mayorga, 2011), no pós-estruturalismo o gênero passa a ser constituído pela linguagem, ou pelo que se denomina *discurso*. O discurso é entendido como o meio de orientação do sujeito no mundo, isto é, a realidade é abarcada pela linguagem e, logo, por discursos. Eles vão para além do que a palavras, são atos imbuídos de significado.

Assim, a masculinidade perpassa o discurso, sendo utilizada de formas diversas por ele. O discurso hegemônico da masculinidade é construído a partir de normas culturais hegemônicas (dimensões não refletidas do gênero, como aquelas relacionadas inclusive com o trabalho assalariado, trabalho doméstico, cuidados com as crianças, etc.) e levado a cabo em circunstâncias particulares. Esse é um importante aspecto do discurso hegemônico, pois desde os múltiplos significados da masculinidade hegemônica, os homens podem se esquivar dentre eles conforme suas necessidades interacionais e adotá-lo quando quiserem. Assim, também

podem se distanciar dele quando conveniente. De fato, de acordo com Connell e Messerschmidt (2013), *A masculinidade não representa um tipo determinado de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas* (Connell & Messerschmidt, 2013 p. 257).

Uma característica básica do conceito de masculinidade hegemônica é entendê-lo em combinação com uma pluralidade de masculinidades e a existência de uma hierarquia entre elas. Existem padrões múltiplos de masculinidades em diferentes países e contextos culturais e institucionais. Nesse sentido, é válido destacar que em razão de haver distintas culturas de gênero, múltiplas intersecções entre raça, classe, geração e outros marcadores identitários, e trajetórias singulares de vidas de homens, evidentemente há uma infinidade de masculinidades hegemônicas. Segundo Connell & Messerschmidt (2013) fazendo referência aos estudos de Valdés e Olvarría (1998), a ideia inicial de que ordens de gênero constroem masculinidades múltiplas, foi frutífero mesmo em países culturalmente homogêneos como o Chile. Nesse país há uma ampla variedade de masculinidades pensadas desde o recorte de classe e geração.

Portanto, existem relações entre essas diferentes masculinidades e surge daí a ideia dessa hierarquia entre elas. Tal dinâmica hierárquica teve sua elaboração no contexto da produção intelectual do movimento de liberação gay, que denunciava as experiências de preconceito e violência praticadas por heterossexuais, sendo nessa época cunhado o termo homofobia (Connell & Messerschmidt, 2013).

As hierarquias entre as masculinidades não estão associadas a uma analogia que pode ser feita desde a subordinação patriarcal das mulheres. Ao citar uma crítica feita por Holter (1997, 2003), Connell & Messerschmidt (2013) afirmam que se deve levar em consideração a institucionalização das desigualdades de gênero, o papel das construções culturais e a ação articulada das dinâmicas de gênero com raça, classe e região. Bonino (2003) coloca que como a MH é derivada do poder e de valores da cultura patriarcal, ela é marcada pela dicotomia e a desigualdade. A oposição e inferiorização das pessoas não masculinas se transformam em elementos fundamentais na sua construção. Localizando-se no pólo da superioridade, ela gera a criação de outras formas subordinadas e opostas, dos quais necessita para reafirmar-se.

A partir de então, seria preciso compreender como Connell (1997) descreve as práticas e relações que constroem os principais padrões de masculinidade do

ocidente. Um importante aspecto dessa dinâmica é que ela não encerra tipos ou aspectos fixos às masculinidades, mas ao invés disso, configurações de práticas que são originadas em ocasiões específicas, baseadas em um processo relacional de constantes modificações.

Dentre as relações e práticas da masculinidade há relações de *hegemonia, subordinação*, *cumplicidade* e *marginalização*. É importante destacar que a hegemonia, conforme dito anteriormente, relaciona-se à luta constante pela posição de preponderância, com a legitimidade do patriarcado e, portanto, às práticas que garantem a dominação masculina e a subordinação das mulheres. A MH se relaciona com a forma mais valorizada de ser homem e essas definições sofrem variações constantes, em vista do ideal cultural vigente de época. Connell & Messerschmidt (2013) colocam que para se dar conta da implicação do transporte da hegemonia para o campo das relações de gênero é preciso entender o contexto de sua produção deste conceito em Gramsci, que está associado à sucessiva mobilização e desmobilização de classes. Assim, a hegemonia pressupõe uma dinâmica social móvel, posto que em qualquer momento as posições hegemônicas da masculinidade podem ser questionadas pelas mulheres ou por outros grupos de homens, que criticam as velhas estratégias e criam novas posições de dominação.

Quanto às relações de *subordinação* entre masculinidades, Connell (1997) afirma que existem experiências subordinação e dominação entre grupos de homens, tais como a dominação entre heterossexuais e homossexuais. Isto inclui um conjunto vasto de práticas de exclusão e abuso, mas também de violência. Ao inferiorizar masculinidades homossexuais, a masculinidade hegemônica concebe esta como o porão no qual é simbolicamente expelido tudo dela própria. Para a masculinidade hegemônica, portanto, a homossexualidade é semelhante à feminilidade. Outras masculinidades que derivam da confusão simbólica com a feminilidade também são excluídas do círculo de legitimidade.

Conforme exposto anteriormente, as relações de *cumplicidade* na dinâmica entre masculinidades funcionam a partir da ideia de consenso e complacência à legitimidade do patriarcado entre homens e mulheres. Ao ser poucos realmente que incorporam a MH, muitos, por outro lado, têm conexão com ela na obtenção de vantagens e comodidades. Ao mesmo tempo, isto cria uma de relação de cumplicidade com esse projeto hegemônico. E isto é estratégico para estas outras masculinidades *cúmplices*, pois as afastam das tensões e riscos que assumir esta

posição hegemônica comporta. Porém, Connell (1997) adverte que as masculinidades cúmplices não são “versões covardes” da masculinidade hegemônica, porque indicam amplas e complexas práticas vivenciadas em diversos âmbitos com as mulheres. Elas vão além do exercício da autoridade, estão na relação entre homens que respeitam suas companheiras, realizam tarefas domésticas e que sequer a agridem.

Finalmente, as relações de *marginalização* entre masculinidades se relacionam com a possibilidade da masculinidade hegemônica enquanto grupo dominante autorizar outros grupos de homens para participarem do projeto hegemônico, considerando a classe dominante e subordinada ou os grupos étnicos. A escola é um espaço relacional em que podemos exemplificar essas relações de marginalização, onde algumas rotulações classistas nos dão pistas sobre processos de estigmatização/marginalização de indivíduos ou grupos, criando-se uma classificação de hábitos e bens de consumo valorizados ou desvalorizados (Abramovay, Calaf & Cunha, 2009). Segundo Abramovay, Calaf & Cunha (2009), os artigos de vestuário ganham uma dimensão em que opera uma lógica de distinção e de inserção aos jovens, “tornando o consumo um elemento básico a operar no jogo social de aceitação e pertencimento” (p. 234). Assim, muitos jovens vêem na roupa um símbolo de valorização, com destaque no tênis do caso dos meninos. Não andar “bem vestidos”, ou com um tênis “falsificado”, pode acarretar um risco de exclusão do grupo de pares, isto é, não ser autorizado a participar do projeto hegemônico, que poderia se relacionar também com o grupo de prestígio frente às meninas.

Outro exemplo, a raça pode ser o fator mais preponderante para análise das dinâmicas das relações entre masculinidades. Isso pode ser visto na vivência em um contexto de marcante desigualdade racial, onde homens negros podem manifestar grande truculência física e isso, ao mesmo tempo, alimenta a crença comum de um homem negro e violento. Esta imagem de violento, por sua vez, constrói o gênero branco e também as políticas entre brancos. A marginalização pode também existir na relação entre masculinidades subordinadas (Connel, 1997).

Ao tratamos essa dinâmica hierárquica entre masculinidades é importante reiterar seu aspecto dinâmico das configurações de práticas. Elas são originadas em ocasiões específicas, baseadas em um processo relacional que se altera constantemente. Assim, segundo Connell & Messerschmidt (2013) a MH *“é uma*

forma de entender certa dinâmica no seio de um processo social" (Connel & Messerschmidt, 2013, p.256).

Sacramento (2004) nos fornece uma ilustração acerca dos paradoxos presentes na expressão da identidade masculina. Ao adentrar na prática discursiva entre clientes de um contexto de prostituição na Europa, revelou algumas contradições desse discurso hegemônico, ao passo que as práticas e *modos de ser* daqueles clientes indicaram direções contrárias a ele. O comportamento dos clientes revelou defasagem ante ao sistema valorativo-normativo da MH. Isto é, por um lado, os clientes reproduziram o discurso hegemônico estrategicamente, camuflando ou rearranjando algumas situações que lhes acarretasse uma reprovação dos outros homens. Eles fizeram isso ressaltando concepções dominantes do que é ser homem e também na competição acerca da virilidade com outros clientes. Por outro lado, eles omitiram ou distorceram situações que revelaram sua vulnerabilidade emocional, negando terem sido parte lesada na prostituição. Isto aconteceu, por exemplo, pelo fato de muitos terem sido roubados e agredidos ou por viverem situações nas quais as mulheres prostitutas exerciam preponderância circunstancial (Sacramento, 2004). Assim, em algumas situações, em nível relacional, há certo desempoderamento masculino e a emergência de posições diferenciadas no arranjo de gênero, tais como *masculinidades subordinadas* (Connell, 1997).

Para Bonino (2003), o poder configurador da MH não se evidencia tanto nos discursos, mas nas práticas. Esse poder não está de forma pontual, mas em uma posição existencial, modos de estar e na incapacidade para a mudança no cotidiano. "Não tanto em seus momentos mais estáveis, mas em suas situações mais críticas; em sua identidade representacional (imagem de si), mas especialmente na funcional (o que fazem)" (Bonino, 2003, p.2).

Para se compreender a MH é preciso ter uma compreensão do todo nas hierarquias de gênero e reconhecer a agência dos grupos subordinados. Os padrões dela podem mudar ao se incorporar elementos de outras masculinidades, tais como subordinadas e marginais. Connell & Messerschmidt (2013) concordam que a hegemonia da masculinidade se dê de modo pragmático e dialético, vez que a masculinidade hegemônica existe em tensão com outras masculinidades não hegemônicas. Tal relação entre masculinidades não faz com que a masculinidade hegemônica fique sem ser impactada – ou seja, figure como "elitista" –, vez que há um processo em rede de padrões múltiplos de masculinidades, fazendo um bloco

masculino hegemônico como *hibridização*. A partir da ideia das práticas masculinas serem apropriadas dentro de outras masculinidades, podemos observar a influência de artistas do *Funk Ostentação* na construção das masculinidades de homens jovens de algumas grandes metrópoles brasileiras. Contudo, ao dizermos isso, não ficamos à vontade em afirmar que essa *hibridização* se associa a uma hegemonia num sentido global, para além do regional e local. Além disso, não notamos que tal processo conceitualmente evidencie o enfraquecimento do patriarcado.

Ao nos aproximamos da violência masculina a partir do conceito de MH, não seria apropriado fazê-lo concebendo os homens como não emocionais, independentes, não cuidadores, agressivos e não passionais – atributos correlacionados às causas criminais. Isso, porque, segundo Connell & Messerschmidt (2013), a MH não deve ser entendida a partir de um reducionismo psicológico, uma vez que entendida assim, tende explicar o comportamento dos homens de forma circular. A MH não é sinônimo de homem rígido, dominador, sexista e "macho". Como mencionamos, ele é derivado das práticas que sustentam a dominação dos homens sobre as mulheres e em muitos contextos pode ser entendida como que abarcando o envolvimento de homens que cometem violência contra as mulheres. Porém, é preciso fazer distinção entre hegemonia e dominação, pois a violência pode estar associada à dominação enquanto a hegemonia pressupõe consenso e participação de grupos subalternos. Assim, a violência nem sempre é definidora da masculinidade hegemônica, vez que a hegemonia comporta inúmeras configurações.

Dissemos anteriormente que a compreensão da MH desde teorizações no pós-estruturalismo nos inclina a concebê-la como sendo formada pelo discurso. Porém, vez que a MH é um conceito multidimensional, vai para além deste campo discursivo. O discurso hegemônico da masculinidade é construído a partir de normas culturais hegemônicas. Por outro lado, a MH não reduz o sujeito, pois ele não se restringe ao determinismo estrutural. É válido reconsiderarmos que Connell (1997) concebe esse conceito sendo formulado a partir da ideia de que a configuração de práticas organizadas em relação às estruturas das relações de gênero. Nesse sentido, é importante notarmos que as estruturas históricas são formadas desde as práticas sociais e de uma perspectiva histórica.

Portanto, quando falamos em um ideal de masculinidade dado a partir de elaborações estritamente culturais, precisaríamos de mais elementos para

compreender a masculinidade. A linguagem do pós-estruturalismo é apenas uma deles. Ir além é necessário e buscaremos fazer isso sem arriscarmos homogeneizar o sujeito, tratando-o como uma especificação de um ideal normativo cultural. Debateremos disso no sub-tópico 1.4 adiante quando enfatizarmos a historicidade das elaborações normativas da masculinidade contemporânea.

Na abordagem conceitual proposta por Bonino (2003), que deriva das formulações de Connel acima, a MH surge como uma matriz geradora, “um molde vivo” que organiza o psiquismo e corpo masculino, fazendo-o em interseção com outros sistemas de poder para produzir seus efeitos. Ela é um sistema normativo “absolutista-excludente” no qual “está conformada como um complexo e compacto conglomerado de valores em hierarquia social, desejados pelos homens, integrada por mandatos prescritivos e proscritivos que delimitam qualidades, atributos e demandas sociais em torno dos homens”. (Bonino, 2003, p. 11).

A MH se apóia em quatro ideologias que destacam sujeitos sustentados por valores culturais, a ideologia *patriarcal*, a ideologia do *individualismo da modernidade*, a ideologia da *exclusão e da subordinação do outro* e o *heterosexismo homofóbico*.

A ideologia *patriarcal* sugere o homem-pai como dominador do grupo familiar e preconiza também o domínio do mundo pelo masculino. O *individualismo da modernidade*, pressupõe um sujeito auto-centrado, auto-suficiente, capaz, racional e cultivador do conhecimento, que faz o que for preciso para ganhar e impor sua vontade, usando o poder para conservar seus direitos. Ele está pressuposto como um homem branco, ocidental, que mantém vínculos de paridade e hierarquia com os iguais. A *exclusão e a subordinação do outro* está relacionada com a eliminação do indivíduo diferente, baseado nos ideais de soldado guerreiro e conquistador cultivado desde a antiguidade. O *heterosexismo homofóbico*, por sua vez sugere como sujeito ideal aquele que realiza práticas heterossexuais e inferioriza as homossexuais (Bonino, 2003).

Para compreensão dos maus tratos e abusos, na perspectiva apontada por Bonino (2003), é decisivo entender que a MH a torna um fator de risco, e faz dela emergir a existência dos valores da a) auto suficiência, b) belicosidade heróica c) autoridade sobre as mulheres e d) valorização da hierarquia. Estes valores, uma vez interiorizados, criam mentalidades e hábitos de vida pouco saudáveis para os homens, déficit de comportamentos de cuidado e afetivos (inclui menor disposição

para a comunicação e empatia), desigualdade com as mulheres e risco para as pessoas próximas.

Para Bonino (2003), um elemento básico da masculinidade hegemônica é estabelecer normas da masculinidade que esperam que os homens *sejam mais* – como um dever ser – *saibam mais*, *possam mais* (para ele mesmo importante e confiante em si mesmo) e *tenham mais* (mais êxito, salários, carros melhores, etc. - caso contrário resulta em humilhação).

Os outros homens são ao mesmo tempo aliados e competidores e as mulheres/ o feminino são subordinadas, concebidas como inferiores, desvalorizadas, sendo este o ponto elementar de visão da MH. Ao mesmo tempo, não é permitido aos homens sentirem-se ou observarem-se vulneráveis, posto que devem estar sempre no controle. Este ideal comporta uma menor disposição para a comunicação e empatia. O seu ideal de domínio pressupõe, além da conquista, a proteção dos diferentes dele para que se sustente a superioridade. Quando deseja desviar desse ideal os homens vivem tensões, porém aqueles que cometem abusos e violências demonstram o extremo desse ideal prescrito a todos os homens. O uso da força se dará quando se note necessário destacar a hierarquia de cada um no âmbito do relacionamento íntimo.

1.2 – A DOMINAÇÃO MASCULINA

O questionamento da classificação do gênero incorporando a hierarquia e quais teorias seriam capazes de dimensionar a constante estrutural assimétrica na montagem das relações entre os gêneros abarcou certo padrão da teoria social moderna (Heilborn & Sorj, 1999). Desde uma abordagem funcionalista, ela busca compreender as relações de gênero, como dentro de um sistema auto-reprodutor, que explicaria o funcionamento das partes desde o todo. Houve uma tentativa de pôr em evidência as operações simbólicas que instituíram o gênero masculino diferenciado com o feminino, e como isso passou a ser um sistema assimétrico. Esse sistema é a dominação masculina (Bourdieu, 2003), sobre a qual se passará a discorrer.

O princípio de diferenciação assimétrica entre os gêneros foi tomado na interpretação de Bourdieu (2003), por meio do qual se integra e organiza a economia das trocas simbólicas e na qual opera a assimetria fundamental entre os sexos. Ele

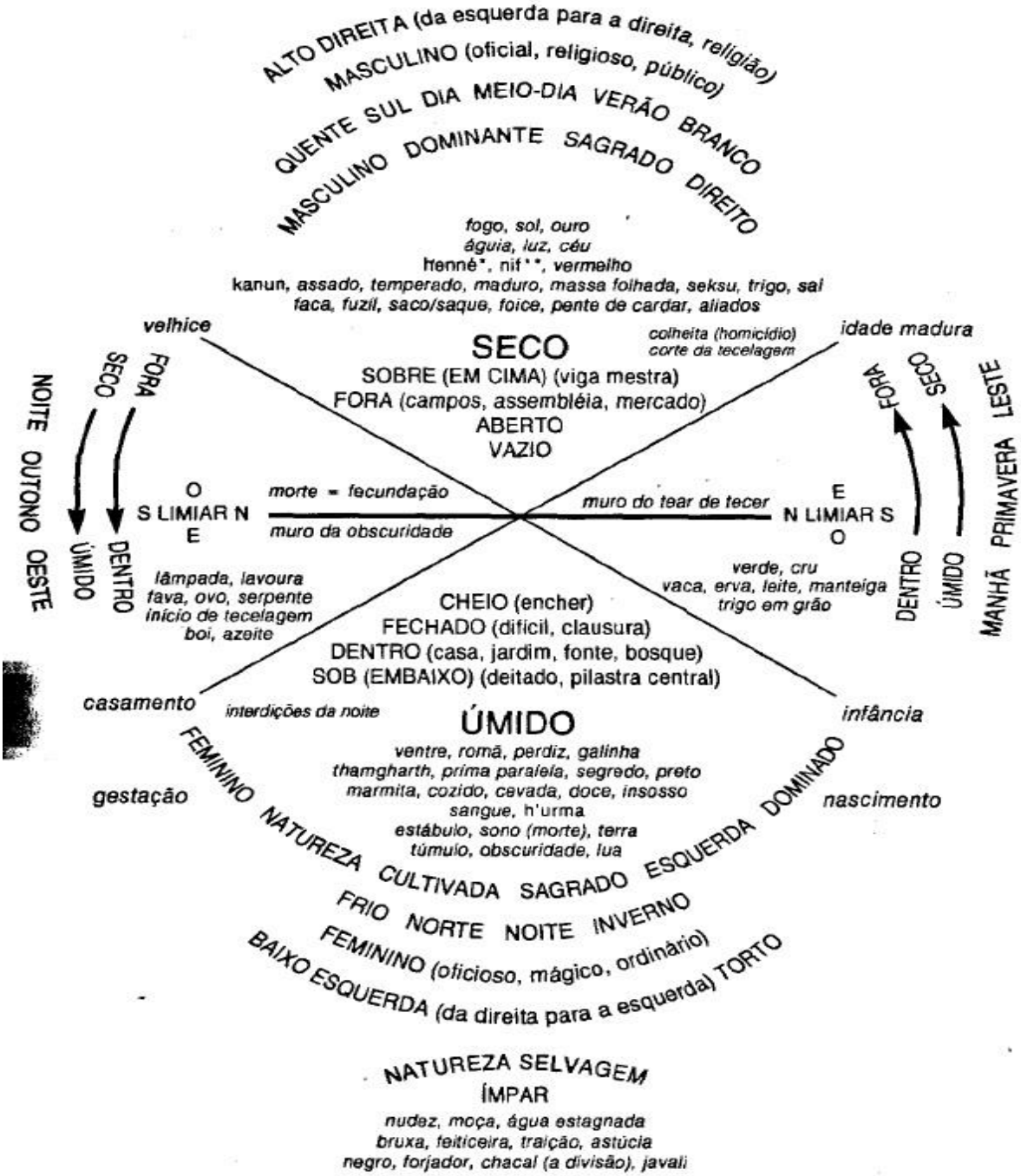
tem capacidade de criar mitos acerca dos gêneros, construídos para legitimação do poder masculino. A instauração dessa assimetria fundamental torna os homens sujeitos e as mulheres objetos. Ao incorporarem essas categorias, os sujeitos internalizam as estruturas de dominação masculina, criando neles uma dimensão pré-reflexiva com efeitos nos corpos socializados. Resulta disso, uma naturalização que incumbe mostrar como verdade uma variada falácia sobre o dever-ser dos homens.

O estudo etnográfico de Bourdieu do qual recorremos se deu na sociedade Argelina de Cabília, com o povo Bereber, por ela ter sido conquistada e ter reagido de forma a proteger as estruturas da visão falocêntrica e da cosmologia androcêntrica da Europa. Para Bourdieu (2003), esta sociedade pôde refletir toda cultura européia, permitindo assim melhor entendê-la. Para ele, a dominação masculina se inscreve objetivamente na sociedade, fornecendo base para elaborações subjetivas e do senso comum, que, por sua vez, formam o *habitus* e dá sentido à prática social:

> A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade das estruturas sociais e das atividades produtivas e reprodutivas, baseados em uma divisão sexual do trabalho de produção e de reprodução biológica e social, que confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas imanentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições, portanto objetivamente concordes, eles funcionam como matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações de todos os membros da sociedade, como transcendentais históricos que, sendo universalmente partilhados, impõe-se a cada agente como transcendentes. Por conseguinte, a representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social se vê investida da objetividade do senso comum, visto como senso prático, dóxico, sobre o sentido das práticas. (Bourdieu, 2003: 22)

Os seus estudos verificaram que a dimensão da significação social remete ao corpo socializado, que com seus movimentos e deslocamentos reflete esta significação social. A divisão das atividades, segundo a oposição entre masculino e feminino, em geral, recebe um sistema de antagonismos homólogos – ativo/ passivo – alto/ baixo – duro / mole – público/ privado, etc. – que correspondem a movimentos do corpo e são relacionados ao universo da significação social da sexualidade.

Figura 1



Esquema sinóptico das oposições pertinentes

Pode-se ler este esquema seguindo as oposições verticais (seco/úmido), alto/baixo, direita/esquerda, masculino/feminino), ou os processos (por exemplo, os do ciclo da vida: casamento, gestação, nascimento etc. ou os do ano agrário) e os movimentos (abri/fechar, entra/sair etc.).

Fonte: Bourdieu, P. (2003). A *Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 160p.

Para Bourdieu (2003),

> A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o feminino, e, especificamente, a diferença anatômica entre os órgãos sexuais, pode assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros e, principalmente, da divisão social do trabalho (Bordieu, 2003:10).

Nesse sentido, a representação do genital feminino como um falo invertido obedece ao esquema de representação de oposição fundamental (normal/ avesso – positivo/ negativo), quando o princípio masculino é tomado como medida de todas as coisas. Não havendo terminologia anatômica para descrever o sexo da mulher, ele foi descrito como sendo formado pelos mesmos do homem, só que de forma diversa.

O ato sexual freqüentemente é tido como uma relação social de dominação, porque está constituído através do princípio de divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo. Este princípio de divisão cria, organiza, expressa e dirige o desejo – o desejo masculino como desejo de posse, como dominação erotizada, e o desejo feminino, como desejo da dominação masculina, como subordinação erotizada, ou mesmo, como última instância, como desejo erotizado da dominação.

Sobre a divisão fundamental entre o masculino, ativo, e o feminino, passivo, Bourdieu (2003) afirma que o homem ser penetrado significa um ato de humilhação. Para este autor, isto liga a sexualidade ao poder, pois significa ser transformado em mulher e, portanto, inferiorizá-lo. Ele descreve torturas que infligiram penetração nos homens para feminilizá-los, acompanhadas de deboches a respeito de sua virilidade e de acusações de homossexualidade.

Sentimo-nos autorizados a afirmar que, partindo das elaborações de Bourdieu, a principal definição da masculinidade revelada na cultura ocidental caracteriza-se, portanto, como atividade. No senso comum, ela indica que o homem deve se tornar ativo e penetrar outras pessoas, inclusive homens. Essa acepção é encontrada em estudos realizados no Brasil como nos de Damata (1997), no qual destaca que no Brasil, os homens que permitem penetração anal são freqüentemente inferiorizados e relegados a ocupar o espaço simbólico das mulheres. Não serão diminuídos se somente penetrarem outro que lhe permita isso e demonstrarão sua masculinidade se assim o fizerem.

A agressividade estabelece um forte e estreito vínculo entre a atividade masculina. Advém daí a agressividade como uma característica autorizada para o

masculino. Por vezes essa agressividade é confundida com a hiper-atividade nos meninos. Quando se tornam adultos, estes meninos se inclinam a ser homens também agressivos. A possível impressão que os pais teriam ao se confrontarem com crianças assim seria a de naturalizar essa prática interpessoal violenta apelando à natureza masculina, com algo inato ao masculino.

De acordo com Clímaco (2009), ao apresentar as críticas de Welzer-Lang (2004), relata que em *A dominação masculina,* Bourdieu buscou uma analise que priorizou aspectos fixos, sem considerar a dimensão histórica e mesmo das relações sociais. Assim esta obra estaria impregnada de certo um "psicologismo", nos quais os homens não seriam responsabilizados. A dimensão da obra de Bourdieu que não considera de forma apropriada as relações sociais e não se atentaria às múltiplas formas de violência realizadas entre homens e também a hierarquia entre eles. Por fim, A dominação masculina privaria as mulheres de agência, pois elas não seriam capazes de desocultarem a dominação masculina, que se encontraria ancorada em diferentes ordens institucionais, atuando apenas sobre seus efeitos.

Connel & Messerschmidt (2013) colocam que a dominação masculina não se constitui uma forma que se reproduz automaticamente, ela é um processo histórico. Essa dominação seria aberta à contestação e necessita de forte empenho dos homens para a sua manutenção. Seria necessária por parte dos homens uma constância no uso das estratégias de exclusão das mulheres. Uma possibilidade a ser apontado na linha posta acima pelos autores seria a formulação teórica dos *micromachismos* do psicólogo espanhol Luis Bonino Méndez, a qual passaremos a abordar no intuito de melhor compreendermos algumas dessas estratégias.

1.3 – OS MICROMACHISMOS

Ao buscar dar visibilidade às estratégias usadas para os homens estarem sobre as mulheres e se manterem assim, Bonino (2008) explicitou as formas usadas pelos os homens para acessarem e reterem o poder sobre as mulheres. A partir das provocações dos estudos de Bourdieu e Godelier[4] entendendo como nestas sociedades a dominação masculina é exercida e os efeitos desta sobre as mulheres.

Bonino (2008), ao se alinhar com os trabalhos de Godelier (1986) descreve a "maquinaria da dominação", o próprio processo de socialização masculina, que tem

[4] Godelier, M. (1986). La producción de grandes hombres: poder y dominación masculina entre los baruya de Nueva Guinea. Madrid: Akal 1986.

como mecanismo básico o rito de iniciação, no qual são realizados exames da masculinidade. Este mecanismo se define como pontos culminantes da interação entre os homens em toda sua vida, nos quais são ensinados códigos vitais de conduta para a autonomia e poder, sobretudo poder de manutenção e retenção do domínio sobre as mulheres. Um aspecto importante dessa “educação para o privilégio” é a exclusão das mulheres da aprendizagem da autonomia e poder, ao passo que existe um ocultamento das estratégias fundamentais para alcançá-los. Sem o uso da força, essas estratégias chamadas de “os segredos do poderoso”, garantem uma manipulação sem rebeldia feminina através da reafirmação de mitos de superioridade masculina. De acordo com Bonino (2008), uma das estratégias mais efetivas era reafirmar os mitos ancestrais que legitimavam a superioridade e com isso convenciam as mulheres. Os segredos dos poderosos também existem na educação para o privilégio das sociedades ocidentais.

Já os estudos de Bourdieu (1998) com os Bereber, descritos por Bonino (2008), realçam que, quando os homens se constituem enquanto tal, hierarquizados frente às mulheres, criam a *observação dominante das mulheres*. Esta percepção naturalizaria e ocultaria a hierarquia de gênero e teria como efeito a desconsideração da necessidade das mulheres. Tal visão induz o homem a se desresponsabilizar pelos efeitos que a dominação tem sobre elas, fazendo com que as explicações destes efeitos remetam à natureza e à loucura delas. Seria o caso de um marido dizer que não sabe o que sua companheira quer, pois ele faria “*de tudo naquela casa”*. Na sua visão, inclusive ela estaria se comportando como uma louca. Porém, esse homem diz isso quando chega mais tarde em casa, voltando do bar com os amigos.

Segundo Bonino (2008), tanto Godelier quanto Bourdieu estariam de acordo quanto aos mecanismos presentes na socialização masculina, que permitem visualizar os ritos de iniciação que excluem as mulheres aos espaços de homosociabilidade. Eles também se alinham quanto a identificar presente as mesmas estratégias de ocultamento e os códigos de na sociedade ocidental, especificamente nos homens igualitários e democráticos. Ele coloca que o machismo puro e duro tem passado a ser penalizado, porém se observa uma modificação, na medida em que manobras sutis e ocultas tem sido empregadas para excluir a mulher do poder e da autonomia.

É possível avançar nessa reflexão pessoal ao reconhecer as próprias resistências no convívio com as mulheres e na percepção dos efeitos que as manobras sutis têm para a autonomia das mulheres. Isso o próprio Bonino relata fazer. De fato, alguns de nós progressistas e igualitários somos modernos Baruyas e Bereberes. Atualmente temos a visão dominante das mulheres e sustentamos os segredos dos poderosos. Os comportamentos machistas “puros e duros” têm sido modificados para atingirem os mesmo efeitos.

O termo micromachismo (mM) é usado por extensão ao conceito de machismo, sendo uma definição comum deste último “a ideologia e as práticas de superioridade masculina”. É dado por ser uma forma micro – ou relacionado ao termo “micropoderes” de Foucault. O termo foi dado e estes comportamentos ocultos de domínio dos homens, mas houve outros nomes dados a esta forma de atitudes de “estar por cima” das mulheres: pequenas tiranias, terrorismo íntimo, violência “branda”, “suave”, ou “de muita baixa intensidade”, tretas da dominação, machismo invisível e sexismo benévolo. O uso é dado enfatizando o âmbito de relação de casal heterossexual, embora se aplique também na relação com filhas.

> mM são “pequenos” e cotidianos exercícios de poder de domínio, comportamentos “suaves” ou de “baixíssima intensidade” com as mulheres. Formas e modos, lavrados e negados, de abuso e imposição das próprias razões, na vida cotidiana, que permitem fazer o que se quer e impedem que elas possam fazer de modo igual. São hábeis artes, comportamentos sutis ou insidiosos, reiterados e quase invisíveis que os homens executam permanentemente talvez nem tanto para subjugar senão para oporem-se à mudança das mulheres. (Bonino, 2008: 95)

Os mM são “mini obras” interpessoais utilizadas pelo homem par manter a mulher ao seu serviço e dentro do espaço doméstico. Eles são exercidos com o objetivo de manter e conservar as maiores vantagens, comodidades e direitos aos homens, minando a autonomia e a liberdade das mulheres. Os mM e o machismo puro e duro derivam do modelo de masculinidade tradicional com o qual se socializam os homens. A crença básica derivada desse modelo de masculinidade tradicional é que as mulheres possuem menos valor do que os homens. Elas devem estar sempre disponíveis e a serviço dos desejos, prazeres e razões dos homens.

De acordo com Bonino (2008), muitos micromachismos não têm intencionalidade, má vontade ou planejamento deliberado, pois são hábitos que se realizam sem qualquer reflexão, são feitos de modo automático. Por serem invisíveis, não são punidos de forma alguma e possuem vários graus de efeitos no mal-estar das mulheres. Eles geralmente não são visíveis no início da relação, mas seus efeitos vão ganhando cena sobre a autonomia das mulheres no passar do

tempo e sempre favorecendo a vantagem dos homens. Eles estão baseados na lógica não “uso de dois pesos e duas medidas”; “o que vale para mim não vale para você” – isto é, estão baseados no controle das regras do jogo de privilégios. Quando os homens sentem perder poder de domínio, podem utilizar-se de várias categorias de mM, aumentando tanto a quantidade quanto a intensidade deles (BONINO, 2008).

1.4 – GUERREIROS E TRABALHADORES: O IDEAL MODERNO DA MASCULINIDADE OCIDENTAL

Dissemos anteriormente que a masculinidade é um conceito multidimensional e vai para além do discurso. O discurso hegemônico da masculinidade é construído a partir de normas culturais hegemônicas que variam historicamente. Assim, seria importante, a partir de um viés histórico, abordamos essa dimensão normativa na sua relação com a modelação do ideal moderno do guerreiro e do trabalhador (Oliveira, 2004). Essa estratégia de abordagem sobre a masculinidade nos permitirá visualizá-la sendo formada desde a sua conexão com outros sistemas simbólicos e ideais de sociedade.

A modelação do ideal ocidental de masculinidade resulta das complexas transformações sócio-culturais, dentre as quais se enfatiza as que ocorreram na passagem da sociedade medieval para a sociedade moderna:

> ... a formação dos Estados nacionais modernos e a criação de instituições específicas, como os exércitos, resultando nos processos de disciplinarização e brutalização dos agentes nela envolvidos, bem como o surgimento de ideais burgueses e dos valores de classe média, calcados no pragmatismo dos negócios, na personalidade moderada e no culto da ciência metódico-racional. (Oliveira, 2004, p.19).

Para Oliveira (2004), esse ideal moderno da masculinidade é o resultado (não-linear) de complexas elaborações culturais e surge como uma síntese de valores. Essa síntese na realidade é um mito que influencia as mesmas instituições que permitiram sua formação. Ele aborda esse mito construído socialmente como uma projeção social que traduz as características fundamentais da vida coletivamente vivida e trabalha com o pressuposto de Durkheim, de que a ordem do conhecimento reflete a ordem da sociedade. Assim, nessa perspectiva, o mito da masculinidade projetado da vida coletiva emergiria da confluência de processos sociais e repercutiria nos mesmos, revelando uma relação de imbricação entre o

ideal da masculinidade e os ideias societários. Neste sentido, a modernidade refletiria características identificadas como masculinas.

Existem importantes mudanças registradas na passagem do modelo de homem medieval para o modelo moderno. O passado, nesse processo, porém, funcionaria como um espelho no qual se pode observar a si mesmo. Isto é, na transição do modelo medieval para o moderno, a masculinidade se organizou a partir de mudanças não abruptas, sendo possível verificar permanências e rupturas de valores que influenciaram as práticas da masculinidade. Há também o acréscimo de outras características desde o modelo medieval para o moderno (Oliveira, 2004).

Oliveira (2004), ao articular seu pensamento com Mosse (1996), destaca que uma das importantes transformações identificadas nessa transição foi o deslocamento da expressão de sentimentos do público para o privado. A intimidade pressuposta nesse último o permitiu ser visto como espaço ideal para tal, tendo em vista o novo amor romântico como modelo de relação afetiva e o novo ideal burguês de família monogâmica. O processo de civilização transformou as práticas bárbaras, vistas como “selvagens”, fazendo com que a expressão das emoções, ao invés de ser descomedida, passasse ao doméstico e às relações amorosas da família. A personalidade burguesa emergente passaria a ser caracterizada pelo autocontrole e pelo represamento de expressões emocionais violentas, ao passo que introjetaria valores morais da nobreza, tais como lealdade, coragem, retidão e perseverança.

A transição entre o medievalismo e a modernidade revelou algo muito elementar do ideal moderno da masculinidade associada à imagem do guerreiro, que destaca a coragem e o uso frio da violência para a defesa da honra e da reputação. A honra representava a qualidade da estirpe e a expressão do poder da aristocracia, ela *era* uma marca da dignidade dos homens. Ser insultado ou injuriado evocava a instituição do duelo como solução para manter, devolver ou perder símbolos de honra e status postos em dúvida. O duelo emerge como uma elaboração cultural de grande relevância e que nos auxilia na compreensão das normas culturais acionadas pelas práticas hegemônicas da masculinidade. Ele se dava em uma disputa com armas (espadas, revólveres) entre dois homens observados por testemunhas, cercado por regras peculiares, cujo objetivo não era matar, mas evidenciar competência e a dignidade masculina. As cicatrizes decorrentes eram símbolos da dignidade, do destemor, inclusive por parte dos perdedores (Oliveira, 2004).

Esse modelo de duelo – ou emulação – trás uma pressuposição básica, que é noção do uso da força para resolução de conflitos associados à manutenção da honra. Não é incomum observamos a presença dessa construção associada às práticas hegemônicas de muitas masculinidades que concebem a violência uma maneira de resolução de conflitos e, assim, de imposição de interesses individuais.

De acordo com Oliveira (2004), embora com o tempo tenha ficado ultrapassado, o duelo teve alguns de seus elementos transportados para a inclinação bélica que marcou os Estados nacionais e o nacionalismo:

> A formação do estado moderno com a conseqüente emergência de instituições tais como o exercito, incumbido de defesa nacional e dos projetos imperialistas de algumas nações, conservou elementos medievais do comportamento masculino da nobreza da espada no ideal moderno de masculinidade e orientou-se aos novos objetivos societário (Oliveira, 2004, p. 41, 42).

Principalmente nas guerras do século IX e XX, a masculinidade se imbricaria com a militarização e o nacionalismo, fazendo com que a luta sobre causas e valores nacionais moldasse os ideais da masculinidade – ou o *ethos guerreiro* – que perpassavam todas as classes sociais. É evidente que os Estados nacionais necessitavam das forças militares e do espírito devoto nacionalista para sua constituição – manutenção e expansão –, ao passo que veio a concentrar neles próprios o monopólio do uso da força. A valorização da pátria pelos soldados seria caracterizada pelo amor a ela direcionado, o sacrifício da própria vida, o destemor pela morte e lidar com a dor e o perigo. A devoção, o sacrifício fatal à nação seria feito pela demonstração da virilidade e coragem, símbolos maiores dos seus heróis.

Antes mesmo das duas grandes guerras do século XX havia já no horizonte um *Zeitgeitst* que exaltava a guerra como escola para a maturidade, um caminho para libertação, para afirmação da virilidade. A guerra era tida como uma forma superior de existência, de purificação. Ao mesmo tempo, havia um profundo fascínio pelo uso da força de forma impiedosa. Tal clima efervescente valorizava o belicismo como terapia viril, tal como observamos na função ideológica da propaganda nazista da Segunda Guerra. Esse era também um padrão observado no Fascismo Italiano, que obtendo inspiração na grandeza Romana e no guerreiro conquistador romano, glorificava o patriotismo, a disciplina e o autocontrole, valorizava a hierarquia e violência com o inimigo em oposição à lascívia, à preguiça e o cinismo da vida burguesa (Oliveira, 2004).

Desta forma, essas peculiaridades da masculinidade passavam a se imbricar com ideais societários de soberania, liberdade, capacidade de resistência, potência,

sendo todas essas características identificadas como também da pátria. Tanto, que o corpo do indivíduo passou a ser considerado pelo nazismo como pertencente ao povo. Associado ao "soldado ideal" se destacavam características imprescindíveis, tais como amor à ordem, voluntarismo, sacrifício pela pátria, adoração tanatofílica [5], destemor à morte, lealdade, camaradagem, obediência, disciplina e coragem (Oliveira, 2004). A retroalimentação e desenvolvimento mútuo entre os ideais societários e os ideias da masculinidade foram analisados em outro estudo. Gutmann (2014) analisou, através de um estudo etnográfico, que o machismo mexicano se desenvolveu historicamente e se articulou com o desenvolvimento do nacionalismo mexicano.

É interessante observar que durante os regimes fascistas e totalitários que prevaleceram nos anos 30 na Europa, especificamente na Itália e Alemanha, foi observada uma descontinuidade que acarretou um silenciamento nas vozes feministas. As mulheres foram forçadas a desempenharem seu papel de reprodução e cuidado com a prole (Nogueira, 1996). Nogueira (1996) citando Kaplan (1992) considera que o fascismo visava formar uma visão de mundo e de sociedade desde a perspectiva masculina e, assim, induzia moralmente em direção a ideia de que as mulheres só obteriam seu valor enquanto procriadoras e mães. De acordo com Oliveira (2004), ao citar os estudos de Mosse (1996), ativistas do comunismo alemão, de fato, dissuadiam os homens, afirmando que a associação com as feministas os tornavam não confiáveis.

Com a ampla difusão do socialismo e desde a vitória na Revolução Russa, os ideais da masculinidade não se distinguiam dos ideais do guerreiro heróico do nazismo e do fascismo, que desde então passou a ser também a de um homem disciplinado e obediente aos superiores. O comportamento de maior retidão era aquele que se associava à pureza do verdadeiro trabalhador fabril responsável. Esse ideal era corrente nas propagandas políticas soviéticas, exaltando homens fortes e rijos para a luta de classes, sendo tal fato evidenciado pela promoção do símbolo do punho em atitude de ataque. Tal realidade construiu o paradigma do verdadeiro homem que, além de guerreiro devotado, seria também o de exemplar trabalhador.

[5] Segundo Oliveira (2004), os mortos na guerra eram objeto de culto em ritos fúnebres, os quais eram mantidos com a finalidade de glorificar esses traços de destemor e sacrifício pela pátria.

É interessante uma reflexão sobre o exemplar trabalhador inserido no sistema de produção atual, calcado na competição. Ele poderia bem mergulhar na produtividade que lhe é demandada em detrimento da assunção da responsabilidade pelas suas relações interpessoais íntimas. Não raro notamos HAV queixando-se do vazio, do esforço despendido por horas a fio no trabalho para a produtividade demandada, deixando questionável espaço para o cuidado de suas relações íntimas com esposas, filhos, pais, etc. Esse ideal de trabalhador responsável serve bem ao sistema de produção capitalista, mas deixa lacunas quando refletimos na dedicação pessoal nas relações afetivas.

Retomando, essa dupla face entre guerreiro e trabalhador não se mostrou conflitante, pois a formação dos Estados nacionais pressupunha que se adequasse nos homens características que contribuíssem para a pacificação do território. Assim, características teriam que ser valorizadas para a constituição e manutenção, fazendo-se refletir no controle das emoções e na moderação da expressão das paixões. Isso, com a finalidade de se garantir relações estáveis e equilibradas, sobretudo na vivência familiar. O valor do sacrifício pela pátria, contudo, era mais forte para o homem. Por outro lado, na relação entre os países, teria que se desenvolver uma educação heróica, para inculcação de valores guerreiros, para que no caso de combate estivessem sempre prontos. Uma hora um aspecto deveria ser enfatizado dependendo do momento vivido pela nação. Isso punha os verdadeiros guerreiros *sempre prontos* para a luta!

Assim, Oliveira (2004) nos relata que os Estados nacionais modernos foram sendo construídos a partir do século XVII e se erigiram pelo do processo de industrialização, com a divisão de territórios internacionais, estabelecendo uma nova configuração política e espacial. E esses acontecimentos foram motivados pelo desejo da burguesia e revolução industrial, que contribuiu para dar segurança ao mercado de um determinado território.

O ideal de família nuclear do século XIX caminhou lado a lado com a formação do estado moderno. O estado nacional se desenvolvia e aos poucos transformava o sentimento de linhagem medieval – laços de sangue restritos a um território específico –, favorecendo o surgimento do ideal burguês de família. Ela se tornou praticamente emblema de uma exaltação dos laços de mãe e filho e de uma perspectiva de que os homens provessem o sustento para as esposas e filhos.

Paulatinamente, o ideal de família burguês passaria a fazer parte de outros segmentos sociais não burgueses.

Por fim, nesse sentido, cabe aqui registrar que ideal de família burguesa comportava a ideia de que somente ao homem se reservava o papel de provedor, sendo ele o responsável por trabalhar no mundo público. Assim, ele sofria os efeitos das adversidades do mundo, as suas indiferenças. À mulher cabia lhe consolar com amor quando este estivesse em casa.

Fizemos até aqui um percurso histórico sobre a masculinidade de modo a enquadrá-la desde uma gênese moderna, em face da influência de algumas instituições, como os exércitos e influência basilar da formação dos Estados Nacionais. É lamentável que seja de difícil localização a produção dessa realidade no Brasil. Ainda que encontremos defasagem, entretanto, podemos eleger a historicidade presente na análise do patriarcado e do patrimonialismo no Brasil (Aguiar, 1997, 2000). Isso, porque, o patriarcado é a base inicial de organização da sociedade, invadindo as suas instituições como herança da escravidão. E, também, no desenvolvimento da sociedade brasileira colonial, o modelo de economia com base agrária e escravagista era mantido com a tendência centralizadora desse mesmo patrimonialismo, que prevaleceu no processo de colonização portuguesa.

Assim, na medida em que formos capazes de compreender o processo de expansionismo dos Estados nacionais europeus, imbuídos dos valores da masculinidade e da família nuclear burguesa, poderemos dar contribuições sobre como esses ideais relacionados à masculinidade se imbricaram na formação do Estado nacional brasileiro. Apesar de não nos propormos a tal empreendimento nesse trabalho, estamos de acordo com Saffioti (2009), que ressalta a necessidade de operarmos essa dimensão histórica do patriarcado para dele obtermos compreensão e enquadramento, vez que este tem sido há tempos objeto de crítica. Assim, retomaremos essa discussão conceitual quando o abordarmos nos tencionamentos teóricos feministas no capítulo seguinte.

1.5 – A SOCIALIZAÇÃO MASCULINA E A CASA DOS HOMENS

Conforme temos afirmado, a partir do enfoque de gênero a desigualdade entre homens e mulheres é compreendida através do processo de socialização de gênero, isto é, na designação de valores diferenciados que se constroem socialmente a masculinidade e a feminilidade. Os caminhos de construção da

masculinidade se dão por processos de diferenciação, exclusão e negação. Assim, dado que esse enfoque pressupõe que a virilidade se construa de maneira negativa, a construção da masculinidade implica negar todos os traços do feminino, inclinando os homens a ser o contrário de ser mulher e o oposto de ser homossexual, baseado freqüentemente no ódio a este último. (Welzer-Lang, 2001)

De acordo com Osborne (2009) analisando os estudos de Chodorow (1984), a mãe surge inicialmente como primeiro amor para os filhos meninos e meninas, aquela que exerce a maternidade cuidadora e amável, gerando uma intensa relação simbiótica – dependência para ambos. Quando acontece o processo de individuação, a reação se dá de diferentes formas quando o pai surge. No menino há um misto de ressentimento e identificação, já que ao passo que rompe com a dependência também lhe é apresentado os privilégios e o poder da vida pública. Esse se afasta da mãe por desvalorizar o feminino para inserir-se nos espaços de homosociabilidade, torna-se indivíduo por diferenciar-se do feminino. A masculinidade, assim, se desenvolve universalmente pelo processo de separação dos meninos de suas mães e do mundo feminino. Através de rituais de separação do menino com esse universo – preponderantemente doméstico – ele vai ter contato e se moldar em vista dos valores sociais. Na menina o processo é mais ambíguo, porque não pode se diferenciar da mãe e não pode ocupar o espaço público como o pai. Por isso, permanece na relação de dependência com a mãe e também nos cuidados, e essa identificação é paradoxal porque é feita com alguém desvalorizado socialmente, traduzindo às vezes conflitos de autoestima.

Ao tratar a socialização masculina empregando a metáfora “casa dos homens”, Welzer-Lang (2001) descreve o processo de percurso dos meninos ao romperem com o mundo feminino e das crianças (o maternal) para entrarem no mundo dos homens – para o acesso à virilidade. A casa dos homens é designada como o conjunto de espaços de homosociabilidade, os espaços relacionais de acesso exclusivo aos homens. Neles, os grupos de pares aprendem a combater aspectos associados às mulheres, aos homossexuais e ao infantil. Os mais velhos, os professores, os irmãos, os colegas do prédio, da escola – os modelos de masculinidade a serem apropriados – apresentam, corrigem e modelizam os que desejam serem homens e gozar da integração do círculo dos mesmos.

A casa dos homens não está somente limitada à socialização infanto-juvenil, mas está associada aos adultos nos espaços monosexuados como bares, botecos,

restaurantes, clubes, estádios, torcidas organizadas, barbeiros, etc., mas também nas prisões onde ouvimos dizer como o *rappers* dos Racionais MC's: "fazer o quê, se cadeia é para homem?". Ou seja, são espaços de acesso exclusivo aos homens e, como se disse, para a afirmação da virilidade e para a constante diferenciação do feminino e dos homossexuais, avaliados os não-homens.

É válido considerar aqui que a casa dos homens abriga os ritos de iniciação, mecanismo básico presente no processo de socialização masculina. Ao passo que estão presentes em toda a vida do homem, eles inculcam nele também os códigos vitais de conduta para a autonomia e poder de manutenção e retenção do domínio sobre as mulheres. Ao excluírem as mulheres dos espaços de homosociabilidade, considerados aqui como a casa dos homens, eles eliminam as mulheres da aprendizagem da autonomia e poder, pois ocultam as estratégias fundamentais para alcançá-los. Sem o uso da força, os ritos de iniciação da casa dos homens garantem uma manipulação sem rebeldia feminina através da reafirmação de mitos de superioridade masculina (Bonino, 2008).

Quando atuam os códigos de conduta sutis e ocultos para exclusão das mulheres, estas são impedidas de verem as suas próprias opiniões como válidas, as ideias como apropriadas, comportamentos como adequados e recursos como confiáveis. É o caso de quando os homens realizam os micromachismos (Bonino, 2008) para manter as mulheres ao seu serviço e dentro do espaço doméstico. Dentre tantos exemplos, poderíamos destacar as estratégias micromachistas daqueles que professam *imperícias seletivas*[6], nas quais a evitação de responsabilidade doméstica visa impor tarefas para elas, baseando-se na justificativa de serem inexperientes para fazê-las. Isso acontece quando nós dizemos que "- Lavar o banheiro bem lavado é muito difícil e chato". Ou, ainda, quando dizemos às companheiras a famosa frase: "- Onde você pôs?!", que faz emergir responsabilidades que seriam originalmente nossas pelos próprios erros. Também há aquela estratégia em que os homens simplesmente ficam em *silêncio*[7], mas na realidade impõem os próprios interesses. Isto porque detrás desse

[6] Esse tipo de micromachismo, dentre vários outros, de acordo com Bonino (2008), encontra-se na categoria dos *Utilitários*, que basicamente visam evitar ou impor responsabilidades do doméstico para as mulheres.

[7] Segundo Bonino (2008), esse micromachismo se encontra na categoria dos *Encobertos*, que visam ocultar a imposição de maneira sutil e enganosa, forçando a disponibilidade da mulher ao manter as coisas estipuladas pelo homem, fazendo-a cercear seus próprios desejos e fazer o que ela não quer.

comportamento – que poderia bem ser classificado como dificuldade de se expressar emoções – o homem não se sente obrigado a falar ou dar explicações sobre um conflito, falar de si mesmo na relação. Por isso, a necessidade recai sobre a mulher, que se vê obrigada a tentar decifrar o que ele está pensando/ sentindo.

Retomando o processo de entrada dos meninos na “casa dos homens”, aprender a estar com os homens – isto é, para acessar a virilidade – os não iniciados forçosamente devem aceitar os códigos e as leis dos mais velhos e já iniciados, para serem posteriormente iniciadores dos não iniciados. É preciso integrar esquemas de posturas corporais, gestos, movimentos com os corpos, o que invariavelmente passa por aceitarem silenciosamente as diversas formas de sofrimento que estão implicadas em tornar-se homem. Ou seja, para ser viril é preciso sofrer e os meninos/ homens precisam incorporar códigos e ritos sem resmungarem e reclamarem. Estes sofrimentos são imputados ao corpo que será o de um verdadeiro homem. Na visão de Welzer-Lang (2001), trata-se de uma “luta amigável” em que o menino entra para ser como os outros mais velhos e já iniciados. Essa aprendizagem se dá pela imitação – ou mimetismo, isto é, tornar-se parecido para obter as vantagens – de ser um homem verdadeiro, já iniciado, e pelo uso extensivo da violência contra si mesmo e também contra os outros.

No clássico filme “um homem chamado cavalo”, inspirado em fatos reais, são descritos vários rituais de iniciação. Há um ponto culminante das interações entre o personagem inglês e branco – recém incorporado à tribo dos índios *Sioux* dos EUA – e o que realmente o tornará um homem guerreiro e apto para obter consentimento de todos e da noiva para o casamento. Ele terá que passar por uma derradeira prova de virilidade frente aos homens da tribo. Terá que corajosamente demonstrar sua capacidade de suportar intensa dor, imputando violência no seu próprio corpo. Somente a partir da passagem validada pelos expectadores, poderá ser reconhecido como guerreiro e acessar os dividendos que esta posição lhe confere na tribo.

As situações que ocorrem os rituais de iniciação, geralmente associados à violência, estão evidentemente marcadas por situações de muito medo por parte do iniciado. Através da superação desse medo por meio da demonstração de sua virilidade, coragem e bravura, ele será coroado com a sua masculinidade.

A masculinidade pode ser encontrada em qualquer unidade de análise social, ou seja, pode passar por qualquer divisão da sociedade (Connell, 1997). Oliveira (2004) trata a masculinidade como se constituindo no espaço processual do *socius* e

que abarca todos os objetos da vida social, tais como valores, instituições. Nesse sentido, na nossa sociedade, a casa dos homens tem intrínseca associação com os esportes. Em nossas análises, seria inapropriado deixar de abordar masculinidades desassociadas com o futebol, um esporte, mas também um campo de práticas sociais tão efervescentes e tão intensamente articuladas com instituições, valores e outros sistemas simbólicos de profunda interdependência. Embora não sejam *torcedores*, muitos homens – e mulheres – têm ao menos um clube "de etiqueta", um com qual se identifica, pelo qual se tem uma preferência e com qual se simpatiza ou o qual se aprendeu a torcer. Ao ligar a televisão nos finais ou no meio da semana, às vezes há uma torcida impulsionadora exercida pelos familiares.

Welzer-Lang (2001), afirma que a geografia das casas dos homens é mutável e que a iniciação dos homens é combinada de maneira diversa, sendo influenciada pelas culturas e micro culturas, os territórios e a classe social. Nesse sentido, o futebol se apresenta como um sistema simbólico articulador no interior da casa dos homens. Desde pequenos os homens freqüentam diversos grupos ao futebol ligados: na família, a "pelada" do bairro com os vizinhos, no clube e/ ou na escola. Neste último, a prática da atividade de educação física, às vezes torna a prática obrigatória e a participação de meninos em torneios e em treinos passa a ser compulsória. Nesse sentido, é válido destacarmos aqui que esse corpo masculino funciona como suporte sobre o qual as diferenças simbólicas são produzidas, sendo modelizado conforme a significação social da sexualidade que lhe é remetida, desde as oposições binárias complementares do tipo forte/ fraco, alto / baixo, dentro/ fora, etc. Assim, isso faz com que seus movimentos e deslocamentos reflitam essa significação (Bourdieu, 2003). Além disso, a masculinidade hegemônica também opera como uma matriz geradora que interfere dos corpos (Bonino, 2003; Connell, 1997).

Ao analisarmos o fenômeno das torcidas organizadas, com relação aos grupos de homens que delas se associam, Pimenta (2000) observa que neles, as relações são verticalizadas, há coesão grupal, sendo o estilo de vida o que caracteriza uma torcida organizada. *As identificações desses grupos são percebidas pela vestimenta, virilidade e masculinidade, cânticos de guerra, transgressões das regras legais, coreografias, sentimento de pertencimento e auto-afirmação* (Pimenta, 2000, p. 54). Para este autor, as relações de torcedores na torcida organizada têm a sua expressividade social voltada contra inimigo, o "outro" torcedor organizado.

É comum identificamos em noticiários sobre grupos associadas ao futebol diversas situações que são impostas aos novos membros pelos mais antigos, que na realidade são rituais de iniciação da casa dos homens, algo semelhando com o que se observam nos trotes universitários – muitos dos quais promovidos por homens sobre mulheres, onde os recém ingressados são submetidos à duras – e por vezes humilhantes – provas para demonstrar sua virilidade. Embora haja algumas variações, é constante a necessidade de demonstração de capacidade de resistência, força, heroísmo, destreza, que vão desde saber cantar o hino do time de cor, consumir bebida alcoólica nas festas, passando por entrar em brigas agendadas, etc. Isso serve para os homens sejam autênticos homens torcedores, que tem confirmado seu pertencimento frente aos outros membros e sua diferenciação daqueles de outros grupos de torcedores.

Algumas demonstrações freqüentemente observadas desses grupos de homens encontram sustentação no ideal da MH, que de acordo com Bonino (2003), entre outras, se apóia na ideologia da exclusão e da subordinação do outro, pressupondo a eliminação do diferente, e que se calca nos ideais de soldado guerreiro e conquistador. Esse ideal perpassa a antiguidade e se articula aos ideias do guerreiro moderno da masculinidade (Oliveira, 2004). Ele conservou elementos medievais do comportamento masculino, dentre os quais destacamos o duelo como modelo normativo que conduz o combatente, sempre em estado de alerta, à luta – ou o uso da força – para defesa da honra. Como os ideais da masculinidade se imbricaram com os ideais societários, teríamos no fenômeno em análise a emergência da imagem de um soldado, ao qual seria imprescindível o voluntarismo, o sacrifício pela pátria (ou no caso, pelo coletivo, pela “nação de torcedores espalhados pelo país”), destemor à morte, lealdade, a camaradagem, a obediência, a disciplina e a coragem. Estes valores, uma vez interiorizados, criam mentalidades e hábitos de vida pouco saudáveis para os homens e para suas relações interpessoais, sobretudo nas relações íntimas e de afeto. Poderíamos aqui proceder à outra ilustração – também real – para descrevermos o processo de socialização masculina, isto é, a inserção dos meninos na “casa dos homens” (Welzer-Lang, 2001). Digamos sobre um menino que brinca na sala de aula com outros colegas e cai, machucando o joelho. Ele passa a chorar bastante e pede a presença de sua mãe para lhe acudir e prestar cuidados. Nesse momento, ouvindo isso, um dos colegas mais velhos vai à sua direção com uma postura de consolo e para lhe

advertir de forma amigável o que seus pais já haviam dito: que ele já era um homem e que por isso ele devia parar o choro. E enquanto o menino ainda caía aos prantos, esse colega repete a dita mensagem – ou mandato da masculinidade – dizendo que seus pais só viriam na hora de buscá-lo para ir embora para casa. Lembrar-se desses mandatos da masculinidade deve sobrepor à tamanha dor física da queda e silenciar-se frente ao sofrimento e aceitá-lo parece estar aqui intimamente ligado ao *dever-ser*, ou código da virilidade.

Esse exemplo mostra como o menino, por meio de um de seus pares, é forçado a impor ao seu corpo e à expressão de suas emoções uma espécie de represamento, uma contenção, ao acatar mandato da masculinidade para inibição do seu choro. Ele precisa esconder sua vulnerabilidade, lida como sua tristeza, seu pavor. Afinal, sua mãe não esta ali para cuidados, para acalmá-lo e para defendê-lo de outras ameaças e dar-lhe segurança. E ao fazerem isso com o objetivo de se tornarem homens de verdade – viris – passam a integrar o grupo daqueles que já o são e que aceitam o sofrimento – diga-se, não sem duras penas.

Tanto na história de vida de homens, como na de mulheres, é possível resgatar muitas recordações emotivas de ingresso inicial na vida escolar, período no qual se vive muitos conflitos com as características acima descritas. Inicialmente ao se romper com o mundo das mulheres e das crianças, ainda que gradualmente; e em seguida, ao viver os *processos de individuação* (Chowdrow, 1984) nos espaços públicos como a escola. No caso da socialização masculina, experimentei forte humilhação pública dos colegas, às vezes sob a forma de anedotas e deboche, quando mencionei ou aludi à necessidade de apoio da autonomia dos pais, principalmente em situações de vulnerabilidade, de ameaças tendo em vista a dependência deles. Afinal, em certa idade, experimenta-se de forma concorrente a vivência em outros espaços para além do doméstico e do maternal, isto é, que não os da segurança e da supervisão dos pais ou de outras pessoas que desempenham essa vinculação afetiva.

A casa dos homens também poderia ser representada pelos seus jogos com profundas raízes em nossa cultura. Esses jogos marcados pela competição, estando neles contidas regras competitivas e não colaborativas, se harmonizam com códigos, regras e valores presentes nas atividades ligadas aos esportes e com a *belicosidade heróica* (Bonino, 2003). O que há de comum é que nesses jogos competitivos ambos pressupõem, por tratarem de competição (combatividade,

adversariedade, rivalidade) que haja um lado ganhador e outro perdedor. Ou seja, os jogos competitivos da casa dos homens preconizam que de um lado, ao final de uma situação de conflito e de impasse, haja felicidade, um alento, pelo cumprimento eficaz das normas e códigos da masculinidade – uma "vitória" por fazer freqüentemente prevalecer as posições racionais argumentativas *contra* a de outras pessoas; e de outro lado, uma perda, um lamento, uma decepção por não ter sido tão bom quanto o outro lado, e que resulta, às vezes, em um desejo vingança (revanche, retaliação ou contra-ataque).

No caso dos torneiros e campeonatos de futebol, é possível visualizar a existência de ganhadores e de uma diversidade de perdedores e, associado a eles, um *status quo* ligado a masculinidade, tanto positivamente no caso dos representantes dos classificados, dos ganhadores, dos líderes e vice-líderes, quanto também ao contrário, negativamente, ligado aos representantes dos times "lanternas", "rebaixados", mal colocados na tabela, etc.

Remetermos aqui novamente a ideia do corpo como suporte da produção das diferenças simbólicas, que reflete a significação social da sexualidade (Bourdieu, 2002), aprender a jogar futebol equivaleria dizer que se quer aprender a ser homem. Assim, o próprio corpo também receberá marcas, inclusive e, sobretudo as marcas de virilidade. Por outro lado, se a tristeza decorrente da perda da partida promover choro, este deve ser suprimido. Quando saem, as poucas lágrimas são vistas em um rosto enrubescido, contido em um semblante fugitivo. Os dribles impostos, as "canetas", os "lençóis", humilham o adversário impávido, que deve ter "esportiva" e aceitar sua derrota e humilhação (violência contra si mesmo) sem demonstrar tristeza. É preciso, afinal, ter o *espírito esportivo*, sendo o *importante competir*. Não raro nas partidas de futebol acontecem brigas por rivais burlarem as regras do jogo, que é o jogo da casa dos homens.

Com relação à belicosidade da MH, lembro-me ter vivido e presenciado algumas vezes alguns jogos da casa dos homens na infância e adolescência. Em certa ocasião em que um menino mais velho estendia seu braço e colocava sua mão posicionada entre os rostos de uma dupla de meninos que se rivalizava, estando eles enfurecidos um com o outro ante um conflito no treino de futebol. Ele dizia para a dupla que quem fosse homem [de verdade] cuspisse em sua mão. Obviamente, caso fizessem isso, pelo fato de estarem de frente para o outro, o excremento atingiria a face de ambos e conseqüentemente aumentaria a hostilidade. Frente a

isso, poderia, então, acontecer um confronto violento, situação esta por sinal muito esperada e, portanto, valorizada pelos meninos mais velhos da turma.

Havia um campeonato de brigas intitulado “o reizinho da rua”, com um ringue desenhado no asfalto, no qual se digladiavam os meninos de menor idade sob o olhar atento dos mais velhos. Eles estimulavam sobremaneira o confronto violento entre os menores, como no exemplo acima, e ainda organizavam as lutas com o objetivo de elegerem o campeão, que auferiria o direito de estar ou ser como um dos modelos de masculinidade – os mais velhos.

Organizamos um percurso teórico que desvelou importantes perspectivas sobre o problema tratado nessa pesquisa. Ao propormos pesquisar as bases teórico-metodológicas dos serviços de intervenção em Minas Gerais, compreendendo as concepções sobre os HAV e o surgimento da violência nas suas relações com as mulheres, fizemos aqui uma aproximação de algumas perspectivas que contribuem para entender o fenômeno da violência, através da compreensão da identidade masculina. Tais perspectivas de compreensão auxiliam nas discussões e problematizações presentes na base teórico-explicativa de alguns serviços.

Através de um enfoque de gênero, analisamos o conceito de masculinidade hegemônica e as relações hierárquicas entre as masculinidades, compreendendo a dinâmica de tensões e a existência das múltiplas masculinidades. Diferentemente de uma elaboração conceitual essencializante dos homens, a masculinidade tem foco nas ações e na configuração das práticas sociais. Vimos que o discurso hegemônico da masculinidade é construído a partir de normas culturais hegemônicas e é levado a cabo em circunstâncias particulares, podendo os homens tanto se esquivar quanto adotá-lo conforme suas necessidades interacionais. Analisamos a dimensão pré-reflexiva e naturalizada da assimetria de gênero, em que a significação social torna a atividade se caracteriza a principal definição da masculinidade na cultura ocidental, refletindo na agressividade como uma característica autorizada dos homens. Depreendemo-nos nas estratégias micromachistas usadas pelos homens para manterem as mulheres no espaço doméstico e a serviço deles. Analisamos a emergência de manobras sutis e ocultas que têm sido empregadas para excluir a mulher do poder e da autonomia, visando manter e conservar privilégios aos homens. Usando uma abordagem histórica, entramos na dimensão normativa da masculinidade no ideal moderno do guerreiro e do trabalhador. Observamos o duelo como uma elaboração cultural de relevância na compreensão das normas culturais

acionadas pelas práticas hegemônicas da masculinidade. Também observamos a retroalimentação entre os ideais societários e os ideias da masculinidade. Finalmente, passamos a compreender a socialização masculina e a “casa dos homens” para acesso à virilidade, realizando importantes reflexões sobre os rituais e os jogos da casa dos homens, compreendendo como a violência contra si mesmos e também contra os outros se revela o caminho para se constituírem homens.

CAPÍTULO 2 – OS FEMINISMOS E AS APROPRIAÇÕES POSSÍVEIS PARA AS POLÍTICAS DE GÊNERO.

Desejando buscar novas possibilidades de enquadramento teórico e reflexivo para as intervenções com homens autores de violência contra as mulheres, a proposta deste capítulo é considerarmos algumas possíveis contribuições dos feminismos da diferença / pós-coloniais. Para isso, dividiremos nossas reflexões em três blocos. Em um primeiro momento, abordaremos de maneira reflexiva o feminismo em seus momentos históricos, identificando algumas elaborações e buscando contextualizar histórica e politicamente as suas diferentes perspectivas. Destacaremos, a partir destas, especificamente da terceira onda, a emergência das discussões de quem seria o sujeito do feminismo, juntamente com a ideia de intersecionalidade envolvendo diversos sistemas de poder e opressão. Discutiremos, nesse sentido, algumas abordagens que oferecem recursos relevantes para compreender a produção de sujeitos. Consideraremos, ainda, a possibilidade de existência de uma quarta "onda" feminista no Brasil e na América Latina (Matos, 2010).

Em um segundo momento, adentraremos na produção teórica do conceito de patriarcado, enfatizando tencionamentos e discussões internas que o feminismo produziu no seu entorno (Piscitelli, 2002, 2009; Saffioti, 2004, 2005, 2009; Castro & Lavinas, 1992; Aguiar 2000, 1997; Walby, 2002). Essa reflexão, à medida que nos permite compreender alguns limites e possibilidades do uso deste conceito, nos valerá à compreensão dos distanciamentos e tensões entre as correntes teóricas que configuram o pensamento feminista. Algumas elaborações teórico-conceituais foram particularmente relevantes em momentos específicos. Na sua diversidade de perspectivas, produções de determinadas épocas têm continuidade ao longo do tempo.

Por último, a partir da possibilidade de um projeto teórico feminista da América Latina (Cypriano, 2013; Matos, 2010), traçaremos alguns pontos de aproximação entre produções feministas, especialmente a partir de debates promovidos por teóricas da terceira onda / pós-coloniais, pretendendo adentrar brevemente em algumas problematizações. Passaremos a discutir algumas contribuições decorrentes nas políticas de gênero, apresentando importantes desdobramentos epistemológicos e teórico-metodológicos, assim como desafios na inclusão dos homens no enfrentamento das assimetrias e iniqüidades de gênero (Salas, 2009, 2011).

1 – AS ONDAS FEMINISTAS E AS DISCUSSÕES SOBRE O SUJEITO DOS FEMINISMOS

O feminismo se desenvolveu por meio de uma constante problematização sobre si mesmo, tendo se apresentado em permanente (des) construção e fazendo que as lutas feministas repercutissem na elaboração teórica, embora esta se mantivesse com objetivos e pressupostos distintos. O seu processo de desenvolvimento caracteriza-se alianças, tensões, divergências e discordâncias. Em razão disso, há muitas formas de expressão do movimento, de modo que não há como se falar de um feminismo homogêneo. Contudo, desde os feminismos clássicos, que remontam os primórdios de sua história até os de manifestação contemporânea, podemos dizer que todas as expressões concordam na oposição e crítica à dominação masculina e às diferentes dimensões das opressões direcionadas às mulheres.

Ao dizermos dessa permanente (des) construção do feminismo e frente ao desafio que nos ocupamos aqui de abordarmos alguns contextos histórico-políticos do feminismo, seria apropriado destacar a crítica de Hemmings (2009) ao aspecto "etnocêntrico" da elaboração de estórias sobre este campo de saber. Em detrimento de uma multiplicidade de feminismos, há uma perspectiva singular e linear da história que que insiste em considerá-lo como uma *"marcha incansável de progresso ou perda*" (Hemmings, 2009, p.15). Para esta autora, tal equívoco inclusive simplificaria a disputa por significados que caracteriza os debates feministas.

Para nós, em primeiro lugar, nos remetermos aos feminismos, procuramos alinhar com a proposta feminista de abordá-lo em suas “ondas”. Assim, apesar de

buscarmos aqui breves porções históricas do feminismo nessa linha, consideramos esta divisão apenas mais uma forma de se contar a história. Em segundo lugar, não associamos a essa tarefa a ideia de progresso, isto é, não concebemos as ondas como se fossem etapas de desenvolvimento nas quais formássemos uma hierarquia valorativa em face das conquistas obtidas pelas lutas feministas.

É válido destacarmos que consideramos o feminismo não como uma perspectiva teórica e política construída sobre as mulheres, mas sobre a sociedade, pois problematizam projetos sociais, concepções, a partir do lugar, das experiências, das vozes e das lutas das mulheres. Assim, decorrente dessa concepção, ao abordarmos histórias sobre essa perspectiva em forma de ondas, buscamos remontar as problematizações realizadas sobre conjunturas históricas e políticas que mantém vigência em outros contextos e épocas.

O movimento feminista atuou de forma impactante nas elaborações teóricas no conceito de gênero e foi a partir da denúncia e da luta contra práticas sexistas que ele foi evidenciando e assentando suas elaborações teórico conceituais. Nesse sentido, quando falamos dos feminismos como expressão de ideias, podemos dizer que são conseqüência da interação entre desenvolvimento teórico e as práticas do movimento feminista. (Piscitelli, 2002; 2009).

Assim, no âmbito acadêmico, as designações que remetiam inicialmente ao "estudo de mulheres", "situação da mulher", passaram aos "estudos feministas" ou "estudos de gênero", desenhavam uma nova área de estudo que foi impulsionada por essa articulação com o feminismo. Essa área se caracterizou por construir conhecimento sobre a situação das mulheres, destacando a posição de exploração/subordinação/opressão que lhes era imposta. (Piscitelli, 2002; Heilborn & Sorj, 1999; Matos, 2008; 2010). Segundo Matos, (2008) recentemente os estudos oriundos do feminismo foram vinculados ao "campo feminista de gênero".

De acordo com Nogueira (1996), a primeira onda – ou momento histórico – do feminismo se localiza no meio do século XIX e teve a revolução industrial e as duas grandes guerras mundiais como pano de fundo. É possível identificar esse momento histórico como marcado pela emancipação das mulheres desde uma posição de dependência e subordinação e pela luta por sua incorporação no estado moderno industrializado (Nogueira, 1996). Era grande a mobilização em toda Europa, na América do Norte e em outros países em torno dos direitos de cidadania, tendo como causas principais o sufrágio universal, o direito à educação e à

propriedade. A luta do feminismo da primeira onda se caracterizava por uma luta por direitos, na qual se destacou a luta pelo direito ao voto, ou o sufragismo. O feminismo observado no Brasil nessa época teve o sufrágio também como agenda pública manifesta, sendo em 1932 a promulgação do novo código eleitoral brasileiro com a inclusão do direito ao voto pelas mulheres (Pinto, 2010; Nogueira, 1996).

Ao passo que se questionavam os direitos iguais frente aos homens, essa problematização do feminismo levava também a indagação de como a subordinação das mulheres era construída e mantida, e como dissemos anteriormente, trazendo importantes movimentações no campo da teoria social acerca da produção da diferença. Como um dos vários outros exemplos de produção teórica nessa época, as teorias funcionalistas como a teoria dos papéis, especialmente a noção de Parsons & Bale ajudaram a pensar sobre os questionamentos que se lançavam sobre a produção da subordinação. Elas tiveram grande impacto na sociologia dos EUA e, de acordo com Piscitelli (2009), essa teoria designava papéis aos indivíduos os quais, aludindo uma situação teatral, tinham as performances dos atores articuladas com o enredo e mais outros personagens da trama social, que também vivem seus papéis. Assim, de forma geral, ela passou a ser recorrentemente utilizada pela teoria social para leitura das diferenças.

Utilizando a noção de papéis, um dos estudos que se destacou foi o da antropóloga Margareth Mead sobre a construção cultural da "diferença sexual". Ao afirmar que homens e mulheres desempenhavam papéis sexuais, problematizou como diferentes culturas a construíam. Essa autora foi precursora da formulação de que a conduta é aprendida por meio da socialização, processo por meio do qual *as normas culturais relacionadas ao feminino e ao masculino são incorporada*s. Com esse estudo, ela contrapôs a noção corrente da época de que alguns traços de temperamento entre homens e mulheres são inatos, conseqüência natural das diferenças entre os corpos. (Piscitelli, 2009). A socialização atrelada à aprendizagem será importante adiante para tratarmos mais detidamente o processo de socialização masculina.

Entretanto, a teoria dos papéis sociais foi bastante criticada por legitimar a subordinação das mulheres e por limitar as discussões no âmbito da família. Essas críticas direcionadas a ela se concentravam em sua limitação de explicação do comportamento individual e de análises sociais mais abrangentes, além de que não atentava às desigualdades de poder entre homens e mulheres. (Heilborn & Sorj,

1999; Piscitelli; 2009). Nessa linha crítica, também apontada por Saffioti (2004), uma das trágicas conseqüências que a abordagem funcional acarretou foi a evidência dos papeis femininos domésticos e públicos em planos de igualdade com os dos homens, isto é, ambos com mesma capacidade explicativa.

Diante da persistência da exclusão e da subalternidade das mulheres, mesmo em vista de grandes conquistas como o sufrágio, Betty Friedman, em 1963, procurou entender porque as mulheres continuavam excluídas. A opressão às mulheres fazia com que elas se silenciassem frente às diversas condições de vida impostas, não as questionando e as aceitando, como um "problema que não tem nome". Isto é, um problema vivido, mas não encarado como legítimo (Hooks, 2004). As estudiosas feministas se voltaram a nomear esse problema, permitindo a elas o rigor e descrição necessária para criar estratégias de enfrentamento a estes diversos problemas que ocasionavam as situações de subalternidade e de exclusão (Mayoga *et al*, 2010).

Em meio à referida luta por direitos, o livro "O segundo sexo", de Simone de Beauvoir, foi considerado o precursor do feminismo da segunda onda (Louro, 2007; Piscitelli, 2009). Nele continha a frase considerada a máxima do feminismo: "Não se nasce mulher, se torna mulher", sendo as ideias formuladas por Beauvoir o farol que iluminou as mulheres do final da década de 40, no sentido de fornecer a elas o clima intelectual da época. Louro (2007) se amparando nas análises de Haraway (1983), destaca que a célebre frase de Beauvoir e as condições sociais subseqüentes à segunda guerra mundial permitiram a construção das mulheres como sujeito coletivo histórico e as acepções feministas modernas com relação às teorizações de gênero.

De acordo com Beauvoir, ainda que se lutasse por direitos, havia ainda um grande desafio social a ser superado pelas mulheres em vista de sua autonomia, pois existiam condições que lhes impunham inferiorização. Havia uma situação na qual as mulheres se apresentavam como "Outro absoluto", objeto para um sujeito (o homem), uma essencialização da sua existência, que lhes impedia de serem sujeitos de sua própria existência. O sexismo fazia com que se lhe empurrasse uma condição de imanência, a qual em suas próprias palavras: *"Pôr a mulher é pôr o Outro absoluto, sem reciprocidade, recusando contra a experiência que ela seja um sujeito, um semelhante"* (Beauvoir, 1949, p.384).

O feminismo da segunda onda teve como contexto social inicial o período pós-guerra do início do século XXI, fazendo parte dos movimentos sociais atuantes

naquela época. Ele foi impulsionado pela absorção efetiva das mulheres no mercado de trabalho que ocorreu nos idos dos anos 60, de forma distinta da entrada pontual que lhes fora oportunizada anteriormente, em razão da ida dos homens às grandes guerras. Nessa atmosfera social e política se dava também o movimento estudantil da segunda metade dos anos sessenta e, no campo científico e tecnológico, novidades tais como a pílula anticoncepcional. Essa onda do feminismo emergia juntamente com os movimentos contraculturais da Europa e EUA, sendo visto como uma libertação das mulheres ocidentais. O movimento feminista se centrava na denúncia das desvantagens femininas no trabalho e na família, considerando o valor do casamento (Nogueira, 1996).

Nogueira (1996) destaca que apesar da segunda onda revelar uma tendência de heterogeneidade quanto à diversidade teórica e de objetivos, vários feminismos, considerando diversos países, sobretudo da Europa, mantiveram um caráter solidário e de irmandade. Isto, pois comungavam de conhecimentos provenientes de muitas obras feministas em comum. Contudo, essa heterogeneidade também se refletia com relação às agendas e prioridades, pois ao passo que em alguns países se buscavam mais escolas primárias, em outros, atuavam nas ciências, com intuito de inserir a perspectiva das mulheres. É importante destacar que a expressão dessa onda no Brasil dos anos 70, de acordo com Pinto (2010; 2003), foi uma luta contra a ditadura militar instaurada, sendo essa também uma tendência dos feminismos latino-americanos da época. No Brasil, apesar de não ser caracterizado como movimento feminista facilmente identificado (Matos, 2010), foi notória a participação de mulheres brasileiras na organização sociopolítica de resistência ao regime autoritário.

A identificação do pessoal como político se deve aos feminismos da segunda onda. Ela se deve, mais especificamente, das contribuições que o feminismo radical deu quando buscou revisar o social considerando diferentes matizes de manifestação da dominação, sem que para isso praticasse um reducionismo das relações de poder (Pinto, 1985). Segundo Okin (2008), essas feministas da segunda "onda" criticaram a persistente sustentação sobre a dicotomia liberal público/doméstico nas correntes hegemônicas da teoria política. A frase "o pessoal é político" foi a máxima usada para explicar que o que acontece na vida pessoal, especificamente nas relações entre homens e mulheres, não é livre das relações de poder. Elas compreenderam as diversas associações que os papéis tradicionais das

mulheres no doméstico tinham com a desigualdade no mundo do trabalho, tendo com um dos pontos de partida também as suas próprias experiências de subordinação na família. Analisando estas experiências frente a sua socialização, as feministas centraram o foco na família, que passou a ser central para a política e teoria feminista. Em outras palavras, a frase "o pessoal é político" evidenciou que a divisão entre público e doméstico apresenta a organização social desde uma visão patriarcal.

Segundo Aguiar (1997), o movimento feminista questionou a atuação do Estado com relação aos direitos civis, e logo, da atuação daquele na esfera privada, observando que o privado também é público. Nesse sentido, a crítica do movimento ao autoritarismo se remete à relação entre o Estado e a sociedade civil na busca da autonomia decisória sobre os corpos. Temas como a violência doméstica, serviços domésticos gratuitos, a sexualidade e a reprodução passaram a ser objeto de reivindicação política.

É bastante freqüente, não somente no universo do qual emerge essa pesquisa, identificarmos ideias e estereótipos associadas a essa dicotomia liberal. A frase popular amplamente conhecida, "Em briga de marido e mulher não se mete a colher" é considerada uma forma de endossar essa divisão entre público e doméstico. Mas podemos também pensar em casos em que os homens renunciam o cuidado com os filhos porque crêem que precisam cuidar de suas responsabilidades nas suas posições empreendedoras no comércio, por exemplo. Não se surpreenderia ouvir de nós homens uma resposta associada a essa ideia e, na realidade, possivelmente tender-se-ia a aceitá-la como justificativa. Logo, perpassando a construção social de masculinidades, essa divisão sexual do trabalho opera dinâmicas de poder que são de relevância política.

Com o crescente acúmulo acadêmico na área de estudo sobre a "situação da mulher", em vista da busca por compreensão de como a subordinação das mulheres era construída e mantida, algumas categorias de análise foram cunhadas para explicá-la, tais como "mulher", "opressão" e "patriarcado". Ao passo que o feminismo se concentrava em explicar a opressão feminina, isso gerava debates e discordâncias quanto ao lugar e ao peso de conceitos como o patriarcado, o sistema sexo-gênero, em oposição ao capitalismo. Dentro do feminismo havia as distintas linhas de perspectiva liberal, socialista e radical, cada uma das quais oferecendo respostas diferenciadas (Barret & Philips, 2002). Os desacordos decorrentes destas

divisões se estendiam ao que seria o principal e/ ou o secundário. De acordo com Walby (2002), um conjunto de trabalho feminista mais amplo tem sido criticado porque valora de forma equivocada as diferenças e desigualdades étnicas.

Além da produção teórica e conceitual acerca da desnaturalização do sexo e da diferença sexual, o feminismo também problematizou o binarismo de gênero e questionou a categoria "mulher" enquanto singular e não plural, sendo esses tópicos comuns às análises entre sujeito do feminismo e pós-estruturalismo (Mariano, 2005). Com relação à categoria mulher, o feminismo pós-estruturalista dos EUA da década de 70 teve suas críticas em geral aceitas, porém esse mérito é conferido especialmente ao feminismo negro, pois criticou o feminismo branco que homogeneizara as mulheres, fazendo com que muitas delas não vissem no feminismo uma opção. Ela também o criticou por não considerar as opressões contra a população negra (Hooks, 2004).

Essa categoria passou a ser explorada pelo feminismo da segunda onda em razão da opressão patriarcal, que passava a indicar a universalidade da opressão feminina. Essa concepção foi útil, pois ao passo que ajudou a consolidar a ideia de feminismo, criando laços entre elas, diferenciou-o do posicionamento de esquerda (Piscitelli, 2009; Pinto, 1985). Ao passo que a categoria "mulher" foi singularizada na universalização das experiências de opressão das mulheres, similarmente, durante muitos anos, os homens foram vistos dentro do patriarcado também como universalizados na dominação exercida sobre as mulheres (Giffin, 2004).

Tratando da categoria mulher no singular, Costa (2002) coloca que é importante reconhecer o contexto conjuntural daquelas reivindicações políticas, pois a categoria "mulher" ainda é utilizada para articular as mulheres politicamente, embora se reconheça as diferenças entre elas. Ela coloca que é necessário assumir uma posição antiessencialista essencialista, isto é, não jogar um termo em cima do outro tentando anulá-los, passando à definição "mulher como posicionalidade". Segundo ela, isso significa passar a adotar uma posição ligada a uma localização de sujeito[8] sobre a qual construímos os nossos olhares sobre a realidade.

O conceito de gênero foi elaborado pelas feministas de forma decisiva na formulação teórica e conceitual sobre a construção das diferenças entre os homens e as mulheres, que se dão pelo social e pela cultura, não por uma natureza ou

[8] Acerca da "política de localização" retomaremos essa importante elaboração adiante, quando nos referirmos aos feminismos da terceira onda / pós-coloniais.

ordem biológica. Porém, uma das críticas que emergem é a de conceber o gênero como marcador identitário privilegiado para explicação das assimetrias e opressões que perpassam o gênero, pois elas vão além, levando em as inter-relações entre as categorias identitárias tais como raça, classe, sexualidade, territorialidade e nacionalidade, que produzem diferentes experiências entre as mulheres.

As perspectivas feministas que se ocuparam no gênero enquanto construção social, contrapondo à fixidez da biologia enquanto destino, acabaram por evidenciar o próprio gênero como destino, compreendido a partir de uma binarismo homem / mulher. Essa oposição binária assume que tudo em cada uma dessas categorias é igual, caracterizando uma essencialização das categorias e a *política feminista da identidade* (Butler, 2003; Costa, 2002). Algumas críticas passaram a ser feitas em torno das formulações do conceito de gênero, tendo como base a fixidez e unidade que a distinção sexo/ gênero conferia às identidades de gênero. Esse "universalismo do gênero" (Phillips, 2002) fazia com que houvesse um binarismo na relação entre sexos. Segundo Haraway (2004) ao passo que a primazia dada ao gênero ofusca ou subordina todas as outras experiências relacionadas à classe, à raça, ela foi produzida no âmbito de do movimento feminista imperialista branco e ocidental, como já mencionado, bastante criticado pelo feminismo negro dos EUA.

O binarismo de gênero e a essencialização das categorias passaram a ser criticadas pelas feministas, no sentido de abrir caminho para compreender a multiplicidade das experiências dos sujeitos. A partir deste panorama crítico, estudar masculinidades desde um marco teórico feminista, segundo Medrado & Lyra (2008), ao se referenciarem nos estudos de Parrini (2006), não seria possível pensar homens ou masculinidade apenas, pois isso suprimiria amplitude que as experiências das masculinidades e a compreensão de preconceitos e estereótipos, na direção da construção de outras versões e sentidos da própria masculinidade

> trabalhar a partir de uma divisão ingênua entre masculinidade e feminilidade, não incorpora as severas críticas das políticas de identidade, a complexificação do estudo da subjetividade e a centralidade das reflexões sobre as relações de poder que configuram os objetos que se relacionam diretamente a sexo, a gênero ou a ambos (Medrado & Lyra, 2008).

Assim, embora os homens permaneçam com a compreensão de deter poder majoritário, não há uma única masculinidade e tampouco é possível falar em formas binárias que supõem formas hegemônicas e subordinadas. Na linha que Medrado & Lyra propõem, dado que à masculinidade também se articulam outros sistemas de

poder, podemos compreender a reprodução de estereótipos e preconceitos presentes nas relações de raça, classe, assim como a possibilidade de cristalizações de lugares como homens-algozes.

A terceira onda feminista é nomeada por alguns como pós-feminismo (Mariano, 2005). Como temos visto, a categoria "mulher" passou a ser explorada e as formulações acarretavam divergências acerca da preponderância das estruturas sociais na explicação das opressões. Desta forma, os rompimentos passaram a existir primeiro na crítica às premissas racistas e etnocêntricas das feministas brancas feitas pelas feministas negras, inaugurando-se, então, um campo de discussões e tencionamentos das diferenças intra-gênero. A perspectiva da micro análise, tomada pelas feministas que estudavam a divisão sexual do trabalho contribuiu para a compreensão das diferentes interações entre as faces da desigualdade, sendo a perspectiva da “tripla opressão” – raça, classe e gênero – também uma forma positiva de análise resultante (Hooks, 2002; Barret E Phillips, 2002).

A crítica direcionada à categoria "mulher", no singular e pré-reflexiva, trouxe impactos internos na compreensão das diferentes experiências femininas, pois promoveu um apagamento das categorias identitárias. De acordo com Costa (2002),

> ... fundamentando sua análise nas práticas cotidianas das mulheres e nas resistências dessas em relação às especificidades históricas, o feminismo foi capaz de recorrer à categoria “mulher” sem retornar a uma posição nominalista. A fabricação de uma identidade de gênero fixa (“o essencialismo estratégico” ou uma “idealização mínima”, segundo Gayatri Spivak) continua sendo um momento crucial – embora insuficiente, problemático e contestado – de um projeto feminista mais amplo. Tão logo o sujeito é cristalizado em uma posição, ele/a é questionado/a pelas próprias exigências do campo social dentro do qual está situado/a” (Costa, 2002, p. 67).

Com essa noção universalizada, não seria possível contemplar a multiplicidade das opressões a que as mulheres estão submetidas, acarretando, assim, olhares alheios às complexidades tais como no entorno das relações entre gênero, raça, classe, sexualidade, territorialidade, geração e nacionalidade, nos quais operam sistemas de poder e de opressão. Assim, o desafio proposto pelos feminismos da terceira onda tem sido o de problematizar as elaborações do gênero, colocando-o em relação com estas outras categorias analíticas e, a partir disso, visibilizar múltiplas faces da opressão feminina no mundo, problematizando quem seria o sujeito dos feminismos (Mayorga & Prado, 2010).

Ao produzirem tencionamentos com o feminismo branco, Bhavnani e Coulson (2002), analisam que a categoria mulheres tem deixado as mulheres negras fora das análises, ou na melhor das hipóteses, elas são adicionadas sem uma transformação necessária para incluí-las. Desta forma, elas dão o enfoque central para a articulação entre gênero e raça. Já na leitura de Butler (1993) a centralidade das análises recai na relação entre gênero e sexualidade, tornando estas categorias centrais na formulação sobre a produção sobre condições – seres abjetos – que rompem com a coerência entre sexo, gênero e desejo. Segundo Piscitelli (2008), algumas feministas, embora advoguem a articulação conjunta das categorias, acabam por enfocar apenas a categoria gênero.

Walby (2002) coloca que o pós-modernismo se concentrou nas complexidades e nas diferenças, dada a sua tendência de fragmentação e criou um distanciamento contraproducente de elementos que o compõe. Isso fez com que ele negasse a coerência dos conceitos da tripla opressão – gênero, raça e classe, e mesmo que isso vislumbrasse um estudo aprofundado de cada um dos elementos, acarretou uma concepção de poder muito dispersa e não alocada em grupos reconhecíveis. A saída posta por ela seria a elaboração de teorias de agrupamento que se articulem com conceitos macrossociais sem reduzir as análises à análise de classe, indo além, portanto da convergência exclusiva com o capitalismo.

Nesse sentido, e ao lado dessas teorizações acerca dos sujeitos dos feminismos a ideia de que seria possível empregar categorias analíticas e teóricas para lançarem luz na multiplicidade das experiências que se conectam ao gênero, trouxe ao cenário a conceituação das *categorias de articulação* e *intersecionalidade*. A ênfase nessa última abordagem recai na diferença operando em contextos determinados, não no privilégio de uma ou outra categoria. Algumas estudiosas optam por um deles ou os usam de forma alternada e esse uso varia conforme a orientação teórica empregada (Piscitelli, 2008).

A ideia de intersecionalidade emerge como uma importante proposta de leitura articulada, provindo do contexto das discussões feministas internacionais que buscam a proteção contra a discriminação com base na cor, descendência, origem étnica ou de nacionalidade. Isto se deu, sobretudo por existir aspectos ligados às identidades sociais que evidenciam conflitos e vulnerabilidades exclusivas de diferentes grupos de mulheres (Matos, 2010; Crenshaw, 2002). Segundo a perspectiva da intersecionalidade, os problemas decorrentes da atuação dos mais

variados sistemas de poder e de opressão não devem ser conceituados de forma separada, mas de forma a

> capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (Crenshaw, 2002, p.177).

Esta noção é de importância significativa para tratarmos os problemas relacionados às injustiças sociais de modo mais preciso. Se não se desenvolve um olhar mais detalhado sobre a realidade sobre a qual se pretende transformar, as intervenções direcionadas aos problemas poderão ser inconsistentes e ineficazes, pois se ancoram em compreensões parciais e por vezes distorcidas das condições e experiências. Esta questão está intimamente relacionada com a ideia de se lançar olhares sobre realidades invisibilizadas e processos não reconhecidos que acarretam situações de subalternidade e exclusão. Lembre-se que tratar de realidades não visibilizadas converge para o que entendemos ser uma das contribuições que o feminismo fornece. De fato, muitos dos seus esforços têm se voltado para a nomeação dos problemas, permitindo o rigor e descrição necessária para a criação de estratégias de enfrentamento (Mayorga, 2011).

Ao visualizarmos os sistemas de poder que produzem diversas operações sociais de subalternidade e opressão, a ideia de intersecionalidade nos convida a pensar as categorias identitárias em relação, em articulação. Não se trata de uma simples somatória de opressões, como se o resultado dessas adições fosse o grande problema enfrentado pelas mulheres. É preciso, conforme Mayorga (2013), *"*de forma radical, reconhecer as tensões e os antagonismos que marcam a emergência dessas categorias" (Mayorga *et al*., 2013, p. 465). Trata-se de entender como esses sistemas se articulam nos discursos, de modo a naturalizar e até mesmo justificar as diversas opressões vividas, inclusive as hierarquias com manifestação da violência.

Na noção de intersecionalidade é preciso observar a abordagem sobre a ideia de poder, inclusive na que opera nas margens de agência concedidas aos sujeitos desde distintas abordagens teóricas (Piscitelli, 2008). No caso em que tratamos neste estudo, a intersecionalidade nos convida a pensar nas várias categorias identitárias atreladas à organização social da masculinidade (Connell, 1997); e sobre a regulação dos modos de subjetivação masculina (Medrado & Lyra, 2014). Segundo Medrado & Lyra (2014), as estruturas de poder se voltariam à manutenção

e reprodução de algumas ordens. Por outro lado, as agências que se evidenciam nos encontros entre as categorias identitárias poderiam revelar formas de resistência. Assim, perspectiva da intersecionalidade nos permite também integrar as tensões e os antagonismos presentes nas categorias identitárias.

Ao apontar as fragilidades da noção de intersecionalidade, Piscitelli, (2008), ao acessar as análises de Prins (2006), indica que a formulação de Crenshaw (2002), apesar de contribuir com o empoderamento de grupos subordinados, integra equivocadamente as concepções de diferença e desigualdade. Com uma abordagem sistêmica, nela as categorias analíticas determinariam somente identidades associadas ao desempoderamento e à subordinação social. Os sujeitos careceriam de agência. Outro problema seria que a noção de poder empregada daria estreita margem de leitura, de modo a criar a ideia de que uns o detém e outros não

Alinhamos com a crítica aqui apresentada por Piscitelli (2008) e Connel & Messerschmidt (2013). A primeira defende um rechaço à abordagem unilateral da intersecionalidade, pensada apenas desde hierarquias sociais suprimindo sujeitos. Nessa linha, os segundos também se referem a um abandono necessário da noção unidimensional da hierarquia na abordagem do conceito de masculinidade.

É preciso abordar as interações entre diferentes sistemas de poder de modo a entendê-los não apenas agindo de modo repressivo, mas também de maneira a produzir sujeitos.

Nessa linha argumentativa é válida a reflexão de Butler (2001) ao se amparar nas críticas de Foucault, Althusser e na Psicanálise. Ela afirma que o poder que inicia e sustenta a própria potência de um “nós” depende de um *Outro* que o subjuga e que é internalizado por quem é subjugado. Ou seja, trata-se de uma relação de oposição, mas de algo que reside na base da formação de um que está numa relação de submissão com outro. Ela utiliza a “alegoria do escravo” Hegeliana a partir da figura do amo, não como alguém externo ao escravo, mas como quem reemerge na própria consciência deste, efeito da presença deste na forma da autocensura. O poder aparece psiquicamente e forma a identidade do sujeito. O poder presente no sujeito subordinado é no sentido de “dar uma volta” sobre o mesmo ou contra o mesmo. Assim, desejar as condições da própria subordinação é um requisito para persistir como um sujeito. Para Butler, o poder que passa a funcionar sobre o sujeito e que o ameaça com uma dissolução em direção à

manutenção da própria existência, será aquele que também permite o reconhecimento entre os sujeitos da relação. Isso é fundamental para a formação dos sujeitos também no sentido que o adulto negue a dependência e a ressignifique.

Sobre a capacidade de agência do sujeito nessa perspectiva de Butler, há uma operação que o poder se volta ao sujeito dando-lhe um sentido habilitante. Ele passaria a se apropriar desse poder, podendo atuar contra o próprio poder originário, mantendo ou resistindo à subordinação. Contudo, Butler coloca que isso é ambivalente, pois o poder assumido permanece ligado às condições de subordinação que o tornou possível. Além disso, quando o poder é adotado na atuação do sujeito é possível que este encubra as condições de sua emergência e passe a fazer parte das atuações posteriores do sujeito. Essa modalidade de poder é, portanto, convertida por meio um processo de apropriação, passando de submissão à resistência e oposição.

Quando tematizamos masculinidades, nos parece possível tratar das relações de poder como jogos, em detrimento de estados. A tendência de enfatizar poder como estados inviabiliza a percepção de caminhos de transformação, mantendo os lugares de mulher-vítima e homem-algoz como estáveis e imutáveis (Medrado & Lira, 2008).

Connel (1997) & Connel e Messerschmidt (2013) também pode ser vistos nessa linha argumentativa na qual diferentes sistemas de poder são entendidos não como apenas repressivos, mas também como produtores de sujeitos, oferecendo outros recursos que possibilitam a ação. Para Connel (1997), nesse sentido, a masculinidade não é um estado, mas ao se relacionar às práticas, ela é uma *posição* e seus efeitos dentro das relações de gênero.

Ao desenvolver ideias sobre as práticas e relações que constroem os principais padrões de masculinidade do ocidente, parte do princípio de que é possível se trabalhá-las associadas à noção de hegemonia de Gramsci, que foi transferida para os estudos de gênero desde o contexto de entendimento da estabilização das relações de classe. A hegemonia se refere à dinâmica sociocultural por meio da qual um grupo mantém liderança sobre outros. Na história das sociedades, são destacadas algumas masculinidades em detrimento de outras, e há uma configuração em especial – a masculinidade hegemônica (ou dominante) – que responde à questão da legitimidade do patriarcado e, conseqüentemente, às práticas que garantem a dominação masculina e a subordinação das mulheres.

Bonino (2003) defende a masculinidade hegemônica como sendo uma configuração normativa de práticas sociais para os homens, predominante em nossa cultura patriarcal. Embora ela possua inúmeras variações, é persistente. Para ele, a masculinidade hegemônica é normativa no sentido que exige que todos os homens se arranjem a partir dela. Contudo, na medida em que ela pressupõe a forma mais honrada de ser homem, provavelmente poucos são os que a assumem, mesmo que sejam muitos os que buscam dela ter uma posição (Connel, 1997; Connel & Messershimidt, 2013).

As masculinidades somente se relacionarão com o modelo de masculinidade hegemônica se enquadrarem nas configurações de masculinidades específicas que são correntemente legitimadas, se alinhando ao ideal cultural vigente de época. A masculinidade hegemônica não se associa ao homem visto publicamente como poderoso, mas visto que ela trata de um ideal, se relaciona com o que sustenta o poder dele, sendo também relacionado aquilo que muitos homens são motivados a apoiar. Este ideal corresponde ao modelo que exerce autoridade sobre outros homens e subordinam as mulheres, fazendo, assim, uso exitoso da autoridade, que é a marca da hegemonia. A hegemonia é um conceito que também abarca práticas de uso da violência, mas transmite a noção de consenso e participação de grupos subalternos. Também entre as relações e práticas da masculinidade há relações de *subordinação* (masculinidades heterossexuais sobre as homossexuais), *cumplicidade* (não exercer a masculinidade hegemônica, mas consentir com práticas que legitimam e derivam dela) e a *marginalização* (o caso de homens negros e ricos não reconhecidos como autoridades locais assim como os homens brancos) (Connel, 1997, 1987; Connel & Messerschmidt, 2013).

Segundo Connel (1997), a hegemonia pressupõe uma dinâmica social móvel, posto que em qualquer momento as posições hegemônicas da masculinidade podem ser questionadas pelas mulheres ou por outros grupos de homens, que criticam as velhas estratégias e criam novas posições de dominação. Tal formulação nos auxilia a não pensarmos em uma unilateralidade das operações de poder, posto que as posições de poder são dinâmicas e móveis, oferecendo possibilidades de análises que visam superar noções cristalizadas de vítimas / algozes.

Por fim, cumpre destacar que é provocante trabalharmos com abordagens que privilegiam a noção pulverizada de poder, tais como as analisadas acima. Porém, isso se faz necessário para não esbarrarmos em utilizações equivocadas da

idéia de intersecções, esbarrando em cristalizações de posições polarizadas, tais como de vítimas / algozes, que pouco contribuem para a transformação das relações de gênero e a desconstrução das práticas interpessoais violentas perpetradas pelos homens. Isso, porque, ao concebê-los desde tais posições fixas, estereotipando-os e considerando-os ora como algozes ou vítimas, por exemplo, decorrente de representações dos mais variados sistemas de poder e opressão, impõem-se barreiras por vezes difíceis – senão impossíveis – de serem transpostas quando buscamos provocar tencionamentos nos seus exercícios de poder abusivo sobre outras pessoas.

Associar análises interseccionais nas práticas de enfrentamento à violência contra as mulheres nos coloca desafios substantivos, tanto epistemológicos quanto metodológicos. Ao passo que precisamos contemplar as diferenças entre os sujeitos, quer sejam mulheres, quer – no nosso caso – sejam homens, requer nos debruçar em realidades complexas, provisórias, fluidas e escorregadias. Nesse sentido, é necessário lançar mão de um esforço para problematizar e examinar quais dinâmicas de poder separam e aproximam os sujeitos.

2 – O PATRIARCADO NO ÂMBITO DOS TENCIONAMENTOS TEÓRICOS FEMINISTAS

Em vista de nos ocuparmos com o desenvolvimento de algumas perspectivas feministas, convém fazer uma reflexão sobre o patriarcado destacando alguns tencionamentos no âmbito da sua produção teórica. Adentrarmos um pouco mais detidamente nessa esfera de debates será emblemático no sentido de compreendermos que nesse processo de desenvolvimento do pensamento feminista, as divergências e as tensões teóricas têm caracterizado o campo de debates. Isto se alinha com o que temos destacado da leitura linear e singular do feminismo. Nosso intento também é aclarar a disputa por significados que caracteriza os debates feministas, ao invés de simplificá-los. (Hemmings, 2009).

É importante considerar que as críticas feministas dirigidas à modernidade são que as explicações sobre as desigualdades entre homens e mulheres são demasiadamente abstratas e generalistas. Segundo Walby (2002) essas críticas descrevem um descuido do contexto das relações de poder que, sendo dispersas, resulta demasiadamente difícil estabelecer análises precisas.

Observamos que grande parte do debate sobre o patriarcado circula em torno do uso do conceito de gênero, ora destacando os problemas do primeiro e por vezes advogando o seu abandono, ora sugerindo sua importância, sendo, às vezes proposta a associação entre os dois conceitos.

O conceito do patriarcado é fruto dos esforços do feminismo radical que buscou uma origem da subordinação das mulheres a fim de desconstruí-la (Saffioti, 2004, 2009; Barret & Phillips, 2002; Piscitelli, 2002; 2008; 2009). Segundo Saffioti, amparando-se nas análises de Hartmann (1970a), ele é definido como um "pacto masculino para garantir a opressão de mulheres", "fornecendo os meios necessários à produção diária da vida e sua reprodução", no qual as mulheres figuram como "objetos da satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e de novas reprodutoras" (p. 10,11). Para ela, o patriarcado também exprime relações hierárquicas e solidárias entre os homens visando a garantia do propósito de opressão de mulheres. De acordo com Piscitelli (2009), Embora historicamente ele tenha sido útil enquanto entendimento da construção social da subordinação feminina, ele se apresenta quase vazio porque se tornou sinônimo da dominação masculina. Ele oferece limitações metodológicas, devido, sobretudo a sua generalidade e essencialismo. Para ela, o conceito de gênero, não o de patriarcado, seria mais adequado como categoria analítica, pois comportaria a variabilidade histórica entre homens e mulheres.

De acordo com Castro e Lavinas (1992) o patriarcado, sendo uma estrutura universal e invariante, não poderia ser mudado com a ação política. Além disso, sua capacidade explicativa remonta as condições de vida pré-capitalistas e seria impróprio articulá-lo na analise da sociedade capitalista. Elas levantam que o conceito usado em sentido weberiano, vez que parte da ideia de um domínio de um patriarca sobre a comunidade doméstica ou econômica, não ofereceria condições de analisar a vida familiar, nem tampouco outras dimensões da vida social. Outro ponto de destaque se refere à diversidade do uso do conceito feito por algumas feministas, por vezes empregado de modo vago e generalista e como um adjetivo ou uma ideologia, acarretando uma heterogeneidade contraproducente, o que também operaria uma imprecisão conceitual e uma dificuldade de uso. Apesar de destacarem sua importância para a expressão da dominação masculina, elas optam por não utilizar o conceito.

Por outro lado, Walby (2002) aponta que as críticas pós-modernas são demasiadamente distantes e que o patriarcado poderia captar uma realidade que comporta repetições e continuidades históricas. Embora admita a dificuldade dele captar essas variabilidades, negar sua causalidade é errôneo, pois as perspectivas necessitam utilizar-se de outras variáveis causais para entender a variação e a mudança, tais como as estruturas do trabalho assalariado, o trabalho doméstico, a sexualidade, a cultura, a violência e o Estado, sendo todas igualmente importantes. Para ela, o patriarcado assume uma forma *privada*, em que a produção familiar é preponderante e a exploração é individual e provém do marido ou pai. A outra forma, a *estatal*, é a qual o trabalho é a estrutura dominante e a exploração é coletiva, sobre os homens.

Para Saffioti (2004; 2005), esse conceito é tão útil quanto inegável, sendo inconcebíveis as reprovações que a ele se dirigem. Saffioti (2004) analisa que conceito de gênero como categoria de análise passou a ter uma função descritiva. Já Aguiar (2000) coloca que ao utilizamos o conceito de gênero podemos correr o risco de considerarmos apenas a dimensão microssociológica, ao passo que perdemos a dimensão histórica.

Compreendendo que as críticas remetidas ao conceito levam em consideração seu uso de modo vago e generalista, como um adjetivo (Castro & Lavinas, 1992), admitimos a questão posta por Saffioti (2009), que nega o patriarcado desprovido de historicidade. Na realidade, afirma a autora que é necessário reforçar constantemente a dimensão histórica da dominação masculina para que se obtenha compreensão e enquadramento desse conceito. Nesse sentido, concordamos que, pelo menos em parte, um dos problemas do conceito tenha sido ao longo do tempo o uso (ou o não-uso) dispensado a ele. Em razão das críticas, seria necessário adentrarmos em seu significado e historicidade, pois seu enfoque trás interessante base analítica da realidade que se nos apresenta.

Para ampliar o significado do patriarcado no caso do Brasil, é necessário se amparar na proposta de Aguiar (2000; 1997), que inicialmente critica a negligência dada ao termo pelas feministas brasileiras, pois isso obscureceria sua interpretação da condição das mulheres e também dos homens. Aguiar (1997) inclusive havia criticado as feministas que deixaram de lado as análises de sociedades que se organizam politicamente a partir do patriarcado e patrimonialismo, uma vez que privilegiaram o estudo dos países que adotaram princípios do liberalismo em

oposição ao absolutismo. Uma vez que fizeram isso, deixaram de lado o estudo de outras formas de autoritarismos que as sociedades patrimonialistas desenvolveram.

Aguiar (2000) argumenta que é preciso partir de uma dupla linha de investigação que analise o patrimonialismo e o patriarcado, dada a importância desse conceito para a análise das relações familiares no nosso país. Distanciando-se de visões tradicionais que rejeitam a apropriação do patriarcado enquanto forma de organização para o domínio público, isto é, entre família e poder político, ela analisa que seria preciso partir da relação entre família e patrimonialismo. Isso seria necessário porque na nossa realidade social a amplitude de interferência do Estado na vida privada não é total, oferecendo condições nas quais, uma vez que não há regulação, as assimetrias de natureza patriarcal se estabelecem e geram efeitos negativos no interior da família, obviamente com maior desvantagem para as mulheres.

Segundo Aguiar (1997), desde vários pensadores clássicos é corrente a ideia de que no Brasil o patriarcado é a base inicial de organização da sociedade, invadindo as suas instituições, vez que o herdamos do sistema escravagista. O patriarcado inclusive seria uma forma análoga ao escravismo. Tal linha de pensamento defende, pois, que o patriarcalismo adentra o estado patrimonial, que se ergueria através das relações familiares.

Embora tal tradição distinga o patriarcado como fundamento de organização social, isto é, o público sendo refém do privado, há uma tradição de pensamento sociológico do Brasil que preconiza o domínio do público/ estatal sobre o privado, interpretando este domínio capaz de se gerir independente da tutela de um patriarca, com uso da racionalidade, assim se dando também com relação à sociedade civil (Aguiar, 2000).

O patrimonialismo era uma das formas de organização econômica e política e a característica fundamental do Estado português colonizador. Ele fazia com que o rei fosse não somente o chefe administrativo, mas também um empreendedor, vez que era necessário financiar continuamente as forças militares para ampliação dos territórios e manutenção da soberania. Além disso, o monarca tinha que estabelecer incentivos para aqueles que fossem morar nas cidades fundadas. No desenvolvimento da sociedade colonial, o modelo de economia com base agrária e escravagista era mantido com a tendência centralizadora desse mesmo patrimonialismo, que prevaleceu no processo de colonização portuguesa. O

patrimonialismo se forma a partir da subordinação e dependência ao senhor daquelas pessoas desfavoráveis, tal como acontece na escravidão, e substituiu equivalentemente o patriarcado. Os senhores que passavam a usufruir os patrimônios e dividendos do patriarca – privilégios obtidos por meio de casamentos – como no caso das expansões territoriais, em troca, passavam a dever fidelidade a ele. Em outras palavras, o patrimonialismo também se caracteriza por uma não separação – ou confusão – entre o público e o privado, marca registrada dos sistemas absolutistas.

Ao contrastar as produções sobre o patriarcado com as produções de Oliveira Vianna, Aguiar (2000) relembra que este autor descreve os clãs patriarcais como sendo formados como uma família estendida. Essa família, sendo chefiada por um patriarca proprietário de muitas terras e que tem no seu entorno muitos aparentados e dependentes, vê no latifúndio a prosperidade para fabricação dos meios de sua subsistência. Todas as pessoas, uma população em torno do patriarca, têm com ele uma forte relação sentimental e de proteção.

Partindo das elaborações férteis de Gilberto Freyre sobre o patriarcado, Aguiar (2000), passa a se referir a este conceito como uma forma de racionalidade econômica e demográfica. Ele também assume uma forma estratégica de povoamento e aliciamento de mão de obra (por meio do estupro) para geração de riquezas que foi estabelecida no processo de colonização portuguesa. A base, pois, era o regime de escravidão, no qual as mulheres negras eram tomadas forçadamente para manterem relações sexuais, sendo sua recusa a esse ato um indicativo de riscos a sua integridade física, fato este que ocasionou atos de resistência. Isso acontecia porque ela se recusava a ter filhos do estupro e se tornar, assim, além de objeto de prazer sexual e do abuso dos homens, uma espécie de aparelho reprodutivo dos senhores de terra.

Segundo Aguiar (2000), amparando-se em Saffioti (1992), o tipo de organização que passa a prevalecer a partir do séc. XIX no Brasil é a do Estado patrimonial baseado em um patrimonialismo patriarcal. Segundo ela, esse contexto abarcava não só a desorganização da família estendida e a manutenção da família nuclear, mas também a mudança do pai-de-família arrogante para a ocupação da função econômica de pai provedor. Em paralelo, a autora destaca a imbricação entre patriarcado, racismo e capitalismo, motivo pelo qual defende a ideia de se usar o termo “dominação-exploração” nas análises.

De acordo com Pinto (1985) o feminismo socialista se caracterizou por explicar a causa principal da opressão tendo origem na sociedade de classes, estabelecidas desde a existência da propriedade privada. A divisão sexual do trabalho, portanto, seria superada se na sociedade houvesse uma transformação estrutural nas classes. Porém, ainda dentro dessa vertente socialista houve divergências quanto às causas da opressão. Algumas socialistas entendiam que o processo produtivo não era a raiz do problema da hierarquia entre homens e mulheres e ao mesmo tempo e não se devia relegar a desigualdade de gênero. Nesse sentido, as críticas ocorrem, pois consideraram o patriarcado e a produção como igualmente determinantes para a opressão das mulheres.

A divergência também ocorre na relação entre as feministas e os pensadores marxistas que, nessa combinação com o patriarcado, tendem a enfocar a produção em detrimento das relações patriarcais de dominação. É válido acrescentar, diante disso, que a teoria feminista é enfática ao propor que a dependência no ambiente doméstico de fato se acentua com o desenvolvimento do capitalismo, isto é, que racionalidade econômica pode acentuar a dominação patriarcal no campo privado (Aguiar, 2000).

É relevante destacar que vertentes de pensamento feminista distinguem o patriarcado permanecendo nos tempo atuais e se acentuando com o avanço do capitalismo, embora afirmem que este adquira características distintas, em face de um novo contexto. Saffioti (2004) aponta que o patriarcado comporta as dimensões abarcadas em outros conceitos, tais como o de dominação masculina, mas vai além, ao expressar a força de sua instituição e a ação constante em uma espécie de engrenagem que obtém a subordinação das mulheres nas mais variadas culturas, embora em graus de domínio diferenciados. Nesse sentido, é relevante partirmos da existência de uma *ordem patriarcal de gênero* (Saffioti, 2004; Aguiar, 2000) para os olhares que lançamos nas relações familiares conflituosas dos HAV os quais se intervém. Tal elaboração nos ajuda também a compreender os abusos (inclusive os sexuais) do homem com relação aos que dele dependem economicamente. De outro modo, também permite entender a relação entre os dependentes, tanto entre eles, quanto em relação ao “chefe de família”, considerando suas regras.

Essa associação expressa entre os termos gênero e patriarcado se torna possível, pois o patriarcado contribui para preencher lacunas presentes na elaboração do gênero. Esse enfoque trás interessante base analítica da realidade

que se nos apresenta, sendo um destaque a dimensão histórica do conceito, conforme analisamos anteriormente, que o gênero por si só – enquanto construção da diferença – não oferece. Podemos acenar aqui para o delineamento de especificidades nas configurações que o patriarcado tem realizado nos contextos sociais em que estamos inseridos, levando em consideração elementos-chave para sua variação. Recorrendo às análises que Sylvia Walby faz da dinamicidade do patriarcado, Aguiar (2000) considera que esse delineamento é relevante, pois acena para uma profícua tarefa de análise de sua variabilidade histórica, vez que em momentos históricos distintos o patriarcado adquire também formas de organização diferenciadas.

Quando pensamos no patriarcado como um pacto entre homens que inclui a subordinação das mulheres (Saffioti, 2004) que tem uma *base material* (Piscitelli, 2008), corremos o risco de nos levarmos à primazia do fator econômico, tais como em análises com base em um *fetichismo da economia*[9] (Souza, 2003). Concordamos com Walby (2002) que defende que seria necessário resistir à tendência reducionista das classes, reflexo da influência marxista, às análises de gênero e das etnicidades. Assim, embora haja consenso de que a pobreza é um problema a ser enfrentado, não alinhamos com um viés economicista e partimos à refutação dessa importância, pois ela não pode ser dada quando tratamos da persistência da ordem patriarcal perpetuando discriminações. Aguiar (1997) observa que a exclusão das mulheres das possibilidades de contratação e os contratos salariais diferenciados para homens e mulheres são exemplos do que pode ser nomeados como particularismos. Nesse sentido, observamos a persistência da realidade de os homens controlarem as principais corporações e as grandes fortunas privadas no mundo atualmente. Com isso, queremos alinhar com a ideia de que a acumulação de riquezas no capitalismo está conectada às relações sociais baseadas tal ordem patriarcal de gênero.

[9] Jessé Souza desenvolve sua tese propondo uma mudança de paradigma no que se refere a naturalização da desigualdade social e a conseqüente produção de "subcidadãos" como conseqüência do processo de modernização da sociedade brasileira, vez que este incorporou valores e instituições modernas. Segundo ele, o fetichismo da economia se relaciona com a ideia equivocada, presente em projetos políticos obsoletos, de que "*o crescimento econômico por si só pudesse resolver problemas como desigualdade excludente e marginalização*" (Souza, 2003: 80). Ele ainda ressalta que a evidência cabal disso se deriva de que durante 50 anos – entre 1930 e 1980 – o Brasil foi o país de maior crescimento econômico do mundo e, no entanto, as suas taxas de desigualdade, marginalização e subcidadania não tenham observado mudança substancial.

Ao nos determos nas análises das operações da *máquina do patriarcado*, alcançamos a influência das relações econômicas de forma apropriada. Podemos compreender essa máquina sendo acionada tanto por homens quanto por mulheres - adultos e / ou crianças -, de forma quase automática, sem a interferência atualizada da presença física do patriarca (Saffioti, 2004).

A relação entre patriarcado e o de grupo doméstico com chefia masculina opera tanto no nível das microrelações familiares tanto nas análises de cunho macrossocial gerando um consentimento generalizado de que o ganho salarial deva ser maior para os homens, vez que eles assumem no patriarcado a manutenção dos filhos e até mesmo das esposas, que dependem dele. Há inúmeras conseqüências quando se parte da ideia de que os homens devam figurar como provedores do grupo doméstico. Um dos efeitos se dá na pesquisa social, especificamente no campo da estratificação social, em que se demanda uma revisão dos sistemas de categorias de atividade e de referência no espaço doméstico. Estes sistemas são formados com base na concepção de família nuclear ou estendida, constituída por meio da divisão tradicional do trabalho doméstico por gênero. Essa divisão não permite visualizar o trabalho feminino, tampouco o valoriza, vez que freqüentemente entende a mulher como inativa, obscurecendo a ideia de que sua atividade tem a finalidade de obter rendimentos (Aguiar, 1997).

Segundo Ponce (2011) amparando-se na análise de Izquierdo (2010), a violência contra as mulheres é entendida como uma práxis baseada numa lógica patriarcal-sexista, na qual as relações entre homens e mulheres resultam em danos e desvantagem para ambos. Nesse sentido, os conflitos domésticos interpessoais com uso de violência contra as mulheres pelos homens envolvem crenças e estereótipos muito comuns que abarcam essa dimensão econômica presente na *máquina do patriarcado*. Pensemos no exemplo de uma mãe e dona de casa que deseja desenvolver atividades remuneradas por que tem ouvido relatos de sua vizinhança dos benefícios provenientes à mobilidade social. A operação do patriarcado a faz crer que auxilia o marido em suas obrigações como pai provedor. Ao perceber essas suas movimentações, aos poucos, porém, seu companheiro passa a sabotar esse projeto lançando mão dos *micromachismos*[10], visto que ao

[10] Os micromachismos são de autoria do psicólogo espanhol Luiz Bonino Méndez (2008) e se caracterizam, em simples definição, como “mini-obras” interpessoais usadas pelos homens para manterem as mulheres no espaço doméstico e a serviços deles.

chegar extenuado ao lar em razão da dura jornada de trabalho, não concorda que a casa esteja sem sua companheira realizando os seus serviços tradicionais da ordem patriarcal. Ele, de fato, materializa o patrimonialismo patriarcal, vez que crê que se "paga as contas", isto é, se os outros integrantes desfrutam dos seus patrimônios e dividendos, mantendo ele vários esforços nessa direção, ele também mantém dominância no grupo familiar. Assim, em troca os outros deveriam manter fidelidade a ele. Por outro lado, esse homem também não tende a pensar, e/ ou mesmo não aceita, que essas atividades sejam executadas por ele. Embora nas primeiras semanas ele mesmo faça as atividades domésticas contra a sua vontade, com semblante fechado, passa a adotar uma postura de silêncio com viés de "terrorismo" e, em seguida passa a culpá-la, fazendo ameaças de deixá-la. Os filhos do casal passam também a apoiá-lo, qual provedor, e a demandar da mãe a face tradicional na organização patriarcal. Esse conflito passa a fazer parte de um dos vários já existentes – muitos dos quais provavelmente tendo estreita relação com o estereótipo do chefe provedor. Com o tempo, as mágoas provenientes da não resolutividade podem transformar-se num ciclo de violências contra a mulher.

Sem nos estender muito, recorrendo-me aos emblemáticos casos da prática profissional, lembro de muitos casos em que profundos sofrimentos dos homens emergiam relacionados aos conflitos tendo como pano de fundo essa dinâmica organizacional patrimonialista. Freqüentemente observamos homens deprimidos que se frustram frente à incapacidade de refletirem pessoalmente a função econômica patriarcal. Há uma expectativa formada em torno do que é ser pai que certamente acessa essa dimensão. E como estamos tratando de uma dinâmica organizacional, há também, evidentemente, muitos relatos de casos de conflitos de famílias estendidas nos quais a figura do pai desencadeia uma série de processos de dependência. Essa dependência econômica não se restringe apenas a companheira. Os integrantes que rompem pactos tácitos de fidelidade à figura do pai, geralmente o homem de mais idade naquele grupo, recebem uma espécie de reprovação dos outros membros. É a máquina do patriarcado em operação.

Muitos conflitos emergem, de fato, de relações estreitas com o patrimonialismo patriarcal a que estamos lidando. Certo senhor, ao ser indagado como percebia sua família, responde que a via como sendo uma empresa, na qual ele seria o diretor, a esposa a sua gerente e os filhos os seus funcionários. Esse talvez tenha sido um dos casos mais "transparentes" de expressão, ele se

questionava intimamente que “se pagava as contas da empresa, tinha direito de exigir dos membros da sua empresa” o que lhes era devido como tais – leia-se honra e a fidelidade patriarcal.

Após esse breve percurso, observamos que o conceito de patriarcado indica relevância de leitura apesar das críticas que tem recebido. Dentro de suas constantes problematizações teórico-conceituais no âmbito dos feminismos, apesar de suas limitações, sua relevância passou a ser destacada em determinantes conjunturas históricas e políticas no âmbito das produções do feminismo radical da segunda onda. Esses debates no seu entorno mantém vigência em variados contextos e épocas atuais, possuindo relevância na pesquisa social e no entendimento das relações e conflitos familiares tendo em vista sua formação no pensamento social brasileiro.

3 – OS FEMINISMOS, OS HOMENS, OS ESTUDOS PÓS-COLONIAIS DA TERCEIRA ONDA E AS POLÍTICAS DE GÊNERO

Durante as elaborações da segunda onda feminista, em especial durante a década de 70, houve um intenso clima intelectual na psicologia social e na sociologia que contestava, sobretudo a teoria dos papéis e, nela, a referência a “um papel masculino”. Essa crítica, segundo Connel e Messerschmidt (2013) foi o campo teórico sobre qual se construiu o primeiro movimento de homens antisexistas. Apesar da entrada dos homens nos “estudos das mulheres” não ter sido permitida pelas feministas da segunda onda, de acordo com Giffin (2004), esse afastamento foi historicamente importante, produtivo e necessário para trazer à tona as estruturas e relações de poder legitimadas e naturalizadas nas ideologias binárias de gênero. Por isso, as ideias binárias foram incorporadas, de fato, como identidades pessoais que participam da realidade e ordem social. Entretanto, isso expõe a contradição de que as feministas também estavam reproduzindo um binarismo. Giffin (2004), ao se articular com o pensamento de Haraway (1998), relata que a entrada dos homens no campo do gênero é importante, vez que os conhecimentos são sempre parciais e situados, motivo pelo qual devem sempre ser contextualizados na história.

Nesse sentido, é importante se fazer um esforço para registrar, ainda que brevemente, como o pensamento feminista dialogou com a problemática enfrentada com os homens. Segundo Clímaco (2009), embora os homens já estivessem tematizados em muitas obras feministas, como é mencionado em *O Segundo Sexo*

de Beauvoir, o feminismo negro norte americano da década de 70 foi o pioneiro em tematizar homens e masculinidades no campo do gênero de forma particular.

Referindo-se às produções de Bell Hooks, Angela Davis e Michelle Wallace e deste feminismo dessa época, Clímaco (2009), faz uma análise da emergência do pensamento sobre homens, masculinidades e o masculino, sobretudo em importantes obras dessas autoras. Ele relata que em *We Real Cool: Black Men and Masculinity* (2004)*,* de Bell Hooks, o principal aspecto abordado sobre os homens foi mostrar como as masculinidades dos homens negros com as quais ela estabeleceu uma relação de amor, durante três gerações do séc. XX, foram construídas de forma alheia aos padrões comunitários afro-americanos. Ao fazer um relato autobiográfico de cunho histórico e político, Hooks promove um diálogo no qual demanda dos homens a assunção da responsabilidade de transformação, no qual haja abandono de valores patriarcais e individualistas.

Ela relata a vida do pai, do seu irmão, de dois de seus relacionamentos afetivos e de um *rapper*. O pai era vigia nos correios e valorizava o trabalho exercido, mas recebia duras penas pelo intenso racismo sofrido no espaço público. Ao tentar vencer esse racismo com o trabalho escravo, com o passar do tempo, ele adota um aspecto calado e violento, sem expressões afetivas e amorosas com os familiares. O irmão de Hooks, na sua visão, foi quem recebeu o maior peso da opressão patriarcal exercida pelo pai. Ele não pôde se esquivar de assemelhar com o pai, sendo os privilégios vividos por ser homem obscurecidos pela constante violência e silenciamento imputado pelo genitor. Ele passou a manifestar um posicionamento rebelde e de distanciamento das mulheres e do feminino familiar, passando a buscar dinheiro prioritariamente, tal qual era a atitude de muitos homens negros daquele período, associados às condições de perda da dimensão política do ser negro.

Essa época que Hooks descreve, o final dos anos 70 e o início dos anos 80, identifica uma progressiva desvalorização do trabalho e a exacerbação do individualismo. Ela teve dois relacionamentos afetivos que se assemelhavam bastante ao esse perfil do irmão. Por fim, ao contrapor este caso com o de um *rapper* da época, ela afirmou que muitos outros *rappers,* embora identificassem ser excluídos, não expunham algo diferente do capitalismo e do patriarcado, sexualização / violência contra as mulheres e ostentação de bens, que muitas vezes eram adquiridos por meio da associação com o tráfico. Ela conta que estes seriam

alguns diálogos e respostas nos quais os homens travariam no contexto central que identifica como imperialismo, capitalismo, patriarcado e à supremacia branca, que funcionariam sempre em conjunto.

Ao tratar das alternativas a essa influência estrutural central, Hooks aponta a um período e a uma geração anterior, na qual a figura do homem negro remetia a vivência africana e ao período em que as famílias negras não tinham influência do patriarcado branco nos EUA. Esta masculinidade seria mais equitativa e a autora conseguia ver traços dessa organização familiar negra em traços do seu avô, que descreve sendo um homem que corre contra o patriarcado: amoroso, gentil, terno, encorajador, apoiador e pacífico nos relacionamentos. Ela exaltava essas características e também a relação de cumplicidade estabelecida entre os dois.

Como vimos anteriormente, a epistemologia feminista tem estudado as noções de sujeito e esses são um dos objetos centrais abordados entre várias feministas da terceira onda. Associadas a essa efervescência intelectual, algumas teóricas também têm criticado e posto em cheque a pretensão da grande teoria geral da modernidade, colocando essas produções como faltosas e enganosas. Parte dessas críticas é voltada a uma suposta neutralidade, de modo que as teorias da modernidade fariam com que as mulheres se ajustassem a certa norma unitária, negando aspectos oriundos de suas experiências. As elaborações que foram postas em cheque não pressuporiam, de fato, “neutralidade” quanto ao gênero, pois na realidade desvelam o masculino. Isto é, foram elaboradas desde uma perspectiva masculina. (Phillips, 2002; Barret & Phillips, 2002).

Philips (2002) se opõe a uma tendência no feminismo que busca entender e questionar o mundo resistindo aos universalismos da modernidade e que faz perder as categorias como as de gênero, patriarcado e mulher. Ela questiona se a crítica à modernidade deve limitar as possibilidades radicais dos universalismos, neutralizando todas as possibilidades teórico-políticas. Contra a esse tipo de abordagem polarizada entre o abstrato, imparcial e de gênero neutro, de um lado, e de outro aquilo que é específico, relativo e baseado no gênero, ela se mostra favorável a uma posição mais intermediária. Seu argumento é que o enfoque dado pela teoria política, que busca marcar os jogos que operam contradições entre os abstratos universais e os específicos e particulares, não reafirma uma relação de contrariedade ou niilismo uns com os outros. Assim, seria equívoco buscar o particular negando o universal, pois seria possível conviver sem universais abstratos

masculinos e, ao mesmo tempo, também sem deixar de transcender de si próprias em direção a vínculos com aqueles que se tem visto como diferentes. O impulso essencial para isso seria, no entanto, um impulso à universalidade do reconhecimento do parcial e do potencialmente limitante, direcionado para além das diferenças e para uma construção de uma política de maior generalidade e aliança (Phillips, 2002).

Com base nestas propostas, é possível reafirmar que trabalhar com essa nova acepção do universal significa pensar na equidade entre homens e mulheres, com uma nova abordagem para se pensar políticas relacionadas ao gênero. Esta seria uma direção possível, pois nos conduz à consideração e implicação dos homens para a construção de saídas em face das injustiças de gênero. Afinal, esse "diferente", como acena Philips, pode ser percebido como um aliado na pretensão univeral do pensamento político feminista de maior generalidade e aliança. É preciso implicar os homens na resolução de conflitos relacionados às mais variadas desigualdades que afetam as mulheres, tratando-se, assim, das causas centrais da subalternidade e opressões a elas.

Teóricas feministas têm elaborado conceitos-chave para superar as diversas situações de violação de direitos que afetam as mulheres. Segundo Salas (2008, 2011), duas abordagens têm emergido nesse contexto, a abordagem de Mulheres em desenvolvimento (MED) e a estratégia de gênero em desenvolvimento (GED). Ambas integram diferentes enfoques de políticas públicas, tais como as de igualdade de oportunidades, de ações afirmativas, de paridade e de transversalidade. A abordagem MED é uma manobra que visa integrar as mulheres de maneira funcional a uma dada estratégia de desenvolvimento. São lançados olhares específicos sobre os problemas que afetam as mulheres no desenvolvimento sócio-comunitário, tais como acesso a bens e serviços. Esse conceito se abriu posteriormente para abarcar as múltiplas experiências femininas de subalternidade, opressão e exclusão a que se submetem as mulheres levando em conta as experiências de raça, território e geração, por exemplo, superando a ênfase nas condições de pobreza. Entretanto, embora inicialmente considerada eficaz, ela foi amplamente criticada, pois além de considerar as mulheres de forma isolada, reforçava os lugares tradicionais. Assim, com o objetivo de enfatizar homens e mulheres como protagonistas do desenvolvimento, foi desenvolvido o enfoque GED, que privilegia a interação entre ambos, concebendo as mulheres como sujeito

ativo das políticas de desenvolvimento social que focalizam suas necessidades. Nessa perspectiva, as desigualdades que impossibilitam o desenvolvimento equitativo e a participação das mulheres são abarcadas, considerando a necessidade de se empoderarem. Várias discussões em nível internacional sobre a inclusão dos homens embasadas nessa concepção GED têm observado a importância de envolver os homens porque neles também há um papel-chave para a construção da equidade de gênero.

O modo como o feminismo se ocupou da categoria "mulher", do essencialismo do gênero acarretando a ordem binária, que revelou seus impactos na compreensão das diferentes experiências das mulheres, tem um reflexo análogo na emergência de um paradigma presente nos estudos sobre o tema das masculinidades no Brasil e na América Latina. O “paradigma” das masculinidades que enfatiza as diferenças entre homens e a sua pluralidade foi amplamente influenciado pelos *men’s studies* em países anglo-saxões na década de 70 e 80 (Clímaco, 2009).

Esse paradigma atualiza uma importante problemática incorporada por Salas (2008; 2011), ao apontar que os homens jovens negros, trabalhadores de baixa renda, desempregados, homens dependentes de drogas, entre outros, não são abarcados nas políticas, pois elas têm centralizado – quando existem – nos homens autores de violência contra as mulheres. Tal perspectiva de estudos das masculinidades, na medida em que trata das problemáticas sociais, econômicas, políticas e de saúde vividas pelos homens, reconhece suas vulnerabilidades e riscos, mas cumpre um importante princípio de não os vitimizá-los. Assim, as complexidades tais como no entorno das relações de gênero, raça, classe, sexualidade, territorialidade, geração e nacionalidade, nos quais operam sistemas de poder e de opressão devem ser consideradas em um aprofundamento teórico sobre as masculinidades e as práticas dos homens, pois a partir de contextos históricos e culturais diversos, elas nos fornecem a compreensão dos mais variados matizes da dominação, exploração e opressão exercidos sobre as mulheres.

Os estudos pós-coloniais delimitam o campo teórico feminista ora tratado. Segundo Costa (2006), as premissas básicas dos estudos pós-coloniais são a de que toda enunciação provém de algum lugar e a crítica ao processo de produção de conhecimento científico, que, pautando-se em modelos e conteúdos da cultura nacional, reproduzem a lógica colonial. A relação dessa forma de conhecimento

hegemônico com as minorias e com as mudanças de sociedades não ocidentais seria lida a partir de uma ideia de centro, ou seja, a partir de relações de funcionalidade, semelhança ou divergência com relações a esses modelos e conteúdos internos (Costa, 2006).

A crítica mais geral do pós-colonialismo às ciências sociais diz respeito aos binarismos que a sociologia legou quando hierarquizou e inferiorizou o outro. Costa (2006), ao citar a os estudos culturais de Stuart Hall, aponta que as Ciências Sociais partem de uma polaridade entre o ocidente e o resto do mundo. O discurso que fundamenta a sociologia é o da polaridade “ocidente / resto do mundo” que permite enxergar a realidade do ocidente como civilizado, adiantado e desenvolvido e o resto não civilizado, atrasado, subdesenvolvido, etc.

A partir da discussão dos binarismos da ciência, Mayorga (2011) amparando-se em Quijano (2000, 2005), destaca a constituição da categoria raça, que se dá articulada com um padrão do poder, mais especificamente, dentro de um dos eixos desse padrão, que é da *colonialidade do poder*. Segundo ela, um dos efeitos da colonialidade do poder seria a criação da estrutura e o padrão de poder das demais sociedades, a partir de invenção dos lugares de quem manda, quem obedece, quem se submete e etc. Outro fenômeno associado à colonialidade do poder é o da criação de uma racionalidade eurocêntrica, que estabeleceria a noção do ideal de sociedade – a Européia – e, a partir dela, a ideia de civilização e de progresso. Na construção da ideia do português, espanhol e europeu, prá além da ideia de localização geográfica, há os significados rearranjados dentro das relações de hierarquia com relação à associação das novas identidades. De fato, a história corriqueiramente contada trata do centramento no Estado nação ocidental, que reduz a história moderna a uma ocidentalização heróica do mundo (Costa, 2006).

Diante disso, quais princípios devem orientar os olhares e as ações nos trabalho com os homens no enfrentamento à violência contra as mulheres? Essa pergunta é pertinente, pois nos dirige às bases científicas nas quais os pressupostos teórico-metodológicos empregados nos trabalhos com os HAV se assentam. Conforme dissemos na apresentação deste trabalho, existem concepções heterogêneas para interpretação/ compreensão dos fenômenos, inclusive acerca do que é a ciência. Fazer-nos essas indagações se revela pertinente, pois são desejaríamos alinhar com concepções que reiteram modelos hegemônicos /

coloniais de relações, e com concepções científicas que reiteram esses eixos de desigualdade e opressão da sociedade.

Pensar no trabalho com os HAV no enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres nos faz necessariamente romper com eixos promotores de uma ampla gama de assimetrias e injustiças. Coerente com essa perspectiva, é possível partirmos de projeto feminista da América Latina, isto é, desde uma teorização produzida no "Terceiro Mundo", no Sul global (Cypriano, 2013; Matos, 2010). Nesse caminho, a teoria não deve ser somente remetida ao Ocidente, reestabelecendo o vínculo do Ocidente como o opressor colonial. Seria necessário problematizar o posicionamento imperialista nas teorias feministas e no campo do conhecimento político, lançando mão de mecanismos que *possibilitem um subalterno falar*, segundo a desconstrução proposta no ensaio de Spivak (1988). Tal elaboração remete à uma diversidade de sujeitos subalternos, que, ao sofrerem “violência epistêmica” colonial, possuem “subjetividades precárias”, tendo sua capacidade de enunciação e resistência roubada, pois a eles são forçados essencialismos que os desqualificam. A possibilidade do “subalterno falar” não se trata de uma luta feita a partir do marco teórico-epistemológico colonial, mas a partir da descolonização dos saberes – saberes sobre “nós” mesmos – com objetivo primário de reconstruí-los (Mayorga, 2011; Costa, 2006). Isso requer formas de percepção da realidade através de ferramentas empíricas.

Nesse sentido, outro aspecto apontado por Cypriano (2013), argumentando a partir de Rich (1986), acerca da posição política e estratégica do projeto feminista da América Latina, é o da *política da localização*. De acordo com Mohanty (1998), ela se refere às “fronteiras históricas, geográficas, culturais, psíquicas, e da imaginação que proporcionam o terreno de definição política e autodefinição*”* (Mohanty, 1998, p.89). Localizar significa pôr em evidência suas próprias origens, seu lugar de enunciação em torno das diferenças relacionadas ao gênero, raça, classe, territorialidade e outros marcadores identitários. Refletir sobre essas diferenças permite entender opressões particulares e suas conexões com outras opressões.

Por outro lado, as práticas sociais reproduzem o sistema de desigualdade e dominação sobre o modo em que as atrizes e os atores constroem e transformam esse mesmo sistema. Assim, ao passo que a localização se relaciona com uma tarefa de entender-se nas relações contingentes e situadas que mobilizam a prática, ela permite identificar quais atravessamentos de poder existem nos nossos lugares

de enunciação, oferecendo também oportunidade para pôr em evidência os próprios limites e possibilidades, assim como os pontos de aproximação e distanciamentos nas interações sociais.

Essa reflexão sobre as diferenças também permite a construção de modelos de articulação política que sintetizem as posições iniciais, resultando um diálogo contínuo, sem que se abafem as diferenças ou se crie posições excludentes. Na construção da política da diferença, assim, a localização seria eficaz *"*a fim de evitar a indiferença em relação à diferença" (Costa, 2002, p. 90).

Considerando novamente Mayorga (2011) e a desconstrução e reconstrução dos saberes, visando a assunção de saberes subalternos, tal tarefa pressupõe um movimento constante de buscar transformar os pressupostos político-epistemológicos e ações e pensamentos, abarcando uma permanente interrogação sobre a prática. Nesse fazer autocrítico, os fundamentos epistemológicos passam a ocupar lugar central e uso de metodologias se dá em associação intrínseca com eles. Assim, é possível deslocarmos a compreensão também para os agentes de intervenção no campo, entendendo que na interação entre eles e os sujeitos abarcados pela intervenção visando a desconstrução da masculinidade opressiva, estes podem construir tal diálogo contínuo. Nessa relação – constituída por historicidade e por relações de poder como jogos e não como estados (Mayorga *et al*, 2013; Medrado & Lyra, 2008; Piscitelli, 2008) – os agentes levam em consideração suas mais variadas experiências como sujeitos marcados por experiências tanto como subalternos quanto como opressores.

Considerando a necessidade de transformar os pressupostos político-epistemológicos e ações e pensamentos, esta concepção teórico-política também tem repercussão metodológica. Essas ações se voltam a uma intervenção que busca alcançar a complexidade dos sistemas de poder na (re) produção de sujeitos, oferecendo novos referenciais que reconheçam a diversidade das práticas da masculinidade, maneiras de pensar e identidades. Como dissemos, isso exige um pensamento-prática capaz de se voltar permanentemente em realidades, provisórias, fluidas e escorregadias.

Realizamos até aqui um percurso segundo o qual foi possível compreender os tencionamentos da categoria "mulher", desempenhados pelo feminismo a segunda onda em razão da opressão patriarcal, que revelaram a universalidade da opressão feminina. Nesse campo de discussões das diferenças, a categoria mulher foi

concebida como acarretando um apagamento das experiências, e a noção dos homens como universalizados na dominação exercida sobre as mulheres também foi redimensionada. A abertura de tal campo de discussões permitiu-nos compreender uma organização social da masculinidade articulada a várias categorias identitárias. Assim, ao articularmos a perspectiva da interseccionalidade nas dinâmicas hierárquicas das masculinidades, passamos a compreender a convergência de vários sistemas de poder nas experiências das masculinidades agindo repressivamente e também na produção dos sujeitos. A partir dessa perspectiva torna-se compreensível a organização social da masculinidade desde diferentes marcadores sociais e a regulação dos modos de subjetivação masculina. Nesse sentido, as estruturas de poder e opressão se voltariam à manutenção e reprodução de algumas ordens. Porém, as agências masculinas associadas às categorias identitárias poderiam revelar formas de resistência à dominação. O conceito do patriarcado resulta do empenho teórico feminista que buscou da origem da subordinação das mulheres tencionando desconstruí-la, possuindo relevância de leitura apesar das críticas que tem recebido. É preciso destacar seu aspecto histórico que perpassa o desenvolvimento da sociedade baseada no patrimonialismo. Ele apresenta relevância na pesquisa social e no entendimento das relações e conflitos familiares. Ao visualizarmos o grupo dos HAV como um microcosmo da realidade, é possível inserirmos a noção da “política da localização”, que perpassa estranhamentos, incômodos e negociações a partir de diferentes lugares de enunciação.

CAPÍTULO 3 – AS CONCEPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS DAS INTERVENÇÕES COM OS HAV NO ESTADO DE MINAS GERAIS

Nesse capítulo, realizaremos um percurso de análise dos dados coletados nas entidades que executam metodologias de intervenções com os HAV no Estado. Inicialmente, desenvolveremos um breve histórico acerca do cenário destas intervenções, retomando alguns aspectos das principais iniciativas nessa área. Remontaremos brevemente nossa aproximação com objeto de pesquisa, buscando fazê-lo desde o percurso metodológico. Em seguida, apresentaremos as instituições pesquisadas, caracterizando-as quanto aos objetivos, o trabalho em rede, metodologia, fluxos de atendimento, outros atendimentos realizados na entidade, o sistema de avaliação do serviço de intervenção com os HAV e o uso feito a partir

desses resultados. Adentraremos, em seguida, na apresentação de suas posições teórico-metodológicas, considerando as concepções sobre homens e violência, os modelos de intervenção e as compreensões sobre a mudança dos homens. Em paralelo a isso, buscaremos construir reflexões a partir da aproximação do cotidiano profissional das participantes, isto é, ante a dimensão de suas experiências com nosso objeto de estudo.

Em geral, em muitos países do mundo, a resposta dada aos HAV era considerada excessivamente branda, deixando a violência contra as mulheres ocultas ou legitimadas. Em decorrência das lutas históricas feministas em torno dos direitos humanos, a forma diferenciada como a violência atingia as mulheres passou a ser visibilizada. A partir da década de 70, as mobilizações feministas no contexto norte-americano passaram a denunciar a falta de recursos para as mulheres em situação de violência e a ausência de sanções para homens que cometiam violência física ou sexual contra elas (Tolman & Edleson, 1995). No Brasil, a violência doméstica contra as mulheres passou a ser enfocada, principalmente a partir das mobilizações feministas na década de 80, trazendo denúncias quanto ao tratamento enviesado a que era dado pela justiça (Heilborn & Sorj, 1999). De acordo com Pasinato e Santos (2008), a violência doméstica contra as mulheres se tornou paradigmática para o feminismo, embora o teor das suas pautas incluísse uma luta contra a violência maior dirigida a elas. Desde então, passou-se a observar desdobramentos positivos, tal como a criação das delegacias especializadas. No município de Belo Horizonte, foi no ano de 1985 a criação da primeira DEAM do Estado, mesmo ano de criação da primeira do país na cidade de São Paulo. As delegacias se tornaram, naquela circunstância, a principal política pública voltada ao enfrentamento do problema, havendo posteriormente, no ano de 2000, um redimensionamento dos serviços da rede com a formulação da Política Nacional de Enfrentamento. (Pasinato & Santos, 2008).

Tem se revelado um importante desdobramento de discussões internacionais o consenso sobre o envolvimento dos homens nas estratégias de enfrentamento à violência contra as mulheres. Diversas abordagens têm sido pensadas desde um enfoque preventivo, não diluindo ou invisibilizando o papel dos homens no enfrentamento desse problema, tornando claras as especificidades do envolvimento deles enquanto coletivo específico. Nesse sentido, a compreensão de que é imprescindível e necessária a intervenção com os homens que cometem violências

enquadradas na Lei Maria da Penha também tem cada vez mais ganhado espaço. A intervenção com os HAV emerge como uma das formas de enfrentamento ao problema da violência doméstica contra as mulheres e é voltada para a segurança e bem-estar dessas, assim como das filhas e dos filhos que também sofrem.

O primeiro programa de intervenção nesse campo, o EMERGE[11] - *Couseling and Education to Stop Domestic Violence*, surgiu em Boston (EUA) em 1977, a partir de grupos de homens acadêmicos e seu alinhamento com o feminismo. De acordo com Tolman e Edleson (1995), a intervenção com homens passou a ser desenvolvida como parte de um movimento maior de abordagem aos direitos e necessidades das mulheres em situação de violência. O grupo de profissionais envolvidos inicialmente nessa iniciativa observou que muitas mulheres em situação de violência seguiam vivendo com os homens que as maltrataram. Ainda que a violência ocasionasse o rompimento da relação, os homens reproduziam os comportamentos violentos com outras parceiras. Partindo de uma definição de violência como um comportamento aprendido e não como doença, eles desenvolveram grupos de trabalho para os HAV e fomentaram a prevenção com grupos de jovens, visando a renúncia da violência em suas relações, realizando também um trabalho com pais.

Em 1981, na cidade de Duluth – Minessota, EUA, passou a ser desenvolvido o DAIP[12] - *Domestic Abuse Intervention Project*, que se articula com o judiciário, volta-se para a segurança das mulheres e visa a responsabilização dos homens. Segundo Sarto e Servós (2010) ao analisarem Pence e Paymar, (1993a), os profissionais deste programa contaram inicialmente com a assessoria dos técnicos do EMERGE. Essa iniciativa pretendia partir de uma abordagem que integrasse a comunidade como tendo um papel-chave na abordagem da violência. De acordo com a interlocução com o feminismo, a partir de então, passaram a integrar a intervenção com os HAV dentro de um contexto global de enfrentamento contra a violência contra as mulheres surge como uma nova estratégia de abordagem ao fenômeno.

A partir de então, ainda no início da década de 80, esse trabalho se propagou para vários países, com metodologias de intervenção semelhantes às dos programas norte americanos, passando depois para a Europa, países nórdicos e

11 www.emergedv.com

12 www.theduluthmodel.org

América Latina. Nesta última, de acordo com mapeamento realizado (TONELI *et al*, 2010), desenvolveram-se no México os primeiros trabalhos a partir de 1990 e, a partir daí, expandiram-se para outros países como Argentina, Nicarágua, Chile, Honduras e Peru. Esse estudo revelou no contexto brasileiro a existência de dois programas, sendo um deles com base na Teoria Sistêmica e outro na Psicanálise, não havendo registros de intervenções realizadas no Estado de Minas Gerais. Até o ano de 2005, conforme mencionado anteriormente, a política pública adotada nessa região se voltava para o atendimento às mulheres em situação de violência. Essa pesquisa se insere no cenário dessas intervenções e se propõe investigar a base teórica e metodológica e a perspectiva política delas nesse Estado. Para isso, ela buscou levantar os serviços de intervenção, indagando como os profissionais neles implicados concebem os HAV e o surgimento da violência nas suas relações com as mulheres.

A Organização Mundial da Saúde publicou no ano de 2003 o *Intervening with Perpetrators of Intimate Partner Violence: A Global Perspective*, um mapeamento dos programas de intervenção com homens em diferentes países do mundo. A pesquisa se estendeu a 38 países, nos quais foram identificados 74 programas, sendo que dentre eles 56 se intitularam como programas de intervenção com homens autores de violência (Rothman, Butchart & Cerdá, 2003). Segundo Rothman, Butchart & Cerdá (2003), entre os diferentes aspectos analisados pela pesquisa, foram incluídas as próprias concepções sobre a violência praticada por parceiro íntimo, que não se pautava somente na violência física e/ ou sexual, mas também nas de caráter emocional, verbal ou econômica. O estudo também investigou aspectos preponderantes como as organizações que abrigavam os serviços, concepções sobre as causas da violência sobre a qual os programas partem suas metodologias e os temas recorrentemente tratados na intervenção.

Entre as concepções sobre as causas da violência, foram reveladas diferenças importantes, destacando-se fortes tendências de enfoque feminista e psicopatológicas. De acordo com Rothman, Butchart & Cerdá (2003), 34% das concepções sobre as causas da violência derivam de programas que se intitularam “feministas” e que indicaram a causa primária da violência entre parceiros íntimos nas relações desiguais de poder entre homens e mulheres. Se considerados os programas que mencionaram concepções relacionadas com os papéis de gênero influenciando pelo menos *em parte* a promoção da violência, a proporção total de

programas pesquisados com orientação teórica "feminista" se eleva de 34% para 73%. O percentual de 27% das concepções reveladas nos programas indicou concepções sobre as causas da violência perpetrada pelos homens no contexto de intimidade relacionados a algum transtorno psicopatológico. Esses programas utilizam teorias e técnicas psicológicas para os HAV. Eles atribuem explicações para as causas da violência masculina em razão do abuso de crianças, testemunho de violência doméstica ou stress.

O fenômeno da violência masculina contra as mulheres é complexo e multidimensional e, por isso, é abordado a partir de muitas vertentes teórico-explicativas. Isso reflete na diversidade de perspectivas que buscam enfrentar esse grave problema. Frente a essa diversidade e heterogeneidade, existe uma tensão no campo teórico-metodológico que reflete a interpretação do problema da violência contra as mulheres e que influencia o enfoque lançado para superá-lo. Ao mesmo tempo, esses enfoques empregados interferem nos horizontes da transformação das práticas violentas que os homens (re) produzem. Por isso, é preciso nos deter na análise dos pressupostos utilizados nas intervenções pesquisadas, a fim de colaborarmos na construção de um quadro crítico-argumentativo que auxilie o debate sobre as práticas de enfrentamento até então desenvolvidas.

Adentrarmos detidamente nas concepções e sentidos dados pelos entrevistados, identificando e compreendendo quais as linhas argumentativas, as relações e contextos acionados, nos permite dialogar com o campo de estudo da relação entre homens e violência. Conforme afirmamos antes, notamos forte influência do saber biomédico e jurídico, refletida ao redor da hegemonia de concepções patológicas e criminalizantes dos homens (Bonino, 2009; Beiras, 2012). Também observamos como concepções profissionais advindas do saber popular também podem evidenciar forte associação com os estereótipos e crenças que legitimam e naturalizam a violência (Minayo, Gomes & Cavalcanti, 2006). Nesse sentido, a preocupação de pesquisa aborda práticas sociais que possam refletir uma ordem social mais ampla, evidenciando a permanência ou não de modelos hegemônicos nas relações sociais. Esse questionamento nos convida a conhecer os princípios que orientam os olhares e as ações nos trabalhos com os homens no enfrentamento à violência contra as mulheres, pois a ciência moderna tem sido questionada com relação à legitimação de diversas desigualdades e exclusões

(Phillips, 2002; Barret & Phillips, 2002; Haraway, 1995; Mayorga *et al* 2010; Mayorga, 2011).

3.1 – OS SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO COM OS HAV NO ESTADO DE MINAS GERAIS

No percurso metodológico deste estudo, entendemos necessário um levantamento exploratório (Minayo, 1994) que nos subsidiasse com informações preliminares sobre o campo. A aproximação com a *Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais* objetivava indagar ao grupo de profissionais, mensalmente reunidas, sobre seus conhecimentos acerca desses serviços e de seus contatos institucionais/ profissionais, isto é, a identificação dos participantes da pesquisa.

Esta rede é um organismo intersetorial e interinstitucional que opera desde a associação de órgãos[13] governamentais e não governamentais que enfrentam o problema da violência contra as mulheres. O início de sua atuação formal data do ano de 2006, em decorrência de um projeto maior da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres em parceria com a ONG AGENDE de Brasília, visando o fortalecimento e consolidação da rede de atendimento a mulheres em situação de violência. Belo Horizonte havia sido uma das cidades escolhidas para um estudo de caso, que inicialmente mapeou entidades governamentais e não governamentais de atendimento às mulheres em situação de violência. A finalização desse estudo resultou na formação dessa rede, que desde então se tornou um espaço autônomo e de referência para coordenação de ações. Ela se orienta pelo propósito primário de fortalecer e consolidar a rede de atendimento às mulheres em situação de violência[14] (Coelho, Figueiredo & Silva, 2008). Portanto, ao procedermos com esse

[13] De acordo com Coelho, Figueiredo e Silva (2008) a rede de enfrentamento inicialmente passou a contar com a Coordenadoria Estadual da Mulher, Coordenadoria dos Direitos da Mulher de Belo Horizonte, Coordenadoria Especial de Políticas para Mulheres de Contagem (MG), Delegacia de Crimes contra a Mulher, Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública, Promotoria da Mulher, Conselho Estadual da Mulher, Benvinda – Centro de Apoio à Mulher, Casa Abrigo Sempre Viva e a ONG Instituto Albam.

[14] A abrangência desta rede tem se circunscrito ao município de Belo Horizonte e cidades da região metropolitana. Entretanto, esse alcance tem sido objeto de discussão e controvérsias, visto que nas reuniões acompanhadas no início do ano de 2014, algumas representantes apontaram objeção quanto às limitações da abrangência em todo o estado. As deliberações em razão deste impasse dão conta que as ações da rede se circunscrevem ao município e à sua região metropolitana e que o "Estadual" no nome representa a abertura da rede em acolher entidades e demandas de âmbito estadual.

grupo da rede o levantamento inicial sobre o campo de pesquisa, pretendíamos também, se possível, colher informações acerca dos relacionamentos que estes serviços de atendimento[15] às mulheres em situação de violência estabeleceriam com os serviços de intervenção com os homens. Uma vez que naquele grupo participam representantes do poder público, sistema de justiça e organizações não-governamentais de âmbito estadual, esta pesquisa poderia encontrar sua amplitude originária, vez que buscou identificar iniciativas em todo território de Minas Gerais.

Articulamos, então, com uma das profissionais de referência desse grupo da rede, um agendamento de reunião na qual pudéssemos apresentar o escopo dessa pesquisa. Uma vez tendo sido criado tal espaço em uma das reuniões mensais, notamos quão desafiador foi negociarmos esse espaço, o que implicou apresentarmos a necessidade de um tempo relativamente maior para um possível debate, tendo em vista as diversas pautas que já tinham sido acordadas entre elas. Nossa intenção não era simplesmente lhes perguntar sobre as entidades que executam metodologias com os HAV. Pretendíamos criar uma oportunidade para que apropriássemos dos dilemas, desafios da rede e para que também pudessem minimamente debater a problemática estudada. Por outro lado, também solicitávamos permissão para o acompanhamento das reuniões mensais realizadas. Isso, pois entediamos necessária a constante atenção para possíveis debates que revelassem conexões com o nosso objeto. Isto é, uma vez presente nos debates da rede, estaríamos atentos a possíveis informações, a partir da possibilidade de inteirarmos dos impasses, dilemas e desafios vividos pelo grupo. Procedemos, então, à interação com aquelas representantes de variados órgãos ligados diretamente ao enfretamento à violência doméstica contra a mulher na região metropolitana do município.

É válido aqui levar reconsiderar a trajetória profissional deste pesquisador, pois incluiu a passagem por incontáveis momentos de ações coordenadas neste mesmo grupo da rede. Já havia pessoas que me conheciam, inclusive sabiam, ainda que superficialmente, da existência da iniciativa deste estudo. Assim, avaliamos que a positiva recepção inicial deste trabalho tenha sido auxiliada pela rede de capital

[15] Uma diferenciação importante veiculada pelas integrantes desse grupo a ser aqui destacada é que naquele espaço não somente atuam os serviços de *atendimento* à mulher em situação de violência, mas entidades que mantém propósitos de *enfrentamento* ao fenômeno da violência contra a mulher. Isto sugere uma rede mais ampla e diversificada de serviços, fazendo adesão órgãos tais como os Programas de prevenção à violência e à criminalidade da SEDS/MG, que mantém financiamento das iniciativas de intervenção com os HAV no Estado.

social preexistente na inserção na temática de enfrentamento da violência contra a mulher.

A presente pesquisa parte da recusa do princípio da neutralidade científica tradicional e se orienta pelo caráter parcial e situado da produção de conhecimento (Mayorga, 2011; Haraway, 1995). Por isso, pressupõe que influem as experiências do pesquisador relacionadas às suas inscrições identitárias e contextos de experiência institucional. Diante disso, algo que realmente nos importou nos momentos preliminares de contato com o grupo foi o fato de que ser homem poderia acarretar por parte das integrantes certo estranhamento ou mesmo algo que nos remetesse à rejeição do pesquisador. Porém, não identificamos ocorrências que pudessem registrar tais circunstâncias negativas e contraproducentes. Por esta razão, foi sumamente importante compreender que a participação anterior, em outros espaços de ação conjunta com aquelas profissionais, possa ter contribuído para minimizar ou mesmo desconstruir possíveis distanciamentos. Esta elaboração de experiências anteriores ajusta-se com a ideia de paridade e equidade almejada dentre valores que me orientam a vida pessoal e que também se fazem presentes no aspecto profissional. É mais fácil dizer aqui do que proceder ao exercício autocrítico constantemente necessário. Assim, admitindo a possibilidade de impasse ou mal estar diante de conflitos relacionados à identidade de gênero, a possibilidade deles se manifestarem estaria mais relacionada às ocasiões distantes no passado, não tanto nas relações situadas ante ao presente estudo. Em anos anteriores, havia me identificado como profissional do Instituto Albam. Nesse sentido, é válido também considerar o atravessamento que a participação institucional certamente engendrou. Outras profissionais de referência do Instituto já participavam das reuniões da rede e, portanto, a entidade como um todo figurava como importante parceira e colaboradora no enfrentamento do problema, tanto na interface de atuação com os HAV quanto com as mulheres em situação de violência. E uma vez que invariavelmente buscamos realizar (sem redundância) uma representação coletiva nesses espaços, seria possível que a compreensão geral da inserção do pesquisador fosse a de um profissional parceiro colaborador das “meninas do Albam” e, por conseqüência, ao enfrentamento à violência contra as mulheres.

Ao indagarmos sobre o conhecimento delas sobre as iniciativas de trabalho com os HAV adotadas no estado, registramos que algumas sequer as conheciam. Contudo, imaginamos que isso pudesse estar relacionado com uma rotatividade de

profissionais visualizada naqueles serviços. Por outro lado, algo que nos efetivamente alentou, foi que algumas profissionais mencionaram os trabalhos desenvolvidos pelo Instituto Albam, pela DEAM da capital e pelo Tribunal de Justiça da comarca de Pouso Alegre – MG. Sobre este último, relataram inclusive a reunião da rede na qual um desembargador daquela comarca viera apresentar a iniciativa. Em outro evento, coincidentemente dialogamos sobre esta pesquisa com uma ex-integrante da rede e obtivemos informações sobre o trabalho desenvolvido pela ONG ABAN no município de Juiz de Fora – MG.

Nesse levantamento exploratório descrito, de maneira adicional, procedemos a uma consulta à internet visando conhecer documentos institucionais disponibilizados sobre cada instituição que pudessem informar sobre características das entidades e das intervenções. No contato direto com o campo de pesquisa também solicitamos aos entrevistados algumas vezes documentos institucionais que subsidiassem a caracterização delas. Procedemos às entrevistas semi-estruturadas, conforme descrito no capítulo metodológico.

Uma situação que facilitou a aproximação com as entidades foi a participação de representantes da DEAM em várias outras circunstâncias de trabalho oportunizadas pelas ações da rede. Essas participações nas reuniões fizeram que detivéssemos conhecimento mútuo. Com esse fator facilitador, as profissionais de lá foram as segundas na ordem das entrevistas. Logo, a delegada de mulheres e as profissionais do Albam foram os contatos do campo obtidos previamente. As duas outras entidades necessitavam ter seus representantes identificados. O Programa de Educação e Responsabilização para Homens autores de Violência Doméstica Contra a Mulher do TJMG da cidade de Pouso Alegre foi o primeiro serviço visitado. Ele teve os seus contatos identificados através de uma consulta na internet. A visita e a entrevista com os seus representantes demandaram a devida programação do deslocamento, o que foi possível desde o contato telefônico com uma das profissionais do Setor Psicossocial. A terceira entidade a ser pesquisada, A ONG ABAN, que abriga o Projeto Laços, em Juiz de Fora, e que também teve os contatos obtidos por meio da internet, revelou o mais dificultoso acesso do campo, pois esbarramos na intensa agenda de trabalho da entidade. Outro fator relevante foi a interrupção das atividades desse projeto. Ao entrarmos em contato com a coordenadora do projeto, inicialmente pretendíamos coincidir a visita com a iminente retomada das atividades do mesmo. Havia uma expectativa daquelas profissionais

acerca disso. Por fim, após sucessivos contatos e momentos de espera, decidimos pelo agendamento da visita sem que a retomada do projeto tivesse sido efetuada, pois passamos a temer quando isso se daria. Finalmente, devido à proximidade com as profissionais do Instituto Albam da capital, procedemos à visita e entrevistas com facilidade.

Uma vez realizadas as visitas, as entrevistas e suas transcrições, o caminho percorrido para a definição das categorias analíticas adotou como ponto de partida a reflexão de Ponce (2011), em que identifica quatro principais enfoques ou modelos de intervenção com os HAV e seus pressupostos teóricos subjacentes. Esses modelos, apresentados como tendências, foram elaborados de acordo com levantamento histórico de desenvolvimento dos programas de intervenção e puderam servir como fios de condução para importantes reflexões e questionamentos subseqüentes. Adicionalmente, ao adentrarmos na problemática sobre as intervenções com HAV e ao passarmos a ter contato com os estudos sobre a relação entre homens e violência, notamos a forte influência do saber biomédico e jurídico, refletida na hegemonia de concepções patológicas e criminalizantes dos homens (Bonino, 2009; Beiras, 2012). Essas concepções baseadas em tais saberes repercutiram na elaboração dos modelos de intervenção (Ponce, 2011). Assim, propomos a análise de conteúdo amparando-se nas categorias "*As concepções sobre homens e violência*" e "*Os modelos de intervenção com os homens*". Nesse capítulo, faremos um esforço no sentido de analisarmos os dados coletados, que incluem oito entrevistas realizadas, que tiveram como participantes uma gestora institucional e uma profissional envolvida na coordenação dos grupos de cada um dos quatro serviços de intervenção pesquisados nos Estado de Minas Gerais.

Esse capítulo se organiza a partir da apresentação de uma abreviada síntese das instituições pesquisadas[16] no qual se poderá obter uma caracterização geral de cada uma delas. Destacaremos os objetivos, o trabalho em rede, metodologia, fluxos de atendimento, outros atendimentos realizados na entidade, o sistema de avaliação do serviço de intervenção com os HAV e o uso feito a partir desses resultados. Isso será de importância para buscarmos enquadramento geral das entidades que abrigam os serviços, considerando o contexto institucional do qual partem, as suas relações com as redes e a vinculação com políticas mais amplas. Ao descrevermos as entidades, também apresentaremos suas *posições teórico-metodológicas*, o que

[16] Vide tabela 1 “Serviços de intervenção com homens autores de violência contra as mulheres do estado de minas gerais”.

para nós sugere considerar a 1) compreensão sobre os homens e a relação com a violência, 2) os métodos utilizados para a intervenção com eles e 3) a compreensão sobre a mudança dos HAV. Buscaremos, então, tecer reflexões a partir do cotidiano profissional das participantes, o que necessariamente remete à *experiência,* que de segundo Brah (2006) define, *é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos "realidade".* (Brah, 2006, p. 360). A experiência, portanto, é entendida como o lugar de formação para os sujeitos, não passível de predeterminação, pois reflete uma construção cultural.

Analisar essa dimensão da experiência destes profissionais pressupõe uma aproximação das suas interpretações sobre as causas da violência – os sujeitos e os objetos da violência – que ao mesmo tempo revelam o olhar para o problema a ser enfrentado e a forma como deve ser superado (Álvarez, 2001). Assim, *quem são* esses homens e *o que causa* as suas ações violentas contra as mulheres foi o questionamento que buscamos aclarar e que nos conduziu à problemática central dessa análise. Desta forma, as nossas reflexões se darão por meio das duas categorias analíticas anteriormente mencionadas*,* que sustentaram a organização dessas narrativas profissionais. Essas categorias estão concentradas ao longo dos sub-tópicos de análise. Devido à imbricação entre as categorias analíticas, trabalhar nesse agrupamento foi uma opção necessária para construir caminhos argumentativos não fragmentados, nos quais o exercício analítico não se limitasse.

SERVIÇOS DE INTERVENÇÃO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES DO ESTADO DE MINAS GERAIS

NOME DO SERVIÇO	INÍCIO	ENTIDADE	ENDEREÇO	FUNDAÇÃO
PROGRAMA ANDROS – "HOMENS GESTANDO ALTERNATIVAS PARA O FIM DA VIOLÊNCIA"	2005	Instituto Mineiro de Saúde Mental e Social – Instituto ALBAM / Programa CEAPA (CPEC/SEDS–MG)	Rua Ceará, 1111 - Sala 04, Funcionários – Belo Horizonte – MG	1998
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA COMARCA DE POUSO ALEGRE - MG.	2012	Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais / Pouso Alegre – SETOR PSICOSSOCIAL / ONG CIAMPAR	Avenida Dr. Carlos Blanco, 245, bairro Santa Rita II. Pouso Alegre – MG.	1982
PROGRAMA LAÇOS	2008	ONG ABAN – Associação dos Amigos	Rua Santa Rita 540/201 – Centro – Juiz de Fora – MG	1997
PROJETO DIALOGAR	2010	DEAM - Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher - PCMG	Rua dos Aimorés, n. 3005, Barro Preto. BH – MG	1985

Tabela 1. Fonte: Pesquisa de mestrado: "As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: as experiências de Minas Gerais". PPGPsi – FAFICH/UFMG – 2015.

3.2 – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER NA COMARCA DE POUSO ALEGRE - MG.

De acordo com a coordenação do Programa de Educação e Responsabilização para Homens autores de Violência Doméstica Contra a Mulher na comarca de Pouso Alegre - MG[17], este serviço se originou em razão de dois marcos legais. O primeiro se refere à resolução Estatal que instituiu a Coordenadoria da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar, seguido de outra Portaria mais recente, que designou os integrantes de uma comissão. Dentre estes, foi designado um magistrado responsável pelo programa, que inicialmente solicitou ao Setor Psicossocial do Tribunal de Justiça a elaboração de um projeto de enfrentamento à violência doméstica contra as mulheres. Assim, nas etapas preliminares da formação da equipe de atuação, os profissionais deste setor se articularam com a ONG CIAMPAR - *Centro Integrado de Apoio à Mulher de Pouso Alegre e região* - e também com uma das faculdades do município, a FACAPA - *Faculdade Católica de Pouso Alegre,* convidando desta um docente colaborador. Esta instituição de ensino também atuou na abertura de campo de extensão para o projeto.

O trabalho executado pela ONG foi firmado por meio do convênio com a 3ª vara do Tribunal de Justiça da comarca. O recurso destinado ao projeto provém do fundo das penas pecuniárias, através do qual as instituições requerentes se cadastram junto a esta instituição e, mediante a apresentação de projeto, recebem fundos para o desenvolvimento das ações.

As atividades desenvolvidas pelo programa compreenderam os anos de 2012 e 2013, sendo o primeiro ano dedicado às etapas preliminares, em que se formou uma equipe multidisciplinar denominada GEIA[18] - *Grupo de Estudos de*

[17] Daqui em diante referido como PERH. Esta abreviação utilizada não representa a denominação usada pelos profissionais entrevistados.

[18] Essa equipe foi composta por aproximadamente 11 profissionais de áreas distintas das ciências humanas, dentre elas psicologia, serviço social e pedagogia. Entre esses membros, havia funcionárias do Tribunal de Justiça, integrantes do CIAMPAR e da FACAPA. De acordo com o coordenador do programa, esse nome "GEIA" se relaciona ao cuidado, à terra, a mãe-terra como uma morada. Foi a própria coordenação do projeto que o propôs em vista da "fábula de Higino", que, segundo ele, seria uma fábula relacionada ao "cuidado". Ela seria datada do século II antes de Cristo, sendo usada posteriormente pelo filósofo Martin Heidegger na formulação da ideia do "Dasein".

Integração e Ação. Segundo os entrevistados do PERH, esse grupo elaborou o projeto de intervenção por meio de reuniões, estudos, pesquisas e contato com algumas outras instituições fora do Estado. O segundo ano de trabalho do serviço esteve voltado à intervenção com os HAV, havendo duas experiências com grupos fechados. Cada um deles tinha a duração de aproximadamente seis meses, no primeiro e segundo semestre daquele ano.

A ONG CIAMPAR executora formal do programa atua no município com a temática da violência contra as mulheres. Segundo os entrevistados, ela foi responsável por transmitir à equipe de execução do projeto informações qualitativas e quantitativas sobre a violência contra as mulheres. Ela também figurou na elaboração, execução e avaliação conjunta do projeto executado no ano de 2013. Ela intermedia a contratação de pessoal para atuar no Programa, sendo atualmente somente o caso da coordenação do programa. Há mais duas profissionais vinculadas ao setor Psicossocial do TJ – funcionárias públicas – que atuam paralelamente ao projeto e às varas do Tribunal.

De acordo com a consulta aos dados no seu site da internet, o objetivo geral do CIAMPAR é

> Contribuir para a conscientização de mulheres e homens para construírem relações de igualdade entre diferentes, fortalecendo a cidadania e a participação nas políticas públicas. Os seus objetivos específicos são: 1) Institucionalmente, sistematizar suas ações fortalecendo a integração de seus membros, e ampliando a comunicação com a sociedade. 2) Ampliar as ações de combate à violência contra a mulher, no diálogo com o poder público e a sociedade civil. 3) Promover o estudo e a reflexão sobre gênero, ampliando e fortalecendo grupos de estudo. 4) Acompanhar, propor e avaliar as políticas públicas para as mulheres, no município, estado e federação. E 5) Contribuir para a percepção e busca do cuidado da saúde integral da mulher, com uma visão holística de uma vida saudável (http://ciampar.blogspot.com.br/)

De acordo com os profissionais entrevistados, o objetivo do PERH é trabalhar com a prevenção da reincidência da violência por meio de estratégias educativas. O coordenador do serviço especifica que o programa foi elaborado também desde a verificação de quadros de violência no município, segundo levantamento estatístico realizado pelo fórum. Ele destacou que dentro os objetivos formais, o projeto visou atuar no eixo "prevenção", estruturante da Política Nacional de Enfrentamento da Violência Contra as Mulheres.

O programa foi elaborado com dezesseis encontros semanais, com duração de duas horas em cada. A equipe de facilitadores foi estruturada com um coordenador, dois co-facilitadores e um observador. O observador trazia

apontamentos nas reuniões metodológicas realizadas semanalmente. A ideia original era que este facilitador central fosse o responsável pela abordagem dos temas e os demais lhe fornecessem apoio, acrescentando vez ou outra alguma discussão. Por meio do trabalho com grupos fechados, os temas trabalhados variavam de acordo com um rol específico, elaborado previamente, mas rearranjados posteriormente mediante as questões trazidas pelos participantes. O tema da Lei Maria da Penha era recorrentemente abordado pela equipe de facilitadores em vista de relatarem dificuldades de entendimento por parte dos homens. Alguns temas como pensão alimentar e educação dos filhos também se faziam recorrentes. As técnicas utilizadas com freqüência eram dinâmicas de grupo, filmes, apresentações em slides, discussões e rodas de conversa.

O fluxo de encaminhamento dos participantes, segundo a facilitadora entrevistada, se dava somente nos casos específicos da Lei Maria da Penha, quando os juízes e promotores identificavam a competência do programa para intervenção com os HAV. Desde a audiência com o juiz, realizada em conjunto com advogados e promotores, era ofertada aos homens a participação voluntária no grupo. Assim, os casos eram direcionados ao setor e lá realizados atendimentos de triagem[19], tanto com os autores, quanto com as vítimas. Além do fornecimento da primeira escuta do caso e acolhimento dos envolvidos, eram explicadas aos homens as características do grupo, verificando, assim, o interesse de participação. Deste modo, eles decidiam se queriam prosseguir ou recusar, sendo que nesse último caso lhes eram oferecidas alternativas, tais como o pagamento de penas pecuniárias. Através dessa triagem, a equipe analisava também a indicação de participação do homem, isto é, se avaliavam apropriada essa participação.

De acordo das temáticas levantadas nos encontros grupais, também eram realizados atendimentos individualizados adicionais com os homens e, decorrente desses, encaminhamentos para o próprio juiz das varas e/ ou para outros serviços da rede. Dentre as entidades para as quais eles foram encaminhados destacaram o CAPS-AD - *Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas* e o *Ministério Público do Estado de MG*.

[19] No desenvolvimento da primeira versão do projeto, também houve um estudo prévio dos casos, por meio da leitura dos autos. Essa análise também visou o conhecimento aprofundado dos mesmos e a identificação das demandas de encaminhamentos para outros serviços. Buscou-se levantar possíveis problemas - reais e potenciais - associados ao caso, tais como a drogadição, se vítimas e autores mantém relacionamento afetivo entre si, se residiam no mesmo domicílio, se eles tinham filhos – quais as características dessa relação e se havia a presença de outras violências e suas tipologias.

Nesse programa foi identificado um sistema de avaliação da intervenção sendo desenvolvido. De acordo com os entrevistados, uma pesquisa estava sendo realizada e que no momento de realização deste estudo a avaliação do primeiro projeto desenvolvido no ano de 2012 encontrava-se em processo. Os profissionais revelaram que essa pesquisa estava ainda por ser publicada e por isso não aprofundaram em detalhes do conteúdo da mesma. Em linhas gerais, porém, disseram que os participantes dela eram os HAV e as companheiras que mantinham relacionamentos afetivos com eles após a denúncia. Toda a equipe de intervenção também participou: os observadores do grupo, os próprios facilitadores e o coordenador do programa. Os entrevistados explicaram que tal avaliação consistia basicamente na aplicação de um questionário individual nos momentos iniciais de ocorrência dos encontros do grupo, podendo ser também aplicado nas entrevistas de triagem, e outra aplicação de questionário, ao final da participação dos HAV nos 16 encontros. A partir desses dados seria feito um estudo comparativo, no qual se buscaria verificar a reincidência da violência, tanto a partir da realidade das companheiras quanto na dos próprios homens. Paralelamente, a profissional entrevistada apontou que durante a realização dos encontros, a equipe se atentava aos relatos da vida dos homens de modo a verificar intercorrências relevantes, tais como novas situações de violência. O propósito também era avaliar de modo mais abrangente os resultados da intervenção com os homens e, para tanto, a pesquisa também investigava dos homens as técnicas e os métodos empregados pela equipe de intervenção durante os encontros.

Os entrevistados apontaram que o serviço também pretende futuramente avaliar a reincidência da violência através de consultas no sistema informatizado do poder judiciário. O objetivo também será comparar a inclusão de registros de crimes nesse sistema, comparando o período inicial ingresso dos homens no programa e ao final de sua participação. Essa forma de avaliação até então estava somente idealizada, motivo pelo qual suas especificidades não foram aprofundadas pelos profissionais. Porém, eles revelaram que ela provavelmente se desenvolverá, visto que, conforme verificamos anteriormente, há uma linha analítica de resultados importante utilizada pelo programa que se assenta na reincidência da violência doméstica.

Os entrevistados indicaram que os resultados da intervenção, sem conclusão no momento de levantamento das suas narrativas, servirão para uma análise que

buscará aprimorar diversos aspectos da intervenção, sobretudo os métodos e técnicas utilizadas. Nesse sentido, periodicamente a equipe de trabalho tem realizado avaliações internas frente ao grupo de facilitadores, como uma forma de avaliação individual e grupal da equipe. Através dos resultados da pesquisa em andamento, eles disseram que será possível identificar a implicação de outros possíveis serviços profissionais, tais como os da área de saúde mental, de modo a aprimorar o fluxo de encaminhamento dos homens para eles.

3.2.1 - CONCEPÇÕES SOBRE HOMENS E VIOLÊNCIA

Ao entrevistarmos os profissionais do PERH, notamos que a posição teórico-metodológica do serviço, em geral, fazia importantes correlações de nível individual e social para compreensão do fenômeno em análise. Assim, as explicações sobre a violência doméstica contra as mulheres desvelavam tanto noções dos homens recebendo influência das estruturas sociais, como no caso de serem vítimas de violências sociais, quanto na visualização de instância de agência individual. No caso da entrevista com o Coordenador do programa, foi revelado que a violência cometida pelos homens partiria do efeito da ação delas sobre ele próprio

> *"São os violentados. Não são os que provocam tanta violência, mas são os violentados. É tudo uma linha que perpassa... E que pelo menos, a primeira ideia que nós temos, são pessoas que foram violentadas. Eu não vejo outra forma. De todos os que passaram aqui, já sofreram [todos] violências terríveis. Se promove [sic], não tem jeito."*
>
> *"... à medida que a gente vai percebendo essa violência, que este dito homem promoveu contra a mulher, não é a violência dele em si. Ele é apenas uma ferramenta que explodiu a violência nele."*
>
> *"... Acho que é tudo o meio. Não queria ser determinista nesse sentido, mas muita das vezes é o meio de onde vieram, o meio em que foram criados.* (Coordenador Alberto, PERH, 55 anos)."

Sobre as concepções reveladas pela entrevistada Andréia, ela localiza uma "cultura de violência". Tal cultura obedeceria a um ciclo de reproduções que induz os homens a naturalizarem a violência. Quando indagada sobre o problema fundamental para o qual a intervenção tem se voltado, ela confere maior peso ao social e ao cultural, embora também identifique agência individual

> *"Em minha opinião é a questão da cultura, uma cultura de violência, é social, que a gente percebe que é um ciclo. A maioria dos históricos que eles trazem é de violência na infância, violência nas suas relações... Uma reprodução, foram violentados pelos pais, viram violência*

> *dentro de casa, o pai violentar a mãe e eles também foram... E a naturalização da violência. Eu percebo mais, por causa da minha formação, mais a questão social e cultural. E inabilidades individuais também, de lidar com emoções. Percebo algumas dessas limitações, dificuldades"* (Profissional Andréia, PERH, 35 anos).

Ao defrontarmos com essa importante correlação entre os pólos individual e coletivo, ficamos nos interrogando se poderia haver, ainda que de forma não explícita, a implicação da leitura de gênero. Assim, passamos a questionar diretamente a entrevistada se esta perspectiva é relevante para a sua atuação. No entanto, embora a perspectiva de gênero tenha sido destacada aqui como um importante aspecto para compreensão da vida cotidiana dos homens e das mulheres, não se evidenciou seu emprego no esclarecimento das concepções sobre os homens, na explicação sobre as causas da violência ou nas bases teóricas empregadas, por exemplo, explicitando linhas que abarcassem a assimetria de poder entre homens e mulheres.

Já o entrevistado Alberto diz que aquilo que falam na metodologia como violência de gênero talvez não fosse propriamente uma violência de gênero, mas uma violência humana, que é o enfoque principal do programa.

> *"... Então, o gênero parece-me nesse momento que perde o sentido. Porque depois, à medida que a gente vai percebendo essa violência, que este dito homem promoveu contra a mulher, não é a violência dele em si. Ele é apenas uma ferramenta que explodiu a violência nele ... A cada momento surgem novas formas de violência que não é do homem nem da mulher. É da humanidade em si. Ou da desumanidade!"* (Coordenador Alberto, PERH, 55 anos).

O entrevistado parece se referir a uma violência maior, que não é só de gênero, que os homens são violentados, caracterizando o problema como do universal, do ser humano como um todo. Por outro lado, quando a profissional Andréia enfatiza uma "cultura de violência", esta expressão não necessariamente transparece a possibilidade de pensarmos em um sujeito da violência, de uma direção da ação violenta, a qual a intervenção está direcionada. A partir de então, nos interrogamos sobre um "gênero neutro" implicado nessa estratégia explicativa para as causas da violência.

Tal reflexão nos remete à epistemologia feminista, que tem estudado as noções de sujeito. Esse enfoque de estudo figura como objeto central abordado entre várias feministas da terceira onda. Algumas dessas críticas são voltadas a uma suposta neutralidade das teorias da modernidade, as quais fariam com que as mulheres se ajustassem a certa norma unitária, negando aspectos oriundos de suas experiências. Ou seja, a epistemologia feminista denuncia o risco dos

"universalismos da humanidade", pois eles podem incidir em análises do indivíduo como masculino (Phillips, 2002; Barret & Phillips, 2002). De acordo com Phillips (2002), o feminismo busca romper com esses universais abstratos e se dirige a um enfoque voltado para a heterogeneidade, para a diversidade e diferença, e isso acontece por duas razões. A primeira é que insistir na igualdade a despeito das diferenças foi visto como negar aspectos da mulher em vista do ajuste às normas; e em segundo lugar, porque estas normas não refletem um gênero neutro, como as pretensões universais de pensamento afirmaram inicialmente.

Assim, a partir do apagamento dos efeitos da assimetria de gênero, pensamos em uma *pasteurização* dos construtos da desigualdade. Segundo nossas análises, a violência tem sido exposta como um problema dos homens que as mulheres padecem, que é decorrente da socialização de gênero e da desigualdade[20]. Esse enquadramento tem sido entendido como central para a visibilidade do diagnóstico das violências que correm no espaço doméstico, que por vezes esbarra em desafios que perpassam a banalização e naturalização das formas de violência, que influenciam a sub-notificação das violências no espaço doméstico (Barsted, 2010). Não há dúvida que tal panorama nos inclina pensar que pontos de vista que transparecem os sujeitos e objetos da violência contribuem para descortinar a forma diferenciada como a violência atinge as mulheres e os homens (Heilborn & Sorj, 1999; Àlvarez, 2001).

Ainda que possamos dar primazia ao enfoque de gênero e à desigualdade de poder entre homens e mulheres nesse debate, esse não se constitui a única variável para explicação da violência. Segundo Osborne (2009), a análise interseccional feminista busca ser capaz de levar em conta outros marcadores sociais que expressam experiências múltiplas que convergem nas opressões sofridas pelas mulheres. Assim, acoplado ao conceito de gênero, seria preciso envolver também, de diferentes maneiras e circunstâncias, combinações com os fatores de raça, idade, classe, origem regional, etnia, orientação sexual, religião, entre outros.

Um aspecto interessante no debate em questão se refere à vitimização das mulheres negras e jovens. Segundo o IPEA (2013), o perfil das vítimas de feminicídio entre 2001 e 2011 revelou que 31% delas têm entre 20 e 29 anos e que

[20] De acordo com Giffin (1994), o panorama internacional sobre a vitimização de homes e mulheres apresenta a tradicional divisão dos espaços: o homem é vítima da violência na esfera pública, e a violência contra a mulher é perpetuada no âmbito doméstico, onde o agressor é, mais freqüentemente, o próprio parceiro.

61% são negras. Essa violência também tem incidência relevante no nordeste e no norte do país, onde o percentual das mulheres negras assassinadas é de 87% e 83%, respectivamente. A maioria também tinha baixa escolaridade, vez que 48% das mulheres com 15 ou mais anos de idade detinham até 8 anos de freqüência à escola.

As mulheres negras enfrentam situações de opressão e ocupam lugares geralmente desfavoráveis na ordem patriarcal-sexista e racista da nossa sociedade. A violência direcionada a elas têm as afetado de forma ainda mais desproporcional. Assim, a concepção sobre a violência que abarca a interação entre diversos sistemas de poder parece ser congruente com a proteção social de grupos socialmente vulneráveis, pois segundo Crenshaw (2002),

> quando as leis não prevêem que as vítimas da discriminação racial podem ser mulheres e que as vítimas da discriminação de gênero podem ser mulheres negras, elas acabam não surtindo efeito desejado e as mulheres ficam desprotegidas (Crenshaw, 2002, p.9).

Por outro lado, o coordenador apresenta outro viés explicativo, correlacionando outros fatores como a socialização de gênero. Porém, ao passo que os indica, reitera sua afirmação de que a interferência de fatores estruturais seriam de maior importância para as causas da violência cometida pelos homens contra as mulheres

> *"... É lógico que existe também toda uma relação cultural nisso tudo, a própria relação do gênero, o ser homem, a mulher é fraca, essas coisas todas estão envolvidas. Mas eu coloco um maior grau seria nisso* [as determinações relacionadas com o meio]*. A própria relação social nisso tudo aí. A própria palavra que a gente fala são "os bandos", são os que são chamados "periféricos", os que ficam à mercê dos centros e eles acabam... A grande maioria... Por outro lado não, porque a gente nota que existem muitas pessoas com alto grau de instrução que promovem isso. Mas eu estou colocando isso dentro de uma parcela maior que são eles. Lógico que acontece na casa de qualquer um. Pode acontecer. Mas essa é uma coisa que já vem caminhando, é o sentimento que eu tenho de pouco tempo de curso, de programa."* (Coordenador Alberto, PERH, 55 anos).

Ao trazermos aqui a possibilidade de articulação entre gênero, raça e classe, entre outras categorias, tornou a nos chamar atenção a concepção revelada do gestor do PERH sobre os homens atendidos. Nela, novamente notamos ênfase nas subalternidades, vulnerabilidades e em suas experiências de sofrimentos. Notamos como há proeminência na descrição das violências sociais cometidas contra os homens, que derivariam, conforme temos notado, das influências das estruturas sociais.

> *“Com o advento das grandes indústrias que vieram prá cá, muita gente de fora, muita gente que... ontem, por exemplo... Nós sabemos que existem vans que percorrem algumas cidades e vão buscar as pessoas, muitos indigentes jogados na rua. E trazem prá vir fazer serviços que ninguém quer fazer. E depois essas pessoas são lançadas na rua. E acabam aproximando de certos bairros periféricos e daí a violência vai aumentando. É um dado danado que a gente tá vendo por aí. Sem mentira nenhuma: eles retiram de algumas cidades, de alguns centros que sentem constrangidos com aquilo e simplesmente vem e desembocam em alguma cidade que está se desenvolvendo mais, que está precisando de mão de obra barata. É o que está acontecendo. Então, no fundo a gente começa a perceber que vem de mais longe, essa violência já tá vindo de mais longe...”* (Coordenador Alberto, PERH, 55 anos).

Notamos que se por um lado, uma das premissas desse esquema explicativo revelado se amparasse nas estruturas sociais, tais como na violência policial, observamos um deslocamento da categoria gênero como uma das principais determinantes, passando a figurar a pobreza, as carências relacionadas desenvolvimento sócio econômico regional como as principais questões. Nesse aspecto, podemos considerar a dinâmica hierárquica nas relações e práticas da masculinidade propostas por Connel (1997), implicando as práticas de “marginalização” e “subordinação”. É possível observarmos que a concepção em análise se alinha com a emergência de “masculinidades marginalizadas”, surgidas na interseção entre gênero e classe, analisada de forma preponderante. A opressão e dinâmica das classes e as constantes modificações de posição da força de trabalho poderiam fazer emergir explicações para as causas do surgimento da violência nos homens daquele contexto.

Passamos a nos indagar se na concepção evidenciada seria possível os homens utilizarem as mazelas sociais que vivem para se "defenderem" e usarem essa estratégia como uma forma de externalizar a culpa pelo ato violento e se esquivarem da responsabilidade pela violência, apresentando-se como vítimas (Oliveira, 1998, 2004). Nesse sentido, poderiam haver alianças com outros integrantes baseadas nas crenças sexistas e nos estereótipos do feminino como justificativa para as violências cometidas.

Ao direcionarmos a reflexão para o discurso vitimário dos homens deparamo-nos com a análise semiótica proposta por Natividade (2012), do signo essencializado “homem-vítima” nas interações no grupo dos HAV. A dinâmica nos grupos analisada revelou que eles se esquivavam "invertendo as posições sócio-historicamente construídas e, ao mesmo tempo, esvaziando tal contexto, pois ele cria efeitos de uniformização e padronização igualitária, dando origem a um jogo relacional democrático" (Natividade, 2012 p. 139). Ela revela que o emprego desse

signo pelos homens obscurece o exercício da violência ante a desigualdade de gênero, usado para justificar os atos violentos.

Ao adentrarmos nas concepções sobre homens e violência nas explicações da entrevistada Andréia, quando a indagamos sobre as motivações principais dos homens para o ato violento, notamos que estiveram presentes aspectos cognitivos e pedagógicos. Eles indicaram nos homens um "não saber" se relacionar, um "não saber" lidar com as emoções. Por outro lado, notamos que a narrativa da profissional fez relação com uma "pressão social interna" e a uma reação que eles "não têm consciência", a uma emoção não passível de controle

> *Em minha opinião é um não saber, um não saber se relacionar. Um não saber lidar com as emoções, pressão social interna. Então, isso é uma reação, acredito muito que eles não nem tem consciência, é uma inabilidade, é uma forma trágica de resolver uma situação, um conflito, uma dor, um sofrimento, ou essa questão de você achar que só resolve as coisas através da violência. Ou quando se tem que corrigir tem que bater pro outro aprender... Então, eu acho que é muito isso. Esses homens que eu percebo que tem muito disso: um sofrimento, uma dor, uma raiva incontrolável. (Profissional Andréia, PERH, 35 anos)*

As contribuições propostas por Ponce (2011) se referem à elaboração quatro modelos de intervenção com os homens, “psicopatológico”, “pro-feminista”, “cognitivo-comportamental” e “narrativo-construtivo”. Conforme dissemos, esses modelos de intervenção com os homens são tendências que foram elaboradas de acordo com um histórico de desenvolvimento dos programas de intervenção. O desenvolvimento dessas tendências, por sua vez, tendo em vista o assentamento das práticas, não se deu forma unívoca ou ortodoxa. Segundo Ponce (2011), alguns enfoques tiveram associados princípios básicos provenientes de outras perspectivas, resultando em um intercâmbio recíproco.

Destacamos no relato anterior as supostas inabilidades dos homens, sendo as causas aqui direcionadas para um âmbito individual psicológico subjacente. Assim, essa explicação poderia ser localizada em perspectivas teóricas de enfoque mais individualizante, isto é, aquelas que embora afirmem a influência das estruturas sociais, tendem a enfocar as explicações para causas de ordem individual. A partir do que a entrevistada revelou, notamos convergências que nos remetem a pensar o modelo “Cognitivo-Comportamental” e o modelo “Psicopatológico” (Ponce, 2011).

De acordo com Ponce (2011), o enfoque “Cognitivo-comportamental” entende que os homens agridem porque adquiriram ideias erradas sobre a realidade no processo de aprendizagem. Este enfoque parte da concepção dos indivíduos enquanto pensamentos, crenças e condutas. A violência é entendida como

funcional, isto é, como meio de redução da tensão e mal estar advindo da perda de controle e de poder sobre a situação. A violência está associada a uma “falta de controle” do indivíduo, resultado de suas ideias erradas. Segundo Ramirez (1997), as explicações *psicopatológicas* mais comuns expressam que o homem sofre uma disfunção psicológica que o faz sentir-se vulnerável, inseguro e com baixa auto-estima. Assim, ele terá que compensá-la através da violência diante da parceira, para afirmar seu valor. Em muitos casos, a busca por explicações remete a origem dessa insegurança à sua infância e aos problemas que presenciou ao se desenvolver. Supõe-se que por presenciá-la, provavelmente será violento. Ao tratar sua enfermidade psicológica, o homem renunciará a violência, pois a causa de suas reações agressivas será resolvida. Ao passo que sua autoestima está elevada, não terá motivo para ser violento com sua companheira, pois se sentirá seguro de si mesmo e de seu valor e assim, as condutas de sua companheira não o corromperão.

3.2.2 - ENFOQUES DE INTERVENÇÃO

Uma questão decorrente da concepção anteriormente mencionada do gestor do serviço, na ênfase dada aos homens como vítimas das estruturas sociais, é que ela pareceu repercutir no desenvolvimento do trabalho com os mesmos. Notamos que as queixas e os sofrimentos de violência vividos pelos homens tornam a atmosfera de trabalho contraproducente, fazendo com que se figure primeiramente a abordagem da violência que eles sofrem, para depois buscar tratar a violência cometida, conforme narrativas do coordenador abaixo

> *“O assunto nosso é trabalhar, então, a educação. O assunto nosso é falar sobre a violência, a forma de combater a violência. Mas no dia a dia, eles chegavam trazer e queriam saber a respeito disso. ‘Puxa vida, senti-me violentado a partir do momento em que foram me buscar na minha casa, me bateram na frente da minha filha, isso não é uma violência contra mim mesmo? Eu provoquei uma violência, mas essa violência não foi tratada com violência também? Ao passo que minha filha também estava vendo uma violência que eu provoquei dentro de casa, uma violência provocada por uma autoridade?'. Então, a partir desse momento eles queriam saber mais e aí nós tínhamos que virar de uma outra forma para tratar do assunto. Então, é por isso que eu disse prá você que existia um programa pra ser seguido. Nós seguimos da melhor forma possível, mas era por demais flexível devido ao que eles estavam vivendo. Então, o que se vive naquele momento nós poderíamos levar esse assunto, mas talvez esse assunto não toca naquele momento. Então seria como se tivesse jogando água numa planta já molhada - já não vai resolver. Preferível que eles tratassem isso”.*

> *“(...)Mas a gente notava que por vezes os alunos queriam até desviar o foco no sentido que ´puxa, já tô aqui, eu fiz isso, eu sei que isso tá errado... eu quero ver outra coisa, não quero*

> *ver essa violência, eu quero ver como que eu faço prá poder diminuir essa violência ou ajudar a minimizar essa violência'. Então foi uma das formas que daí a gente foi percebendo. Prá ser sincero, teve um Instituto que nos passou uma série de materiais que nós não usamos. Não usamos porque que a impressão que me dá é que ia gerar mais violência do que a violência que havia sido gerada. Então, nosso enfoque não era tratar disso. Se era um assunto educacional, nós teríamos que fazer com que essa pessoa enxergasse, começasse a enxergar daquela forma uma outra coisa"* (Coordenador Alberto, PERH, 55 anos).

Inicialmente, passamos a compreender esta estratégia para lidar com a resistência grupal e a tendência de os homens estabelecerem fortes alianças uns com os outros. Isso, vez que o coordenador revelou que "*seria como se tivesse jogando água numa planta já molhada - já não vai resolver. Preferível que eles tratassem isso".* Assim, isso nos convidou a novamente pensar no *discurso vitimário* que os homens veiculam (Oliveira, 1998, 2004). Passamos a refletir o panorama de resistência possivelmente relacionado com a vitimização dos homens. Questionamos se frente os relatos de experiências de subalternidade estes tomem espaço privilegiado nas discussões grupais de maior profundidade, de maneira que os homens obscureçam a responsabilização ante suas ações violentas.

De acordo com relato acima, figurou desafiador o posicionamento da coordenação grupal, pois ao passo que foi desejável construir uma relação de aproximação entre facilitador/a e participantes grupais, estes freqüentemente não desejavam reconhecer as violências perpetradas. Notamos isso enfatizando a fala "*por vezes os alunos queriam até desviar o foco".* Em razão da apresentação do tema violência, a demanda apresentada pelos membros indicava tomar outro curso para os diálogos e passar a tratar outros assuntos menos evidenciados com a violência cometida por eles. Retomamos a reflexão anterior, de que seria possível os homens se vitimizarem utilizando as mazelas sociais que vivem para se "defenderem" e usarem essa estratégia como uma forma de externalizar a culpa pelo ato violento e se esquivarem da responsabilidade pela violência.

De acordo com Salas (2009, 2011), o desafio nesse tipo de atuação é trabalhar a responsabilização sem vitimizar os homens. E isso parece estabelecer fronteiras entre um discurso vitimizador, aquele que busca eximir a responsabilidade da violência e o discurso das experiências subalternas que esses sujeitos vivem. Tal debate nos conduz à dimensão formativa do poder para o sujeito, vez que os eixos de subalternidade e opressão se mostram interconectados. As interações entre diferentes sistemas de poder são entendidas de modo não apenas repressivo, isto é,

pensados apenas desde hierarquias sociais suprimindo sujeitos, mas também de maneira a produzi-los (Piscitelli, 2008; Butler, 2001).

Frente à diferença existente entre relações de poder e estados (de dominação), as operações do poder como jogos - e não como estados - nas experiências dos HAV dão clareza de que os homens não são oprimidos, tampouco opressores unicamente, de forma simplista. Tais operações de poder nos convidam a desvelar os elementos paradoxais que por vezes se encontram na construção da identidade masculina (Almeida, 1995), e que podem ser entendidas em determinados contextos como masculinidades subordinadas e marginalizadas (Connel, 1997). Tratar das relações de poder como *jogos*, em detrimento de *estados*, torna possível a percepção de caminhos de transformação que abarcam a complexidade e ambivalência presente nas imagens correntes sobre os homens (Benedito & Lyra, 2008; Sacramento, 2004).

Conforme temos analisado, considerar a perspectiva relacional do gênero (Salas, 2008, 2011; Benedito & Lyra, 2008), implica conceber o masculino e o feminino como construções interdependentes e com assimetria de poder. Além dessa preocupação, cabe aqui abordarmos outro aspecto relacionado à perpetuação de estereótipos sociais, decorrentes das experiências identitárias diversas e a correlação com outros sistemas de opressão. A permanência de alguns estereótipos sociais tem interseções com outros tipos de discriminação social relacionados à desigualdade socioeconômica e à pobreza. Assim, podemos também nos indagar sobre alguns estereótipos dos homens violentos presentes no cotidiano, atualizando a associação perversa entre pobreza, violência e criminalidade. A dimensão espacial da desigualdade é relacionada a determinadas regiões urbanas, desvalorizando áreas habitacionais, estigmatizando e criminalizando os seus moradores (Abramovay, Calaf & Cunha, 2009). No aspecto sociológico, não há relação entre a pobreza, a criminalidade e a violência, e o aumento do desemprego não produz efeitos imediatos sobre a criminalidade (Sapori & Wanderley, 2001). Tal associação nos remete a uma estigmatização do território, tornando os seus residentes aqueles criminalizáveis (Wacquant, 2005).

Ao analisarmos as narrativas, observamos elementos que sinalizaram aproximações que nos inclinaram a ver correlações com essas essencializações e estereotipias masculinas. Defrontamos com nomeações aos HAV como "*os bandos*", "*os periféricos*", no contexto de argumentação de que a não empregabilidade

aproximá-los-ia de forma estável à violência. Tal concepção faria com que a *subcidadania* (Souza, 2003), existisse amalgamada com o exercício da violência, tornando fixas algumas características nos homens naquele contexto. Certamente, isso tem importantes implicações no processo de mudança almejado. É válido destacar que de acordo com Beiras *et al* (2012), nos próprios textos da Lei 11.340/06 há presente ideologias, estereótipos, dicotomias, criminalização e vitimização que partem do eixo dicotômico e maniqueísta do *homem-maltratador* versus *mulher-vítima*.

Ao detalhar a metodologia, a entrevistada Andréia revelou que é positiva a presença de olhares múltiplos sobre o problema tratado pela intervenção. A entrevistada explicou que o fato de haver interdisciplinaridade na equipe, visto que há pessoas de distintas áreas de formação nas ciências sociais, contribui positivamente para os olhares teóricos lançados sobre o problema e isso incrementa a intervenção

> *"Acho que a equipe interdisciplinar é muito rica. Esses vários olhares, essas formas de pensar diferente contribuem muito. [Ela] não fica fechada, nem restrita a apenas uma questão teórica. Isso enriquece muito, não fica fechada numa questão restrita do serviço social, uma visão... Tem uma discussão, outras visões voltadas. Enriquece muito não ser uma pessoa só, é um grupo distinto..."* (Profissional Andréia, PERH, 35 anos).

Notamos convergência do relato da entrevistada sobre as perspectivas diferenciadas do cotidiano da entidade para explicação da realidade, associada à complexidade demandada ao estudarmos o campo da violência masculina desde o enfoque ecológico [21] (Bronfenbrenner, 1979; Dahlberg & Krug, 2006; Minayo & Souza, 1998). Além disso, de acordo com Minayo & Souza (1998), a perspectiva da interdisciplinaridade se dá de forma a entendermos que é imprescindível ao objeto - ou à pergunta, ou tema complexo - não simplesmente a reunião de pessoas, mas a articulação de saberes para que se possa compreendê-lo profundamente em sua complexidade.

Em ambas entrevistas da entidade, teve-se forte evidência de concepção dos homens como aqueles que não possuiriam conhecimentos e habilidades. A

[21] Esse enfoque parte da compreensão das distintas variáveis e sistemas no entorno do fenômeno, de modo que pressupõe que intervir na violência masculina é necessário abarcar: 1) a dimensão *individual* dos homens, 2) o *microsistema* no qual ele foi criado, considerado suas relações familiares, 3) o *exosistema*, levando em consideração, por exemplo, experiências nos grupos das instituições escolares ou na rua / bairro de moradia, o que inclui os equipamentos sociais e os órgãos do sistema de justiça e, por fim 4) o *macrosistema*, que compreende a sociedade que condena ou minimiza violência contra as mulheres.

intervenção, imbuída desse caráter eminentemente educacional, então, atuaria sobre essas ausências, conforme trechos da entrevista com a gestão

> *"... nós pretendemos tentar passar um pouco a respeito da violência, como ir contra essa violência, como atuar com essa violência. De que forma, a melhor maneira de lidar com isso tudo. Inicialmente, nós tivemos como enfoque o programa* [desenvolvido em uma grande cidade do sudeste]*. Foi o que nós tivemos de enfoque. Fora isso nós começamos do nada, nós não tínhamos visão nenhuma a respeito disso aí. E aí é que eu digo, a visão que pelos menos a gente tentou passar - eu, pelo menos da minha parte, que eu tentei - é passar uma linha voltada à área educacional. É o que eu tenho de experiência com referencia à violência..."*

> *"... Se era um assunto educacional, nós teríamos que fazer com que essa pessoa enxergasse, começasse a enxergar daquela forma uma outra coisa* "(Coordenador Alberto, PERH, 55 anos).

Nesse sentido, os entrevistados com freqüência nomearam o serviço como sendo um *curso* e os homens como *alunos.* Indagamo-nos sobre até que ponto essa referência se remeteria novamente um aspecto pedagógico. Tal aspecto foi observado também quando o coordenador falava da metodologia de trabalho e em momentos nos quais entendia que era necessária flexibilidade pela equipe tendo em vista a mudança no que haviam programado para os encontros com os homens

> *"Então é uma coisa interessante que eu não vi nesses mais de dez anos de docência, não vi em lugar nenhum. E uma coisa interessante, o porquê disso, por outro lado é a própria relação de nível escolar. Você tem uma gama de pessoas com vários níveis escolares, mas depende do que eles estão sentindo naquele momento, o que eles estão passando. E muita das vezes o assunto emergia de uma coisa que parecia simples e era muito profunda. E ao final do nosso encontro tinha que seguir aquele movimento".* (Coordenador Alberto, PERH, 55 anos).

Diante disso, buscamos novamente compreensão no modelo de intervenção *"*Cognitivo-comportamental" (Ponce, 2011)*,* cuja metodologia aborda os pensamentos errados, as distorções cognitivas, os comportamentos e o autocontrole, com a finalidade de promover resolução positiva de conflitos e assertividade. Pensarmos no panorama de resistência grupal relatado pelos entrevistados, associado à ênfase pedagógica e "instrutiva" das intervenções com os HAV, de acordo com Natividade e Veloso (2013), revela um risco de ocasionar um "municiamento" dos homens no contexto relacional violento. Ao passo que os homens obtêm informações qualificadas dos próprios profissionais sobre suas condutas violentas, eles podem acabar por abarcá-las no confronto interpessoal com as mulheres para destacarem ainda mais a hierarquia.

Mayorga (2011) coloca que a ciência hegemônica parte do pressuposto central do *sujeito centrado*, isto é, um super homem que conhece, descreve, analisa, controla e prevê a realidade e tem autonomia suprema em relação à natureza e à sociedade. Em harmonia com esse pressuposto, de acordo com Ponce (2011), os enfoques hegemônicos, tais como no modelo *Patológico* e *Cognitivo-comportamental* - que se alinham com aquele modelo de ciência positivista - propõem um sujeito herdado de um modernismo solipsista, isto é, cognitivo, essencializado, categorizado e determinado por fatores de risco. Segundo ele, este sujeito racional, mais concebido como objeto do que como sujeito, tem sua visão de mundo controlada e passível de ser *predita*. Assim, as intervenções no trabalho com os HAV que partem de campos de saber associados ao modelo de ciência hegemônica tradicional pressupõem ter controle sobre a realidade do sujeito e não a identificam como co-construída. Nesse sentido, é estabelecida uma relação em que a coordenação *sabe* a realidade dos participantes e estes *não sabem*, visto possuírem pensamentos e papéis distorcidos - motivo pelo qual precisam ter esses pensamentos corrigidos pela intervenção (Ponce, 2011).

Assim, quando pensamos no atravessamento que existe com relação ao saber científico hegemônico que os modelos de intervenções “Cognitivo-Comportamental” e “Psicopatológico” possuem, somos levados a uma provocação que nos põe de frente com o distanciamento histórico da ciência hegemônica com outros saberes. Isso está relacionado com o que Santos (2007), nomeou como “monocultura do saber científico”, que significa afirmar que exista um pensamento único sobre a realidade de tudo, o mais valorizado, e estabelecer uma hierarquia na difusão de saberes, que também abafaria conflitos e, em última instância, não reconheceria as diversas vozes no espaço interacional entre a equipe de intervenção e os participantes do grupo. Santos (2007) discute sobre a substituição da monocultura do saber científico pela “ecologia de saberes”, expressa pela investigação das alternativas que se constroem desde as possibilidades concretas no horizonte. A ecologia de saberes na interação entre os profissionais e os participantes do grupo seria pensada como sendo também permeada pela construção conjunta do conhecimento, compatível com uma base construtivista (Beiras, 2012; Ponce, 2011), não como uma transmissão unilateral estabelecida pela hierarquia descrita.

Retomando nossas reflexões sobre a perspectiva interseccional feminista (Osborne, 2009), nas narrativas dos entrevistados, o entrevistado Alberto relatou interessante momento experienciado pela equipe e pelo grupo. Segundo ele, essa circunstância aconteceu em uma dinâmica grupal em que um integrante relatou ter sido violentado na infância pelo próprio pai. Ele falou que isso comoveu a todos e em seqüência acrescentou que tinha dias que os integrantes da equipe pareciam "*carregar um caminhão de pedras nas costas"*. Nesse momento me senti emocionado em vista do sentimento por ele expressado ao relatar essas experiências. Ele compartilhou comigo, aparentemente emocionado, a atualização da cena vivida. A partir disso, ficamos também pensando no impacto que existe, talvez um choque entre realidades que essa equipe de coordenação pôde ter tido ao escutar os sofrimentos que os homens atendidos vivem em vista dos problemas sociais, que perpassam notadamente a experiência da violência machista, mas também vivências daqueles que se relacionam à pobreza e a serem vítimas de violências de familiares. Isso reforça a ideia de realidade co-construída a partir de um enfoque construtivista (Beiras, 2012). Visto que a impressão de que essas experiências tocaram muito as emoções do entrevistado, foi possível, a partir disso, questionar-se como a interação entre a coordenação e integrantes poderia ser lida em termos de interseccionalidades, ou seja, lida desde o encontro de experiências múltiplas dos sujeitos.

Ainda que possamos investigar essa experiência emblemática a partir de um modelo terapêutico, e por isso em um enfoque mais individualizante, questionamos se seria possível também, o analisamos também desde uma perspectiva psicossocial e encontrarmos outros caminhos de mudança e transformação. Analisamos no capítulo 2 que os sistemas de poder produzem diversas operações sociais de subalternidade e opressão e que a perspectiva da intersecionalidade nos convida a pensar as categorias identitárias em relação, em articulação (Crenshaw, 2002; Piscitelli, 2009; Mayorga, 2013). Nosso questionamento aqui aborda a comoção relatada pelos entrevistados por parte da coordenação, que tem experiências diferenciadas, que se inscrevem em vários marcadores identitários e que revelam assimetrias e opressões que perpassam os sistemas de poder considerando gênero, raça, classe, sexualidade, territorialidade e nacionalidade, entre outros. Ou seja, a reação de comoção da equipe frente às relações de opressões e às subalternidades vividas pelos integrantes e essa situação inserida no

grupo entendido como *microcosmo* da realidade social*.* No grupo assim entendido, seria possível observarmos nas inter-relações entre os que dele integram a reprodução de conflitos e tensões oriundas de múltiplas experiências identitárias, abarcando a reprodução de preconceitos e estereótipos envolvidos nos sistemas acima mencionados. Perguntamo-nos acerca desse encontro - ou choque - entre realidades tão diversificadas, se poderia ser pensado de modo a considerar uma "política da diferença" (Costa, 2006).

3.3 – PROJETO DIALOGAR – DEAM – POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Projeto Dialogar iniciou suas atividades no ano de 2010 no interior da DEAM – *Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher* de Belo Horizonte e as mantém até a realização desde estudo. O início de suas atividades era o momento no qual, segundo a narrativa da gestora Bárbara, havia se associado com outra profissional que encabeçara no passado esse tipo de serviço em uma delegacia no interior do Estado. O projeto nasceu desde a compreensão das limitações da perspectiva da repressão no tratamento da problemática do enfrentamento da violência doméstica contra as mulheres. Isto é, ele foi proposto desde a visualização da necessidade do trabalho abordando a responsabilização dos homens no rompimento do ciclo da violência contra as mulheres. Segundo o facilitador Breno entrevistado, em princípio, os profissionais envolvidos realizaram um levantamento dos registros de ocorrências na delegacia, verificando um elevado número de reincidências, nos quais algumas mulheres registravam mais de trinta vezes a ocorrência de violência praticada pelo mesmo companheiro. A partir de então, a equipe de profissionais elaborou o projeto com público formado por mulheres e homens que figuravam em tais registros reincidentes.

Os atendimentos inicialmente aconteciam desde um convite feito pela equipe aos homens e às mulheres para um acolhimento e triagem individual, cuja participação voluntária nos grupos era oferecida. De acordo com o facilitador, as mulheres tinham maior adesão do que os homens, sendo que eles aderiram pouco na proposta voluntária. A partir desta constatação, a gestão do projeto articulou com o judiciário o encaminhamento dos homens e, uma vez que a participação se tornou obrigatória, o número de participantes nos grupos aumentou.

O projeto é composto por servidores públicos concursados da Polícia Civil de Minas Gerais e não recebe outros recursos além da alocação destes para atuarem exclusivamente no projeto. Na visão da gestora, essa dedicação exclusiva é considerada positiva, considerando as limitações institucionais.

O objetivo do serviço é a prevenção à violência contra as mulheres e a redução desses crimes voltados contra elas. Esse objetivo institucional se refere aos trabalhos inseridos na DEAM e, portanto, vinculado à pasta de segurança pública Estatal. Segundo o facilitador, porém, o objetivo vai além do aspecto legal, voltando-se também à produção de subjetividades, com olhares diferenciados para as mulheres e para os próprios homens, deslocadas do machismo e do sexismo. Esse objetivo perpassa a desconstrução da ordem social desigual entre homens e mulheres.

A metodologia de intervenção prevê formato grupal fechado e dez encontros semanais, de duas horas de duração em cada. O facilitador relatou que no grupo geralmente existem dez homens participando em vista dos espaços da instituição não comportarem número maior. A facilitação dos grupos acontece com a participação do psicólogo entrevistado, uma assistente social e outra psicóloga. Entre os diversos temas trabalhados, em destaque são os em torno dos direitos humanos das mulheres, abordados de forma estratégica para inserir o debate sobre a Lei da Maria da Penha.

O fluxo de atendimento dos homens ao projeto se estabeleceu a partir dos encaminhamentos feitos pela vara criminal do judiciário[22]. Assim que os homens chegam, a equipe do projeto realiza um acolhimento e escuta individual no qual eles preenchem um formulário padrão de atendimento. Nesse momento, segundo o profissional entrevistado, os homens assinam um termo de compromisso, seguindo os moldes da lei Maria da Penha, para entenderem o embasamento legal de sua participação. Nesse acolhimento, são apresentadas a eles as regras de funcionamento do grupo e explicado também sobre o descumprimento e as faltas. Eles também obtêm orientação jurídica sobre outros assuntos, tais como pensão alimentícia e visitas aos filhos.

Com relação ao trabalho em rede, os entrevistados relatam que a delegacia como um todo integra a Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica contra a

[22] Ainda no judiciário, por cumprirem medida protetiva, os homens recebem encaminhamento estipulando prazo para comparecerem na delegacia e ao chegarem, são atendidos individualmente.

Mulher e, portanto, participa de ações e projetos coordenados, o que inclui discussão e encaminhamentos de casos, reuniões mensais, seminários anuais, entre outras ações. Há também a parceria com o plantão da Defensoria Pública do Estado em casos em que existem possibilidades de atendimentos, que com freqüência são de questões da área de família. O projeto também mantém estreitamento com a Universidade Católica, que encaminham estagiários, mantendo na delegacia um campo de extensão. A Faculdade de Educação da UFMG também mantém parceria com o Projeto promovendo a participação de uma profissional da área da pedagogia. Finalmente, devido ao fato de realizarem atendimentos individuais visando o acompanhamento dos homens, quando necessário a equipe realiza encaminhamentos para centros clínicos para terapias.

Além dos dois grupos de homens executados pelo projeto, existem outros atendimentos realizados no projeto. São desenvolvidos dois grupos que são formados por mulheres, sendo um deles formado por voluntárias e o outro obrigatório, no qual é associada uma medida judicial. De acordo com o profissional entrevistado, elas também são enquadradas na Lei Maria da Penha, sendo geralmente encaminhadas por cometerem violência contra suas mães, irmãs e companheiras. Já o grupo composto por voluntárias eventualmente recebe as mulheres agredidas que mantiveram relacionamento com os homens que tem cumprido paralelamente a medida judicial nos grupos. A equipe técnica realiza convites a essas mulheres, não havendo, portanto, qualquer obrigatoriedade da parte delas na participação.

Conforme dissemos, o serviço realiza atendimentos individualizados com os homens que durante os atendimentos grupais demandam atenção individual. Após a análise dos casos pela equipe técnica, diante ou não da apresentação da demanda pelos homens, são oferecidos estes serviços, os quais, segundo o psicólogo Breno, têm o caráter de acompanhamento. Eles se dão durante os dez encontros em que os homens cumprem a medida judicial. Caso seja identificada uma demanda com caráter terapêutico, a equipe do serviço presta encaminhamos para a rede especializada, o que incluem as faculdades de Psicologia, por exemplo, que fazem atendimentos gratuitos. Há ainda outro grupo desenvolvido que presta atendimentos a mulheres vítimas de violência sexual. Este grupo é formado por mulheres cuja agressão, geralmente cometida na rua, foi perpetrada por homens desconhecidos, com quais não se estabeleceu relação contínua e de afeto.

Identificamos um sistema de avaliação do projeto que é feito com a participação dos homens atendidos. Ao final de cada ciclo dos dez encontros previstos com cada grupo fechado, é solicitado aos integrantes responderem uma *pergunta reflexiva*: "- O que nós estamos fazendo de nós mesmos nesse exato momento?". Posteriormente, há a sistematização dos dados coletados. Os resultados são repassados para análise da supervisão do trabalho e também para a avaliação do poder judiciário[23].

Outra importante forma de avaliação do projeto considera a reincidência da violência. Após seis meses contados a partir do início da participação dos homens no grupo, são realizadas consultas de reincidência da violência no REDS – *Registro de Evento de Defesa Social* do sistema informatizado da Polícia Civil. Somente são consideradas reincidências aqueles episódios de violência doméstica em que os homens tornaram a figurar como autores. Essa análise não se restringe a companheira afetiva íntima, mas se associa também aos casos de violência contra filhas, mães e irmãs, por exemplo. Entende-se que o trabalho desenvolvido relacionado com o exercício da violência deve abranger outros campos relacionais do homem atendido. Por meio dessa análise, observou-se que em 5% dos casos acompanhados pelo projeto houve reincidência da violência, o que é considerado positivo pela delegada e gestora do projeto. Paralelamente, a equipe da delegacia realiza contatos telefônicos com as ex-companheiras de todos os participantes. Não foi informada a periodicidade dessa consulta ou outros detalhes.

De acordo com o psicólogo do serviço, a equipe técnica do serviço também avalia coletivamente os resultados mediante os debates feitos pelo grupo de profissionais do projeto, também sem periodicidade revelada. Os entrevistados revelaram que observam internamente a intervenção realizada pela equipe da coordenação. Os resultados registraram que no aspecto técnico, por exemplo, a intervenção deixou preferências positivas nos homens atendidos no uso de alguns recursos tecnológicos o que, para eles, implica na continuidade e melhoria dos aspectos técnico-metodológicos do trabalho desenvolvido.

[23] Os entrevistados desconhecem o uso dos resultados pelo judiciário.

3.3.1 - CONCEPÇÕES SOBRE HOMENS E VIOLÊNCIA

Em geral, a aproximação da posição teórico-metodológica do Projeto Dialogar revelou articulações com as elaborações do gênero. Ao adentrarmos nas narrativas dos profissionais, pudemos observar que elas revelaram linhas argumentativas que perpassaram a socialização masculina, principalmente na convivência familiar, em que a violência contra a mulher e as crenças sexistas estiveram presentes. A gestora Bárbara ressaltou as normativas sociais da masculinidade que tornam a violência contra as mulheres uma prática de tolerância e aceitação

> *"Pais que agrediram a mãe e vivem na concepção de que isso pode, que isso é permitido socialmente. Mas isso não é permitido legalmente. Isso é o que nós temos que fazer visualizar para eles, que é permitido na sociedade a ideia de que a mulher pertence ao homem, que ele pode fazer com ela o que ele quiser. E socialmente para ele é permitido. Mas legalmente não é. Temos que mostrar isso prá eles"* (Gestora Bárbara, Projeto Dialogar, 44 anos).

A ênfase do aspecto psicossociológico da violência no relato nos permite compreendê-la como um extremo de condutas que se consideram normais e que respondem, em última instância, a modelos apropriados para cada sexo (Osborne, 2009). Compreendemos que a visão da entrevistada parte da visão da gestão do projeto dentro da perspectiva da segurança pública e por isso ressalta o tratamento legal ao problema em questão.

Em momentos da interação nas entrevistas revelaram-se articulações do projeto, dos seus desafios, metas e objetivos, com o chamado "*ciclo da violência"*. Ele também foi identificado presente nas metas de trabalho com as mulheres em situação de violência.

> *"... nós pensamos em trabalhar com ela as questões de gênero, o que leva ela ser violentada, como romper com a violência – com o ciclo da violência, como romper com tudo isso e valorizar essa mulher".* (Profissional Breno, Projeto Dialogar, 38 anos).

> *"Mesmo que às vezes a relação se rompa, que ela se rompa sem violência. Se nós não intervirmos no agressor, ele vai continuar praticando aqueles atos. Não só com ela porque não aceita o término do relacionamento. Ela se empodera, rompe com o relacionamento e ele não aceita. E gera mais violência. Então, o homem tem que estar apto a aceitar que a relação acabou e aceitar isso de uma forma não violenta. Então, é isso que a gente trabalha muito aqui. Esse homem tem que saber o que fez, por que fez, como ele fez e por que não fazer mais. Isso que nós trabalhamos e isso é o que acho importante. Por isso nasceu o projeto."* (Gestora Bárbara, Projeto Dialogar, 44 anos).

Esse conceito foi formulado com base no estudo de Lenore Walker (1979) acerca de mulheres violentadas que tinham dificuldade de romper a relação violenta e proceder a denuncia do homem que as agredia (Soares, 2005; Osborne, 2009).

Ele foi discutido e difundido pelos estudos sobre violência contra as mulheres, obtendo grande repercussão nas políticas públicas de enfrentamento. Foi concebido a partir da ideia de que não existe um perfil de autores de violência e por meio do um consenso de que existe uma pauta de conduta que se reproduz quase cronicamente entre a vítima e autor da violência. Na realidade, trata-se de um processo de destruição que causa dependência da vítima que padece. A violência acontece em fases que paralelamente vão rebaixando a auto-estima da vítima, em que a tendência do agressor é afastá-la das relações de proximidade da vítima, buscando manter ou criar total controle. Esse ciclo segue as fases de 1) acumulação da tensão, 2) a fase da explosão violenta/ agressão e a 3) fase de reconciliação, em que a mulher agredida tende a acreditar que o homem agressor está arrependido e não vai violentá-la novamente. A relação não é retomada de acordo com as suas expectativas, pois na realidade se trata de um ciclo vicioso que recomeça com relações ainda mais deterioradas e com as mulheres geralmente mais fragilizadas (Osborne, 2009).

Vez que de acordo com os entrevistados o rompimento do ciclo da violência pelos homens é localizado entre as metas e objetivos de trabalho da intervenção, restou interessante conhecer como a avaliação dos resultados do trabalho se relaciona em termos de impacto neste ciclo. A avaliação de modo geral é feita por meio de uma “pergunta reflexiva” ao final dos encontros previstos e também por meio de uma consulta no sistema do REDS. Essa última forma de avaliação inclusive nos fez relembrar a entrevista com a gestão da entidade anteriormente analisada, o PERH, que pretende incluir no sistema de avaliação da intervenção os registros coletados na interação com os participantes durante os encontros. Esses dados seriam usados também como indicativos de reincidência.

Nossa reflexão acerca disso perpassa os jogos de poder possivelmente operados pelo discurso da masculinidade hegemônica (Connell, 1997) nas interações com os profissionais. Segundo Connell (1997), o discurso hegemônico dos homens pode fazê-los se esquivar conforme suas necessidades interacionais, adotando-o e/ ou distanciando-o de acordo com a conveniência. Ou seja, o discurso hegemônico pode indicar contradições, ao passo que as práticas e *modos de ser* indiquem direções contrárias a ele (Sacramento, 2004). Além disso, dentro do próprio discurso hegemônico, os homens podem criar jogos de vitimização desde a posição hegemônica da masculinidade (Natividade, 2012; Oliveira, 1998, 2004).

Assim, a dimensão discursiva pode demandar uma atitude perspicaz no sentido investigativo das respostas da “pergunta reflexiva” empregada. Ela pode indicar jogos nos quais operam contradições, obscurecendo a visão das mudanças no cotidiano, levando em consideração o aspecto funcional da masculinidade hegemônica (Bonino, 2003).

Nesse sentido, porém, foi interessante notar que são também realizadas consultas de reincidência da violência pelos homens atendidos através do REDS, da companheira afetiva íntima e também outros casos possíveis de violência doméstica praticada por eles. No entanto, há uma indagação pertinente sobre como essa avaliação poderia abarcar as “microviolências” ou “micromachismos” (Bonino, 2008) perpetrados pelos homens. Se aqui lidamos com um sistema ligado às violências puníveis legalmente, há outras dimensões fora do enquadramento jurídico-criminal. Diante desse panorama, notamos quão desafiador se faz a leitura da reincidência da violência doméstica dos homens lida em termos do ciclo da violência, pois abarca costumes da vida cotidiana que ficam quase “normalizados”, sendo formas “suaves” de dominação. É valido considerar também que os homens que reproduzem os micromachismos também são os que consentem com as violências exercidas contra a mulher ou a minimizam através da manutenção dos estereótipos de gênero e do sexismo. Nesse sentido, Osborne (2009) ressalta que quebrar os micromachismos é um passo para superar as relações de domínio e construir relações mais igualitárias, através da identificação de condutas que podem ser objeto de ações de prevenção à violência.

O profissional Breno explicitou as perspectivas norteadoras do projeto fazendo leitura associada a um ordenamento social mais amplo, baseado na desigualdade do gênero. Ele destacou que esse tipo de desigualdade acarreta uma naturalização da própria violência contra as mulheres e que seria preciso pessoas com um entendimento diferenciado para fazer essas leituras. Ao ser indagado sobre suas concepções sobre os homens e o motivo de violentarem as mulheres, ele revela que

> *“... Eles violentam as mulheres porque tá na nossa cultura, faz parte da nossa cultura. O tempo todo, na mídia, na escola... Eu lembro de que quando eu estudava, na escola onde eu comecei a minha escolarização, os meninos vinham na frente das meninas na chamada. Depois isso mudou. Na Xuxa era guerra dos meninos contra as meninas. Isso está inserido na nossa cultura e nós nem percebemos porque isso é tão sutil... Tem uma amiga minha que diz que nós só somos preconceituosos quando nós estamos distraídos. Quando estamos distraídos, nós rimos da piada, você até conta uma piada. Você já viu aqueles políticos que falam besteira e depois vem em público prá dizer que não falaram? Foi uma distração... Eu*

> *penso que é lá, bem primário mesmo... Bem primário... Quando a nossa mãe diz assim: "- Ô Joãozinho senta aqui, vai ver televisão com seu pai. E, Maria, vem aqui na cozinha ajudar a lavar vasilha!" Então é por aí, sabe? Aí, você cresce achando que é homem e tal... Nem percebe... Depois você cai na Maria da Penha"* (Profissional Breno, Projeto Dialogar, 38 anos).

Há um interessante aspecto implicado no relato acima quando associa a "*sutileza*" das construções desiguais do gênero e a violência associada a ela. Ele nos faz retomar a discussão sobre as práticas sociais que sustentam o patriarcado. Para que essa base inicial de organização social (Aguiar, 1997) permaneça, não só depende das relações de solidariedade entre os homens, mas também do papel ativo das mulheres desempenhado na construção social. Ao concebermos a vigência histórica do patriarcado, podemos compreender nas relações interpessoais conflituosas as quais se intervém a partir de uma engrenagem que alcança a subordinação das mulheres, isto é, a partir de uma *ordem patriarcal de gênero* (Saffioti, 2004; Aguiar, 2000). Nesse sentido, outro ponto em destaque, é que ao ilustrar a primariedade das práticas relacionadas à socialização do gênero na dicotomia entre o público e o privado, ele destaca a violência masculina como sendo um elemento presente no seu sistema de socialização. Ou seja, ela é uma adaptação aos requerimentos da sociedade relacionada à aprendizagem. Isto põe em evidência a normatividade da violência masculina, ao mesmo tempo em que a violência feminina é entendida como uma ruptura do modelo de gênero (Osborne, 2009). Assim, a concepção revelada pelo entrevistado parece ser compatível com a ideia de que violência é cometida pelos homens pelo fato de serem homens e que a violência endereçada às mulheres as faz padecerem majoritariamente pelo fato de serem mulheres.

Diante disso, quando o entrevistado Breno afirma que seria necessário que os homens se voltassem para o rompimento dos aprendizados, dos imperativos relacionados ao machismo e do sexismo presentes na sociedade, ele mesmo passa a se incluir. E também explicita o conflito que isso produz *"muitas vezes nós também, porque isso está tão disseminado aí na mídia e na nossa educação, que nós não percebemos que ora a gente é machista, ora a gente é feminista. Nós reproduzimos o próprio discurso que nós somos contra".* A sua narrativa corrobora o viés de leitura constantemente realizado na entrevista, que associa um ordenamento social mais amplo, no qual ele está inserido enquanto homem socializado.

Ao destacar o perfil dos homens que freqüentemente atende, Breno passa a remeter as explicações sobre a violência cometida por eles à diversidade de classe

e de níveis de escolaridade: *“homens de todos os níveis de escolaridade, de classe social. E da mesma forma mulher. E cada um dizendo, o discurso que circula é que a lei Maria da Penha é uma arma das mulheres*”. Assim, embora ele destaque a diversidade relacionada ao nível de instrução formal e aos desníveis socioeconômicos, revela que a grande maioria manifesta culpabilização às mulheres e forte rechaço à lei Maria da Penha. É interessante notar que o sentido de sua narrativa destaca que a *incidência* da violência entre homens acontece em variados níveis socioeconômicos, mas *prevalece* como uma das formas do exercício de poder dos homens para perpetuar a dominação sexista. É a violência dos homens cometida contra as mulheres pelo fato de serem mulheres assim como dispõe a CEDAW (1992).

Ao passo que temos avançado nas concepções sobre homens e violência da entidade, identificamos as concepções expostas do Projeto Dialogar associadas ao *modelo Pró-feminista e Psicoeducativo* das intervenções com os HAV (Ponce, 2011). Alguns programas de intervenção se inspiraram no "Duluth Curriculum" dos EUA, que parte da leitura das relações de gênero e identifica as relações de poder e controle dos homens sobre as mulheres como as bases de leitura da violência. A violência é concebida como de cunho social e político, motivo pelo qual associa a intervenção a uma transformação sociopolítica de maior amplitude.

Embora a gestão institucional do projeto tenha revelado a interpretação das causas da violência assentadas na perspectiva de gênero, de acordo com sua explicitação anteriormente abordada, notamos que seu o relato sobre o objetivo central do projeto é *“a prevenção. É um projeto de polícia comunitária, porque a partir dele, a polícia se aproxima mais da sociedade. Segundo,* [o projeto] *é de direitos humanos e tem muitos princípios da justiça restaurativa”.*

A associação do trabalho com outros vieses é observada em decorrência da inserção institucional do projeto, vez que, de acordo com a identificação feita anteriormente, ele se desenvolve englobando outras dimensões teóricas relacionadas à prevenção ao crime e à violência. Tal panorama nos conduz à reflexão sobre outras bases teórico-epistemológicas e metodológicas para interpretação do problema da violência contra as mulheres e os enfoques empregados para a superação deste.

Refletirmos sobre a associação de outras bases teórico-epistemológicas e metodológicas para interpretação da problemática sugere um exercício de pesquisa

de maior fôlego, vez que indica percorrer um interessante caminho investigativo, sobretudo na área da justiça restaurativa, algo que não propomos fazer nessa pesquisa. Contudo, ainda que essa investigação nos sugira um aprofundamento, restou-nos clara a referência dada pela entrevistada Bárbara a esses pilares do projeto como sendo perspectivas que inspiraram o desenvolvimento do mesmo, isto é, ele foi assentado sobre "*muitos princípios da justiça restaurativa*". Notamos essa influência na sua interpretação sobre as características de escuta dos homens que o projeto tem: "*a justiça restaurativa fala muito nisso, que os autores de crimes não têm oportunidade de serem ouvidos em nenhum momento".* Porém, ao enfocarmos a relação dos homens com a violência doméstica cometida contra as mulheres, não observamos outras evidências dessa leitura. Isso, tanto da gestão quanto do profissional facilitador dos grupos. Há certo direcionamento feito pela gestora entrevistada para este profissional como sendo a referência do projeto para tratar profundamente a metodologia executada. Ele, por sua vez, conforme analisamos antes, não fez menção aos pilares por ela observados, procedendo a seu relato, amparando-se principalmente na dimensão psicossocial do gênero.

Por outro lado, notamos que a inserção de mecanismos relacionados à resolução pacífica de conflitos nas delegacias da polícia civil tem sido objeto de controvérsias. Ao descrever o histórico do serviço, o facilitador entrevistado se remeteu aos casos de mediação de conflitos nas delegacias de mulheres, afirmando que

> *"... não pode, né? Não pode mediar* [casos da lei] *Maria da Penha. E até procurei saber no Conselho de Psicologia, também não pode não. Porque teve alguém que nos denunciou falando que estávamos fazendo mediação com mulheres. Nós nunca fizemos mediação entre homens e mulheres aqui... Nunca fizemos... Não depois da Lei Maria da Penha. Por que antes da Lei Maria da Penha até existia umas tentativas aí... Que também não eram mediação não, era apaziguar o conflito entre homens e mulheres... Antes da Lei Maria da Penha existia isso aqui e quase a maioria das delegacias que tinham conflitos com homens e mulheres tentava fazer isso.* [Isso] *até que era rotina, no interior isso era mais visível. Eu trabalhei lá em Nova Lima e eu via isso direto, antes da lei Maria da Penha. O pessoal chamava as partes e tentavam* [apaziguar]*... O delegado geralmente gostava de fazer essa coisa de apaziguar conflito. Só que em termos de lei Maria da Penha isso não é possível mais e nem do jeito que se fazia. Porque não era mediação."* (Profissional Breno, Projeto Dialogar B, 38 anos).

A questão sobre a inserção desses mecanismos de resolução de conflitos se também se mostrou presente na narrativa da gestão do projeto

> *"Não é dialogar um com o outro aqui. Muitas pessoas perguntam se no final colocamos um para conversar com o outro aqui. Não tem nada disso, ainda mais que a Lei Maria da Penha impede Conciliação, qualquer tipo de Mediação de Conflitos. É o diálogo consigo mesmo, é*

> *aquilo que eu já falei. E a mulher também. Já que ela passa por esse tipo de intervenção, tem que aprender a fazer esse tipo de diálogo também. Geralmente há um grupo de homens de manhã e o grupo de mulheres de tarde. Então, nem assim eles se encontram, não tem essa de colocar um prá conversar com outro como tem na Mediação. Os facilitadores aqui facilitam o diálogo com eles mesmos. A partir do momento que eles conseguem dialogar com aquela companheira, conseguem também melhorar as relações na família e também as relações sociais."* (Gestora Bárbara, Projeto Dialogar, 44 anos).

Notamos evidente nas narrativas acima uma negativa quanto à existência de tais mecanismos na prática do serviço, pois na realidade parte-se do fomento do diálogo interno pelos homens. Isso sugere que a intervenção facilite um processo de auto-reflexão pelos mesmos. No relato acima, porém, a narrativa da gestão estabelece correlação entre a capacidade de diálogo dos homens e a melhoria das suas relações familiares e sociais. Isso nos remete uma reflexão acerca da possível aproximação entre os pressupostos freqüentemente observados nas teorizações sobre resolução pacífica de conflitos, que identificam tensões e conflitos tendo como base a ausência ou problemas relacionados de forma estrita à dimensão da comunicação interpessoal (Rosemberg, 2006). Por outro lado, ao retomarmos o "ciclo da violência" e a pauta de conduta repetida dos homens, identificamos que a problemática associada na elaboração desse modelo está em torno do controle sobre as mulheres, exercendo os homens, para tanto, práticas progressivamente violentas. O rompimento desse ciclo se relaciona com a procura de ajuda por parte da mulher nessa situação e se ela recebe efetivamente apoio eficaz (Osborne, 2009).

Vimos que a inserção na casa dos homens para o acesso à virilidade, os homens assumem códigos de conduta sutis e ocultos para exclusão das mulheres. Quando os homens se constituem enquanto tal, hierarquizados frente às mulheres, criam a *observação dominante das mulheres* (Bourdieu, 1998) que oculta a hierarquia de gênero e tem como efeito a desconsideração da necessidade delas. Nesse sentido, estas condutas assumidas pelos homens tomam a forma de micromachismos, que de acordo com Bonino (2008), ao serem usados reiteradamente e de forma combinada, tem efeitos na autonomia da mulher e na relação do casal. De forma geral, eles as intoxicam gradualmente e as fragiliza psíquica e fisicamente. Assim, ficamos nos perguntando em que medida a correlação entre a "capacidade de *diálogo* com a companheira" teria efeitos no rompimento do ciclo da violência, no sentido de os homens *reconhecerem* as opiniões das mulheres como válidas, ideias como apropriadas, comportamentos

como adequados e recursos como confiáveis (Bonino, 2008). A dimensão da comunicação/ diálogo por si só não seria suficiente para lidar com a desconstrução de masculinidades desiguais. É válido destacar que não consideramos somente que o rompimento do ciclo da violência se refira necessariamente ao rompimento da relação em que há situações de violência. Também não enfocamos exclusivamente aspectos punitivos em detrimento de aspectos preventivos para os homens. De certo, existem muitas relações que continuam mesmo com a existência de episódios de violência masculina doméstica contra as mulheres.

3.3.2 - ENFOQUES DE INTERVENÇÃO

Notamos que a discussão sobre a associação entre os métodos de resolução de conflitos revelados anteriormente repercute também na narrativa do facilitador ao descrever a metodologia. Ao aprofundar nos enfoques teóricos e metodológicos da intervenção, o profissional revela que no relacionamento com os homens

> *"A ideia é fazê-los refletir. Eu sou muito contra esse termo "dialogar", me lembra muito Platão. Ele usava esse diálogo... Entre um sábio e o outro ignorante. Tanto é que Sócrates ficava dando lição prá todo mundo... E aí você pensa... Eu prefiro o termo "conversar", porque esse termo não tem essa questão platônica assim, que "eu sei e você não sabe nada". Mas esses homens sabem alguma coisa. E coisas que eu também não sei que eles sabem. A questão é conversar e conversar tem algo em comum, algo de convivência, algo que circula. E nós conversamos de algo que circula entre nós. Circula aquilo o que é comum, a violência, a questão do masculino, do feminino..."* (Profissional Breno, Projeto Dialogar, 38 anos).

Foi interessante notar que ao reforçar a perspectiva da "conversa" entre coordenação e participantes a partir de algo em comum que é a masculinidade e a feminilidade, ele pôs em evidência uma realidade co-construída, típica em abordagens construtivistas (Ponce, 2011; Beiras, 2012). Ao mesmo tempo, quando se refere ao ambiente relacional da intervenção a partir de uma realidade compartilhada, isso sugere uma desconstrução da hierarquia de saberes. Isso realça a ideia de reconhecimento das vozes dos participantes do grupo na perspectiva da *ecologia de saberes* (Santos, 2007)

Além disso, quando destaca a conversa a partir do que há em comum, da violência e dos aspectos de construção do masculino e do feminino, retomamos o enfoque "psicoeducativo" do modelo "Pro-feminista" (Ponce, 2011). Os trabalhos sociais e grupos educativos nesse tipo de perspectiva figuram como ferramenta de trabalho, nos quais se tematiza a correlação entre o ato violento como parte de um padrão de comportamento abusivo, sem, no entanto, entendê-lo como incidente

isolado. Por outro lado, é válido trazermos brevemente uma crítica se volta para os programas Pro-feministas.

DeKeseredy & Dragiewicz (2007) apresentam as considerações de Dutton (2007), expressas em *Repensar a Violência Doméstica*, no qual este autor critica e denuncia de falta de atenção às perspectivas psicológicas do modelo Pro-feminista. Segundo ele, as feministas simplesmente evitam a causa psicológica. Ele relata que o modelo Pro-feminista, buscando trabalhar a segurança das mulheres, deve tomar uma visão mais ampla e mais clara para a complexidade do problema que se enfrenta, passando a considerar pontos importantes relacionados aos transtornos de personalidade, transtorno de apego, a perturbação de identidade, e experiências de vergonha, não os negligenciando por causa da influência feminista.

Na questão posta acima, concordamos que seria necessário um diálogo mais intenso com outros campos que levem em consideração a complexidade do problema, abarcando outros modelos epistemológicos e formas de intervenção. Afinal, não tendemos a ver o desenvolvimento histórico do pensamento acadêmico sobre os modelos como as perspectivas etnocêntricas feministas tendem a fazer: vêem a história desse pensamento como singular e linear, insistindo em considerá-lo como uma *"marcha incansável de progresso ou perda*" (Hemmings, 2009, p.15). Nesse sentido, não esperamos uma simplificação dos debates, mas valorização da multiplicidade epistemológica presente nessa arena.

O entrevistado também indicou um aspecto interessante referente à compreensão sobre os homens e a mudança sobre as práticas interpessoais violentas. Ele inicia a explicação apontando que se ao passo que as mulheres em situação de violência freqüentemente se apresentam muito fragilizadas, seria necessário não vitimizá-las mais. Então, se a questão é fazer com que elas saiam da posição de vítima, seria necessário não concebê-las a partir do que ele nomeou como terminologias “congelantes”:

> *“Assim, você nomeia alguém: “– Você é o autor!”, e então a pessoa acha: “– Sou o autor...”. Você diz: “– Você é a vítima!”. E daí a pessoa acha: “– Eu sou vítima...”. Eu vi muito isso bem na questão da criança. Se era uma menina abusada, achando que tudo de ruim que acontecia na vida dela era porque ela era uma criança abusada. Não tem ser assim, né?”* (Profissional Breno, Projeto Dialogar, 38 anos).

Tal debate remete ao que temos considerado acerca dos binarismos de gênero e das críticas provenientes da *política feminista da identidade* (Butler, 2003; Costa, 2002). Observamos no capítulo 2 que a compreensão binária de gênero

apaga a multiplicidade das categorias identitárias de homens e mulheres. De acordo com Scott (1999), o esquema de oposição binária *"*assume que tudo em cada categoria (mulher/homem) é a mesma coisa (é igual); portanto, se suprimem as diferenças dentro de cada categoria*"* (Scott, 1999, p. 219). Esta redução é excludente, essencialista e pode incorrer no risco de reificar posições de sujeito. Compreendemos que a preocupação trazida pelo entrevistado em sua narrativa trata de não partirem de concepções essencializantes dos homens, pois elas não contribuem à transformação desejada. Isto é, a preocupação perpassa por não enquadrarem as dinâmicas da violência dos homens contra as mulheres partindo do eixo dicotômico e maniqueísta do *homem-maltratador* versus *mulher-vítima* (Beiras *et al*, 2012). Em harmonia com o entrevistado, consideramos esse debate relevante, pois entendemos que a concepção dos homens como "pólo do mal", como se a violência lhes fosse atribuída como aspecto estável, trás implicações na mudança desejada. No âmbito teórico, a concepção essencializada dos homens como *"agressores"* ou "*maltratadores"* e, até mesmo, de forma mais velada, os homens como *inimigos das mulheres*, muito comum frente aos HAV, tornou-se com o tempo rotulações indesejadas, sendo preciso desconstruí-las, a fim de romper com entraves no caminho de transformação e mudança.

A desconstrução dessas concepções sobre os homens recai na conceitualização das masculinidades como sendo *posição* e *efeitos* de poder dentro das relações de gênero (Connel, 1997; Connel & Messerschmit, 2013; Bulter, 2001, 2013). Em uma linha de entendimento Foucaltiana, isso implica no poder como *jogos*, em detrimento de *estados*, viabilizado a percepção de caminhos de transformação (Medrado & Lyra, 2008). Essa perspectiva se mostra congruente com a mudança do exercício abusivo de poder dos homens, sem, no entanto, relegar suas as experiências de subalternidade e opressão.

O entrevistado Breno revela que a metodologia desenhada prevê grupos fechados, baseando-se no enfoque teórico do "vínculo grupal", que define "grupo sujeito" e "grupo sujeitado". Em linhas gerais, tal formulação, segundo o psicólogo, concebe que *grupo sujeitado* se refere ao grupo com discurso vitimizador, enquanto o *grupo sujeito* é aquele que se responsabiliza pela própria vida, adotando aspecto transformador. Então, o trabalho, segundo ele próprio, se desenvolve desde um vínculo grupal acerca *"de algo que circula entre nós porque nós vamos fazendo intervenções e eles vão fazendo intervenções nos outros".* Esse "algo" que circula é

aquilo que há em comum entre os integrantes, isto é, a masculinidade, da feminilidade e a violência.

> *"Sujeitado é isso, que você se deixa sujeitar. E aí, você chega aqui pensando que vamos ser nós que vamos resolver sua vida. Acha: "– Ah, os psicólogos lá vão resolver nossa vida!". O grupo sujeito não, ele passa por isso, mas se responsabiliza por aquilo que ele está fazendo da própria vida. Ele transforma, ele é transformador. É isso que o Félix Guatarri fala."* (Profissional Breno, Projeto Dialogar, 38 anos).

Entre as várias referências teóricas relatadas pelo entrevistado Breno, ele identificou entre as mais emblemáticas, a "pergunta reflexiva" de Paulo Freire. Segundo ele, "*a pergunta te desestabiliza*", relatando que observa freqüentemente os homens no contexto de conjugalidade não interessados com a pergunta, mas sim com a resposta. De acordo com Ponce (2011), os programas que foram influenciados pelo modelo "Duluth", inicialmente empregaram como método a "pergunta reflexiva" de Paulo Freire, que fazia com que os homens fossem questionados em sua visão de mundo. O entrevistado também destacou a questão da "convivencialidade" como fundamental na lida com os grupos e também central na vivência da masculinidade, pois acredita que o trabalho de intervenção com os homens se relaciona com uma "invenção" da maneira de "*conviver com aquele que não é você*", exemplificando nas diferenças entre masculinidades homossexuais e heterossexuais.

O facilitador conta que fazem "provocações" como técnicas para reflexões. Isso, porque, segundo ele, tais abordagens não são entendidas como palestras, algo rechaçado por ele em vista da rejeição do lugar de saber hierarquizado. Nesse sentido, outro aspecto metodológico posto em evidência por ele são os facilitadores partirem às discussões não como se fossem "portadores da verdade".

3.4 – PROJETO LAÇOS – ONG ABAN – ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS

A ABAN atua no município de Juiz de Fora – MG por meio de projetos de enfrentamento à pobreza desde o ano de 1997. De acordo com informação colhida no site da internet, o objetivo central da entidade é *"incentivar ações através da educação junto a famílias em vulnerabilidade com foco no desenvolvimento social*" (www.aban.org.br). O nome da entidade é revelado como advindo do "amigo do noivo", uma tradição judaica de escolha de uma pessoa para encontrar uma noiva para o filho de uma família. A ABAN tem a meta de agir como esse "amigo do noivo", no sentido de "*empreender o bem, dentro da ótica da negociação, da inovação e da*

sustentabilidade". A entidade baseia suas atividades no ideal cristão, sendo um peixe o símbolo adotado. A coordenadora do Projeto Laços entrevistada ressalta que um dos princípios fundamentais da entidade é fomentar a autonomia das pessoas e comunidades, em detrimento do assistencialismo.

Na entrevista com diretor Márcio, ele relata que o Projeto Laços advém de uma "provocação" do Estado à entidade, cuja proposta era desenvolver projetos temáticos abordando as temáticas de trânsito, meio ambiente, drogas e violência doméstica. A entidade já desenvolvia projetos em parceria com poder público abordando a temática de drogas e foi estimulado, desde então, a desenvolver ações em torno da violência doméstica. Anteriormente, a entidade executara dois projetos em comunidades periféricas da cidade, tendo como público-alvo as mulheres vítimas da violência doméstica. Tratava-se da oferta de cursos, um de culinária e o outro de cuidadoras para idosos, associados à estratégia educativa nos encontros grupais, cujo tema principal abordado era a violência doméstica.

No ano de 2009, o Projeto Laços iniciou suas atividades em razão da articulação com o judiciário, que passaria a fazer encaminhamentos dos homens enquadrados pela lei 11.340/06 para cumprimento de medida alternativa. Na época da elaboração do presente estudo, o projeto se encontrava interrompido, pois aguardava a definições acerca da formalização da parceria e financiamento com a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade [24]. Inicialmente, no primeiro ano de sua execução, o financiamento provinha desta mesma parceria estabelecida com a Secretaria de Estado de Defesa Social, porém o diretor revelou que em razão das instabilidades do aporte de recursos, havia interrupções contraproducentes do projeto, motivo pelo qual passaram a articular fundos através das verbas pecuniárias do Tribunal de Justiça de MG.

O projeto original foi elaborado com o público formado por homens e mulheres, alocados em grupos realizados em dias e horários distintos. Segundo o diretor da entidade, a participação das mulheres era desejável, pois entendia que elas "*retroalimentariam a violência*" e que muitas vezes fortaleceriam os estigmas e estereótipos que, na sua visão, estão na base da violência. Por esta razão, a superação da violência deveria ser realizada também com elas. No entanto, as

[24] A ABAN figurava como entidade executora do trabalho no âmbito da parceria com o Programa Central de Acompanhamento de Penas e Medidas Alternativas (CEAPA), da Coordenadoria Especial de Prevenção Social à Criminalidade e à Violência (CPEC), desenvolvida pela Secretaria de Estado de Defesa Social de Minas Gerais (SEDS – MG).

mulheres não aderiram à proposta, visto que, segundo a coordenadora do projeto, o convite tinha um efeito intimatório, fazendo com que elas entendessem que a participação no grupo era uma espécie de penalização.

A metodologia de trabalho previa a participação dos homens em oito encontros semanais com duração de uma hora e meia. O formato grupal era aberto, isto é, havia homens freqüentemente iniciando e terminando o ciclo de oito encontros. Segundo o diretor Márcio, cada configuração de grupo tinha o seu perfil, inclusive por causa da resistência de alguns membros em tratar de alguns assuntos específicos. Assim, os temas trabalhados nos encontros não seguiam não uma proposta rígida, pois partia de planejamento flexível, de modo que dentro de um grupo de vinte temas, escolhiam oito para trabalharem nos encontros conforme uma demanda variável.

O objetivo do serviço de intervenção foi descrito pelo diretor como alcançado necessariamente através de sua integração em rede [25]. Por esse motivo, relata que a entidade participa mensalmente em uma reunião da rede de enfrentamento no município. Entre os participantes destacados, está a DEAM – Delegacia Especializada em Atendimento à Mulher, a Casa da Mulher, o CRAS e o CREAS e representantes do poder judiciário. O estreitamento maior acontece, porém, segundo o diretor, com o Centro de Prevenção à Criminalidade (CPC), que executa a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, e com o Juizado Especial Criminal [26].

Anteriormente, o projeto previa a participação das mulheres e esta foi descontinuada. Contudo, na retomada prevista das atividades do Projeto Laços, a coordenação revelou interesse de atendimento também com as famílias dos HAV. A forma de articulação com esses outros públicos e as modalidades de atendimento, porém, não foi revelada.

Não foi identificado sistema de monitoramento e avaliação no projeto executado. De acordo com a coordenadora, porém, no projeto que se pretende retomar, há o desejo de aplicação de questionários fechados tanto no início da

[25] De acordo com o diretor da entidade, a articulação em rede se mostra de importância elevada devido a multidimensionalidade e às diversas interconexões que existem no fenômeno da pobreza. Assim, foi preciso criar interfaces de atuação integrada com outros campos e setores de atuação.

[26] Segundo os entrevistados, a entidade conta com satisfatória representatividade nesse espaço, apoiando a deliberação de importantes direcionamentos para o enfrentamento à violência doméstica contra a mulher na rede especializada da cidade. O projeto já desenvolveu parcerias anteriormente, fomentando encaminhamentos de homens e mulheres para o mercado de trabalho, formação profissional e tratamento de alcoolismo e drogadição.

participação dos homens quanto ao final dos ciclos de oito encontros, visando avaliar o impacto da intervenção junto aos participantes. O objetivo dessa avaliação, segundo ela, também é elaborar o perfil socioeconômico dos participantes, conhecer a percepção deles sobre as formas de violência e compreender alguns aspectos da sua participação no grupo. A pretensão do uso dos resultados seria a avaliação interna, isto é, dos métodos e das técnicas utilizadas e também para o desenvolvimento de pesquisas e escrita de artigos.

3.4.1 - CONCEPÇÕES SOBRE HOMENS E VIOLÊNCIA

Ao abordarmos com a profissional Daniela a sua concepção sobre os homens e o motivo pelo qual cometem violência, ela revela a diversidade teórica e explicativa para o fenômeno

> *"Acho que vão ter vários teóricos, cada um vai falar uma coisa. Mas eu acho que pode ser porque eles aprenderam a resolver desse jeito, pode ser uma perda do controle ali, em uma situação, pode ser um transtorno mental, um transtorno de personalidade. (...) Pode ser como eu te falei, eu cresci acreditando naquilo, cresci vendo meu pai batendo na minha mãe, então, puxa, isso passa a ser normal. Alguns vão achar que é normal, outros vão odiar aquela situação e vão ser totalmente contrários".* (Coordenadora Daniela, Projeto Laços, 29 anos).

Na sua narrativa, ela explicita a relação da violência com a aprendizagem, apontando também possibilidades de "perda de controle" e "transtorno de personalidade". Notamos de forma simultânea a adesão a um viés pedagógico e psicopatológico para explicação sobre as causas da violência. Ela também nos chama atenção por revelar que a violência está na ordem das crenças do sujeito acerca daquilo que é naturalizado, isto é, a violência contra as mulheres. Observamos novamente essa dimensão explicativa em outros trechos, por exemplo, quando fazia descrição da cena de violência, questionando um suposto mau uso da Lei Maria da Penha, dizendo que

> *"Tem algumas mulheres que eu conheço que fizeram mau uso da Lei, e não estou falando que o marido não estava certo, mas tipo assim: ela bate, bate, bate e ele perde a cabeça também e dá um tapa e corre para a polícia".* (Coordenadora Daniela, Projeto Laços, 29 anos).

No relato acima observamos a noção de que o homem teria a tarefa de autocontrole perante o *impulso* violento, vez que "*perde a cabeça*" ante as investidas progressivas da companheira. De acordo com Peillard (*et al*, 2012), ao destacarem as elaborações de Echeburúa & Coral (1998), expoentes do modelo teórico

Cognitivo-Comportamental, explicam que modelo explicativo se centra na compreensão da conduta violenta como sendo resultado de um estado emocional intenso – a ira. Este estado emocional interage com atitudes hostis, a visão vulnerável da vítima, o repertório empobrecido de condutas e outros fatores como abuso do álcool e drogas, por exemplo. Esta noção do ato violento dos homens ligado a uma ausência de "controle" foi evidenciada novamente quando estava abordando sua compreensão sobre outros fatores associados às causas da violência contra as mulheres, em uma situação de pobreza muito intensa

> *"... não estou falando que todos os homens pobres agridem, mas de repente uma situação ali de não ter nada em casa, às vezes mulher vai falar que está faltando isso, e às vezes pode ter uma perda de controle. Há a questão do desemprego, fica desempregado, mais nervoso, mais ansioso"* (Coordenadora Daniela, Projeto Laços, 29 anos).

A dimensão cognitivo–comportamental da problemática da violência contra as mulheres privilegia um enfoque individual, viés de análise compatível com os seus pressupostos tácitos adotados. Esse viés explicativo entende que os homens agridem porque adquiriram ideias erradas sobre a realidade no processo de aprendizagem. O ponto inicial, então, está nos pensamentos, crenças e conduta do indivíduo. A violência é entendida como funcional, isto é, como meio de redução da tensão e mal estar advindo da perda de controle e de poder sobre a situação. A violência está associada a uma falta de controle do indivíduo, resultado de suas ideias erradas. A intervenção baseada nessa dimensão teórica pressupõe a emergência de comportamento de autocontrole com a finalidade de controle e redução da raiva (Ponce, 2011).

Torna-se interessante trazer para a cena descrita na narrativa acima uma proposta de análise psicossocial através das relações do patriarcado. Segundo Walby (2002), a base de organização social patriarcal assume uma forma privada, na qual a produção familiar é preponderante e a exploração provém do marido ou pai. De acordo com Aguiar (1997, 2000), a sociedade brasileira herdou-o em vista do processo de colonização portuguesa, que adotara o modelo de economia com base agrária e escravagista. O patrimonialismo passou a substituir equivalentemente esse patriarcado, fazendo com que os senhores que passavam a usufruir os patrimônios patriarca – por meio de casamentos – como no caso das expansões territoriais, em troca, deviam passar a ter fidelidade a ele. O patrimonialismo se forma a partir da subordinação e dependência ao senhor daquelas pessoas desfavoráveis, tal como acontece na escravidão. Ao observarmos a mudança da ocupação da função

econômica de pai provedor, ou “chefe de família”, a relação entre ele e o grupo familiar assume a forma de manutenção dos filhos e de dependência das esposas. Todo o grupo familiar, em troca dessa manutenção econômica, deve manter fidelidade ao pai e marido. O homem passaria a demandar dominância no grupo familiar a partir do controle dos seus membros. Assim, uma abordagem que opera desde a análise das relações de poder e da história, concebe tal “controle” patriarcal na relação com os membros do grupo familiar. Ela se diferencia da ênfase da noção de “controle próprio”, pressuposto subjacente do viés individual, pedagógico e comportamental que concebe o “sujeito cognitivo” (Ponce, 2011).

A entrevistada Daniela relatou que possa haver outras possibilidades teóricas com os homens relacionadas à formação da personalidade contribuindo para a ação violenta. Nesse sentido, ela se apresentou aberta para um aprofundamento em outras possibilidades, em vista da introdução dos saberes da teoria psicanalítica e da psicopatologia na intervenção. Isso, porque o trabalho é desenvolvido com outro profissional de formação na psicanálise. Já havíamos anteriormente observado em suas narrativas as explicações das causas relacionadas a “um transtorno mental, um transtorno de personalidade”. A entrevistada afirma que devido à complexidade da problemática da violência masculina, possa haver homens que detenham um perfil psicopatológico

> *“Porque tem alguns que não, foi no ato ali da emoção que aconteceu a violência, mas tem outros que perseguem, que se sentem bem vendo a vítima com medo, aterrorizada..." (...) "É... Um perfil* [psicopatológico]. *Acho que pode ter alguns agressores que vão por esse caminho, sabe? Acho que nós seres humanos somos muito complexos, às vezes o que serve para um não serve para outro. Por isso eu fico bem aberta*.” (Coordenadora Daniela, Projeto Laços, 29 anos).

Não é necessário esforço para encontrarmos situações cotidianas que nos dimensionem a amplitude desta noção oriunda do saber biomédico/ psicopatológico, especialmente em concepções mais forenses, que lidam com conhecimentos que pressupõem perfis criminais, concepções essencializadas dos homens e de fatores de risco. Há um caso que foi bastante publicizado pelas mídias há alguns anos no qual uma jovem foi encontrada morta no apartamento onde morava com o marido. Eles eram casados havia menos um ano. O marido teria sido visto saindo da residência a pé, após a ida da polícia, tornando-se o principal suspeito. Ele foi preso quando estava num táxi e brigou com o motorista dizendo que não pagaria a corrida. Os policiais que atenderam essa outra denúncia teriam sido agredidos, motivo que fez com que o homem fosse acusado por resistência, além do feminicídio. Os

psiquiatras elaboraram laudo em que ele teria matado a mulher porque estava inconsciente no momento do crime. Os peritos atestaram que ele teve um "transtorno psicótico" e aguardariam um laudo definitivo. A defesa passou a alegar que tinha sido uma tragédia, pois ele teria um surto e passou a fazer acusações à esposa. A reação desesperada da mulher teria agravado esse surto. Já a denúncia oferecida pelo Ministério Público não fazia referência ao surto psicótico que o acusado teria sofrido e afirmava que ele teria matado por ciúmes da mulher [27].

Notamos que a entrevistada no seu relato anterior afirma que devido aos perfis, alguns homens "*se sentem bem vendo a vítima com medo, aterrorizada".* Apesar de nesse estudo não tratarmos um viés teórico psicanalítico, parece que tal referência se associa a estrutura da perversão. Nesse sentido, Bonino (2009) coloca os riscos implicados em concepções patológicas e em suas classificações, pois contribuem para manter sentidos e usos populares da violência masculina que remetem às próprias explicações que os homens dão. Conforme vimos no caso anteriormente relatado, muitas vezes essas classificações de perfis tendem a perpetuar representações comuns em relação aos homens que cometem violência, baseadas na crença de que agem assim porque são mentalmente doentes. De fato, na prática profissional de coordenação de grupos não raro encontramos argumentos dos próprios HAV, ao justificarem o ato violento, tais como "não agüentei, deu um branco na hora", "bati porque bebi demais", "explodi porque ela estava muito insuportável", "não soube conversar". Não obstante, também observamos explicações semelhantes em muitos relatos de mulheres em situação de violência. Nos países anglo-saxões, os homens têm perfis conhecidos como "controladores", "instáveis", "psicopatas", "narcisistas-paranóides", "fóbicos-borderlines", "pitbull" ou "cobras" (Bonino, 2009).

Segundo Bonino (2009), há uma restrição das amostras usadas para criar esses perfis dos homens citados acima, vez que foram criadas a partir daqueles que

[27] Em harmonia com essa hipótese defendida, algumas informações de conhecidos bastante próximos do casal dão conta de diversas situações em que ele teria ciúme da mulher. Em uma dessas ocasiões, ela teria dançado com a amiga próxima do marido e que isso lhe fez ter uma atitude violenta contra ela. Em meio a uma discussão, ele arrancou-lhe as roupas do corpo e atirou o que havia no armário no chão. No dia seguinte, a moça contou a história para uma amiga por telefone. Em outro caso, ele também teria se desentendido com um amigo por ciúme da mulher. O rapaz tinha conversado com a jovem durante uma ida a um bar e, no dia seguinte, o acusado enviou uma mensagem para o amigo dizendo que esperava que isso nunca mais se repetisse. Por fim, houve outro relato da cerimônia de casamento dos dois. Os colegas próximos ao casal contaram que se preocuparam quando o fotógrafo pediu uma pose com todos os padrinhos segurando a noiva. Para evitar confusão, uma das madrinhas sugeriu que elas a segurassem, com medo das atitudes violentas frente ao ciúme.

foram punidos legalmente pela violência física e sexual cometida. Em decorrência disso, surge outro problema, que se relaciona ao fato de não se considerar as outras violências, a psicológica, moral, patrimonial e conseqüentemente, a maior proporção de homens que integram a sociedade, que reproduz os “micromachismos” (Bonino, 2008) que circulam como costumes na vida cotidiana e que são baseados nas crenças sexistas e nos estereótipos de gênero. É válido retomarmos a reflexão sobre enfoques de intervenção hegemônicos que se alinham com o nexo classificatório dicotômico do modelo de racionalidade científica da modernidade, no qual o “sujeito racional” é essencializado e categorizado (Ponce, 2011).

A epistemologia feminista tem criticado a pretensão moderna da grande teoria geral e colocado tais abstrações como faltosas e enganosas. De acordo com Barret & Phillips (2009) os feminismos têm criticado a universalidade excludente das teorias e modelos modernos, que fazem generalizações exageradas. Assim, uma estratégia visualizada se volta para análises mais particulares, locais e específicas. As noções de sujeito decorrentes das grandes teorias modernas são questionadas principalmente com relação a posições binárias dos pressupostos tácitos. Assim, considerando a possibilidade dos “etiquetamentos” psicopatológicos contribuírem para os sentidos e usos populares da violência masculina (Bonino, 2008), indagamos sobre o risco de se incorrer no sentido essencializado dos homens como “pólo do mal”. Tal “etiquetamento” se refere a partirmos de existência de um prazer perverso atrelado aos homens e da violência praticada, associando-os possivelmente a uma concepção próxima de “inimigos das mulheres”. Dificilmente a conseqüência dessa concepção adotada por uma intervenção com os homens no contexto de violência superaria um viés exclusivamente punitivo ou repressivo, presente na perspectiva do Estado penal máximo. Conforme dissemos anteriormente, o foco de intervenção voltado para esses etiquetamentos deixam de lado a maior parte dos homens que cometem “microviolências”.

Nesse sentido, de acordo com Ponce (2011), o uso que essas perspectivas fazem de categorizações e etiquetamentos, fruto da fusão entre o ser e o fazer, também contribuem significativamente para um reducionismo contraproducente, ao passo que não diferenciam o sujeito de suas outras dimensões humanas. Isso impõe sérias dificuldades ou impossibilita a mudança dos homens. É interessante observar que segundo Connell & Messerschmidt (2013), o modelo de masculinidade hegemônica não é entendido a partir de um reducionismo psicológico, pois assim

explicaria o comportamento dos homens de forma circular. A masculinidade hegemônica não é sinônimo de homem dominador, sexista, “macho”, *perverso*, não cuidador, agressivo, etc. Ela se relaciona com *as práticas* que sustentam a dominação dos homens sobre as mulheres. A hegemonia pode pressupor uso da violência, mas não se encerra nesse uso, posto que ela comporta várias configurações de práticas, o que inclui também consenso de grupos subalternos.

Portanto, nesse sentido, a intervenção com os HAV partiria da identificação de condutas que possam ser objeto de ações de prevenção à violência e teria foco nos sujeitos que consentem com as violências exercidas contra a mulher ou a minimizam através da manutenção dos estereótipos de gênero e do sexismo. Esses estereótipos e crenças se mostram diluídas em costumes “normalizados” da vida cotidiana. Tal intervenção se harmonizaria com a perspectiva do Estado penal mínimo, inserindo no horizonte o debate das Alternativas Penais. Essa perspectiva, ao abordar sujeitos que vivem processos de criminalização, preconiza respostas Estatais deslocadas do uso abusivo do aparato coercitivo, fomentando outras políticas públicas que permitam a convivência familiar e comunitária. O fomento a tais políticas públicas, por sua vez, abarcaria a ideia de que a intervenção com os HAV não seria a única resposta, pois partiriam do eixo da prevenção social ao crime e à violência, podendo comportar um modelo ecológico de compreensão do fenômeno em análise (Bronfenbrenner, 1979; Dahlberg & Krug, 2006; Minayo & Souza, 1998).

Ponce (2011) coloca que no enfoque *“*psicopatológico”*,* a concepção dos homens que cometem violência parte de "desordens de personalidade", motivo pelo qual a desenvolvem com característica "abusiva". Assim, o comportamento violento emerge de suas experiências de vergonha, apegos inseguros de vinculação e decorre por terem sido parte direta ou indireta da violência na vida pregressa. De acordo com Peillard (*et al*, 2012), a partir da influência do debate feminista, alegou-se que com esse enfoque se promoveria argumentações relacionadas a uma possível inimputabilidade dos homens, logo, deixando-os impunes ante à conduta violenta.

Ao evocarmos do gestor dessa entidade sua análise do problema sobre o qual o trabalho é assentado, ele destaca um viés de compreensão que parte das construções sociais do gênero e especifica a problemática da violência dos homens relacionada a elas

> *“... nós percebemos que a violência de gênero vinha de estereótipos de gênero, que por sua vez provinham de uma questão cultural da sociedade. É uma construção cultural de estereótipos que levavam aquele homem a entender a violência como algo não imoral, ou não anti-ético, ou não ilegal. Ou seja, ele entendia que exercer o poder sobre a mulher era algo normal e na medida em que ela não aceitasse esse exercício do poder, a violência, a coação, era algo justificável”.* (Diretor Daniel, Projeto Laços, 40 anos)

É interessante notar que em sua narrativa há uma associação entre a violência contra as mulheres e um plano ético das relações sociais. Desde as construções sociais da desigualdade, os homens perpetrariam violência contra suas (ex) companheiras como exercício do poder e como uma expressão não-ética, imoral. Isso nos remeteu à reflexão proposta por Sawaia (2001), que nos convida associar a análise crítica das violências contra as mulheres à esfera ética e política. A dimensão ético-política do sofrimento significa "analisar as formas sutis de espoliação humana por trás da aparência de integração social, e, portanto, entender a exclusão e a inclusão como as duas faces modernas de velhos e dramáticos problemas - a desigualdade social, a injustiça e a exploração" (Sawaia, 2001, p. 106). Nesse sentido, a análise da violência como mecanismo desumanizante implica na discussão dos valores – hegemônicos das relações sociais – e das conseqüências das ordens desiguais sobre a vida das pessoas. A ética, portanto, emerge como problemática associada à política, à cidadania e à democracia. Os eixos sociais de invisibilidade e exclusão passam a vincular-se, também, à transformação social, às linhas de fuga às lógicas perversas, e à compreensão dos campos de conflitos e da articulação com atores sociais (Sawaia, 2001).

Ao passo que o entrevistado identificou os estereótipos e crenças que se encontram articulados nas ações violentas dos homens atendidos, ele inclusive destacou o significado acerca do que é ser homem e do que é ser mulher. Ele era recorrentemente tematizado nos grupos, pois estaria articulado com situações que potencializavam a violência, destacando eventos que seriam determinantes para a emergência de situações de conflito

> *“A primeira situação é a emancipação da mulher, a mulher no mercado de trabalho. Então, a mulher não atende mais aquele modelo ao qual eu esperava. Uma mulher que era pacata, que ouvia as orientações do marido, que tinha ele como o chefe da casa. Ou seja, a quebra desse modelo potencializava a violência. E também alguns desafios vividos pelo homem, no sentido de sua não inserção no mercado de trabalho e a inserção dela. Ou seja, esse quadro que ele esperava, dele estar num patamar superior, estava invertido porque ao mesmo tempo ela tinha o mercado de trabalho e ele em alguns momentos não conseguia entrar. Então, ele não era mais o provedor da casa e ela sim que provia. Ele era alguém, então, que ao se sentir inferior reagia a isso com violência.”* (Diretor Márcio, Projeto Laços, 40 anos).

A coordenadora Daniela se referiu aos fatores sociais que estariam no entorno do fenômeno em questão e os associou às experiências de opressão masculina que inclinariam o homem a cometer violências. Ela identificou alguns dos inúmeros sofrimentos oriundos da vulnerabilidade social e estigmatização enfrentado por eles.

> *"Acredito que existam sim, por exemplo, questões sociais. Por exemplo, a pobreza muito grave (...) Há a questão do desemprego, fica desempregado, mais nervoso, mais ansioso. Dependendo algumas situações a própria sociedade discrimina. O egresso do sistema prisional é discriminado, então, para ele entrar nessa sociedade de novo, muitos, por exemplo, os traficantes tem mulheres, porque tem dinheiro. É difícil falar com ele que existem outras possibilidades, outras formas de ver o mundo que não seja através dessa ótica do dinheiro. Mas tem muitas outras questões que envolvem. Essas foram as que eu me lembrei agora. Não sei, até mesmo as drogas também, as vezes se ele faz um uso, as vezes uma situação na família de origem, um briga que o deixou preocupado, não sei. Não dá prá focar só nele, o problema ser só dele, né? Tem que estar mais aberto"* (Coordenadora Daniela, Projeto Laços, 29 anos).

Notamos que a heterogeneidade teórico-explicativa demonstrada na análise das narrativas dos profissionais do Projeto Laços evidenciou uma interessante questão que nos provoca imersão nas especificidades de alguns outros trechos. Já tínhamos notado a identificação da preponderância da perspectiva de gênero na narrativa do diretor. A coordenadora Daniela evidencia abaixo uma interessante associação entre as perspectivas de gênero e as intervenções baseadas no enfoque Cognitivo–Comportamental

> *"Quando meu comportamento não está adequado, meu sentimento e também meu pensamento vai também por essa linha. Então, se meu pensamento está ali... Por exemplo, se eu penso se mulher tem que ficar na cozinha mesmo, se ela não pode sair de casa... 'Ela me desrespeitou! Ela cumprimentou o vizinho, eu falei para ela não cumprimentá-lo!'. Então, isso justifica ter batido, porque está em consonância. Nesse momento esses dois são o que eu penso."* (Coordenadora Daniela, Projeto Laços, 29 anos).

Notamos que ela promove uma vinculação entre uma crença tradicional da masculinidade, isto é, do estereótipo de ocupação do espaço doméstico pelas mulheres e a visão hierarquizada dos homens que os inclina a manterem controle e domínio sobre elas. A problematização que se segue aborda a profundidade da influência da temática de gênero na interpretação da violência contra as mulheres. É interessante observarmos a problematização existente acerca do intercâmbio entre princípios Cognitivo-Comportamentais no trabalho com os HAV, pois muitos programas passaram a incorporar tanto a aprendizagem social quanto conteúdos pro-feministas (Tolmam & Edleson, 1995). Ponce (2011) revela que essa associação com as temáticas do gênero freqüentemente acarreta nelas serem igualadas a um papel, um pensamento ou uma cognição. Por esta razão, há um reducionismo do

gênero no qual se perde as dimensões relacionais e as análises das relações de poder

> “As premissas tácitas das perspectivas cognitivistas hegemônicas concebem o gênero como um capítulo ou unidade a mais de aprendizagem, antes que como um eixo transversal de intervenção e interpretação que polariza e essencializa as condições de poder dos homens. Essa essencialização ocorre a ponto de convertê-los como inimigos das mulheres, e não a posições ou efeitos de poder que eles assumem, reduzindo um amplo conceito que cobre o identitário e relacional a um pensamento ou papel que é aprendido e que não se pode voltar a ensinar de modo correto” (Ponce, 2011, p. 21)

De acordo com essas reflexões, ao passo que vislumbramos a violência dos homens desde uma problemática de âmbito individual deslocada do vetor do poder, minimizando ou ignorando-o, procedendo a uma simplificação e despolitização, deixa de lado a conseqüência das relações de gênero: a dominação, a exploração e a opressão que os homens exercem sobre as mulheres nos mais diferentes contextos históricos e culturais. Observamos algumas críticas com relação ao uso despolitizado do gênero (Saffioti 2004, 2009; Benedito & Lyra, 2008). Segundo Saffioti 2004, esse termo exprime um conjunto de normas sociais padronizadoras de seres humanos homens e mulheres, anunciadas na relação entre os dois, e esta definição por si só não traduz uma relação de dominação. A dominação se constrói ao passo que a cultura e as estruturas de poder vão estabelecendo a desigualdade entre os gêneros. Por isso, é necessário problematizar um olhar de gênero descolado de um viés feminista, as implicações que isso teria seriam importantes para que se levasse – ou não – em consideração as desigualdades e injustiças que o gênero desde uma ótica feminista implica.

Segundo Ponce (2011) o uso essencializado do conceito de gênero trás a conseqüência de simplificação e de igualá-lo ao sexo. A masculinidade essencializada, reduzida a um papel, permanece deslocada da organização social na qual ela está inserida (Connell, 1997). O reducionismo do gênero também impossibilita a compreensão da dimensão formativa do poder para o sujeito, fazendo muitas vezes que o poder seja entendo como algo externo a ele (Piscitelli, 2008).

Além disso, de acordo com Medrado & Lyra (2008), ao enfatizarem o uso relacional do gênero, afirmam que

> ... é necessário considerar que relacional não implica complementaridade, mas assimetria de poder. É preciso, portanto, submeter o conceito de "gênero" a uma leitura feminista. Ou seja, deve-se adotar a perspectiva de gênero, buscando compreender como diferenças se constituem em desigualdades, indo além dos sexos como determinantes biológicos e da ‘di-visão' sexual do mundo. (Medrado; Lyra, 2008, P.819)

Essa dimensão relacional permite romper noções essencializantes a respeito dos homens que formam parte da crítica interna ainda presente no movimento feminista. Tal perspectiva relacional implica em considerar o gênero como construções interdependentes, pressuposto que perpassou antigas elaborações feministas, como em *O Segundo Sexo* de Beuvoiur (1967). Essa perspectiva coloca as "masculinidades como produtos de interações sociais dos homens com outros homens e com mulheres, ou seja, as masculinidades como expressões da dimensão relacional de gênero (que apontam expressões, desafios e desigualdades)" (Medrado & Lyra, 2008). Por outro lado, é válido ampliarmos a leitura com referencial feminista para este campo de intervenção com os homens levando em consideração a emergência do pensamento sobre homens, masculinidades e o masculino, sobretudo em importantes produções acadêmicas feministas contemporâneas (Hooks, 2004; Clímaco, 2009).

Com relação à crítica interna ao feminismo ainda presente sobre a dimensão relacional, essa ampliação de leitura acima mencionada seria importante também para avaliarmos critica e continuamente a possibilidade de incorporação de ideias binárias nas identidades pessoais que participam da realidade e ordem social (Giffin, 2004).

3.4.2 - ENFOQUE DE INTERVENÇÃO

Ao explicitar os objetivos da intervenção, a entrevistada Daniela foi esclarecedora na delimitação do enfoque metodológico empregado no serviço

> *"... Ah, sim, mais a questão comportamental. Então, a gente muda na tríade cognitiva - o pensamento, o sentimento e o comportamento."*

> *"... nós refletimos com eles sobre essas questões familiares e depois disso tentamos fazer algumas intervenções mais voltadas com base na TCC, a terapia cognitiva comportamental. Então, nós usamos técnicas de relaxamento, parada de pensamento... 'Ah, eu estou no estopim, como vou fazer para interromper? É o time out. Tem até outras interessantes, deixa eu ver aqui. Até trouxe, deixa eu te mostrar... Controle da raiva: então, o que é que eu posso fazer para controlar a minha raiva. Também nós fazemos* [a técnica] *de resolução de problemas. Então, estou com um problema em casa, como eu posso resolver com autocontrole comportamental. Eu vejo que eu vou perder a cabeça e vou bater. Então, o que é que posso fazer antes? Também pretendemos usar as técnicas de comunicação, de negociação..."* (Coordenadora Daniela, Projeto Laços, 29 anos).

De acordo com a entrevistada no relato acima o tratamento se baseia no "*controle da raiva*". Ramirez (1997) coloca que esse enfoque de intervenção supõe

que o problema não seja porque o homem é violento, pois todas as pessoas experimentam a ira freqüentemente, mas não são necessariamente violentas. O homem teria que aprender a expressá-la adequadamente. Uma vez que esse enfoque de intervenção pressupõe que o problema resida nos pensamentos, crenças e conduta erradas do indivíduo, sendo a violência associada a uma falta de controle do indivíduo, a terapia com se volta aos pensamentos errados, distorções cognitivas, comportamentos e autocontrole visando controle e redução da raiva, promover resolução positiva de conflitos e assertividade (Ponce, 2011).

Segundo Barroqueiro (2002), a TCC moderna tem por objetivo auxiliar na extinção de comportamentos não adaptados, introduzindo no lugar deles os comportamentos adaptados que estejam de acordo com as metas estabelecidas inicialmente. Algumas técnicas experimentais são empregadas visando a resolução de problemas que a pessoa não tenha condição de solucionar sozinha. De acordo com a coordenadora Daniela, o campo teórico em questão privilegia "*... a aprendizagem social, porque muita das coisas a gente aprende. Porque se estou em um lar totalmente desfeito, com violência, pode ser que eu venha a ser mais agressivo, digamos assim, ou mais passivo para resolver determinada situação".* As técnicas usadas na intervenção são baseadas, portanto, nos princípios de aprendizagem. Nesse sentido, segundo Barroqueiro (2002), o início, a manutenção e a mudança de comportamentos acontece a partir os princípios de condicionamento clássico ou operante. De acordo com Cortez, Padovani e Williams (2005), no enfoque da TCC voltada para a intervenção com os "agressores conjugais", os temas e as técnicas utilizadas são assumir a responsabilidade pela agressão, controle da raiva, role-playing e time-out. Barroqueiro (2002) revela que o "Time-Out" é derivado de outra técnica, a "Aversion Therapy", na qual os sujeitos com comportamentos destrutivos são isolados por minutos num recinto quando evidenciam tais condutas. Por conseguinte, o "time out" se basearia na retirada do homem da cena de ocorrência da violência em que o ato violento se apresentou, sendo repetido durante o período em que este ato indesejado se manifestar (Barroqueiro, 2002).

Os ritos de iniciação da "casa dos homens" visando o acesso à virilidade, para se constituírem enquanto legítimos homens os inclinam a criarem a "observação dominante das mulheres", inculcando ideias e crenças relacionadas à desconsideração das suas necessidades (Welzer-Lang, 2001; Bonino, 2008).

Considere-se, assim, a possibilidade de nos conflitos vivenciados pelos homens com as (ex) companheiras a comunicação interpessoal prevalecente desprivilegiasse a escuta dos interesses, caracterizando um rechaço às opiniões das mulheres enquanto posições válidas e legítimas. Assim, uma vez que a intervenção pudesse sugerir uma saída estratégica, ou o "Time-Out" dos homens da cena de violência, a indagação que aqui emerge é se isso coincidiria com as manobras implicadas nessa desconsideração dos homens na interação com as mulheres. Isto é, *quem* estaria como interlocutor no diálogo, caso eles as deixassem falando sozinhas no momento de expressão das suas necessidades, caminho este imprescindível na busca de resolução pacífica de conflitos. Essa possibilidade de saírem não seria remota, pois há um consenso freqüentemente manifesto de que em situações de tensão seria positivo preciso "dar um tempo para esfriar". Essa situação implicaria conseqüências desastrosas para o reconhecimento das necessidades das mulheres em uma situação de conflito.

Nesse sentido, em outra hipótese, resgatando aqui os "micromachismos", em que a estratégia *encoberta* do "silêncio" fosse empregada pelos homens no intuito de imporem seus próprios interesses através de um comportamento que poderia ser compreendido como isolamento para "dar um tempo para esfriar", ou um "tempo fora". Ou ainda um isolamento por supostas dificuldades na expressão de suas emoções. A classe dos micromachismos encobertos tem por meta a ocultação da imposição de maneira sutil e enganosa, forçando a disponibilidade da mulher ao manter as coisas estipuladas pelos homens (Bonino, 2008). Assim, esse "silêncio" adotado poderia figurar como uma saída da cena "justificada" – com as mesmas prerrogativas indicadas anteriormente – ante a companheira.

Segundo o diretor da entidade, a metodologia dos grupos abertos se revelava positiva, pois os homens que finalizavam a participação forneciam retornos positivos para os que iniciavam. Ele relatou que os homens freqüentemente chegavam bastante resistentes com a medida nos grupos e entendiam que a violência não devia ser refletida por eles. Segundo ele, a equipe de trabalho chegou a realizar experiências com o grupo fechado e perceberam que o grupo aberto foi mais efetivo no sentido acima descrito.

> *"O grupo é aberto, e nós entendemos que isso era muito bom, porque eu tinha sempre homens chegando e sempre homens terminando o ciclo de oito encontros. Isso era positivo porque nós tínhamos o feedback de quem estava saindo para quem estava entrando. Obviamente, quem entrava, chegava aqui extremamente resistente, entendendo que essa*

> *violência não tinha que ser refletida por ele. Ele chegava bastante agressivo e resistente. Era interessante perceber que o participante que já estava saindo, estava no seu sexto, sétimo encontro, ajudava dando um feedback prá aquele que estava chegando. Então, o grupo aberto nos pareceu uma metodologia melhor do que um grupo fechado, ou seja, melhor do que a opção de esperar chegar oito e eles irem até o fim. Fizemos algumas experiências com o grupo fechado e percebemos que o grupo aberto foi mais efetivo."* (Diretor Márcio, Projeto Laços, 40 anos).

A perspectiva apresentada pelo entrevistado evoca a ideia de que nas interações entre os integrantes sejam estabelecidas alianças dentro dos tópicos de construção da masculinidade hegemônica (Connell, 1997). Uma vez lida nessa perspectiva, nesse panorama relacional, seria possível se desvelar intensa resistência grupal ao trabalho da coordenação. Isso, a ponto de haver forte vinculação dos homens no que diz respeito às crenças tradicionais acerca de si mesmos e sobre as mulheres, muita das vezes reiterando os estereótipos que limitam suas experiências e tornam a violência o mecanismo usado para sustentação das desigualdades do gênero. Desta forma, a metodologia empregada parece abarcar a ideia de que o formato grupal aberto se estabeleça como fator que intervém positivamente nestas alianças. Isso porque a ideia indicada pelo entrevistado parece considerar que passo que entram e saem os integrantes que cumprem o número estabelecido de encontros, os homens mais antigos e com propensão de terem diminuído suas resistências com a medida judicial e com trabalho e poderiam romper ou minimizar as *alianças hegemônicas*.

3.5 – PROGRAMA ANDROS – "HOMENS GESTANDO ALTERNATIVAS PARA O FIM DA VIOLÊNCIA" – ONG INSTITUTO ALBAM

A ONG Instituto Albam foi fundada em 1998 e atua na promoção da saúde mental e social através de programas com transversalidade em gênero. De acordo com documentos institucionais revelados a este estudo, a entidade desenvolve projetos voltados à efetivação de direitos humanos, por meio de ações que resultam impactos no desenvolvimento social e comunitário. O objetivo da entidade é

> "Prestar atendimento na área de saúde mental e social (preventivo e curativo), individual e grupal a crianças jovens, adultos, idosos, e promover o desenvolvimento e crescimento das profissões envolvidas. Oferecer à comunidade atendimento individual e grupal e orientações terapêuticas, trabalhando as potencialidades dos membros da comunidade em seus aspectos psicossociais, com diversos programas com enfoque em gênero, priorizando a saúde da família".

O trabalho desenvolvido pelo Instituto também perpassa a promoção de cursos, capacitações e pesquisas relacionadas com os temas trabalhados, principalmente sobre gênero e violência. O instituto desenvolve metodologias de intervenção grupal que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da população em geral, prioritariamente a mais vulnerável (www.albam.org.br). Além do programa de intervenção com os HAV, objeto de investigação nesse estudo, a entidade também tem executado o Programa "*Roda Viva – Mulheres modificando histórias de Violência*". Tal iniciativa se estabelece por meio de grupos reflexivos e tem como público-alvo as mulheres envolvidas em situação de violência familiar. Assim como o Programa Andros, ele é desenvolvido em parceria com o Programa CEAPA – *Programa Central de Acompanhamento de Penas Alternativa*s por meio da CPEC – *Coordenadoria Especial de Prevenção à Criminalidade,* e da SEDS – *Secretaria de Estado de Defesa Social*.

O histórico de desenvolvimento de ações da entidade registra a execução de um Programa intitulado "*Prazer em Conhecer - sexualidade e afetividade na adolescência*", cujo objetivo foi refletir acerca dos valores e pressões na vivência da sexualidade, ampliando a percepção das questões de gênero. Ele foi voltado para jovens residentes de uma região periférica da cidade e realizado em parceria com uma escola. Outro programa realizado no formato de grupos reflexivos com mulheres em situação de violência doméstica foi o "*V.I.D.A – Violência Interrompida Direito e Ação*", que também se deu em parceria com o CEAPA e o Ministério Público Estadual. Por fim, também foi realizado o *"Programa Convivendo Melhor"*, uma intervenção com grupos reflexivos de intervenção primária de prevenção à violência, realizada em oito comunidades de Belo Horizonte e região metropolitana, em parceria com o Programa Mediação de Conflitos (CPEC/ SEDS).

O Programa Andros foi a primeira iniciativa no estado de Minas Gerais de intervenção com os HAV, sendo o início de suas atividades no ano de 2005, como parte de uma ação do poder judiciário que buscava responder de forma diferenciada a problemática da violência doméstica. O Juizado Especial Criminal, através do seu setor psicossocial, articulou com a entidade a realização de um projeto piloto com os homens provenientes das transações penais previstas pela Lei 9.099/95. De acordo com o supervisor da entidade, no início dos processos, a equipe do setor psicossocial do Juizado realizava atendimentos de triagem, procedendo a encaminhamentos aos grupos de casos em que a violência revelasse relação com

questões de gênero. Com a vigência da Lei Maria da Penha, no ano de 2006, a entidade estabeleceu convênio com a SEDS/ CPEC, por meio do Programa CEAPA. A partir de então, o trabalho foi ampliado, chegando a serem realizados nove grupos na região metropolitana de Belo Horizonte no período em que este estudo estava sendo desenvolvido.

A entidade recebe encaminhamentos de homens provenientes tanto do JECRIM, de acordo com a opção dos homens em aceitar a transação penal da Lei 9.099/95[28] quanto das varas criminais referentes à Lei 11.340/06, sendo destas a maioria da origem dos encaminhamentos. Nesse último caso, eles são obrigados a participar, sendo três as formas de encaminhamento: como medida protetiva, como medida cautelar ou como sentença. O encaminhamento como medida cautelar freqüentemente é atrelado ao relaxamento de prisão. O entrevistado Cláudio identifica que dentre estas três formas de encaminhamento, a dos casos de medida protetiva seria mais positiva. Isso, porque ela freqüentemente revela estar mais próxima temporalmente da situação de violência, tendendo a participação dos homens nas reflexões grupais alcançar efeitos mais positivos.

A principal fonte de financiamento do Programa Andros provém da SEDS, por meio de um convênio firmado através de uma licitação que é renovada anualmente. A entidade estabelece outras parcerias por meio da proposição de projetos distintos, cujas linhas de ação se voltam, conforme dissemos, também para a formação de profissionais das políticas públicas e operadores do direito em torno da temática da violência de gênero. Outra iniciativa em destaque é o envio de projeto para a SPM – *Secretaria de Políticas para as Mulheres*, objetivando aumentar o número de grupos executados.

A intervenção da entidade, tendo o formato de grupo reflexivo e o caráter psicoeducativo, objetiva a responsabilização dos HAV. O entrevistado Carlos, destacou a polissemia desse termo “responsabilização” e enfatizou que esse objetivo é cumprido por meio de um movimento intersubjetivo realizado pelos homens. Isto é, ele ressaltou que a responsabilização é alcançada por meio da compreensão do lugar do outro, que é fomentada pela intervenção do serviço. Esse movimento perpassaria o entendimento das dimensões políticas e sociais e também do machismo. A diretora da entidade ressalta que esse objetivo de

[28] Os entrevistados revelam que recentemente passaram a receber também encaminhamentos de casos relacionados à torcidas organizadas de futebol.

responsabilização dos HAV perpassa a desocultação das formas de violência por parte deles. Um aspecto relevante dos objetivos descritos pelos profissionais é que o espaço de escuta do Programa permite a consecução de outros objetivos em razão da responsabilização, com destaque para o exercício da paternidade responsável, as mudanças na maneira de resolver conflitos e se relacionarem com as mulheres, sobretudo tendo em vista a ocupação deles no espaço doméstico.

A metodologia de trabalho prevê a participação dos homens no grupo com um formato grupal aberto, isto é, onde os homens iniciam e finalizam a participação na medida em que individualmente cumprem os 12 encontros previstos. Tais encontros grupais são realizados semanalmente e têm a duração de duas horas. A coordenação dos grupos é estruturada de maneira a prever sempre um homem e uma mulher, o que segundo o profissional Cláudio, cumpre a função de projetar a imagem de um relacionamento equitativo e respeitoso, potencializando um sentido vicariante da aprendizagem. Dentre os vários temas trabalhados, a diretora Cibele revela que existem os que são centrais, dentre os quais temáticas relacionadas à socialização de gênero, paternidade, diversidade sexual, resolução pacífica de conflitos, desocultação da desigualdade de gênero e dos tipos de violência. O entrevistado Cláudio revela que a principal estratégia é o diálogo sobre as histórias de vida dos participantes, no qual são tematizadas reflexões de maior amplitude. Embora não seja a principal ferramenta de trabalho, as estratégias técnicas tais como dinâmicas e filmes, são usadas com o intuito de minimizar ou superar um panorama circunstancial de resistência grupal.

A entidade se insere na *Rede de Enfrentamento à Violência Doméstica Contra a Mulher do Estado de Minas Gerais,* participando de reuniões mensais, que incluem discussão e encaminhamentos de casos, seminários anuais e outras ações coordenadas. Durante a participação dos homens nos encontros grupais, quando é identificada a necessidade de encaminhamentos para outros serviços, tais como de orientação jurídica e encaminhamento para mercado de trabalho, tratamento de dependência química e alcoolismo, é feita articulação com as equipes técnicas do Programa CEAPA, que mantém estreitamento com diversas redes de serviços.

O serviço também presta atendimentos individuais aos homens que no decorrer da realização das intervenções grupais demandam esse tipo de abordagem. Esse trabalho não tem caráter psicoterápico, pois trata de um acompanhamento psicológico de suporte que se associa estreitamente ao caso de

conflito interpessoal que os homens têm vivido. O Supervisor Cláudio ressaltou que, embora o trabalho grupal não seja terapêutico, às vezes toca na subjetividade de forma mais profunda. Para estes casos e situações, os profissionais da entidade se prontificam em prestar a acompanhamentos psicológicos individualizados ou, quando estes não possam ser realizados pelos profissionais em razão da demanda psicoterápica, procedem à discussão e posteriores encaminhamentos através da equipe do Programa CEAPA.

Não se identificou um sistema de avaliação realizado pela entidade. Entretanto, houve uma tentativa de análise através da criação de *indicador de meio* – e, portanto, não finalístico – no qual se verificou um índice de cumprimento dos encontros previstos no Programa. Tal análise revelou que dentre os aproximadamente 1.300 homens que passaram pela intervenção desde o seu início em 2005, um percentual de 88% deles chegou a finalizar os 16 encontros[29]. Geralmente, ao final dos encontros, há um relatório de *cumprimento* e/ ou *descumprimento* da medida elaborado pelos profissionais da entidade, sendo por meio deles a análise que resultou nos números percentuais citados. O profissional Cláudio avaliou esse resultado como positivo, pois apesar dele não ser finalístico, ele é comparado com o índice de cumprimento total de certo programa norte americano, cujo percentual de cumprimento chegaria a 47%. Na sua perspectiva, isso seria indicativo de que os encontros do Programa Andros vêm proporcionando um fator de aproximação com os homens. Os entrevistados revelam interesse em realizar a avaliação da intervenção com um rigor metodológico maior e visualizam essa possibilidade através de uma possível parceria com o CRISP – *Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública*, um órgão de referência no Estado ligado à Universidade Federal de Minas Gerais.

As avaliações feitas em decorrência da visualização dos resultados acima proporcionaram mudanças na formação dos grupos, no acolhimento inicial de alguns integrantes e na intensificação das ações com as redes de tratamento de alcoolismo

[29] Os entrevistados da entidade revelaram que até a data de realização da entrevista o número formal de encontros previstos na metodologia estava sendo pauta de debate com o órgão estatal parceiro. Assim, devido a esse processo, havia uma indefinição quanto a ele. Contudo, identificamos posteriormente que o número de encontros reduziu de 16 para 12, evidenciando que tais negociações tiveram desdobramentos, sendo o número de 12 encontros incorporado na metodologia formalmente executada pelo programa.

e drogas[30]. Ao longo da prática de desenvolvimento dos grupos, os profissionais se interrogavam acerca da oscilação no número de participantes dos grupos. A partir desses resultados, os profissionais procederam à mistura de participantes provenientes da Lei 11.340/06 com os da 9.099/95 em um mesmo grupo, observando efeitos positivos no aumento do cumprimento integral dos encontros do programa. Os homens que cumpriam a medida no grupo fazendo uso de monitoramento eletrônico[31], passaram a receber um acolhimento qualificado antes do início da participação, visando melhorar sua adesão aos encontros. Isso foi visto como uma importante ação realizada dada a característica destes casos, pois em geral observavam-se muitas resistências nos homens que passaram pelo sistema prisional e/ ou que usavam tornozeleiras. A questão era fazer pequenas adequações na metodologia, no sentido de qualificar o acolhimento inicial, mesmo este sendo realizado individualmente, fora do espaço grupal, buscando a diminuição da resistência que afetaria o cumprimento da medida. O entrevistado relatou que também foi possível identificar o número alto de homens com dependência química e alcoólica, fato que os influenciava a não cumprir integralmente os 16 encontros. E isso fez com que a equipe pautasse de forma mais intensa o problema em ações na rede.

Embora não tenha sido objeto de sistematização, ao final da participação nos encontros os homens realizavam um relato final resumindo sua avaliação. O entrevistado Cláudio revela que nesses relatos ele passou a considerar as críticas positivas dos homens sobre sua participação nos encontros. Há, ainda, outro espaço criado na audiência realizada no Juizado Especial Criminal denominado "Audiência Multi-transatores" no qual os homens provenientes da lei 9.099/95 são convidados a se manifestar sobre a sua passagem pelo programa. Segundo ele, os homens relataram críticas positivas que foram consideradas pela equipe do Instituto Albam como sendo o reflexo desse bom indicativo sobre o cumprimento da medida.

3.5.1 - CONCEPÇÕES SOBRE HOMENS E VIOLÊNCIA

Observamos que as posições teórico-metodológicas dos profissionais do Programa Andros revelaram concepções sobre homens e violência que remetem ao

[30] Realizadas em parceria com o Programa Central de Acompanhamento de Penas Alternativas.

[31] Realizado pela UGME – *Unidade Gestora de Monitoração Eletrônica,* órgão ligado a Subsecretaria de Administração Prisional, da Secretaria de Estado de Defesa Social.

campo da socialização de gênero. Ao indagarmos a diretora da entidade sobre o principal problema para o qual o serviço se dirige,

> *"Penso que é a desigualdade entre homens e mulheres. Tanto que todas as pessoas que trabalham precisam conhecer a teoria de gênero e estudá-la, assim como a perspectiva feminista. É uma perspectiva por meio da qual seja desconstruído esse lugar que as mulheres e os homens ocupam. Isso é buscado, então, para se alcançar a equidade de gênero."* (Diretora Cibele, Programa Andros, 49 anos).

O horizonte destacado na atuação do Programa Andros é a desconstrução das hierarquias de gênero com vistas à equidade. A perspectiva de gênero e feminista é identificada nas bases teórico-metodológicas para o alcance desses objetivos. Ao inquirirmos do supervisor Cláudio os principais fundamentos norteadores do trabalho, ele revela um enviesamento teórico-político à dimensão metodológica descrita, que também propõe intervenção nas masculinidades

> *"O nosso enfoque principal é o enfoque feminista. A teoria feminista que nós temos que especificar, porque a palavra feminista é algo muito amplo. Eu acho que ela trás uma perspectiva política de direcionamento dos grupos. Você falar que tem um enfoque feminista tem conseqüências, é uma fala política que tem conseqüências na metodologia e na prática. Então eu marcaria como principal enfoque esse. E a partir do feminismo o enfoque de entender a construção social do gênero, das masculinidades, das feminilidades, como é que isso se dá a partir de uma construção social marcada por diferentes lugares de poder, por diferentes hierarquias sociais eu acho que é o principal motor para nortearmos as intervenções".* (Supervisor Cláudio, Programa Andros, 28 anos)

Na explicação sobre as causas da violência, o entrevistado pôs ênfase nas construções desiguais do masculino e do feminino

> *"Eles violentam as mulheres porque se vêem em um lugar de poder diferente da mulher. Eles se sentem autorizados a agredir essa mulher e muitas vezes eles têm essa violência tão naturalizada que ele não se vê como um agressor* (Supervisor Carlos, Programa Andros, 28 anos).

Na narrativa acima, o enfoque de gênero revelou que o poder atribuído na construção da masculinidade fornece compreensão para a autoria da violência contra as mulheres. Tal concepção se apóia na análise da violência masculina proposta por Bonino (2003), que a associa à emergência da masculinidade tradicional ideal. Essas normas da masculinidade esperam que o homem seja mais, saiba mais, possa mais e tenha mais. Nesse modelo de masculinidade, a visão da feminilidade é subordinada, o que também se relaciona com vê-las de maneira desvalorizada. O homem que comete violências – e também outros "micromachismos" – demonstra o extremo desse ideal prescrito aos homens.

Ao acrescentar detalhes importantes à sua concepção sobre homens e violência, o entrevistado especificou que a defesa da alteridade, característica da rigidez da identidade masculina, está intimamente associada com o uso da violência para sustentação da dominação sexista

> *"De um lado, os homens agridem para manterem uma relação de poder. De outro, eles agridem para se defender da alteridade. Acho que essas duas coisas sempre andam juntas. Ao mesmo tempo em que é prá manter uma hierarquia de poder, também é para se defender da alteridade"* (Supervisor Cláudio, Programa Andros, 28 anos).

É interessante que essa linha explicativa se associe à emergência do modelo da masculinidade hegemônica acima citado. Para Bonino (2003), quando for percebido necessário destacar a hierarquia, os homens se valem do uso da força na relação de intimidade e conjugalidade.

Na sua visão acerca da ordem desigual do gênero, sobre a qual todas as pessoas estariam inseridas, o entrevistado Carlos revela que os homens

> *(...) são sujeitos como todos nós, que foram criados dentro de uma lógica machista, na qual é insuportável ver certo empoderamento da mulher, certa horizontalidade na relação. Homens que tem em comum uma identidade muito fechada que não se permitem negociar, que não conseguem sair de si para se colocar no lugar do outro. Acho que essa seja a principal característica deles, que aí se torna uma identidade muito inflexível, muito defensiva, como se fosse da maneira em que o pessoal tem falado, que a marca da masculinidade é a espada. Mas a espada está sempre junto com o escudo. Acho que o escudo talvez seja mais definidor do masculino do que a espada, o que defende da alteridade.* (Supervisor Cláudio, entidade C, 28 anos).

Na ênfase dada à inserção pessoal na ordem desigual do gênero, o entrevistado faz referência à socialização baseada na ideologia machista, que inclina os homens a se posicionarem superiores às mulheres a ponto de repercutir no posicionamento não horizontal nas relações estabelecidas com elas. É a "*defesa da alteridade*", uma estratégia utilizada que torna "*insuportável*" conceber as mudanças positivas das mulheres, desde o rompimento de posições de subalternidade. Tal concepção se associa com algumas explicações na vertente de gênero sobre as causas da violência. Elas relacionam a violência com a desigualdade de gênero e à perda de poder dos homens, concebendo que a assimetria de gênero, tomada isoladamente, seria insuficiente para explicação da violência contra elas. Segundo Osborne (2009), a correlação corrente de que "quanto maior subordinação, maior é a violência" seria apropriadamente substituída por "quanto maior a autonomia – menor subordinação – maior a violência". Desta maneira, o aumento das estatísticas acerca da violência contra as mulheres estaria relacionado à perda de poder dos

homens. Isso explicaria os altos patamares de incidência dessa violência observados em países em que há maiores indicadores de igualdade de gênero. Este fenômeno estaria relacionado, portanto, à emancipação progressiva da mulher – o que sugere uma complexidade de fatores – e a conseqüente perda de poder masculino, proporcionando “a ira dos homens” (Castells, 1999).

Em semelhante linha teórico-explicativa, a diretora da entidade explica que

> *“São homens iguais a você... São homens que tiveram uma socialização machista e que cometem todos os tipos de violência e, sem consciência, na maioria das vezes, do quanto eles cometem violência. Então, não tem um tipo de homem, são homens machistas que estão aqui e que foram denunciados. A maioria dos homens comete violência e não são denunciados. São aqueles que cometeram atos de violência e que foram denunciados”* (Diretora Cibele, Programa Andros, 49 anos).

É interessante notar que assim como identificado em outras entidades, há um destaque para a própria socialização como inserida em uma ordem desigual de gênero. A explicação acima sobre a ação violenta também perpassa a desigualdade de gênero, a imputação de poder majoritário aos homens e a naturalização da violência.

Seria apropriado aqui destacarmos Gutmann (2014), que analisou como o machismo mexicano se desenvolveu historicamente e se articulou com o desenvolvimento do nacionalismo daquele país. Ele analisa que a categoria *machismo* é polissêmica e traz importantes efeitos quando utilizada como categoria analítica, se transformando em uma categoria acusatória contra os homens. Suas análises apontaram que *"Ou podemos aceitar que há significados múltiplos e cambiantes de macho e machismo, ou podemos essencializar generalizações já reificados sobre homens mexicanos desde o início"* (Gutmann, 2014, p. 91). A narrativa anteriormente citada nos remeteu ao sentido acima apontado por Gutmann, na direção de evocar o pensamento para uma essencialização relacionada aos homens e o machismo. Obviamente, não gostaríamos aqui fazer perder de vista a polissemia da categoria machismo, vez que nela inclui um sentido muito corrente que o remete às práticas e ideologias de superioridade masculina (Bonino, 2009).

Foi possível observar que o serviço de intervenção se atenta em compreender os homens como aqueles que vivem fragilidades decorrentes de suas histórias individuais e que estão expostos aos riscos sociais. Os entrevistados indicaram que a intervenção também se volta a essas múltiplas realidades, aos sofrimentos inerentes ao masculino. Segundo a entrevistada Cibele, a maioria dos homens trás

históricos de como eles foram educados, de como eles sofreram violências do pai, e isso é também visto como uma reprodução e uma naturalização de violências. Esses temas entram nas reflexões grupais. O entrevistado Cláudio também demonstra compreensão semelhante e diz que com relação às classes sociais há, porém, uma correlação com o fato dos homens serem encaminhados para os grupos, mas não com o fato da ocorrer mais violência em uma ou outra classe

> *"... porque a violência se distribui entre todas as classes, não são somente as classes mais favorecidas. Essas arrumam outras formas de lidar com isso e até mesmo aceitam a violência em função de outros tipos de função, tanto social quanto somente a financeira, que não fazem chegar na lei Maria da Penha."* (Profissional Cláudio, Programa Andros, 28 anos).

> *"Nós vemos que a maioria da população que acessa o programa é pobre e negra, mas hoje nós vemos vários homens que chegam ao grupo que são empresários, com formação de nível superior e esclarecidos que também cometem."* (Diretora Cibele, Programa Andros, 49 anos).

> *"... São realizados debates sobre raça e classe social. Esses temas entram nas reflexões do grupo. Acontecem muito, pelo menos nos grupos que eu coordeno eles são tematizados."* (Diretora Cibele, Programa Andros, 49 anos).

De modo semelhante ao que identificamos em outras narrativas profissionais pesquisadas, aqui também parece ser possível visualizar o sentido das narrativas enfatizando a *incidência* da violência entre homens como sendo em variados níveis socioeconômicos, mas *prevalecendo* como um exercício de poder dos homens para manterem a dominação sobre as mulheres. Essa compreensão se ajusta com a ideia de que violência é cometida pelos homens para se fazerem homens e direcionadas às mulheres por serem mulheres.

Falando sobre o acesso majoritário ao Programa Andros de homens pobres e negros, a entrevistada Cibele faz a indagação

> *"E o judiciário também, quem ele pune? E pune muito mais o negro, o pobre, a classe menos favorecida. Então é um retrato de como é a justiça no Brasil. Tem toda a questão de raça e de classe também."* (Diretora Cibele, entidade C Programa Andros, 49 anos).

Ela passa a destacar a seletividade do sistema penal quanto aos homens jovens, negros e pobres. Compreendemos que essa perspectiva da violência em análise tem se relacionado às experiências múltiplas destes sujeitos masculinos, que se inscrevem em vários marcadores identitários e que revelam assimetrias e opressões que perpassam os sistemas de poder considerando as dimensões de gênero, raça, classe, sexualidade, territorialidade e nacionalidade, entre outros. Entendemos que o sentido das narrativas se articula com um campo de discussões

sobre a vulnerabilidade da população masculina e negra, notadamente jovem e pobre ante a serem majoritariamente vítimas ou autores da violência (Waiselfisz, 2012, 2014). A discussão possui amplas repercussões, inclusive na relação do estigma racial na construção do estado punitivo e aos processos de criminalização (Waquant, 2009). Assim, os serviços defrontam com um campo também controverso com relação aos essencialismos no entendimento dos homens, relacionados com os binarismos e essencialismos os quais a ciência hegemônica legou (Mayorga, 2011; Mayorga *et at*, 2010; Costa, 2006), sobretudo aqueles que compõem grupos socialmente suscetíveis à discriminação. É válido destacar também que os Estados nacionais modernos também incorporaram os ideais de racionalidade científica (Oliveira, 2004), e, portanto tornam presentes esses binarismos e essencialismos dos homens na atuação do "Estado penal". Assim, evocamos novamente o questionamento anteriormente feito acerca do encontro entre realidades tão diversificadas entre os integrantes grupais – incluindo a coordenação grupal –, se poderia ser pensado de modo a considerar uma "política da diferença" (Costa, 2006). As inter-relações entre integrantes dos grupos atualizam a existência e a reprodução de conflitos e tensões oriundas de múltiplas experiências identitárias, abarcando a reprodução de preconceitos e estereótipos advindos dos sistemas acima mencionados. Retomaremos essa discussão no próximo tópico.

Ao explicitar os enfoques teóricos adotados na metodologia executada, o entrevistado Cláudio revela que estão presentes noções que permitem compreender a complexidade formativa dos sujeitos

> *"... prá mim é o mais interessante e o que consegue conceber o sujeito não de uma forma maniqueísta, mas conseguir entender o sujeito dentro dessa dinâmica de hierarquias sociais, de tensões, de poder, como que o sujeito se forma de maneira complexa. Então, eu acho que foge um pouco de certo simplismo maniqueísta, de que os homens são os maus e tal... Acho que é entender isso dentro de uma lógica de diferentes, dentro das relações de poder, de como o sujeito se constitui, mas fugindo de um esquema simplista de entendimento do poder."* (Supervisor Cláudio, Programa Andros, 28 anos).

O debate acima sugere conexões com os diálogos teóricos propostos nas análises realizadas anteriormente, que nos convidam a transparecer alguns circuitos de reflexões sobre a mudança das práticas interpessoais violentas dos homens. Embora os caminhos empregados nas análises tenham sido explicitados anteriormente, cabe-nos oportunamente realçá-los. Em harmonia com o que foi identificado pelo entrevistado sobre o "*maniqueísmo*", um esquema "*simplista*" entre

“bem e mal”, ao abordarmos a questão do poder, é comum emergirem noções como estruturas com caráter invariante, muitas das quais oriundas desse maniqueísmo citado. Isto estaria relacionado ao eixo maniqueísta dicotômico do *homem-maltratador* versus *mulher-vítima* (Beiras *et al*, 2012). Essa noção, por sua vez, se enquadra na concepção de poder como *estados* em detrimento de *posições*. A visão do poder como *estados* comumente é relacionada ao poder evocando imagens estanques do “poder estatal” *versus* sociedade, dos ricos *versus* pobres, patrões *versus* empregados, e finalmente homens *versus* mulheres, só que atribuindo aspectos fixos e estáveis a ambos (Benedito & Lyra, 2008). De acordo com Benedito & Lyra (2008) ao se remeterem à concepção de poder Foucaltiana, as relações de poder emergem na ordem das relações humanas em geral, de associação com muitos contextos, podendo ser complexas – tanto institucionais, econômicas, amorosas e, nesse sentido, perpassariam até mesmo uma comunicação não-verbal. Em harmonia com a “complexidade formativa do sujeito” destacada na narrativa do entrevistado, partir de tal eixo para a compreensão dos HAV, entendendo-os como o “mal a ser combatido”, distancia-se das dimensões formativas do poder para o sujeito, acarretando repercussões nos limites das transformações e mudanças que se pretende com as intervenções. A desconstrução desses essencialismos perpassa a concepção das masculinidades como sendo *posição* e *efeitos* de poder dentro das relações de gênero (Connel, 1997; Connel & Messerschmit, 2013; Butler, 2001, 2013).

A mudança do exercício abusivo de poder dos homens, de acordo com essa perspectiva, permite integrar suas experiências de subalternidade e opressão vividas, realizando interpretações não estanques dos padrões de condutas repetitivos e normativos. É interessante, nesse sentido, destacar que para Benedito e Lira (2008) citando Foucault (1979), há uma ideia de imbricação do poder com a noção de liberdade e resistência. Nela, o poder perpassa a ideia de que se ele existe, é justamente porque existem possibilidades de liberdade, tornando, então, a ideia de *resistência* uma parte indissociável das relações de poder. Assim, também, se não há resistência, tampouco existem relações de poder. Isso parece ser congruente com a narrativa do entrevistado quando diz que “*entender o sujeito dentro dessa dinâmica de hierarquias sociais, de tensões, de poder, como que o sujeito se forma de maneira complexa”.* Isto é, sua compreensão parece abarcar o sentido dessa dimensão formativa do poder para o sujeito, sendo possível, portanto,

conceber condutas dos HAV sendo passíveis de serem *resistências* associadas ao não conformismo aos marcos de sujeição ou mandatos da masculinidade (Ponce, 2011; Bonino, 2003).

3.5.2 - ENFOQUES DE INTERVENÇÃO

Ao ser indagado sobre a metodologia, o entrevistado Cláudio do Programa Andros revelou que sua concepção sobre os homens e violência tem estreitas implicações metodológicas. Ele problematizou alguns componentes metodológicos da intervenção que não aparecem de forma isolada e, dentre eles, um que trata de viés afetivo da metodologia. Tal viés estaria relacionado à dimensão dos sentimentos dos homens, algo que considera importante para a experiência dos grupos. Há expectativa de que esses sentimentos dos homens possam emergir nas experiências grupais e, assim, serem trabalhados. Segundo ele, ao mesmo tempo em que os homens possuem certo sofrimento que é "*inerente à rigidez da masculinidade*", dando exemplos dos homens que não se permitem uma relação afetuosa com os filhos e uma relação horizontal com uma mulher, esse sofrimento precisa ser escutado em um espaço de acolhimento. Esse é o viés de escuta e de acolhimento se correlaciona com a concepção sobre homens e violência

> *"... a marca da masculinidade é a espada. Mas a espada está sempre junto com o escudo. Acho que o escudo talvez seja mais definidor do masculino do que a espada, o que defende da alteridade. Então, nós tentamos quebrar esses escudos, e prá quebrá-los não adianta martelar no escuro, você tem que procurar a brecha que já existe e explorar nessa fissura prá fazer com que ele vá se rompendo. Aí que está a função do grupo: como de acolhimento e de escuta. Os homens têm dificuldades muito grandes com esse fechamento e eles não se permitem reconhecer as emoções, os afetos, não se permitem falar de sentimentos. E aí a violência aparece como função dessa identidade impermeável, impenetrável. Como reação a isso, a identidade nunca consegue ser penetrada, e às vezes nem que tenha que recorrer à violência para manter essa impermeabilidade da identidade".* (Supervisor Cláudio Programa Andros, 28 anos).

Essa dimensão seria a dos afetos e sentimentos que demanda do facilitador aspectos diferenciado da sua escuta. Assim, para ele, o grupo figura como um importante aparato nesse sentido, mas esclarece que esse aspecto não é tomado unicamente, pois se assim fosse, a intervenção seria enviesada para uma vitimização dos homens

> *"De um lado, os homens agridem para manterem uma relação de poder. De outro, eles agridem para se defender da alteridade. Acho que essas duas coisas sempre andam juntas.*

> *Ao mesmo tempo em que é prá manter uma hierarquia de poder, também é para se defender da alteridade."* (Supervisor Cláudio, e Programa Andros, 28 anos).

Nesse sentido, ele analisa que é preciso haver um manejo com os grupos no qual, ao lado do aspecto de escuta e acolhimento, haja um viés de enfrentamento, uma dimensão associada ao caráter político das intervenções. Seria um sentido ampliado da escuta, que funcionaria de maneira alternada, a qual nomeia como "*dupla via da escuta"*. Assim, a coordenação grupal teria metodologicamente esse posicionamento em favor do enfrentamento da violência contra as mulheres

> *"... é preciso haver um viés mais político e de enfrentamento, em que nós possamos dizer e apontar: 'olha, isso que está fazendo é machista', isso é desigual, é violento sim... Nós estamos nomeando isso como violência. Eu acho um grande desafio para o grupo funcionar com a alternância entre essas duas vias. E ela é muito difícil. Nós já vivemos períodos aqui em que os homens estavam sendo só vistos numa via, a de apontar o dedo para eles e isso não funciona. Porque aí os caras chegam aqui e saem sem um espaço para se colocar, para serem escutados. Ao mesmo tempo em que se você só passar a mão na cabeça deles, isso também não vai funcionar. Essa alternância é muito difícil, depende de cada grupo, do andamento do grupo, do integrante novo que chega e muda o andamento todo, do tempo do grupo, de uma fase na qual o grupo está. Então, eu acho que o grande desafio do grupo de homens é conseguir manejar essa dupla via, entre essas duas coisas, essa alternância entre esses dois momentos, de fazer com que eles tenham liberdade de se colocar, de serem escutados, de escutar o sofrimento. Porque se você não escuta o sofrimento... Ninguém muda só por altruísmo não. O grupo só funciona porque os homens vêem que a mudança vai ser boa para eles também. Então, isso é importante, mas ao mesmo tempo é também importante trazer esse lado de enfrentamento, um lado mais político nas intervenções. Essa dupla via é muito difícil e por isso exige muita experiência na condução".* (Supervisor Cláudio, Programa Andros, 28 anos).

Esse viés de escuta desvelado pelo entrevistado está associado ao que Ponce (2011) delimita o desafio da relação terapêutica integrar tanto um lado de rechaço à violência, quando de acolhimento, compreensão, aceitação e empatia frente aos homens que não se reconhecem nos abusos cometidos. Ao trazer à discussão esse desafio relacionado ao posicionamento da coordenação, Ponce (2011) revela que no enfoque *Narrativo-Construtivo*[32]*,* a relação entre coordenação e

[32] De acordo com Ponce (2011), o enfoque "Narrativo-construtivo", parte das elaborações sócio-políticas do enfoque pró-feminista e da análise baseada do gênero, entendendo a violência como tema social e produto da ação de uma subjetividade individual inserida nessa mesma temática social. Ou seja, ao assentar seu olhar através de perspectivas socioculturais, a subjetividade é compreendida como processo em permanente desenvolvimento, que se retroalimenta pela cultura, pela sociedade e por experiências de nível individual. Esse enfoque fundamenta suas bases epistemológicas no construcionismo social, na epistemologia da complexidade e nos estudos de masculinidades. A intervenção sobre a violência masculina se dá, então, nesse processo subjetivo cuja finalidade é alcançar mudanças subjetivas e políticas, por meio da reflexão e da construção de narrativas e significados diferentes (Beiras & Cantera, 2012; Ponce, 2011). Ponce (2011) afirma que a intervenção se dá através do *modelo invitacional* e das práticas colaborativas, buscando compreender os contextos sociais e normativos que se formam através de mandatos, condutas que resultam em violência, e fomentar práticas éticas e responsáveis. De acordo com Beiras & Cantera

o grupo é estabelecida de maneira a conhecer as experiências dos homens, criando com eles uma relação baseada mais em empatia do que confrontação. Nesse enfoque há uma aproximação de caráter mais terapêutico (Beiras & Cantera, 2012), e menos didática ou educacional, na qual é formado um vínculo de trabalho com os homens. Essa perspectiva de aproximação terapêutica opera com a pressuposição básica de um posicionamento do facilitador ante a dualidade vitimizar *versus* responsabilizar, que implica buscar

> ... um rechaço claro às ações de violência e às crenças que as justificam e ao mesmo tempo ser capaz de aceitar a pessoa que apresenta a problemática, buscando compreender sua experiência e história pessoal (Ponce, 2011, p.17).

Em harmonia com o sentido da proposta evidenciada pelo entrevistado Cláudio, essa postura da coordenação implica em adentrar na história relacionada aos sofrimentos e as fragilidades e promover um ambiente de intensa disposição ao acolhimento, à compreensão, à aceitação e, como dissemos, à empatia. Tal postura não coaduna com os abusos cometidos que freqüentemente os homens negam ou minimizam, as crenças manifestadas, a desvalorização e rechaço ao feminino, etc. Significa aceitar a pessoa e não as suas crenças e atitudes abusivas contra as pessoas.

Ao refletirmos sobre a escuta na intervenção com os homens, é possível trazermos a influência dos estudos sobre homens e masculinidade, fruto da aproximação com o enfoque Narrativo-construtivo citado anteriormente. Isso porque, segundo Ponce (2011), a aproximação terapêutica trabalhada nele leva em consideração aspectos de gênero e da masculinidade na própria intervenção com o usuário. Nesse sentido, podemos fazê-la também influenciada por uma linha estudos comum acerca da “pluralidade das masculinidades” (Toneli *et al*, 2010). Nessa linha, conforme temos analisado ao longo dessa dissertação, há uma importância às diferenças ou às múltiplas masculinidades, consoante com a perspectiva feminista que tem rejeitado a desnaturalização e a essencialização de gênero, as quais fixariam homens e mulheres dentro de uma ordem binária que não daria conta das diferenças existentes entre as pessoas e suas relações.

(2012), em intervenções do grupo terapêutico ou em intervenções psicossociais e comunitárias, as técnicas de terapias narrativas podem ser realizadas com intuito de enfocar a construção e desconstrução das masculinidades e do gênero.

Ao retomarmos a elaboração da "*dupla via da escuta*", que se apresenta ajustada ao desafio de responsabilizar sem vitimizar os homens (Salas, 2009, 2011), é interessante também associarmos ao debate a “política da diferença” (Costa, 2006). Esse debate sobre as diferenças se refere ao encontro entre as realidades dos integrantes grupais e também entre eles e a coordenação, no qual operam dinâmicas interseccionais que se atualizam e se re-configuram constantemente nas relações grupais. Esse debate permite desvelar o sujeito implicado dentro da elaboração da "*dupla via da escuta*" e sob quais lugares de enunciação o sujeito que escuta partiria. De outro modo, seus estranhamentos, incômodos e negociações possíveis que perpassariam suas experiências de interação com pessoas com lugares de enunciação diferentes. Nossa reflexão aqui perpassa a analise de uma coordenação masculina, branca, que interage com o grupo, podendo não se afetar com relatos de sofrimentos provenientes da experiência do racismo e da pobreza, da estigmatização do território, de modo que isso repercuta na forma que escuta.

Essa situação poderia considerar a hegemonia da masculinidade de um coordenador homem (Connel, 1997; Connel & Messerschmit; 2013), por meio da qual compreenderíamos a dinâmica associada a alguns de seus posicionamentos, que podem não dar legitimidade e reconhecimento às experiências de masculinidades subordinadas no grupo. Ou ainda, a coordenação ser exercida desde um homem que não assuma uma masculinidade hegemônica, mas uma masculinidade *cúmplice*, isto é, no sentido de buscar na hegemonia uma posição, não obtendo dominância, mas recebendo benefícios a partir disso. Nesse caso, outra questão poderia emergir como fator de naturalização entre a coordenação e os participantes, que é acerca do uso da força para resolução de conflitos na defesa da sua própria reputação. Referimo-nos aqui, portanto, alguns assuntos possivelmente presentes e igualmente sutis nas práticas hegemônicas nos grupos e que poderia impor impasses na desconstrução das práticas interpessoais violentas da masculinidade.

Tais indagações, portanto, trazem provocações no sentido da operacionalização o conceito proposto de “*dupla via da escuta”* com relação às dinâmicas de hierarquia entre as masculinidades. Desconsiderar as dinâmicas de hegemonia, subordinação, cumplicidade e marginalização que os vários marcadores identitários imprimem nas interações entre masculinidades acarretaria um apagamento das experiências que se atualizam no grupo. A dinâmica grupal em que

as experiências estão todas em operação e que leva em conta também os sentimentos e posicionamentos da coordenação, poderia ser descrita desde nossa aproximação com os feminismos da terceira onda / pós-coloniais. Os lugares sociais ocupados pela coordenação se evidenciam na “política da localização” (Mohanty, 1998). Localizar significa pôr em destaque suas próprias origens, seu lugar de enunciação em torno das diferenças relacionadas ao gênero, raça, classe, territorialidade, nacionalidade e outros marcadores identitários. Na direção da localização referente à nacionalidade, é válido atentarmos à globalização e as áreas transnacionais para a construção da masculinidade (Connel, 1998; Connel & Messerschmidt, 2013). O ponto de partida nessa perspectiva são os lugares de enunciação e a criação de oportunidade para pôr em evidência os próprios limites e possibilidades, assim como os pontos de aproximação e distanciamentos nas interações sociais.

Com essa reflexão, também retomamos o viés de entendimento do grupo como *microcosmo*, no qual observamos a reprodução de conflitos e tensões oriundas de múltiplas experiências identitárias nas interações entre membros grupais e entre eles e a coordenação. Essa interação seria balizada, conforme mencionado, pela localização dos facilitadores/as, pela evidência dos próprios limites e possibilidades, assim como os pontos de aproximação e distanciamentos para que se constitua um fazer compromissado com uma “política da diferença” (Costa, 2002).

Ao abordarmos o material do Programa Andros, também observamos algumas semelhanças com o enfoque “Pro-feminista” descrito por Ponce (2011). Registramos essa associação ao percebermos não somente o alinhamento com a perspectiva teórico-política, mas também quando observamos suas articulações como judiciário, pensadas declaradamente desde a segurança das vítimas

> *“Antes, nós tínhamos o entendimento de que era só para as mulheres, mas hoje nós vemos que é uma intervenção para as mulheres e para os homens também. Porque nós temos visto que trabalhar os sentimentos, trabalhar outras formas de ser homem tem sido bom para o homem também. Tem melhorado a qualidade de vida desses homens”* (Diretora Cibele, entidade C, 49 anos).

Conforme mencionamos, o modelo "Duluth" desenvolvido na década de 80 nos EUA teve grande repercussão mundial e forneceu as bases para se pensar o modelo Pro-feminista. Assim, seus eixos buscavam a coordenação com o judiciário tendo em vista melhora da atuação institucional de enfrentamento da violência, o

trabalho visando à segurança das mulheres e a responsabilização dos homens. Nesse sentido "Pro-feminista" da intervenção, um ponto distinto na entrevista com a gestora da entidade foi sua referência ao trabalho com a "masculinidade hegemônica", que repercute tanto no entendimento das expressões da masculinidade, quanto na articulação com a metodologia de trabalho

> *"Às vezes eles avançam muito mais nessa questão, de exercerem a paternidade, de não exercê-la desde uma masculinidade hegemônica na forma de ser pai, do que às vezes nas relações com as mulheres".* (Diretora Cibele, Programa Andros, 49 anos).

A referência dada pelos entrevistados converge também para com o viés de estudos de homens e masculinidades anteriormente tratados (Connel, 1995; Connel & Messerschmidt, 2013). Foram alguns momentos em que esse tipo de viés foi desvelado como, por exemplo, quando a gestora discorria sobre as temáticas empregadas

> *"Trabalhamos muito a questão do ser homem e do ser mulher, a equidade de gênero, os tipos de violência. Às vezes os homens realmente não entendem os tipos de violência. Paternidade, masculinidade, feminilidade, diversidade sexual e as formas não violentas de resolução de conflitos são temas muitos trabalhados. Esses são os principais entre alguns outros que são recorrentes".* (Diretora Cibele, Programa Andros, 49 anos).

Ao observamos a descrição metodológica do entrevistado Cláudio, notamos a questão posta em relevo pelo entrevistado citado anteriormente, sobre o trabalho com grupos abertos. É possível ressaltar que seu relato sobre o formato grupal aberto se articula com o fato disso ser um importante fator de intervenção na resistência grupal, pois minimizaria a tensão na relação entre masculinidades e a resistência grupal

> *"O grupo é aberto, isto é, vão sempre entrando e saindo homens e o grupo continua andando. No dia que um homem está iniciando, tem outro terminando. E essa mescla tem uma explicação metodológica que é muito importante. O fato de ser um grupo aberto é fundamental porque a masculinidade, dada sua característica que é muito fechada, não faz esse movimento de deixar a alteridade entrar, de se colocar no lugar do outro, torna uma identidade muito defensiva. Então se você junta vários homens que estão começando juntos, no mesmo dia, isso cria um fenômeno grupal que é uma resistência absurda. Nós aqui já tivemos experiência de conduzir um grupo no início e sabemos como é difícil do que pegar um grupo que já está andando, porque aí o fenômeno de resistência é muito maior. O grupo aberto se justifica por isso, prá que não seja criado esse mecanismo de resistência grupal. E ainda mais. Além, de todos não entrarem juntos, ainda tem o favorecimento de que os que estão mais avançados na reflexão vão dar relatos do percurso deles no grupo que vão dar uma amolecida, quebrar um pouco da resistência daqueles que estão chegando. Porque, normalmente os que estão terminando falam 'quando eu comecei também estava assim, ficava muito resistente... Agora estou vendo que isso aqui está até me ajudando... '. E aí, normalmente, dependendo da época que eles estão no grupo dão algum exemplo, lá para o quinto encontro eles dão um exemplo de uma briga no trânsito que eles se envolveram e no*

> *final eles dão exemplos de situações nas relações familiares. Então, o grupo ser aberto é fundamental".* (Supervisor Cláudio, Programa Andros, 28 anos)

Ao se trabalhar com metodologia grupal aberta, é possível nos remetermos à teorização proposta por Connel (1995) e Connel & Messerschmidt (2013), que trata das relações entre masculinidades. A compreensão dessa dinâmica intersubjetiva entre os HAV poderia ser balizada pela cumplicidade masculina presente na construção da masculinidade dominante e, com esse entendimento, ser visto o estabelecimento de uma intensa resistência ao trabalho da coordenação. Tal relação também pode envolver uma coordenação feminina, ao passo que esta pode ser complacente com práticas da masculinidade dominante. Na dinâmica da disputa com outras masculinidades, o grupo poderia ser entendido como um *microcosmo*, isto é, um espaço relacional cujo pano de fundo é o sistema patriarcal-sexista, mas também racista, classista, homofóbico e adultocêntrico – exemplos por hora mais emblemáticos – no qual os sujeitos estão inseridos. De acordo com essa perspectiva, seriam possíveis experiências grupais de forte rejeição de intervenções provenientes uma dupla de coordenação masculina e feminina que rejeitam um projeto hegemônico. Estes momentos seriam de forte vinculação entre os HAV no que diz respeito às crenças tradicionais acerca de si mesmos e sobre as mulheres.

Ao procedermos à compreensão da dinâmica grupal desde tal base teórica, a metodologia empregada prevê que o formato grupal aberto se estabeleça como fator que intervém positivamente sobre essas chamadas resistências grupais. Conforme relatado pelo entrevistado, ao passo que entram e saem os integrantes que cumprem o número estabelecido de encontros, os homens mais antigos – com propensão de terem diminuído suas resistências com o trabalho e terem *alianças hegemônicas* diluídas ou rompidas, podem contribuir para o desenvolvimento do trabalho visando a desconstrução dos pressupostos do exercício da masculinidade hegemônica e de violência contra as mulheres.

Já o formato grupal fechado seria entendido, de acordo com esta perspectiva, como um fator que contribui para o fortalecimento negativo das relações entre masculinidades e, assim, um aspecto contrário ao intento de desconstrução das alianças negativas que são comuns no trabalho com os HAV. Isso, vez que eles chegam ao grupo freqüentemente com um *discurso vitimário* (Oliveira, 1998, 2004), e isso alinha com a perspectiva apresentada pelo entrevistado. Porém, mapear

circunstancialmente as narrativas grupais, as crenças sexistas e os estereótipos de gênero podem se revelar enraizados.

Os homens nas interações grupais podem buscar associação com outros integrantes, sendo muitas vezes essa associação entendida como uma adesão a um assunto, crença em comum, por exemplo, a respeito do que é uma "mulher de verdade", a deslegitimação da Lei Maria da Penha e da legitimidade do uso da força associada à virilidade e honra para resolução de conflitos, entre outros. Nesse sentido, é válido considerarmos a dinâmica grupal associada ao que Natividade (2012) apontou como *jogo relacional democrático* pasteurizando as construções desiguais do feminino e do masculino, usando o signo do homem-vítima desde uma posição da masculinidade hegemônica. Assim, o panorama de intervenção se tornaria improdutivo para o fomento de reflexões positivas – não-hegemônicas, pacíficas e igualitárias – no grupo pela coordenação. Entretanto, seria possível emergir a ideia de experiências grupais associadas ao rompimento do exercício abusivo do poder nas suas relações interpessoais. Trabalhar com um elemento positivo nesses jogos grupais é importante, pois a partir deles podem emergir novas formas hegemônicas da masculinidade menos opressivas e mais humanas. Isso será possível pela flexibilização das posições de poder nas relações com as mulheres e, portanto, na revisão do exercício de práticas da masculinidade hegemônica.

Realizamos aqui um percurso de apresentação das entidades que executam metodologias de intervenções com os HAV no Estado de Minas Gerais. Fizemos uma breve caracterização quanto aos seus principais aspectos, buscando também compreender as posições teórico-metodológicas deles. A aproximação das narrativas dos profissionais implicados implicou desvelar as concepções sobre homens e violência, os modelos de intervenção e as compreensões sobre a mudança dos homens. Nesse sentido, investigamos pistas sobre práticas sociais que estes profissionais possam refletir desde uma ordem social mais ampla, na existência de modelos hegemônicos das relações sociais, buscando contribuir para a construção de saberes deslocadas dos eixos de desigualdade e exclusão. Promovemos um diálogo teórico que perpassou os modelos de intervenção com os HAV, revelando importantes discussões acerca dos seus pressupostos tácitos. Entre os principais debates articulados, destacamos sentidos estereotipados e essencializantes acerca dos homens, associadas aos binarismos do gênero,

problematizando alguns impasses no horizonte da transformação da violência masculina. Levamos em consideração uma discussão teórica que pressupõe outras possibilidades teórico-metodológicas que vislumbram caminhos de transformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A perspectiva interseccional feminista balizou a realização de importantes debates e reflexões propostas nessa pesquisa. Tomá-la como eixo central nos auxiliou nas análises dos serviços de intervenção, primeiramente na compreensão do poder na produção de sujeitos e na regulação de modos de subjetivação masculina. A perspectiva da intersecionalidade nos permitiu também inserir um viés de leitura articulada, visualizando agência no ponto de encontro dos marcadores sociais que integra as tensões e os antagonismos presentes nas categorias identitárias.

Ao questionarmos os modelos de intervenção que operam desde pressupostos da ciência hegemônica, discutimos as bases que partem da realidade do sujeito geral, que desconsideram a subjetividade e importantes elementos como a história e as relações de poder. Esta pesquisa buscou estar atenta às práticas sociais que possam refletir uma ordem social mais ampla, evidenciando a permanência de modelos hegemônicos nas relações sociais, buscando contribuir para a construção de saberes deslocados dos eixos de desigualdade e exclusão (Haraway, 1995).

Os tencionamentos da categoria “mulher”, desempenhados pelo feminismo da segunda onda em razão da opressão patriarcal, revelaram a universalidade da opressão feminina. Devido à abertura desse campo de discussões das diferenças intra-gênero, em que a categoria mulher foi concebida como acarretando um apagamento das experiências, a noção dos homens como universalizados na dominação exercida sobre as mulheres também foi redimensionada. A abertura de tal campo de discussões permite-nos compreender uma organização social da masculinidade articulada a várias categorias identitárias. Assim, ao articularmos a perspectiva da interseccionalidade nas dinâmicas hierárquicas das masculinidades, passamos a compreender a convergência de vários sistemas de poder nas experiências das masculinidades agindo repressivamente e também na produção dos sujeitos. É importante, nesse sentido, tratar as relações de poder como jogos,

em detrimento de estados. Isso nos põe de frente com a complexidade, os paradoxos e as ambivalências presentes na construção da identidade masculina. A partir desse enfoque é possível conceber condutas dos HAV sendo passíveis de serem resistências associadas ao não conformismo aos marcos de sujeição ou mandatos da masculinidade. Ao mesmo tempo, as estruturas as quais remetem essas diversas experiências dos homens também podem ser pensadas como visando a manutenção de determinadas assimetrias.

A perspectiva da interseccionalidade nos auxilia pensar o grupo dos HAV como um microcosmo da realidade, permitindo-nos refletir acerca do encontro entre realidades múltiplas entre os integrantes, incluindo a coordenação. Em tal encontro, pensado em termos de uma "política da diferença", as inter-relações entre integrantes dos grupos atualizam a existência e a reprodução de conflitos e tensões oriundas de múltiplas experiências identitárias, abarcando a reprodução de preconceitos e estereótipos advindos dos sistemas de opressão. Decorrente da aproximação realizada dos feminismos pós-coloniais, o grupo pensado como microcosmo da realidade também pode inserir a noção da “política da localização”. A tarefa de “localizar” perpassa estranhamentos, incômodos e negociações possíveis das experiências de interação entre pessoas no grupo a partir de diferentes lugares de enunciação. Isso significa também levar em conta os posicionamentos, sentimentos dos facilitadores, a partir das suas próprias origens em torno das diferenças relacionadas ao gênero, raça, classe, territorialidade, nacionalidade e outros marcadores identitários. Evidenciar os lugares de enunciação se relaciona com a oportunidade para pôr em evidência os próprios limites e possibilidades, assim como os pontos de aproximação e distanciamentos. O exercício de localização permite um fazer compromissado com a integração das tensões e os antagonismos presentes nas categorias identitárias.

O desafio de responsabilizar os HAV sem tratá-los como vítimas demanda dos facilitadores um posicionamento de rechaço às ações de violência, mas também promover um ambiente de disposição ao acolhimento da pessoa – e não de suas crenças e ações – voltado à compreensão e à empatia. Isto, para que haja um vínculo produtivo de trabalho visando à revisão das suas práticas violentas, que implique também em adentrar na história relacionada aos seus sofrimentos e as suas fragilidades. Entendemos que estas possibilidades se articulam à perspectiva

ético-política das intervenções com os HAV, pois trata do compromisso pleno aos direitos humanos nas suas bases teórico-metodológicas.

As análises das concepções sobre homens e violência do PERH inclinaram a compreensão de um apagamento dos efeitos da assimetria de gênero, a partir de uma pasteurização dos construtos da desigualdade. Os questionamentos realizados à luz da epistemologia feminista nos convidaram a interrogar sobre um "gênero neutro" implicado nas estratégias explicativas para as causas da violência. Um arranjo na centralização do enfoque de gênero, em que fossem identificados os sujeitos e objetos da violência, poderia contribuir para o enquadramento das ações do programa almejando a desconstrução da violência cometida pelos homens. Diante da ênfase dada à compreensão das experiências de subalternidade, vulnerabilidades e sofrimentos dos homens, seria possível evidenciar também a operação dos jogos de poder em que os homens utilizam as mazelas sociais que vivem como uma forma de externalizar a culpa pelo ato violento e se esquivarem da responsabilidade pela violência. Desta forma, integrar-se-ia aqui o desafio da responsabilização sem vitimização que tratamos anteriormente.

Outro aspecto a destacar se refere à ressignificação das experiências dos homens que os aprecia desde concepções essencializantes, tratadas neste estudo como contraproducentes à transformação desejada. Isto é, a preocupação perpassa o enquadramento das dinâmicas da violência dos homens contra as mulheres partindo do lugar de “homem-pobre-violento”, fruto da associação entre pobreza, violência e criminalidade. Finalmente, ao pensarmos na sua ênfase pedagógica, cabe ressaltarmos o risco que as informações prestadas pelos profissionais se configurem no “armamento” dos homens no contexto relacional violento vivido com as mulheres, tencionado destacarem ainda mais a assimetria.

O Projeto Dialogar, desenvolvido na DEAM da capital, evidenciou concepções assentadas na perspectiva de gênero. A ênfase no processo de socialização evidenciou a concepção de que violência exercida pelos homens se dá pelo fato de fazerem homens e que a violência endereçada às mulheres as faz sofrerem pelo fato de serem mulheres. Visto que as metas reveladas do projeto basearam-se no rompimento do “ciclo da violência”, foi interessante refletir como a avaliação dos resultados do trabalho se relaciona em termos de impacto neste ciclo. O discurso hegemônico dos homens pode indicar contradições, ao passo que as práticas e modos de ser sejam obscurecidos, ocultando o cotidiano. Os homens podem

também veicular jogos de poder desde a posição hegemônica da masculinidade, apresentando-se como vítimas e justificando a ação violenta. Assim, a avaliação dos resultados pode demandar investigação cuidadosa das respostas ante a “pergunta reflexiva” empregada. Nesse sentido, foi interessante também notar a outra forma de avaliação da intervenção, realizada por meio de consultas de reincidência através do REDS. Uma indagação acerca disso é sobre como essa avaliação poderia abarcar os “micromachismos” perpetrados pelos homens, costumes que não necessariamente perpassam o crivo penal ou que possam passar despercebidos pelo sistema jurídico. O sistema do REDS abarca somente as violências passíveis de sanção penal, ao passo que, como temos visto, há outras dimensões que ficam de fora desse enquadramento e que acarretam sérios danos às mulheres.

Restou interessante notar que a intervenção naquele contexto sugeriu um ambiente relacional da equipe de facilitadores e os integrantes grupais a partir de uma realidade co-construída. Isso também indicou um viés congruente com crítica à hierarquia de saberes.

No projeto Laços, desenvolvido pela ONG ABAN, as bases teórico-explicativas evidenciaram linhas pedagógicas / comportamentais, psicopatológicas e assentadas na perspectiva de gênero para explicação das causas da violência masculina. Uma vez que os “etiquetamentos” psicopatológicos contribuem para os sentidos e usos populares da violência masculina, problematizamos o risco do sentido essencializado dos homens que fixa neles de forma estável um prazer perverso no exercício da violência praticada. Essa essencialização remeteria à acepção dos homens como “inimigos das mulheres” e imporia limites no horizonte de transformação dos homens. Nesse sentido, enfatizamos a perspectiva das masculinidades entendidas como *práticas*, pois concordamos que não encerram noções dos homens como perversos, dando também abertura para a consideração de outras dimensões humanas. Assim, a identificação das *crenças e condutas* poderia figurar uma estratégia eficaz, ao passo que não parte de noções essencializantes ou estereotipadas dos homens.

A temática do gênero foi vista como igualada a um papel, uma cognição. Assim, notamos um reducionismo deste conceito que perde as dimensões relacionais e as análises das relações de poder. Nesse sentido, o emprego da categoria gênero revela sua despolitização. O olhar de gênero associado à leitura feminista poderia contribuir para o ajuste da compreensão da violência masculina

atrelada a uma organização social mais ampla na qual as masculinidades estão inseridas, isto é, como posições nos arranjos de gênero.

Uma vez se embasando nas técnicas da Teoria Cognitivo-Comportamental para o controle do comportamento, destacamos a técnica “time out”, que se baseia na retirada do homem da cena de ocorrência da violência. Uma vez que há um consenso sobre “dar um tempo para esfriar”, problematizamos acerca do interlocutor no diálogo com as mulheres nessa “saída de cena”, no sentido do reconhecimento das mulheres, caminho de suma importância na busca de resolução pacífica de conflitos.

A posição teórico-metodológica do Programa Andros, desenvolvido pelo Instituto Albam, revelou concepções sobre as causas relacionadas ao campo da socialização de masculina e feminina, baseadas na perspectiva de gênero, em que a teoria feminista é identificada como importante aporte.

Ao considerarmos a polissemia da categoria “machismo”, problematizamos seu sentido essencializado, tomada como acusação contra os homens. A análise nos sugeriu uma essencialização relacionada aos homens e o machismo.

Diante da explicitação de uma “complexidade formativa do sujeito” destacada, identificamos importantes reflexões sobre as dimensões formativas do poder para o sujeito, acarretando repercussões na concepção sobre a mudança dos homens. Os debates evocados por essa proposta de leitura esteve direcionada à desconstrução dos essencialismos, perpassando a concepção das masculinidades distanciada de perspectivas que reforçam o “*maniqueísmo*”, o esquema “*simplista*” entre “*bem e mal*” na compreensão dos homens e a violência.

Observamos uma interessante repercussão das concepções sobre os homens e violência nas estratégias metodológicas adotadas pelo serviço. O programa destacou a prática de intervenção calcada na “*dupla via da escuta”,* que tem relação com a compreensão do espaço relacional grupal como importante espaço para expressão e acolhimento dos afetos e sentimentos. Essa escuta por parte da coordenação grupal, ao mesmo tempo em que se relaciona com as experiências de sofrimento dos homens, rechaça a sua vitimização. Associada a essa escuta há um caráter de enfrentamento, um viés político da intervenção. Notamos que a elaboração da "*dupla via da escuta*" se harmoniza com o desafio de trabalhar a responsabilização dos homens, porém sem vitimizá-los. A partir de uma análise embasada nas contribuições dos feminismos pós-coloniais, no sentido de

inserirmos o debate acerca da “política da diferença”, propomos o desvelamento do sujeito dentro da elaboração da "*dupla via da escuta*", questionando-nos sob quais lugares de enunciação o sujeito que escuta partiria. Nesse sentido, pensamos que ao evitamos um apagamento das experiências que se atualizam no grupo, os lugares sociais ocupados pela coordenação se evidenciariam por meio da “política da localização”. Assim, as inter-relações grupais atualizam a existência e a reprodução de conflitos e tensões oriundas de múltiplas experiências identitárias, oportunizando a construção de modelos de articulação política e a compreensão dos atravessamentos de poder existentes nos lugares ocupados.

Para o campo de estudos sobre as intervenções com HAV, seria importante que outros estudos prosseguissem com a análise dos pressupostos tácitos de intervenção envolvendo também a dimensão epistemológica. Isso porque antes das indagações feitas por essa pesquisa, centradas nos pressupostos teóricos das intervenções, existem ainda outras interrogações importantes acerca dos marcos a partir dos quais se buscam compreensão da violência masculina contra as mulheres. Essas bases epistemológicas concentram importantes aspectos de análise, pois revelam a visão particular sobre o mundo, sobre os sujeitos e a sociedade, da qual se partem as perguntas iniciais. Embora tenhamos suscitado a emergência das tensões existentes nesse âmbito, não a fizemos de forma aprofundada e adequada. Fazê-la é importante para que não corramos no risco de procedermos às análises simplificadas ou mesmo reducionistas, que realizam interpretações apenas em um nível, ou encararmos como “sociais” questões com enfoque preponderantemente individual. Essa perspectiva de análise epistemológica se revela congruente com o enfoque integral de violência que temos reputado nesse estudo.

Assim, incorporarmos o debate das dimensões epistemológicas na investigação dos pressupostos tácitos de intervenção com os HAV torna possível qualificar o debate sobre qual a sociedade e relações que pretenderemos nos lançar. Retomamos aqui nossa reflexão de que o feminismo não emerge como uma perspectiva teórica e política construída sobre as mulheres, mas sobre a sociedade, que problematiza projetos sociais, concepções, a partir do lugar, das experiências, das vozes e das lutas das mulheres. As mobilizações desse campo teórico-político fizeram com que fossem construídos conhecimentos sobre a situação social das mulheres, destacando a posição de subalternidade que lhes era imposta. A investigação sobre as visões de mundo implicadas nas intervenções com HAV

podem problematizar o lugar ocupado pelos saberes feministas, ao passo que se trata da dimensão ético-política relacionada com os direitos humanos das mulheres nas metodologias de intervenção com os HAV.

BIBLIOGRAFIA

Abramovay, M.; Cunha, A. L.; Calaf, P. P. (2009). Revelando tramas, descobrindo segredos: violência e convivência nas escolas. Brasília: Rede de Informação Tecnológica Latino-americana-RITLA, Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal: SEEDF. pp. 469-495.

Aguiar, N. (2000). Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. *Soc. estado.* [online], vol.15, n.2, pp. 303-330. ISSN 0102-6992.

Aguiar, N. (1997). Perspectivas feministas e conceito de patriarcado na sociologia clássica e no pensamento sociopolítico brasileiro. Em N. Aguiar (Org.), *Gênero e ciências humanas:* d*esafio às ciências desde a perspectiva das mulheres* (pp.161-191). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Álvarez, A. (2001). El Feminismo como prevención de la violência de gênero, In: A. Bernárdez (Ed.), *Violencia de género y sociedade: Uma cuestión de poder*, Instituto de Investigaciones Feministas y Ayuntamiento de Madrid, Área de Promoción de la Igualdad y Empleo, Madrid, PP. 157-174.

Antunes, A. P.; Martins, D. C.; Matos, M. V. M. (2015) A institucionalização das políticas públicas de enfrentamento à violência contra as mulheres no Brasil (versão preliminar) Nº 13. IPEA, Brasília.

Bahri, D. (2013) *Feminismo e/no pós-colonialismo*. *Rev. Estud. Fem.* [online]. vol.21, n.2, pp. 659-688. ISSN 0104-026X.

Barret, M. & Phillips A. (2002). *Desestabilizar la teoría: Debates feministas contemporáneos.* México, Buenos Aires, Barcelona: Piados, Pueg/UNAM.

Barsted. L. L. (2006). A Violência contra as Mulheres no Brasil e a Convenção de Belém do Pará dez anos depois. In: Barsted, L. L., Pitanguy, J. & Miranda, D. (Orgs.). *O Progresso das Mulheres no Brasil*. São Paulo: UNIFEM.

Beauvoir, S. (1967) *O Segundo Sexo.* Vol. 2. São Paulo: Difusão Européia do Livro.

Beiras, A. (2012) La (de) construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas. Junho de 2012. Tesis doctoral. Estudios de Doctorado de Psicología Social. Departamento de Psicología Social. Universidad Atuónoma de Barcelona.

Beiras, A., M., M., Alencar-Rodrigues, R., & Cantera, L. M. (2012). *Políticas e leis sobre violência de gênero – reflexões críticas*. Psicologia & Sociedade, 24(1),36-45.Recuperado de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100005&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-71822012000100005

Beiras, A., & Cantera, L. M. (2012). Narrativas Pessoais, Construções de Masculinidades–Aportações para a Atenção Psicosocial a Homens Autores de Violência. Psico, 43(2).

Bonino Mendéz, L (2009). *Hombres y violencia de género. Más alla de los maltratadores y de los factores de riesgo*. Madrid: Ministerio de Igualdad. Recuperado de http://www.vilafranca.cat/doc/doc_20537404_1.pdf. Acesso em 27 de julho de 2012.

Bonino Mendéz, L. (2003) *Masculinidad hegemónica e identidad masculina*, In: Dossiers Feministes, 6, pp 7-36. Editada por el Seminario de Investigación Feminista de la Universitat Jaume I de Castellón, España.

Bonino Mendéz, L. (2001) *La masculinidad tradicional, obstáculo a la educación em igualdad.* Congresso nacional de Educación em igualdad. Xunta de Galicia. Santiago de Compostela.

Bonino Mendéz, L. (2008). Micromachismos, el poder masculino en la pareja "moderna**",** en *Voces de hombres por la igualdad*. Comp. J.A. Lozoya y J.C. Bedoya. Edición electrónica de Chema Espada.

Bourdieu, P. (2003). A *Dominação Masculina*. Trad. Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 160p.

Brah, A. (2006). Diferença, diversidade, diferenciação. Cad. Pagu [online]. n.26, p.329-376. Recuperado de http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf

Bronfenbrenner, U. (1979). Contexts of child rearing: Problems and prospects. American Psychologist, 34(10), 844.

Brasil. Lei nº 11.340 de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria Da Penha). Disponível em: Recuperado de <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm>.

Butler, J. (2013). *Problemas de gênero*. Feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Butler, J. (2001). *Mecanismos Psíquicos Del Poder: Teorias sobre la Sujeción*. Madrid, Ediciones Cátedra.

Castells, M. (1999). A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, vol. 3, São Paulo: Paz e terra, p. 411-439

Clímaco, D. de A. (2009). *Tráfico de mulheres, negócios de homens. Leituras feministas e anti-coloniais sobre os homens, as Masculinidades e o masculino*. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis.

Connell, R., & Messerschmidt, J. (2013). Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas, 21*(1), 241-282. Recuperado de https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014

Connell, R. *Gender and power: society, the person and sexual politics*. Stanford University Press, Stanford, 1987.

Connell, R. (1997) *La organización social de la masculinidad*, pp. 31-48. In T Valdés & J Olavarría (eds.).*Masculinidades: poder e crisis. Ediciones de las Mujeres 24*. Isis Internacional, Santiago.

Cortez, M. B., Padovani, R. da C., Williams, L. C de A. (2005) Terapia de grupo cognitivo-comportamental com agressores conjugais. Estudos de Psicologia. Campinas.

Costa, C. L. (2002) *O sujeito no feminismo: revisitando os debates*. Cad. Pagu n. 19.

Costa, S. (2006) Desprovincializando a sociologia: a contribuição pós-colonial. Rev. bras. Ci. Soc. [online]. vol.21, n.60, pp. 117-134.

Crenshaw, K. *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero.* Estudos feministas 1, p.171-189, 2002.

Cypriano, B. (2013) *Construções do pensamento feminista latino-americano*. *Rev. Estud. Fem.* [online]., vol.21, n.1, pp. 11-39.

Dahlberg, L. L., & Krug, E. G. (2006). Violência: um problema global de saúde pública. Ciênc. saúde coletiva, 11(supl), 1163-1178.

Dantas-Berger, S. M., Giffin, K. (2005) A violência nas relações de conjugalidade: invisibilidade e banalização da violência sexual? Cadernos de Saúde Pública. Rep Public Health.

DeKeseredy, W. S., & Dragiewicz, M. (2007). Understanding the complexities of feminist perspectives on woman abuse. Violence Against Women, 13(8), 874-884.

Flick, U. (2004) Categorização e codificação. IN: Uma introdução à pesquisa qualitativa. Trad. Sandra Netz. – 2 ed. – Porto Alegre: Bookman.

Furtado, L. E; Méllo R. P. (2010) Ingestão de bebida alcoólica e violência conjugal: a produção de homens que agridem mulheres. Seminário Fazendo Gênero 9: Diásporas, Diversidades, deslocamentos. Florianópolis.

Giffin, K. (2004) *A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico.* Ciênc. saúde coletiva, vol.10, n.1, pp. 47-57.

Giffin, K. (1994) Violência de Gênero, Sexualidade e Saúde. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro.

Gutmann, M. (2014). O Machismo. Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia, (34).

Haenfler, R. (2004) Manhood in contradiction: the two faces of straight edge. Men and Masculinities, v. 7, n. 1, p.77-99.

Haraway, D. (1995). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, 5, pp.7-41.

Heilborn, M. L. & Sorj, B. (1999) *Estudos de gênero no Brasil*, In: MICELI, Sérgio (org.) O que ler na ciência social brasileira (1970-1995), ANPOCS/CAPES. São Paulo: Editora Sumaré.

Hemmings, C. (2009) *Contando estórias feministas*. Rer. Estud. Fem. 2009. vol.17, n.1, pp. 215-241.

Hooks, B.; Brah, A.; Sandoval, Ch.; Anzaldúa, G. (2004) .*Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*, Traficantes de sueños.

Instituto De Pesquisas Aplicadas (IPEA). (2013) Violência contra a mulher: feminicídios no Brasil – dados corrigidos sobre taxas de feminicídios e perfil das mortes de mulheres por violência no Brasil e nos estados. Recuperado de http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/130925_sum_estudo_feminicidio_leilagarcia.pdf.

Lane, S. (2002) A Psicologia Social na América Latina: por uma ética do conhecimento. In: Campos & Guareschi (orgs.). Paradigmas em Psicologia Social para a América Latina. Petrópolis, Vozes.

Lane, S., Bock, A. ABRAPSO (2003) Uma história da Psicologia Social enquanto práxis In: Jacó-Vilela, A.; Mancebo, D. (Org.). Psicologia Social: relatos na América Latina. São Paulo: Casa do Psicólogo.

Lima, M. A. D. da, S. Almeida, M. C. P. de, Cauduro, C. (1999) A utilização da observação participante e da entrevista semi-estruturada na Pesquisa em enfermagem. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre, v.20, n. esp., p.130-142

Louro, G. L. (2007) *Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas*. Educ. rev. Belo Horizonte.

Machado, F. V. (2011) Psicologia social e formação de psicólogos: reflexões a partir de uma experiência docente. Psicol. educ., n.32

Mariano, S. A. (2005) *O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo*. Estudos Feministas, 13(3), 483-505

Matos, M. (2008) Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 16, n. 2, Aug. Recuperado de http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200003

Matos, M. (2010) *Movimento e teoria feminista: é possível reconstruir a teoria feminista a partir do Sul global? Rev. Sociol. Polit*.

May, T. (2004) Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3. ed. Trad. Carlos Silveira. Porto Alegre: Artmed.

Mayorga, C., & Prado, M. (2010). Democracia, instituições e a articulação de categorias sociais. In Mayorga, C. (Org.). Universidade cindida, universidade em conexão: ensaios sobre democratização da universidade (p. 47-70). Belo Horizonte: Ed. UFMG.

Mayorga, C. (2011). Brasil e a questão racial - entre mitos, ideologias e lutas. Em: Medrado, Benedito; Galindo, Wedna. (Org.). *Psicologia Social e seus movimentos - 30 anos de ABRAPSO.* Recife: ABRAPSO/ Editora Universitária da UFPE.

Mayorga, C.; Coura, A.; Miralles, N. E Cunha, V. M. (2013). *As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual*. *Rev. Estud. Fem.* vol.21, n.2, pp. 463-484.

Mayorga, C.; Ziller, J.; Magalhães, M.; Silva, S. (2010) O problema que não tem nome: metodologia para o estudo das desigualdades. IN: Mayorga, C. (Org.).

Universidade cindida; universidade em conexão ensaios sobre democratização da universidade. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Medrado, B., & Lyra, J. (2008). Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas, 16*(3), 809. Recuperado de https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300005

Medrado, B. & Lyra, J. (2014). Princípios ou simplesmente pontos de partida fundamentais para uma leitura feminista de gênero sobre os homens e as masculinidades. In: Blay, E. A. (Org.) *Feminismos e Masculinidades*. Ed. Editora Cultura Acadêmica. V.1. pp. 55-74

Menezes, C. De S. (2008). Análise do Processo de Constituição do atendimento na delegacia Especializada de Crimes Contra a Mulher de Belo Horizonte. Março de 2008. 155 p. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais.

Minayo, M. C. S. (Org), (1999). Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade. (13 ed.). Petrópolis Ed. Vozes.

Minayo, M. C. S., Cavalcanti & L. F., Gomes, R. (2006). Representações sociais de profissionais de saúde sobre violência sexual contra a mulher: estudo em três maternidades públicas municipais do Rio de Janeiro, Brasil. Cad Saúde Pública, 22(1), 31-9.

Minayo, M. C. S., & Souza, E. D. (1998). Violência e saúde como um campo interdisciplinar e de ação coletiva. História, Ciências, Saúde, 4(3), 513-531.

Mohanty, C. T. (2002) Encuentros feministas: situar la política de la experiencia. In: IN: *Desestabilizar la teoría*: Debates feministas contemporáneos. México, Buenos Aires, Barcelona: Piados, Pueg/UNAM.

Nações Unidas (1992). Comité para la Eliminación de la Discriminación contra la mujer, Recomendación General 1992. Violencia contra las mujeres. Recuperado de http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/ 22 de Julho de 2012.

Nascimento, A. R. A. do. Menandro, P. R. M. (2006). Análise lexical e análise de conteúdo: uma proposta de utilização conjugada. In: Estudos e pesquisas em psicologia. Rio de Janeiro: UERJ, Ano 6, n. 2, pp.72-88. Recuperado de http://www.revispsi.uerj.br/v6n2/artigos/pdf/v6n2a07.pdf .

Natividade, C. *et al*. (2007) Grupo reflexivo de gênero: relato de intervenção psicoeducativa com homens que exercem violência. Belo Horizonte. Anais do XI Colóquio Internacional de Psicossociologia e Sociologia Clínica: Sociedade Contemporânea, rupturas e vínculos sociais.

Natividade, C. (2012) Semióticas da(s) masculinidade(s) em um grupo de homens que exercem violência contra as mulheres. Maio de 2012. 179 p. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais.

Nogueira, C. (2001) *Um olhar sobre as relações sociais de gênero*: *feminismo e perspectiva críticas na psicologia social*. Braga, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian.

Okin, S. (2008) Gênero, o público e o privado. *Rev. Estud. Fem.* [online]., vol.16, n.2, pp. 305-332. Recuperado de http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2008000200002.

Oliveira, P. P de. (1998). Discursos sobre a masculinidade. *Estudos Feministas*, v. 6, n. 1.

Oliveira, P. P. (2004). A Construção Social da Masculinidade. Oliveira PP. Belo Horizonte: Editora UFMG/Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro. 347 pp.

Osborne, R. (2009) Apuntes sobre violencia de género. Edicions Bellaterra, Barcelona.

Pasinato, W & Santos, C. M. (2008). Mapeamento das Delegacias da Mulher no Brasil. São Paulo. PAGU/UNICAMP.

Phillips, A. (2002). Pretenciones universales del pensamiento político. IN: *Desestabilizar la teoría: Debates feministas contemporáneos*. México, Buenos Aires, Barcelona: Piados, Pueg/UNAM,.

Pimenta, C. A. M. (2003). Torcidas organizadas de futebol: identidade e identificações, dimensões cotidianas. In: ALABARCES, P.(org.) Clacso *Futbologías: fútbol, identidade y violência em América Latina*. Buenos Aires.

Pinto, C. R. J. (1985). *A propósito da controvérsia marxismo/feminismo*. GT: Mulher e Política. ANPOCS, mimeo.

Pinto, C. R. J (1994). Participação (representação?) política da mulher no Brasil: limites e perspectivas. In: Saffioti, H. & Muñoz-Vargas, M. (orgs.). *Mulher brasileira é assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Piscitelli, A. (2002). Recriando a categoria mulher? In Algranti, Leila Mezan. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero* (p. 7-42). Campinas: IFCH/UNICAMP.

Piscitelli, A. (2009) *Gênero: a história de um conceito*. In: Almeida, H. B de; Szwako, J. (Orgs.). Diferenças, igualdade. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, - (Coleção sociedade em foco: introdução às ciências sociais).

Piscitelli, A. (2008) *Intersecionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras.* Sociedade e Cultura (11:2), Goiânia, pp.263-274.

Ponce Antezana, Á. (2011) Modelos de Intervención con Hombres que Ejercen Violencia de Género en la pareja. Análisis de los Presupuestos Tácitos Y Re-Consideraciones teóricas para la elaboración de un marco interpretativo y de intervención.

Peillard, A. M. M., Correa, N. M., Trujillo, M. L. C., Bunster, M. T. H., Cáceres, J. C., & Vallejos, J. T. (2012). Los programas de intervención con hombres que ejercen violencia contra su pareja mujer : Fundamentos teórico-criminológicos, evidencia internacional de su efectividad y evaluación de impacto de un programa en Chile. Fundación paz ciudadana, gendarmería, Chile.

Ramírez, A. (1997) *La construcción de la masculinidad y sus relaciones con la violencia hacia las mujeres.* Jornadas de reflexión sobre la violencia hacia las mujeres. guatemala, 27 - 29 de noviembre. Grupo interagencial de género y avance de la mujer. Nações Unidas.

Rosenberg, M. B. (2006). Comunicação não-violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais. Editora Agora.

Rothman, E.; Butchart, A. & Cerdá, M. (2003) Intervening with perpetrators of intimate partner violence: a global perspective. Geneva: World Health Organization, 2003. Recuperado de: <http://whqlibdoc.who.int/publications/2003/9241590491.pdf>

Sacramento, O. (2004). *Gigantes com pés de barro: Sobre as ambiguidades que permeiam a (des)construção da masculinidade entre os clientes da prostituição transfronteiriça ibérica* [Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia,]. Recuperado de http://www.aps.pt/cms/docs_prv/docs/DPR4628d5d6be6f4_1.pdf

Saffioti, H. I. B. (2004) *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Saffioti, H. I. B. (2009) *Ontogênese e Filogênese do Gênero: ordem patriarcal de gênero e a violência masculina contra mulheres*. Série Estudos/Ciências Sociais/FLASCO

Saffioti, H. I. B. (2005) Gênero e patriarcado. In M. CastilloMartín & S. Oliveira (Eds.), Marcadas a ferro: *Violência contra a mulher, uma visão multidisciplinar* (pp. 35-76). Brasília, DF: Presidência da República.

Salas, R. G. (2009) *Decidir, qué decidir. Reflexiones sobre la inclusión de los hombres en las políticas publicas con perspectiva de gênero.* Hombres por la Equidad e Indesol, México DF,.

Salas, R. G. (2011). *¿Incluir a los hombres en las políticas públicas con perspectivas de género? Por una propuesta menos liberal y mas feminista y radical*. Barcelona. Congreso Iberoamericano de Masculinidades y Equidad: Investigación y Activismo.

Sandoval, S. (2002). O que há de novo na Psicologia Social Latino-Americana? In: Regina Helena de Freitas Campos e Pedrinho Guareaschi (org), *Paradigmas em Psicologia Social: A perspectiva Latino-Americana.* 1ªed. Vozes. Petrópolis.

Santos, B. de S. (1987). *Um discurso sobre as ciências*. 5. ed. - São Paulo ..., B. Sousa Santos e Edições Afrontamento.

Santos, B. de S. (2007). Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos-CEBRAP, (79), 71-94.

Sapori, L. F.; Wanderley, C. B. (2001). A relação entre desemprego e violência na sociedade brasileira: entre o mito e a realidade. Konrad Adenauer Stiftung. A violência do cotidiano. Cadernos Adenauer, ano II, n. 1.

Sarto, S. B; Servós, C. M. (2010) *Presente y futuro de los programas para maltratadores en España: una encrucijada técnica e ideológica.* X Congreso Español de Sociología. Federación Española de Sociología Universidad de Zaragoza "Treinta años de sociedad, treinta años de sociología"

Schultz, D. & Schultz, D. (1998). *História da psicologia moderna.* 8. Ed. Cultrix, São Paulo.

Scott, J. W. (1999). Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. Debate Feminista, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), pp.203-222.

Soares, B. (2005). *Enfrentando a violência contra a Mulher*. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Presidência da República: Brasília.

Souza, J. (2003). A construção social da subcidadania: para uma Sociologia Política da modernidade periférica. Belo Horizonte: UFMG.

Tolman, R. M. y Edleson, J. L. (1995). *Intervention for Men Who Batter: A Review of Research*" In: Stith, S.R. y Straus, M.A. (1995) (Eds.), Understanding partner violence: Prevalence, causes, consequences and solutions, Minneapolis, MN, National Council n Family Relations, pp. 262-273

Toneli, M. J. F., Lago, M. C. S., Beiras, A., Clímaco, D. A. Lodetti, A. S. (2007) Programas de atenção a homens autores de violência latino-americanos – a importância da ampliação de discussões referentes à violência masculina, após um ano de lei Maria da Penha. Anais do XIV encontro nacional da Abrapso.

Toneli, M. J. F.; Lago, M. C. De S.; Beiras, A.; Clímaco, D. De A. (org.). (2010). *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino-americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 280 pp.

Turato, E. R. (2004). A questão da complementaridade e das diferenças entre métodos quantitativos e qualitativos de pesquisa: uma discussão epistemológica necessária. In: S. GRUBITS & José A. V. NORIEGA (Orgs.), Método qualitativo: epistemologia, complementariedades e campos de aplicação. Ed Vetor (pp. 17-51). São Paulo.

Unesco (2004). Role of Men and Boys in Promoting Gender Equality. Unesco, Tailândia.

Unesco. (2010) Semana de debates sobre la violencia ejercida contra la mujer. Servicio de prensa. UNESCOPRESS. Recuperado de <http://www.unesco.org/new/es/media-services/single-view/news/a_week_of_speaking_out_about_violence_against_women/.

Vieira, L. J. E. De S. et. al. (2008). Fatores de risco para violência contra a mulher no contexto doméstico e coletivo. Saúde e sociedade, set, vol.17, nº 3, p.113- 125.

Walby, S. (2002). *?Pos-Modernismo? Teorización De La Complejidad Social. In: Desestabilizar la teoría*: Debates feministas contemporáneos. México, Buenos Aires, Barcelona: Piados, Pueg/UNAM.

Welzer-Lang, D. (2001). A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. *Estudos Feministas, 9*(2), 460. Recuperado de https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200008

Wacquant, L. (2009). O estigma racial na construção do Estado punitivo americano. Configurações. Revista de sociologia, (5/6), 41-54.

Wacquant, L. (2005). Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada. 2. ed. Trad. João Roberto Martins Filho.

Waiselfisz, J. J. (2012). Mapa da violência 2012: crianças e adolescentes do Brasil.

Waiselfisz, J. J. (2014). Mapa da violência 2012 atualização: homicídio de mulheres no Brasil, 2012.

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezada Sr (a) coordenador (a) da Rede Estadual de Enfrentamento à Violência contra a Mulher de Minas Gerais,

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa "As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: as experiências no estado de Minas Gerais". Serão realizados diálogos com a coordenação e com os (as) responsáveis das entidades participantes nas reuniões da referida Rede, para que possam contribuir com a identificação de contatos institucionais/ profissionais dos programas de intervenção com homens autores de violência doméstica contra as mulheres no Estado. Os registros dessas reuniões e interações ficarão armazenados no Departamento de Psicologia/FAFICH/UFMG por um período mínimo de 02 anos, sob inteira responsabilidade da professora responsável por essa pesquisa, Profª. Drª. Claudia Andréa Mayorga Borges. Somente os resultados do conjunto das entrevistadas, sem a identificação pessoal de nenhuma delas, serão divulgados em congressos e em revistas científicas, e as participantes poderão ter acesso a eles se assim o desejarem. Colocamos também a sua disposição o projeto de pesquisa, para que possa ler e se familiarizar com a proposta do trabalho. Para isso e para quaisquer outros esclarecimentos, basta fazer contato com a pesquisadora responsável, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

_____,_____ de _____ de 2014.

Nome do(a) Participante:

_____

RG:_____

CPF:_____

Estando de acordo, assina o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

Declaro que li e entendi as informações relativas a esta Pesquisa contidas neste Termo de Consentimento. Concordo em participar voluntariamente desta Pesquisa. AUTORIZO a utilização das informações dela decorrentes no Projeto de Pesquisa intitulado "As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: as experiências no estado de Minas Gerais".

Ass.: _____ Ass.: _____

Participante Entrevistador

Ass._____

Profª. Drª. Claudia Andréa Mayorga Borges

Pesquisadora Responsável

Profª. Drª. Claudia Andréa Mayorga Borges, pesquisadora responsável. Av. Antônio Carlos, 6627, FAFICH/Departamento de Psicologia, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Telefone para contato: (031) 3409-5042. E-mail: **mayorga.claudia@gmail.com**

Obs.: Em caso de dúvidas relacionadas às questões éticas da pesquisa, comunique ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG - **COEP** - Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Tel.: (031) 3409-4592.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA

Prezada Sr (a),

Você está sendo convidado (a) para participar da pesquisa “As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: as experiências no estado de Minas Gerais”. Serão realizadas entrevistas em caráter confidencial. A entrevista será gravada se você assim consentir. Faremos perguntas abordando suas concepções sobre homens e violência e sobre sua prática profissional, as quais serão respondidas se e como desejar. Sua participação é totalmente voluntária e não será remunerada.

Você poderá desistir de participar da pesquisa a qualquer momento sem que sofra nenhum tipo de constrangimento por isso. Porém, decorrente da entrevista, poderá haver desconforto ao ser indagado (a) sobre suas concepções sobre os homens autores de violência e sobre as relações interpessoais por eles estabelecidas. Isso poderá acontecer uma vez que as perguntas podem ser interpretadas como uma confrontação da sua prática profissional. Também pode haver desconforto em razão de buscar explicações de profundidade, que poderão exigir esforço considerável para elaboração de reflexões acerca de seu trabalho. Nesse sentido, pode também acompanhar um constrangimento e inibição referente a uma possível sensação de "avaliação externa", quando das situações observacionais da pesquisa. Contudo, ressalta-se que o entrevistador conduzirá a observação e a entrevista prestando devida atenção a estas possibilidades e buscará minimizar os riscos. Para algumas circunstâncias poderá ser solicitado auxílio psicológico profissional.

Todas as informações geradas nessas entrevistas (gravações, registros e transcrições) ficarão armazenadas no Departamento de Psicologia/FAFICH/UFMG por um período mínimo de 02 anos, sob inteira responsabilidade da professora responsável por essa pesquisa, Profª. Drª. Claudia Andréa Mayorga Borges. Somente os resultados do conjunto das entrevistadas, sem a identificação pessoal de nenhuma delas, serão divulgados em congressos e em revistas científicas, e as participantes poderão ter acesso a eles se assim o desejarem. Colocamos também a sua disposição o projeto de pesquisa, para que possa ler e se familiarizar com a proposta do trabalho. Para isso e para quaisquer outros esclarecimentos, basta fazer contato com a pesquisadora responsável, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

_____,_____ de _____ de 2014.

Nome do(a) Participante: _____

RG:_____ CPF:_____

Estando de acordo, assina o presente Termo de Consentimento em 2 (duas) vias.

Declaro que li e entendi as informações relativas a esta Pesquisa contidas neste Termo de Consentimento. Concordo em participar voluntariamente desta Pesquisa. AUTORIZO a utilização das informações dela decorrentes no Projeto de Pesquisa intitulado “As intervenções com homens autores de violência doméstica contra as mulheres ante suas bases teórico-metodológicas e perspectivas políticas: as experiências no estado de Minas Gerais”.

Ass.:_____ Ass.: _____

Participante Entrevistador

Ass._____

Profª. Drª. Claudia Andréa Mayorga Borges

Pesquisadora Responsável

Profª. Drª. Claudia Andréa Mayorga Borges, pesquisadora responsável. Av. Antônio Carlos, 6627, FAFICH/Departamento de Psicologia, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Telefone para contato: (031) 3409-5042. E-mail: **mayorga.claudia@gmail.com**

Obs.: Em caso de dúvidas relacionadas às questões éticas da pesquisa, comunique ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFMG - **COEP** - Av. Antônio Carlos, 6627 - Unidade Administrativa II - 2º andar, Campus Pampulha, CEP: 31270-901 – Belo Horizonte, MG. Tel.: (031) 3409-4592.

Ficha de entrevista

A. Nome Entrevistados/as; Área de formação
B. Nome organização:
C. Tipo: (ONG/ OS/ Governamental):
D. Endereço:
E. Quais os objetivos da instituição?
F. Há um trabalho em rede com outras instituições? Costuma-se encaminhar os homens para outros serviços? Quais?
G. São feitos outros atendimentos na instituição? Quais? Estão articulados com o trabalho com os homens?
H. É realizada avaliação do serviço? Como?
I. Como os resultados desta avaliação são usados?

Roteiro de entrevista

1) Histórico do serviço: (Quando e como começou a ser realizado)
2) Objetivo do serviço
3) Enfoques teóricos / epistemológicos norteadores do serviço (problemas os quais intervém / amparo legal / perspectivas empregadas / dentro da psicologia / autores de referência / dentro do gênero)
4) Metodologia de trabalho do serviço (tipo de atendimento – Grupal e/ou individual / número de encontros / duração / estruturação da coordenação/ formato de grupo aberto/ fechado / periodicidade de realização / temas trabalhados)
    4.1 Forma de encaminhamento dos homens (medida judicial obrigatória / adesão voluntária/ integração/ articulação com outras intervenções)
    4.2 Perfil da equipe de trabalho (profissão / graduação / pós / especializações / formação/ experiências/ trajetórias)
    4.3 Existem outros detalhes metodológicos que considere relevantes (técnicas diversas, níveis, duração, tipo de intervenção, uso de materiais nacionais ou internacionais)
    4.4 São realizadas capacitações com os facilitadores? (temas ou aspectos abordados / periodicidade/ remuneração)
    4.5 Existe algum outro aspecto que você considere relevante da experiência de intervenção realizada pela sua entidade?
5) Quem são os homens atendidos; porque violentam as mulheres (argumentos explicativos / crenças / valores pessoais para as motivações principais)
6) Existem outros fatores associados com o surgimento da violência que eles cometem contra as mulheres (desigualdade de gênero/ sexismo / drogadição / alcoolismo / vida pregressa da pessoa / desemprego / doenças psicopatológicas)
7) Relação deste serviço com a política de enfrentamento à violência contra a mulher
8) Há quanto tempo atua no contexto da violência contra as mulheres / Por que e como começou a trabalhar com o tema
9) Sustentabilidade (fontes de financiamento / captação de recursos/ remuneração da equipe)